

Livro negro da avaliação científica em Portugal

Principais comunicados, cartas, crónicas de imprensa e textos sobre a perversão e adulteração do sistema de avaliação científica em Portugal em 2014 e 2015

Setembro 2015

Livro negro da avaliação científica em Portugal

Principais comunicados, cartas, crónicas de imprensa e textos sobre a perversão e adulteração do sistema de avaliação científica em Portugal em 2014 e 2015

Índice geral:

Prefácio

1. Comunicados e cartas
2. Imprensa nacional
3. Imprensa internacional
4. Textos de opinião

Prefácio

A perversão e adulteração do sistema de avaliação científica em Portugal levada a cabo nos últimos quatro anos é documentada neste livro, tendo por base um conjunto dos principais comunicados, cartas, artigos de opinião e crónicas, assim como outros textos publicados na imprensa ou na internet em 2014 e 2015 sobre este tema.

Esse processo de adulteração, ameaçando a destruição do sistema científico nacional, significou desde logo a ruptura com o amplo compromisso social e político para apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico em Portugal conseguido nas últimas décadas. Desde meados de 2011, com a mudança do governo e da tutela da ciência e tecnologia (C&T), a formulação das respectivas políticas públicas foi, pela primeira vez na nossa democracia, drasticamente alterada, traduzindo-se no aumento da selectividade no acesso à ciência, sobretudo com base em processos de “avaliação” avulsos e tendo incluído a aplicação de métodos e práticas de avaliação que não só não merecem o reconhecimento e a aceitação da comunidade científica nacional e internacional, como foram executadas de forma discricionária e prosseguindo objectivos de benefício duvidoso para o sistema científico nacional. De facto, não há nenhum sistema científico sustentável que se baseie apenas num grupo restrito e exclusivo de cientistas. Esta é, aliás, uma ideia perigosamente próxima de tudo aquilo que impediu que Portugal assumisse mais cedo o desafio da ciência.

Geraram-se então, em Portugal e no estrangeiro, movimentos inéditos de contestação a esta política de C&T, com expressões particularmente fortes nas redes sociais e nos media. Os impactos negativos das opções e dos esquemas de avaliação e de financiamento eram previsíveis e inevitáveis, atingindo directamente o investimento na formação avançada de recursos humanos e no emprego científico, com impacto na emigração forçada de alguns dos recursos humanos mais qualificados (ver, por exemplo, Observatório da Emigração, 2014). Como se o País pudesse dar-se ao luxo de dispensar, a benefício de outros países, diga-se, os recursos indispensáveis à sua recuperação e afirmação.

A adulteração do sistema de avaliação científica é um dos aspectos que tem afectado de forma mais devastadora a realidade científica nacional, considerando os efeitos que pode ter a prazo na construção social de qualquer sistema científico e tecnológico. Esse processo foi conduzido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), entidade à qual cumpre a coordenação e condução da avaliação científica em Portugal desde os anos 90, constituindo, aliás, uma das suas missões mais importantes e que deve ser assumida independentemente do perfil ideológico da tutela. No entanto, o processo de “avaliação” das unidades de I&D lançado pela direcção da FCT no final de 2013 e que se prolongou durante 2014 até ao início de 2015, caracterizou-se pela desresponsabilização e desrespeito da FCT relativamente à sua missão principal, atendendo à falta de transparência, atropelo das boas práticas e introdução de alterações sucessivas das regras a meio do processo.

Não surpreende portanto o coro de protestos que suscitou entre a comunidade científica, e que se alargou a várias outras comunidades, denunciando e criticando os maus procedimentos adoptados, estranhos às boas práticas prosseguidas e respeitadas pelas direcções anteriores tal como por agências de financiamento estrangeiras, levando inclusive a questionar a confiança e o reconhecimento até então devidos à FCT. Instalou-se um ambiente de insegurança, decorrente da forma arbitrária que passou a dominar os contornos e os propósitos do processo de avaliação, comprometendo a credibilidade e o respeito pela FCT. Acresce o conjunto de orientações que presidiram ao processo de avaliação, reflectindo uma política vacilante entre estratégias erráticas e uma concepção de sistema científico e tecnológico nacional apostado exclusivamente em sectores privilegiados/escolhidos e dificilmente compaginável com o interesse nacional em termos de sustentabilidade, competitividade e reconhecimento internacional.

A direcção da FCT em 2013 desrespeitou o cabal e responsável cumprimento da sua função essencial: avaliar o sistema científico nacional. A forma como a assumiu e desempenhou desacreditou a instituição e feriu o sistema e a comunidade científica nacional, com sequelas que poderão ser inevitavelmente duradouras. A FCT pôs em causa a credibilidade dessa avaliação junto da comunidade científica nacional e internacional ao contratar de forma inédita (sem discussão com a comunidade científica e sem o devido concurso), uma instituição internacional actualmente considerada diminuída e de reduzida competência em matéria de avaliação de instituições científicas. Os avaliadores, que em processos de

avaliação anteriores visitavam todas as instituições, visitaram apenas aquelas que, no papel, foram previamente apreciadas numa base administrativa e bibliométrica. Como resultado, uma fracção considerável das unidades ficou excluída do exercício de avaliação - cerca de 50% - o que, como se veio a constatar mais tarde, resultava e respeitava, precisamente a indicação constante dos termos de referência estabelecidos pela direcção da FCT para o exercício de avaliação. Orientações que, saliente-se, foram escondidos da comunidade científica durante meses. Por outro lado, os cerca de 25 painéis de especialistas que funcionaram nos exercícios anteriores, foram substituídos por apenas seis painéis generalistas de composição variada. Houve casos em que o único especialista presente na avaliação não teria currículo para ser contratado pela instituição avaliada. Assim, descredibilizou-se a prática da avaliação científica feita por especialistas e independentes, ficando impossibilitada a utilização dos seus resultados como ferramenta de gestão estratégica no interior das instituições e no país.

É hoje conhecido que nos concursos de bolsas foram também feitos atropelos às boas práticas, tendo sido identificados procedimentos condenáveis, de pouca transparência e tendo-se inclusive verificado situações de intervenção da direcção da FCT nos resultados técnicos das avaliações. As classificações atribuídas pelos painéis foram posteriormente alteradas, levando a tomadas de posição dos próprios Conselhos Científicos da FCT. No concurso para programas doutorais verificaram-se casos anda mais estranhos. Primeiro, avaliaram-se cientificamente as propostas e só depois foi analisada a sua elegibilidade, levando a que propostas com as mais altas classificações científicas e com recomendação dos painéis para que fossem financiadas, viessem a ser excluídas por serem consideradas inelegíveis após avaliadas.

É também de notar, que o processo de adulteração da avaliação científica em Portugal nos últimos anos foi acompanhado de um corte significativo do apoio público à actividade científica. De forma também abrupta, o investimento privado acompanhou esse desincentivo e é significativamente reduzido, com a despesa total anual em I&D a ser reduzida de cerca de 500 milhões de euros entre 2010 e 2013 (IPCTN 2013). Em consequência, **aumentou a divergência de Portugal relativamente à Europa**, com despesa total anual em I&D a diminuir para 1,34% do produto interno bruto, PIB (enquanto tinha atingido cerca 1,55% do PIB em 2009 e 2010).

Entre outros resultados, os portugueses viram diminuir de forma brutal o número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas anualmente pela FCT (de cerca 2300 em 2010 para 1800 em 2012), juntamente com a adopção também abrupta de novos esquemas de financiamento a programas doutorais, que representam prioritariamente e muitas vezes os interesses científicos pessoais dos seus directores em vez de interesses nacionais, para além de se basearem em avaliações locais mais permeáveis a conflitos de interesses do que as avaliações nacionais.

Em paralelo, terminaram em 2012-2013 os cerca de 1200 contratos de investigadores seleccionados em concurso internacional cinco anos antes. Como só foram abertos pela FCT cerca de apenas cerca de 400 novos lugares, forçaram-se cerca de mil doutorados a abandonar a investigação ou o País. O número de contratos de investigadores financiados pela FCT foi apenas parcialmente mantido até 2013 e fortemente reduzido em 2014, quando deveria ter sido significativamente aumentado para evitar a emigração forçada dos mais qualificados.

Mas este Livro Negro é também um livro de esperança no futuro, para que um sistema de avaliação correcto seja devidamente reposto e para que o sistema de avaliação científica em Portugal dos últimos anos não mais volte a ser posto em causa. O livro reúne textos da comunidade científica, estando nele representados cientistas, organizações de cientistas, organizações sindicais, sociedades científicas, o Conselho dos Laboratórios Associados (CLA), reitores de Universidades e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), presidentes de politécnicos e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), assim como Conselhos Científicos da FCT.

Este Livro Negro é ainda a resposta da comunidade científica ao “Relatório de Avaliação Internacional” da FCT, publicado com pompa e circunstância pelo governo no final de Julho e que resultou da encomenda feita a quatro cientistas, sem qualquer consulta à comunidade científica, ou às organizações de cientistas, ou a sociedades científicas, ou a reitores de Universidades, ou ao CRUP, ou ao CLA. Embora a leitura atenta de todo esse relatório revele no essencial a crítica generalizada aos procedimentos da FCT dos últimos anos (veja-se, por exemplo, o Anexo IV desse Relatório), até nas

conclusões e recomendações o tom dominante é o de concordância com a direcção da FCT e o governo. E nas questões mais ideológicas (como, por exemplo, “terminar com concursos de bolsas individuais”; e “financiar apenas os melhores”, entre outros aspectos) não é de espantar que o relatório apoie a política dos últimos anos da FCT. Os avaliadores foram escolhidos precisamente para esse efeito e fizeram o que se esperava que eles fizessem.

É contra tudo isso, mas sobretudo pela defesa do conhecimento como futuro para Portugal, que nos insurgimos e mobilizamos contra a perversão do sistema da avaliação científica em Portugal tal como ocorreu nos últimos anos.

Setembro 2015

Manuel Heitor
Carlos Fiolhais
Alexandre Quintanilha
Maria Fernanda Rollo
João Sentieiro

Índice detalhado:

1. Comunicados e cartas	1
1.1 Sentieiro, J. (18 de Maio de 2013) ‘Carta a Miguel Seabra’, LARSyS Laboratório de Robótica e Sistemas em Engenharia e Ciência, 2013	1
1.2 Pinto, A. C. C., Ramada, D., Sobrinho, M. (19 de Janeiro de 2014) ‘Carta aberta ao ministro da Educação e Ciência’, SNESup, 2014.....	2
1.3 Conselho Científico da Ciências Sociais e Humanidades (21 de Janeiro de 2014) ‘Parecer do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades’, FCT, 2014.....	4
1.4 Conselho dos Laboratórios Associados (4 de Março de 2014) ‘Comunicação do Conselho dos Laboratórios Associados (CLA) à FCT sobre avaliação das Instituições de Investigação’, CLA, 2014.....	6
1.5 Fundação para a Ciência e Tecnologia (11 de Março de 2014) ‘Resposta ao CLA da FCT, CLA, 2014.....	8
1.6 Conselho dos Laboratórios Associados (17 de Março de 2014) ‘Reacção à resposta da FCT por parte do CLA’, CLA, 2014.....	10
1.7 CIES (1 de Julho de 2014) ‘Posição do CIES sobre o processo de avaliação’, 2014	11
1.8 Livre (4 de Julho de 2014) ‘O desmantelamento da ciência em Portugal’, LIVRE, 2014 ..	12
1.9 Sociedade Portuguesa de Química (7 de Julho de 2014) ‘Posição da SPQ sobre a avaliação das unidades de I&D em química’, <i>De Rerum Natura</i> , 2014	13
1.10 Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (7 de Julho de 2014) ‘Carta da Direcção do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (CFUL) à FCT’, <i>De Rerum Natura</i> , 2014....	14
1.11 Fundação para a Ciência e Tecnologia (11 de Julho de 2014) ‘Declaração sobre Avaliação de Unidades de I&D 2013’, FCT, 2014.....	18
1.12 Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (11 de Julho de 2014) ‘Carta da Direcção e Coordenadores do CLEPUL ao Presidente da FCT’, <i>De Rerum Natura</i> , 2014	19
1.13 Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (14 de Julho de 2014) ‘Posição da ABIC relativa aos resultados da 1ª fase de avaliação das Unidades de Investigação pela FCT’, ABIC, 2014	23
1.14 Sociedade Portuguesa de Física (14 de Julho de 2014) ‘Posição da Sociedade Portuguesa de Física sobre a Avaliação pela FCT das Unidades de Investigação da área da Física’, SPF, 2014	24
1.15 Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (18 de Julho de 2014) ‘Carta aberta em defesa da ciência em Portugal’, ABIC, 2014	25
1.16 Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (19 de Julho de 2014) ‘Memorando’, CRUP, 2014.....	26
1.17 Sindicato Nacional do Ensino Superior (20 de Julho de 2014) ‘Comunicado do SNESUP’, <i>De Rerum Natura</i> , 2014.....	27
1.18 Sociedade Portuguesa de Filosofia (23 de Julho de 2014) ‘Avaliação dos Centros de Investigação pela FCT - Comunicado’, SPF, 2014	28
1.19 Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia (25 de Julho de 2014) ‘A FCT e os seus processos de avaliação’, ANICT, 2014.....	29
1.20 Conselho dos Laboratórios Associados (25 de Julho de 2014) ‘Comunicado do CLA relativo ao processo de avaliação em curso pela FCT das Unidades de Investigação’, CLA, 2014.....	30

1.21 Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (28 de Julho de 2014) 'Position of the External Scientific Advisory Committee of INESC Coimbra concerning the process of evaluation of R&D Units in Portugal', <i>De Rerum Natura</i> , 2014.....	32
1.22 Centro de Linguística da Universidade do Porto (2 de Agosto de 2014) 'Tomada de posição pública da Comissão Científica do CLUP perante os resultados da primeira fase de avaliação das unidades financiadas pela FCT', CLUP, 2014.....	34
1.23 Comissão Nacional de Matemática (8 de Agosto de 2014) 'Comunicado da Comissão Nacional de Matemática sobre o processo de avaliação em curso das unidades de investigação financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia', <i>De Rerum Natura</i> , 2014.....	38
1.24 Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (14 de Outubro de 2014) 'Processo de avaliação de Centros de Investigação', CRUP, 2014.....	41
2. Imprensa nacional	43
2.1 Lusa (21 de Janeiro de 2014) 'Bolseiros em protesto dirigem-se à FCT para exigir respostas sobre cortes', <i>Expresso</i> , 2014	43
2.2 Paulo, I. (22 de Janeiro de 2014) 'FCT acusada de subverter avaliação de candidatos a bolsas', <i>Expresso</i> , 2014	44
2.3 Lusa (22 de Janeiro de 2014) 'Academia de Coimbra alerta que corte nas bolsas da FCT é "um passo atrás"', <i>Expresso</i> , 2014	45
2.4 Jornal de Notícias (22 de Janeiro de 2014) 'Concurso dos bolseiros já causou duas demissões', <i>Jornal de Notícias</i> , 2014.....	46
2.5 Naves, F. (22 de Janeiro de 2014) 'Bolseiros foram impedidos de consultar atas do concurso', <i>Diário de Notícias</i> , 2014.....	47
2.6 Lusa (22 de Janeiro de 2014) 'Investigadores vão impugnar concurso da Fundação Ciência e Tecnologia 2013', <i>Diário de Notícias</i> , 2014.....	48
2.7 Lusa (22 de Janeiro de 2014) 'PS considera gravíssima situação na ciência e quer ouvir ministro no Parlamento', <i>Diário de Notícias</i> , 2014	49
2.8 Paulo, I. (23 de Janeiro de 2014) 'FCT alterou notas devido a "erros grosseiros"', <i>Expresso</i> , 2014	50
2.9 Ganhão, M. (24 de Janeiro de 2014) 'Crato garante que Governo não desistiu da Ciência', <i>Expresso</i> , 2014	51
2.10 Lusa (24 de Janeiro de 2014) 'FCT justifica corte nas bolsas com "necessidade de diversificar" apoio à investigação', <i>Expresso</i> , 2014.....	52
2.11 Lusa (24 de Janeiro de 2014) 'FCT justifica alteração de resultados de candidaturas a bolsas com "forte pressão"', <i>Expresso</i> , 2014	53
2.12 Jornais de Notícias (24 de Janeiro de 2014) 'Reitores preocupados com cortes na ciência exigem explicações do Governo', <i>Jornal de Notícias</i> , 2014.....	54
2.13 Jornal de Notícias (24 de Janeiro de 2014) 'Governo rebate críticas e lembra que há mais de 10 mil investigadores em Portugal', <i>Jornal de Notícias</i> , 2014	55
2.14 Jornais de Notícias (24 de Janeiro de 2014) 'Bolseiros dizem que está em curso um despedimento coletivo na Ciência', <i>Jornal de Notícias</i> , 2014	56
2.15 Tavares, P. (24 de Janeiro de 2014) 'Ex-presidente da FCT critica "criminosa" perda de talentos', <i>Diário de Notícias</i> , 2014	57
2.16 Ganhão, M. (29 de Janeiro de 2014) 'Cortes nas bolsas de investigação são "irracionais", diz o PS', <i>Expresso</i> , 2014	58

2.17 Coelho, L. (31 de Janeiro de 2014) 'Nuno Crato nega desinvestimento na Ciência', Expresso, 2014	59
2.18 Jornal de Notícias (31 de Janeiro de 2014) 'Libertadas verbas para Fundação para a Ciência e Tecnologia contratar', Jornal de Notícias, 2014.....	60
2.19 Azevedo, V. (5 de Fevereiro de 2014) 'Governo pressiona Conselho de Ciência para não divulgar críticas', Expresso, 2014	61
2.20 Lusa (21 de Fevereiro de 2014) 'FCT anuncia atribuição de mais 300 a 350 bolsas de doutoramento e pós-doutoramento', Expresso, 2014.....	63
2.21 Jornal de Notícias (30 de Maio de 2014) 'Mais de 2400 bolsas de doutoramento para investigação até 2018', Jornal de Notícias, 2014	64
2.22 Ferreira, N. (27 de Junho de 2014) 'Entre 322 laboratórios de investigação há 71 que não vão ter financiamento', Público, 2014	65
2.23 Jornal de Notícias (30 de Junho de 2014) 'Carlos Fiolhais acusa Governo de liquidar a Ciência em Portugal', Jornal de Notícias, 2014	67
2.24 Moreira, S.M. (3 de Julho de 2014) 'Avaliação da FCT traz consequências "devastadoras e muito graves, Canal Superior, 2014	68
2.25 Lusa (10 de Julho de 2014) 'Centro de Linguística do Porto em risco de encerrar por corte de financiamento', RTP, 2014	70
2.26 Lusa (11 de Julho de 2014) 'FCT confia na "transparente e rigorosa" avaliação das unidades de investigação', Expresso, 2014	71
2.27 Nascimento, C. (14 de Julho de 2014) 'Avaliação dos centros de investigação está a "separar o trigo do joio"', Rádio Renascença, 2014	72
2.28 Nascimento, C. (14 de Julho de 2014) 'Aflitos com avaliação, centros de investigação científica temem o fim', Rádio Renascença, 2014.....	74
2.29 Naves, F. (17 de Julho de 2014) 'Bolseiros lançam carta aberta em defesa da ciência', Diário de Notícias, 2014	76
2.30 Firmino, T., Silva, S. (18 de Julho de 2014) 'Avaliação da FCT definia à partida que metade dos centros de investigação ficaria pelo caminho', Público, 2014.....	77
2.31 Jornal de Notícias (20 de Julho de 2014) 'Avaliação pode acabar com algumas áreas de investigação ', Jornal de Notícias, 2014.....	80
2.32 Silva, S. (21 de Julho de 2014) 'Reitores querem ajudar a corrigir a avaliação dos centros de ciência', Público, 2014	81
2.33 Naves, F. (22 de Julho de 2014) 'Avaliação polémica na ciência já chegou à "Nature"', Diário de Notícias, 2014	82
2.34 Lusa (22 de Julho de 2014) 'Reitores com propostas para recuperação de unidades de investigação', Observador, 2014	83
2.35 Diários de Notícias (23 de Julho de 2014) 'Reitores querem rever avaliação aos centros', Diário de Notícias, 2014	85
2.36 Renascença (24 de Julho de 2014) 'Reitor de Lisboa arrasa processo de avaliação das unidades de investigação', Renascença, 2014	86
2.37 Ferreira, N., Firmino, T. (25 de Julho de 2014) 'Avaliação dos centros de investigação chegou à Assembleia da República', Público, 2014.....	87
2.38 Lusa (25 de Julho de 2014) 'Processo de avaliação da ciência é "enormíssimo erro de política pública" - Reitor Lisboa', Porto Canal, 2014	89

2.39 Jornal de Notícias (25 de Julho de 2014) 'Bolsiros querem saber como vão ser distribuídos mil milhões para a ciência', Jornal de Notícias, 2014	91
2.40 Alves, L. (26 de Julho de 2014) 'FCT vai financiar 78% das Unidades de I&D avaliadas', TV Ciência, 2014	92
2.41 Novais, V. (29 de Julho de 2014) 'Fundo de reestruturação para unidades de investigação que não passaram à 2ª fase', Observador, 2014	94
2.42 Jornal de Notícias (29 de Julho de 2014) 'Avaliação às unidades de investigação é para continuar, garante Crato', Jornal de Notícias, 2014	96
2.43 Lusa (2 de Outubro de 2014) 'Só passam 10 centros dos 131 que contestaram avaliação da FCT', Diário de Notícias, 2014	97
2.44 Jornal I (6 de Outubro de 2014) '63 Centros de investigação sem verbas', CRUP, 2014	98
2.45 Naves, F. (7 de Outubro de 2014) 'Passos defende processo de avaliação de unidades de investigação', Diário de Notícias, 2014	99
2.46 Jornais I (7 de Outubro de 2014) '45 centros de investigação têm segunda oportunidade', CRUP, 2014	100
2.47 Prado, M. (7 de Outubro de 2014) 'Ciência e Tecnologia receberão 1.100 milhões de euros de fundos europeus', Jornal de Negócios, 2014	101
2.48 Azevedo, D. (15 de Outubro de 2014) 'Despesa aumenta ligeiramente na ciência e ensino superior', Expresso, 2014	102
2.49 Naves, F. (12 de Outubro de 2014) 'Avaliação dos centros de investigação dá polémica internacional', Diário de Notícias, 2014	103
2.50 Firmino, T. (24 de Outubro de 2014) 'Reitores arrasam avaliação da FCT: "Um falhanço pleno"', Público, 2014	104
2.51 TVI24 (24 de Outubro de 2014) 'Avaliação das unidades de investigação «é uma oportunidade perdida»', TVI24, 2014	106
2.52 Lusa (26 de Novembro de 2014) 'FCT abriu concurso para projetos de desenvolvimento tecnológico com dotação de 70 ME', Expresso, 2014	107
2.53 Lusa (14 de Dezembro de 2014) 'Passos lança aviso à investigação científica', Expresso, 2014	108
2.54 Lusa (14 de Dezembro de 2014) 'CRUP pede divulgação da avaliação dos centros de investigação e dos apoios para 2015', Diário de Notícias, 2014	109
2.55 Lusa (15 de Dezembro de 2014) 'Avaliação de centros de investigação está quase pronta. E com boas notícias, promete Governo', Observador, 2014	110
2.56 Azevedo, V. (15 de Dezembro de 2014) 'Entre ciência fundamental e aplicada não há fronteiras', Expresso, 2014	111
2.57 Firmino, T. (19 de Dezembro de 2014) 'A FCT deu instruções para haver até 80 centros excepcionais e excelentes', Público, 2014	113
2.58 Jornal de Notícias (22 de Dezembro de 2014) '63 centros de investigação financiados com 47 milhões por serem os melhores', Jornal de Notícias, 2014	117
2.59 Novais, V. (22 de Dezembro de 2014) '63 instituições com 47 milhões de euros... 65 sem nada', Observador, 2014	118
2.60 Alves, L. (22 de Dezembro de 2014) 'Onze Unidades de Investigação classificadas como Excepcionais vão receber 13 milhões de euros', TVCiência, 2014	119
2.61 Queirós, M. (25 de Janeiro de 2015) 'Governo recua na avaliação dos centros de investigação', Económico, 2015	121

2.62	Lusa (31 de Janeiro de 2015) 'Sociólogos contestam avaliação de centros I&D, alegando falta de transparência', RTP, 2015	123
2.63	Silva, S. (7 de Fevereiro de 2015) 'Ninguém entende os critérios de atribuição de financiamento da FCT', Público, 2015	124
2.64	Jornal de Notícias (5 de Março de 2015) 'Governo quer implementar fatores de qualidade no financiamento do ensino superior', Jornal de Notícias, 2015	126
2.65	Silva, S. (7 de Abril de 2015) 'As sete vezes que mudaram as regras durante o jogo', Público, 2015.....	127
2.66	Firmino, T., Silva, S. (7 de Abril de 2015) 'FCT eliminou uma parcela prevista do dinheiro dos centros já depois da avaliação', Público, 2015	129
2.67	Sapotek (7 de Abril de 2015) 'FCT corta verbas de apoio aos centros de investigação', Sapotek, 2015.....	131
2.68	Bastos, J. (7 de Abril de 2015) 'Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia demite-se', Expresso, 2015	132
2.69	Firmino, T. (8 de Abril de 2015), 'O gato de Seabra', Público, 2015	133
2.70	Lusa (16 de Abril de 2015) 'Maria Arménia Carrondo nomeada presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia', Expresso, 2015.....	135
2.71	Fiolhais, C. (05 Agosto 2015), Libertar a Ciência, Público, 2015	136
2.72	Outros.....	138
3.	Imprensa internacional.....	139
3.1	Novaes, C.D. (4 de Julho de 2014) 'Bad news for academia in Europe', Blogue New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science, 2014.....	139
3.2	Amorim, C. (5 de Julho de 2014) 'Portuguese government shuts down half of the research units in the country', <i>De Rerum Natura</i> , 2014	142
3.3	Gibney, E. (9 de Julho de 2014) 'Portugal cuts funding for lowest-rated labs', Blogue Nature News, 2014.....	143
3.4	Cantazaro, M. (12 de Julho de 2014) 'Portugal slashes funding for physics research', physicsworld.com, 2014.....	144
3.5	Inequality Watch (19 de Julho de 2014) 'Research on Inequality and Migration under Threat', European observatory of inequality, <i>De Rerum Natura</i> , 2014	145
3.6	Marques, T. (22 de Julho de 2014) 'Funding review casting shadow over Portuguese research could cloud other countries', The Conversation, 2014.....	146
3.7	Feder, T. (Setembro de 2014) 'Half of Portugal's research centers could see their funding plunge', Physica Today, 2014	148
3.8	Moro-Martin, A. (9 de Outubro de 2014) 'A call to those who care about Europe's science', Nature, 2014.....	151
4.	Textos de opinião	153
4.1	Oliveira, D. (17 de Janeiro de 2014) 'A hecatombe na investigação: cérebros em saldo', Expresso, 2014	153
4.2	Mendes, J. (26 de Janeiro de 2014) 'Paradoxo na ciência', Jornal de Notícias, 2014.....	156
4.3	Maximiano, S. (31 de Janeiro de 2014) 'O saber não ocupa lugar, mas custa', Jornal de Negócios, 2014	157
4.4	Silva, F.C.D. (4 de Fevereiro de 2014) 'Ciência e equívocos', Público, 2014.....	159

4.5 Fiolhais, C. (19 de Fevereiro de 2014) 'Ciência à deriva', Público, 2014	161
4.6 Macedo, A. (26 de Junho de 2014) 'A economia do conhecimento', Dinheiro Vivo, 2014	163
4.7 Soromenho-Marques, V. (3 de Julho de 2014) 'A fruta na árvore', Diário de Notícias, 2014.....	164
4.8 Silva, A.S. (5 de Julho de 2014) 'Novo alerta pela ciência', Jornal de Notícias, 2014	165
4.9 Oliveira, D. (9 de Julho de 2014) 'A ciência da incompetência', Expresso, 2014.....	166
4.10 Soromenho-Marques, V. (21 de Julho de 2014) 'Solução final', Diário de Notícias, 2014	167
4.11 Mota, M. (28 de Julho de 2014) 'A Saga das avaliações', Público, 2014	168
4.12 Freira, A. (30 de Julho de 2014) 'A destruição do sistema científico e universitário nacional', Público, 2014	169
4.13 Veloso, F. (3 de Agosto de 2014) 'A avaliação da ciência e a destruição criativa', Jornal de Negócios, 2014	172
4.14 Fiolhais, C. (3 de Setembro de 2014) 'Uma avaliação destruidora', Público, 2014	173
4.15 Azevedo, V. (18 de Dezembro de 2014) 'Governo lançou políticas restritivas e enfrentou contestação generalizada dos cientistas', Expresso, 2014.....	175
4.16 Outros.....	176

1. Comunicados e cartas

1.1 Sentieiro, J. (18 de Maio de 2013) 'Carta a Miguel Seabra', LARSyS Laboratório de Robótica e Sistemas em Engenharia e Ciência, 2013

LARSyS-IST, 18 de Maio de 2013

Caro Miguel Seabra

Presumo que não terás acompanhado de perto o processo de análise de admissibilidade e de avaliação das candidaturas submetidas ao concurso de Programas de Doutoramento FCT. É nesse pressuposto que considero ser minha obrigação alertar-te para alguns aspectos, no mínimo estranhos, que a não serem cabalmente esclarecidos podem vir a causar prejuízo sério ao prestígio da FCT, em relação à preservação do qual estou certo faremos tudo o que estiver ao nosso alcance. Esta carta é pessoal e em nada se confunde com recursos que certamente serão apresentados.

Pessoalmente, não fui proponente de nenhuma candidatura, mas enquanto director do laboratório Associado LARSyS e presidente da unidade de I&D do IST, ISR/IST apoiei várias candidaturas entre as quais uma em colaboração com a CMU. Neste caso fi-lo ciente de que tendo o Estado Português contratualizado com a CMU um programa de cooperação envolvendo fundos públicos significativos se deveriam fazer todos os esforços para criar as melhores condições para o seu sucesso, a optimização dos seus resultados e portanto a boa utilização dos fundos públicos. Foi pois com surpresa que tive conhecimento que a candidatura tinha sido considerada não elegível. Maior foi a surpresa quando percebi que tal informação foi comunicada ao proponente quando o processo de avaliação já estava concluído. Este facto, como compreenderás legítima um conjunto de dúvidas sobre a forma como este processo foi conduzido pela FCT para cuja clarificação é fundamental a tua intervenção, razão que me leva a chamar a tua atenção. As dúvidas geradas podem traduzir-se nas seguintes questões:

1. A análise burocrático/administrativa da admissibilidade antecedeu, como é normal, o processo de avaliação científica só tendo seguido para avaliação as candidaturas consideradas elegíveis? Se assim foi, porque razão não foram os proponentes notificados dessa decisão para que em sede de contraditório pudessem apresentar argumentos a favor da elegibilidade da sua proposta?
2. A análise burocrático/administrativa da admissibilidade foi, ao arrepio do que estabelece a lei, apenas realizada após a avaliação? Se assim foi, qual a razão para procedimento tão estranho e de transparência tão duvidosa e porque razão não tiveram os proponentes acesso ao parecer dos avaliadores e à classificação que lhes foi atribuída?
3. Algumas propostas foram sujeitas a duas análises burocrático/administrativas, uma realizada antes da avaliação e outra depois com resultados contrários? Ou seja houve candidaturas que foram admitidas e avaliadas e depois por razões não esclarecidas consideradas não admissíveis?

Este meu alerta é de natureza pessoal na convicção de que estaremos a proteger a FCT corrigindo eventuais procedimentos incorrectos neste como noutros casos. Fico a aguardar a tua reacção.

Um Abraço
João Sentieiro

Nota: esta carta nunca teve resposta, nem a sua recepção foi acusada.

1.2 Pinto, A. C. C., Ramada, D., Sobrinho, M. (19 de Janeiro de 2014) ‘Carta aberta ao ministro da Educação e Ciência’, SNESup, 2014.

[<http://www.snesup.pt/htmls/EFApFppppkOjohyvqq.shtml>]

O frágil e muito promissor edifício da investigação científica construído em Portugal nas últimas décadas está em risco. Risco sério: porque poderemos a breve prazo vir a recuar para ocupar de novo o lugar na cauda da Europa. Centros, laboratórios, programas de investigação e candidaturas a bolsas têm sido afectados por cortes brutais de financiamento público, capazes de provocar descontinuidades e impor bloqueios. Mas o pior é que este recuo pode não estar associado apenas à crise financeira que o país atravessa e que obviamente compreendemos, mas a opções numa área que representa muito pouco na despesa do Estado – e dos fundos estruturais da União Europeia, sublinhe-se – e é uma alavanca decisiva para a modernização de Portugal.

Em paralelo, os critérios e os processos de avaliação dos concursos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) têm-se revelado pouco claros e transparentes. Sobretudo, a avaliação dos concursos de 2013 causou situações de uma injustiça gritante que urge resolver. As constantes mudanças de regulamentos, a falta de planificação, as permanentes alterações dos prazos, e a confusão burocrática anexa, caracterizam infelizmente os programas que têm sido lançados, ao que acresce o perigo de regresso a um modelo clientelar e não meritocrático de avaliação pelos pares.

Será necessário perceber se a FCT tem uma estrutura funcional capaz de dar conta do edifício científico. Para isso, será necessário pôr o dedo na ferida e perceber até onde vai a falta de recursos, materiais e sobretudo humanos, e como evitar uma excessiva dependência de calendários circunstanciais impostos pelo Ministério das Finanças ou das apetências clientelares pelos fundos estruturais que aí vêm. Ou seja, como pode a FCT criar as condições de estabilidade para defender a autonomia da ciência?

Preocupa-nos também a desorientação geral com que têm sido tratadas as candidaturas das mais jovens gerações. Partilham elas expectativas e compromissos que são defraudados sem complacência. A geração situada entre os 30 e 40 anos – que se tem imposto pelos seus currículos de investigação guiada pelos melhores padrões – corre o risco de ser varrida, perdendo-se o investimento realizado nas últimas duas décadas e regressando-se ao atraso paroquial de onde saímos há ainda muito pouco tempo.

Estamos conscientes que, quando as taxas de sucesso em concursos públicos para a investigação (bolsas e projectos) baixam para números risíveis, quase seria preferível não abrir os mesmos concursos. Mantê-los equivale a continuar um simulacro de “excelência” e “internacionalização”, em que por vezes o custo dos avaliadores acaba por ser superior ao número de bolsas atribuídas. Ora, em “casa onde não há pão” e onde as regras deixam de ser claras, criou-se todo um clima de suspeição, resultado directo do desinvestimento e do reforço dos poderes das clientelas.

Os apoios à investigação dependem do reforço das boas instituições e dos bons investigadores e projectos, avaliados correctamente e por critérios rigorosos (outra conquista recente que nada tem a ver com a existência de menores recursos). Acreditamos, pois, que seria fundamental, em relação às instituições, recompensar as melhores e “reformular” as piores.

As carreiras de investigação como as de professor nas universidades estão fechadas. E o modelo de crescimento das universidades e dos centros de investigação, se existe, faz-se à custa de trabalho precário, contratos de poucos anos, chegando até aos cinco meses para cobrir apenas o semestre. Por sua vez, os riscos de não fomentar a autonomia e a liberdade na

criação da ciência são enormes, se não se respeitarem as diferentes escalas. Por exemplo, a simples vinculação das bolsas individuais a projectos faz desaparecer temas e objectos de enorme potencial inovador, que se não fazem parte da agenda do “grande professor” não existem. A passagem de todas as bolsas de doutoramento para as universidades elimina a liberdade de alguns estudantes escolherem instituições internacionais de ponta nas suas áreas. Também é de rezear que as agendas de investigação, progressivamente dominantes nos centros de investigação, sejam cada vez mais a agenda dos decisores políticos de circunstância e dos naturais interesses que os apoiam. Por todas estas razões, impõe-se a defesa da autonomia, da liberdade científica e da investigação fundamental, guiada pela avaliação rigorosa da qualidade e do impacto na comunidade e na sociedade.

Porque não aceitamos que se destrua o processo de criação de um ensino superior feito no contacto permanente com a investigação científica, lutamos pela autonomia, mas não podemos prescindir dos recursos financeiros que a sustentam. Tão-pouco podemos aceitar que o futuro das gerações mais jovens de investigadores altamente qualificados fique hipotecado e seja, pura e simplesmente, espatifado.

É natural que, num período de crise, os escassos recursos sejam canibalizados pelos interesses mais poderosos e o próximo exercício dos fundos da União Europeia vai torná-lo seguramente mais claro. Mas esperamos que seja respeitado o consenso em torno da ideia de que o investimento em investigação científica é, de facto, o mais rentável para que o desenvolvimento do país não seja apenas aparente.

(*) Investigadores e professores universitários

António Costa Pinto, Diogo Ramada Curto, Manuel Sobrinho Simões, Público

1.3 Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades (21 de Janeiro de 2014) ‘Parecer do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades’, FCT, 2014.

[https://www.fct.pt/conselhos_cientificos/docs/parecer_CCSSH.pdf]

Desde o final de novembro até esta data foram conhecidos os resultados de vários concursos (projetos exploratórios, investigador FCT, bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento) e concluiu-se a apresentação de candidaturas das unidades de investigação a financiamento para os próximos anos. Os resultados destes concursos, bem como algumas questões de funcionamento da FCT, suscitaram um conjunto alargado de reações por parte da comunidade científica nacional e um debate público que atesta a importância que, felizmente, a sociedade atribui ao conhecimento científico. O Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades (CCSSH), reunido no dia 21 de janeiro de 2014, emite o seguinte conjunto de recomendações ao Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e Tecnologia:

1. O desenvolvimento do país deve estar necessariamente assente em estratégias de crescimento continuado e sustentável. Portugal entrou na corrida da competitividade científica com um atraso considerável em relação aos outros países europeus. Com a aposta estratégica das últimas duas décadas na investigação, os/as investigadores/as corresponderam muito eficientemente, como atestam os indicadores de desenvolvimento científico. A continuidade do desenvolvimento e, sobretudo, o retorno deste investimento poderão ser avaliados se não houver uma ruptura estrutural e se for possível assegurar condições de crescimento da competitividade internacional. O CCSSH vê com enorme preocupação a retração do financiamento da investigação, na medida em que compromete seriamente o futuro do país e recomenda que haja uma aposta estratégica no financiamento da ciência como via de acesso à excelência e instrumento para o desenvolvimento.

2. No caso concreto das Ciências Sociais e das Humanidades, é fundamental que os instrumentos de financiamento não contemplem qualquer tipo de discriminação negativa desta área.

3. Os instrumentos para a avaliação de projetos e candidaturas na área das Ciências Sociais e Humanidades devem ter em conta indicadores de produtividade e impacto específicos destas áreas.

4. O envelhecimento do corpo docente e de investigadores/as das instituições tem levado a que o rejuvenescimento se faça através da colaboração prestada por bolseiros/as e investigadores/as com vínculos precários. Recomenda-se que se faça uma aferição das necessidades permanentes na investigação e que se garanta que as instituições dispõem de recursos para a criação de postos de trabalho estáveis para os/as investigadores/as mais produtivos/as e competitivos/as.

5. A formação avançada é ainda insuficiente em Portugal no contexto competitivo europeu e não deve ser alvo de desinvestimento. As bolsas de doutoramento e pós-doutoramento devem ser atribuídas às melhores candidaturas, potenciando o desenvolvimento de projetos originais e de excelência, alguns dos quais necessariamente individuais.

6. Os processos de avaliação devem ser sempre rigorosos e transparentes e a comunicação sobre estes processos deve ser atempada e não ambígua, sobretudo tendo em conta o nível de subfinanciamento atual. A FCT deve esclarecer, de forma inequívoca, todos os casos de avaliação que suscitaram dúvidas e comunicar todos os procedimentos afetos aos processos de avaliação, assumindo plena responsabilidade pelos erros, quando tiverem existido.

7. Para que a avaliação da investigação não perca credibilidade, deve ser desenvolvido um procedimento de controlo de qualidade da avaliação, que garanta fiabilidade, competência e

isenção na avaliação. O CCCSH assume o seu papel enquanto veículo de comunicação entre a comunidade científica e o Conselho Diretivo da FCT. Neste sentido, este órgão afirma a sua independência face à Fundação. Enquanto órgão consultivo empenhado no aconselhamento para a melhor tomada de opções, solidariza-se com o sucesso dos/as investigadores/as na área das Ciências Sociais e Humanidades, bem como com as suas preocupações, acreditando que a investigação científica é uma opção de crescimento e de desenvolvimento sustentável para a qual todos os agentes (políticos, gestores e investigadores) devem convergir. Congratulamo-nos com a disponibilidade manifestada pelo Conselho Diretivo da FCT, nesta reunião, para recorrer a este órgão no cumprimento das funções que lhe estão legalmente atribuídas. O CCCSH, que iniciou funções no dia 26 de novembro de 2013, pretende, em breve, retomar um processo de auscultação da comunidade científica, mantendo-a, além disso, informada, com regularidade, da sua atividade.

Lisboa, 21 de janeiro de 2014

1.4 Conselho dos Laboratórios Associados (4 de Março de 2014) 'Comunicação do Conselho dos Laboratórios Associados (CLA) à FCT sobre avaliação das Instituições de Investigação', CLA, 2014.

[<http://www.cla.org.pt/docs/COMUNICADO%20SOBRE%20AVALIACAO%20enviado%20A%20FCT.pdf>]

A avaliação sistemática e regular das Unidades de I&D financiadas pela FCT iniciou-se em 1996. O modelo desde então adoptado privilegiou a avaliação feita por painéis internacionais constituídos em cada um dos domínios científicos de especialização, por cientistas de grande competência. Todo o trabalho tinha por base relatórios preparados pelas instituições em avaliação e visitas a todas as unidades pelos painéis de avaliadores, permitindo a interacção directa entre avaliadores, dirigentes das instituições e investigadores. Várias centenas de avaliadores independentes provenientes de instituições estrangeiras têm sido assim chamados a colaborar regularmente com Portugal na contínua melhoria do nosso sistema científico. A responsabilização de um coordenador geral de cada processo de avaliação, os contributos dos Conselhos Científicos da FCT, e o reforço dos mecanismos de contraditório e de recurso por parte das instituições avaliadas, vieram consolidar os procedimentos adoptados. Este modelo, progressivamente aperfeiçoado, manteve-se estável ao longo de quase 20 anos, garantindo a confiança generalizada, dentro e fora do País, no sistema de avaliação científica em Portugal. Ora, no dia 17 de Fevereiro, através de mensagem electrónica, e sem qualquer consulta ou justificação, a FCT, deu a conhecer à comunidade científica que tinha decidido adoptar novos procedimentos, no exercício de avaliação de Unidades de Investigação que está em curso. No esquema agora anunciado, a FCT entrega a uma organização sem experiência na matéria, em graves dificuldades e em vias de extinção (a Fundação Europeia para a Ciência, em Estrasburgo - (ESF)) a responsabilidade de seleccionar e alocar peritos internacionais para a avaliação das unidades de investigação em Portugal, na sequência de um contrato celebrado com a FCT, do qual se desconhecem os termos de referência e as condições. Até agora, sempre foi tornada pública com a devida antecedência a identidade dos peritos e avaliadores seleccionados, permitindo à comunidade científica confirmar ou infirmar a sua competência técnica nos domínios em causa, bem como detectar possíveis conflitos de interesse, sendo possível às unidades de I&D propor, justificadamente, a rejeição de avaliadores, ou indicar a necessidade de acrescentar competências especializadas ao painel inicialmente proposto. No passado foi também agendado com antecedência e tornado público o programa de visitas às unidades de investigação pelos painéis internacionais de avaliadores. Nada disso é agora garantido, antes se fazendo tábua rasa da experiência adquirida e da indispensável transparência de processos. Não se compreendem nem se podem aceitar novas confusões em processos de avaliação da responsabilidade da FCT, no seguimento das problemas recentemente denunciados que levaram o próprio órgão de consulta do Governo, o CNCT, a pedir uma auditoria aos procedimentos de avaliação da FCT. Carece de explicação cabal o contrato estabelecido entre a FCT e a ESF. Com efeito, com a criação da organização Science Europe em Outubro de 2011 (<http://www.scienceeurope.org/>), a ESF encontra-se desde então em processo de extinção (ver em: <http://www.esf.org/esf-today/recent-developments.html>). Este facto torna ainda mais necessário justificar que a FCT tenha decidido transferir a responsabilidade da sua missão mais importante (a avaliação científica) para essa organização, em moldes mantidos inexplicavelmente desconhecidos pela comunidade científica. Para esta decisão terão contribuído, como invoca a FCT "... as características únicas deste exercício de avaliação - em termos de dimensão e abrangência (324 unidades candidatas a avaliação, com 15 476 membros integrados)". Mas, de facto, estas características não têm nada de únicas, uma vez que, por exemplo, na avaliação de 2007, realizada pela própria FCT, esteve em causa a avaliação de 378 unidades. Acresce ainda que a FCT entregou também a responsabilidade de conduzir uma análise prévia bibliométrica (uma das novidades do novo esquema agora anunciado) à editora privada ELSEVIER. Tendo em conta que existe um organismo oficial responsável pela produção e elaboração de estatísticas e estudos para a ciência e tecnologia

(DGEEC – Direcção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (<http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>), que inclui a produção de indicadores na área da produção científica, qual a justificação de se encomendar esse estudo a essa editora e não a esse organismo? O Conselho dos Laboratórios Associados representa instituições e investigadores que sempre apoiaram todos os esforços para reforçar uma séria e generalizada cultura de avaliação em Portugal, por maioria de razão no que respeita às actividades científicas. Por isso reclamam hoje que a seriedade e qualidade dos processos de avaliação aplicados ao conjunto das instituições científicas portuguesas não sejam postas em causa. Alertam para o retrocesso que representam medidas avulsas e mal preparadas, tomadas sem a participação das próprias instituições científicas e sem apresentação de qualquer justificação, ontem em matéria de avaliação de bolsas ou contratos, com a explosão de críticas e a geração de um clima de desconfiança insustentável, hoje de avaliação de instituições inteiras. O CLA volta a alertar seriamente os responsáveis actuais para o impacto profundamente negativo e sem justificação, de medidas disruptivas que minam a confiança nos procedimentos de avaliação cuja estabilidade e qualidade compete ao Estado garantir, em sintonia com os próprios cientistas. A situação actual é por demais crítica, depois da quase unânime revolta social contra a decisão inconsiderada e irresponsável de redução drástica do emprego científico e das possibilidades de formação avançada, sem justificação nem sequer orçamental. Esperamos sinceramente que esse caminho tenha começado a ser invertido. É pois ainda mais incompreensível que, neste contexto indesejável de quebra de confiança, se pretendam agora introduzir novos elementos de perturbação e de legítima apreensão, através de mudanças imprevistas, opacas e negativas no sistema de avaliação das instituições científicas. Lamentamos profundamente a actual situação. E reiteramos, como temos repetida e publicamente afirmado, a nossa atitude construtiva e a nossa inteira e permanente disponibilidade para colaborar com a tutela e com a FCT na defesa do progresso científico e tecnológico.

CLA, Março de 2014

1.5 Fundação para a Ciência e Tecnologia (11 de Março de 2014) ‘Resposta ao CLA da FCT, CLA, 2014

[http://www.cla.org.pt/docs/Resposta%20da%20FCT%20enviada%20ao%20CLA_11-03-2014.pdf]

Lisboa, 11 de março de 2014

Ex. mos Membros do Conselho de Laboratórios Associados,

Durante o fim de semana foram divulgadas na comunicação social várias preocupações do Conselho de Laboratórios Associados sobre a avaliação das Unidades de I&D em curso. Ontem, 10 de março, chegou à FCT a comunicação do CLA sobre este tema, ao qual o Conselho Diretivo da FCT vem responder, na expectativa de assim contribuir para clarificar o envolvimento da European Science Foundation (ESF) neste exercício de avaliação. Esta colaboração, anunciada no mês passado, foi recebida com tranquilidade pela comunidade científica e decorre de acordo com as disposições previstas no guião de avaliação e regulamento deste exercício de avaliação, o qual leva em conta cerca de 150 contributos individuais e institucionais recebidos durante um amplo e muito participado período de consulta pública. Neste exercício de avaliação das Unidades de I&D mantêm-se as premissas que suportam uma avaliação científica isenta e rigorosa: a avaliação das candidaturas apresentadas ao concurso de 2013 é efetuada por painéis de avaliação organizados por áreas científicas e compostos por avaliadores de mérito e competência internacionalmente reconhecidos, provenientes de instituições estrangeiras, e cuja competência está claramente fixada no Regulamento. No entanto, o exercício agora em curso tem particularidades que o distinguem de exercícios anteriores: é o primeiro em que todos os centros de investigação do país são avaliados em simultâneo, e em pé de igualdade. De facto, e como é do conhecimento do CLA, os exercícios de avaliação das Unidades de I&D e dos Laboratórios Associados decorreram separadamente, em 2007 e 2008, respetivamente. Tratando-se de um exercício de avaliação que envolve a totalidade da comunidade científica em Portugal, optou a Direção da FCT por envolver uma organização internacional e intergovernamental, de modo a assegurar a necessária isenção e transparência no processo de avaliação. Tomada esta opção, é evidente que a Direção da FCT mantém a total responsabilidade que lhe compete em todas as fases do processo de avaliação. São infundados os receios do CLA relativamente à experiência e ao conhecimento da ESF na avaliação internacional por pares. A ESF conquistou, ao longo de três décadas, uma inquestionável reputação na realização e apoio a exercícios de avaliação exigentes em diversas organizações europeias e em diversos países membros. É reconhecida como agindo sempre com grande dedicação e atenção ao controlo de qualidade dos processos que coordena: na deteção e eliminação de conflitos de interesse, no assegurar total transparência no processo de avaliação, igualdade de tratamento e confidencialidade da informação fornecida durante o exercício.

Além de implementar exercícios de avaliação, a ESF tem também provas dadas na análise dos processos e práticas de avaliação científica por pares na Europa, tendo publicado relatórios e um guia intitulado “European Peer Review Guide – Integrating Policies and Practices into Coherent Procedures”, que constitui uma referência para um número significativo de países e sustenta grande parte das boas práticas internacionais nesta área. Neste sentido, e em resposta a uma preocupação expressa pelo CLA, a Direção da FCT informa que os painéis de avaliação serão conhecidos uma vez decorridas as reuniões dos painéis e emitidos os seus pareceres, antes de se iniciar o período de Audiência Prévia, conforme indicado no site da FCT. O processo de avaliação decorre conforme previsto (e descrito no site da FCT), estando em curso a alocação de peritos externos às propostas submetidas. Durante o mês de março, as propostas serão avaliadas pelos peritos externos, para que em abril os coordenadores das unidades tenham oportunidade de se pronunciarem sobre os seus pareceres. Estes pareceres e comentários serão todos considerados nas reuniões presenciais dos painéis, em maio, estando a comunicação dos resultados da primeira fase prevista para junho. Terminará então a

participação ativa da ESF neste exercício de avaliação, e serão conhecidas as unidades que passam à segunda fase. Apenas estas unidades serão alvo de visitas ou reuniões presenciais, pelo que apenas quando a primeira fase estiver terminada faz sentido preparar e publicar o programa de visitas. A ESF é uma organização com 40 anos de existência, que se encontra em reestruturação, ao longo de 2014 e 2015, sendo um dos objetivos dessa reestruturação precisamente a sua especialização na organização e no apoio a exercícios internacionais de avaliação científica por pares. Estão asseguradas por isso todas as condições necessárias à participação da ESF no exercício da avaliação das Unidades de I&D. Em relação à preocupação do CLA com o recurso à editora ELSEVIER para a realização do estudo bibliométrico (que será apenas um dos indicadores utilizados pelos avaliadores) em presumível detrimento da Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), esta decisão prende-se com o facto de a DGEEC não possuir nem os meios técnicos nem a informação bibliométrica necessária para efetuar esta análise a um universo tão abrangente como o deste exercício de avaliação. A FCT está a trabalhar com a DGEEC no sentido de preparar este serviço para um apoio mais ativo na recolha de indicadores de produção científica (bibliométricos e outros). A Direção da FCT não vê nesta decisão de envolver a ESF no exercício de avaliação das Unidades de I&D qualquer motivo para uma quebra de confiança da comunidade científica. Antes pelo contrário: tratando-se de um exercício complexo, e de extrema importância para a sustentabilidade do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), a FCT aplica o princípio de trabalhar com a comunidade científica nacional e, quando relevante, também com organizações internacionais relevantes, sempre com o objetivo de assegurar avaliações rigorosas, independentes e transparentes, que assegurem o avanço da investigação científica em Portugal.

Miguel Seabra
Presidente

1.6 Conselho dos Laboratórios Associados (17 de Março de 2014) 'Reacção à resposta da FCT por parte do CLA', CLA, 2014

[http://www.cla.org.pt/docs/Resposta%20da%20FCT%20enviada%20ao%20CLA_11-03-2014.pdf]

Exmo. Sr. Presidente,

O Conselho dos Laboratórios Associados (CLA) agradece a resposta da FCT às preocupações expressas pelo Conselho a 6 de Março sobre a avaliação das Instituições de Investigação. Apesar da resposta dar uma indicação clara da preocupação da FCT com este dossier, da maior importância para a Ciência em Portugal, o CLA considera imprescindível a resolução atempada de um conjunto de problemas graves que irão decerto afectar, de forma insanável, o processo de avaliação.

1. O CLA vê com extrema preocupação que a FCT parece pretender proceder a uma primeira avaliação documental de todas as Unidades de Investigação, por peritos anónimos, impedindo as referidas unidades de aferirem as respectivas competências e currículos e impedindo-as de apontar eventuais carências nos perfis dos avaliadores escolhidos, tendo em conta os domínios científicos de especialização das unidades a avaliar. Vê ainda com estupefacção a FCT “consentir “ em dar a conhecer quem são os membros dos “painéis”, apenas depois dos respectivos pareceres terem sido comunicados, ou seja, impedindo a possibilidade das instituições científicas indicarem falhas na composição desses painéis a tempo dessas falhas serem corrigidas.

2. O CLA releva ainda a opacidade e falta de rigor do processo de avaliação apresentado, falando-se ora de peritos, ora de painéis, sem que se esclareça que relação há entre uns e outros, nem se os painéis referidos serão os mesmos que efectuarão as visitas. Também não esclarece quais os critérios de passagem à segunda fase da avaliação, nem quais as consequências para as Unidades que não passarem a essa segunda fase. Finalmente, não esclarece ainda quando será tornado público o calendário de visitas às várias unidades em avaliação.

3. O CLA verifica ainda que a FCT não respondeu ao seu pedido para que sejam conhecidos os contratos estabelecidos com a ESF e com a editora Elsevier, o que, legitimamente, não pode senão contribuir para agravar um sentimento de opacidade e de falta de transparência do processo de avaliação que todos, por certo, têm por indesejável. É do conhecimento geral que a Elsevier (Scopus) tem uma abrangência limitada em muitas áreas do conhecimento e não está claro como a FCT levará em conta este facto.

4. Acresce que não é dada qualquer informação sobre como é que estas avaliações irão determinar a manutenção ou cancelamento do estatuto de Laboratório Associado, preocupação já comunicada pelo CLA à FCT a 30 de Setembro de 2013. Com os nossos melhores cumprimentos, reiteramos a nossa inteira e permanente disponibilidade para colaborar com a tutela e com a FCT na defesa do desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Alexandre Quintanilha
Secretário do CLA

1.7 CIES (1 de Julho de 2014) 'Posição do CIES sobre o processo de avaliação', 2014

[<http://dererummundi.blogspot.pt/2014/07/posicao-do-cies-sobre-o-processo-de.html>]

O Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) tornou pública a sua posição sobre o processo de avaliação das unidades de investigação em curso e disponibilizou vários documentos relacionados com esse processo, que podem ser consultados aqui. Transcreve-se a posição do CIES:

Como é público encontra-se a decorrer a avaliação das unidades de investigação do sistema científico nacional. Este processo é dirigido pela European Science Foundation sob contrato da Fundação para a Ciência e Tecnologia. A recente publicitação dos resultados provisórios da primeira fase de avaliação veio mostrar que várias das preocupações expressas pela comunidade científica tinham infelizmente fundamento, já que muitas das situações agora reveladas demonstram total arbitrariedade, falta de conhecimento da realidade institucional da ciência em Portugal, e, mais grave ainda, de procedimentos científicos e técnicos dos processos de avaliação.

No que respeita ao CIES os termos em que a avaliação é apresentada mostram de forma particularmente grave as deficiências e enviesamentos de todo o processo. Podem ser encontrados nos documentos agora disponibilizados publicamente diversas formas de incorreção formal, erros éticos e científicos, assim como tipos diversos de preconceito face a problemáticas científicas no quadro de um centro de investigação que procura situar-se de forma inovadora nas grandes linhas de investigação internacional na área da sociologia.

A Direção do CIES

1.8 Livre (4 de Julho de 2014) ‘O desmantelamento da ciência em Portugal’, LIVRE, 2014
[<http://livrept.net/comunicados/11714>]

Os resultados da primeira fase da avaliação das unidades de investigação e desenvolvimento (I&D) são calamitosos. Depois dos cortes brutais que se verificaram no financiamento dos programas de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, bem como no concurso investigadores FCT 2013, são agora perto de metade das unidades de I&D do país que ficam privadas de um financiamento minimamente capaz de assegurar a sua continuidade. E o processo de avaliação ainda só vai na sua primeira fase, não estando assegurada melhor classificação para as unidades de I&D que transitaram para a segunda fase.

Em face dos resultados publicados, o LIVRE considera que, a pretexto de uma avaliação necessária, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) persiste no corte generalizado do financiamento da investigação científica, em todos os seus capítulos – a formação científica, o emprego científico e as instituições de acolhimento.

O resultado evidente desta machadada é a descontinuação da atividade de largas dezenas de unidades de I&D, interrompendo processos de formação e produção científica à escala nacional. Com esta política de cortes – desativando milhares de bolseiros e investigadores e desfazendo metade da rede nacional de unidades de investigação – a agência científica nacional está a fraturar a rede científica do país e a destruir o seu capital científico, forçando alguns dos melhores investigadores à emigração. Numa palavra, desmantela um património de duas décadas em grande medida erigido pela própria FCT.

O LIVRE considera que as finalidades da avaliação estão subvertidas quando o seu propósito é o de estrangular o financiamento da investigação científica. Considera ainda que o processo não foi conduzido com a seriedade exigível ao julgar o destino destas Unidades através de uma única peça, sem oportunidade de revisão após o parecer emitido pelos painéis de avaliação. Por estas razões, o LIVRE preconiza:

1. Que as unidades de I&D anteriormente classificadas com Excelente ou Muito Bom apenas possam ser excluídas da segunda fase do corrente processo de avaliação mediante a demonstração de falta grave, como o incumprimento de objetivos contratados, ou outra equivalente.
2. Que as unidades de I&D que obtenham a classificação de Bom sejam financiadas de forma a garantir a continuidade do seu funcionamento.
3. Que sejam celeremente ativados procedimentos de recurso onde não tenham parte os painéis responsáveis pelas avaliações agora publicitadas.

1.9 Sociedade Portuguesa de Química (7 de Julho de 2014) ‘Posição da SPQ sobre a avaliação das unidades de I&D em química’, *De Rerum Natura*, 2014

[<http://dererummundi.blogspot.pt/2014/07/posicao-da-spq-sobre-avaliacao-das.html>]

Sendo a área da química, das 22 constantes no ESI- WoS, aquela que mais vezes aparece no Ranking 1% (Rk 1%; 1% mais citada dentro da área científica "field" da química) das instituições de ensino portuguesas (universidades), transversal a muitas outras áreas do conhecimento, é com profunda preocupação que a SPQ observa o resultado da 1ª fase do processo de avaliação efetuado pela FCT aos centros de investigação de química do país. Em particular assinala o facto de vários centros de química, de norte a sul de Portugal, não terem passado à 2ª fase do processo de avaliação, o que na prática condena à sua provável extinção. Se considerarmos o conjunto dos centros de investigação cuja área dominante é a química, estes representam 50% do total dos centros desta área científica em Portugal. O caminho trilhado, desde há mais de 20 anos, é um percurso de formiga, lento e árduo, mas com resultados; tem sido consensual o salto qualitativo e quantitativo que a ciência portuguesa deu nos últimos 20 anos. Estes centros de investigação apresentam indicadores de produtividade científica significativos, aliás atestados tanto pelo facto de terem recebido maioritariamente classificações de Excelente ou Muito Bom nas anteriores avaliações, como pelos dados bibliométricos gerados pela FCT com base nos dados fornecidos pelos investigadores (ORCID/SCOPUS). Tanto a Universidade do Minho como a Universidade de Aveiro surgem no Rk1% do ESI. Sendo expectável considerar que os seus centros de investigação tenham forte contribuição para esta posição, este processo de avaliação levanta fundadas interrogações. A SPQ mostra forte apreensão com a situação e espera que a FCT tenha capacidade de inverter este rumo, reconhecendo que o processo de avaliação efetuado apresenta falhas significativas e graves que urge retificar de imediato. A SPQ encontra-se disponível para colaborar em qualquer solução que permita o arrepiar deste caminho. A SPQ solidariza-se igualmente com outras áreas, em especial áreas congéneres, nomeadamente a Física (que conjuntamente com a química é que maior taxa de publicações e citações apresenta em Portugal) que correm igualmente o risco de sofrer um rude golpe com esta avaliação.

A direcção da SPQ,

1.10 Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (7 de Julho de 2014) ‘Carta da Direcção do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (CFUL) à FCT’, *De Rerum Natura*, 2014
[http://dererummundi.blogspot.pt/2014/07/carta-da-direccao-do-centro-de_7.html]

Lisboa, 7 de Julho de 2014

1- Considerações Preliminares

O Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, na primeira fase de avaliação, teve uma classificação de 18/20, 17/20 e 11/20. O CFUL viu-se excluído da segunda fase do processo de avaliação (2014) em virtude de, perante um conjunto de três relatórios em que a disparidade de critérios de avaliação se tornara já notoriamente visível (o que, por não ser de todo habitual, mereceria desde logo uma análise mais cuidada), o quarto relator ter não só baseado as suas informações no parecer que mais parcial tinha sido na sua análise do CFUL, como ter também pura e simplesmente ignorado a refutação que fizéramos desse mesmo parecer no Rebuttal entretanto submetido. A acentuada disparidade de critérios é reveladora da fragilidade do processo e tanto mais grave quando confrontada com as suas consequências: a exclusão do CFUL da segunda fase da avaliação. Esta mesma fragilidade transforma-se em escandalosa arbitrariedade quando passamos para o plano da justiça relativa, confrontando a classificação do CFUL com a dos demais Centros de Filosofia que passaram à segunda fase.

2- Demonstração da irregularidade processual e da inconsistência científica da avaliação do CFUL

Nos 3 primeiros relatórios de avaliação é dito:

a) - Relatório 1. Classificação: 18/20; Avaliador 91510:

“O CFUL é o principal Centro português na formação de investigadores e apesar de não estar ao nível dos de Paris, Génova ou Barcelona está longe de possuir mera dimensão regional”; “a internacionalização é, em geral, boa”; “a publicação em outras línguas, que não o português, é mais do que ocasional”; “o trabalho dos investigadores portugueses tem mais forte presença na Europa do que há trinta anos, e o maior crédito para este resultado deve-se aos membros do CFUL; o CFUL “tem tido sucesso em concursos a nível internacional, captando um EUROCORES e uma bolsa Marie Curie”; é “um Centro único na Europa, por conciliar a tradição filosófica, sem esquecer a tradição filosófica nacional, com a filosofia contemporânea”; “o trabalho projectado até 2020 assenta em provas já dadas, pelo que tem condições de exequibilidade, recomendando-se, embora, maior selectividade.”

Questão: Pode uma Unidade de Investigação em Humanidades, com méritos assim reconhecidos, ser condenada à extinção pela FCT?

b) - Relatório 2. Classificação: 17/20; Avaliador 91511:

“A disseminação do conhecimento e a formação avançada tem uma dimensão expressiva”, revelando, neste domínio, “capacidades excepcionais de disseminação e formação”; “a publicação de revistas [próprias], abarcando domínios plurais, acentua este aspecto”; “a investigação é de natureza interdisciplinar”; “a internacionalização tem maior expressão com países como a Espanha e Itália, recomendando-se maior ligação a países como a Inglaterra, a Alemanha e a França, mas em alguns Grupos publica-se em revistas internacionais de “alta reputação”, havendo condições para aprofundar o universo da internacionalização”; o trabalho de tradução anotada e comentada de clássicos, já desenvolvido e a desenvolver, “alterará o padrão cultural do mundo lusófono no domínio da história da filosofia”; “se o propósito é dar contribuições decisivas para o panorama académico português e espaço

adjacente, então o resultado é excelente”; o CFUL “merece todo o apoio que lhe possa ser dado”.

Questão: Pode uma Unidade de Investigação em Humanidades, com méritos assim reconhecidos, ser condenada à extinção pela FCT?

3- Relatório 3. Classificação 11/20; Avaliador 2044:

“A formação avançada é boa e está em crescimento, mas importa atrair mais investigadores estrangeiros;” “há adequada supervisão”; “o número de artigos publicados em peer-reviewed journals está também a crescer;” “o número de livros e contribuições para colecções é muito bom, mas são poucas as publicações em top-ranked international journals”; “um dos 5 Grupos do CFUL [...] publica frequentemente em top-ranking international journals; nos dez títulos nucleares indicados “só três são em inglês”; “o impacto das publicações dos membros do CFUL na comunidade de pesquisa internacional é razoável, mas devia ser mais ambiciosa”. Atribui ‘very-good’ à produtividade de três dos Grupos de Investigação e ‘Good’ aos restantes dois; considera que o trabalho de tradução de clássicos (Aristóteles, Husserl, Kierkegaard e tantos outros) não resulta de investigação que altere o “estado da arte”; considera também a tradução de clássicos para português “não motiva o leitor a aprender a língua original”.

Questão: Ficando-se com a impressão de que este avaliador leu apenas determinadas secções do nosso relatório inicial, e não na íntegra, como fizeram os dois anteriores avaliadores, pergunta-se se as considerações acima merecem uma classificação final de 11/20, que conduz, a prazo, à extinção desta Unidade de Investigação.

4-“Relatório de Consenso”

O quarto relator, ao basear maioritariamente as suas considerações no relatório que mais desqualifica o CFUL, manifesta total falta de isenção científica, redigindo um parecer que enfatiza arbitrariamente pontos susceptíveis de dar a imagem final de falta de qualidade. Consideramos, pois, que a FCT deve responder aos dois elencos de questões abaixo formuladas.

1º Elenco de Questões

a)- Pode a FCT nomear alguma Unidade de investigação em Filosofia em Portugal que tenha publicado 228 títulos em outras línguas europeias que não o português (reportados à FCT entre 2008-2012)? Terão os avaliadores feito as contas, uma vez que a avaliação parece ser apenas quantitativa?

b)- Para além do CFUL, que outro (ou outros) Centro nacional de investigação em Filosofia publicou, no período em avaliação (2008-2012): 18 artigos em revistas A/INT1 e 19 em revistas B/INT2? Terão os avaliadores feito as contas?

c)- Este nível de publicações está em crescimento muito acentuado: desde 2013, até hoje, publicámos 60 estudos em inglês em meios internacionais de relevo, dos quais 27 em Top-ranking international peer-reviewed journal. Na verdade, em 2011, 31% das nossas publicações foram em inglês, 5% em alemão e 9% em espanhol; em 2012, 26% foram em inglês, 12% em espanhol, 12% em francês e 11% em alemão, ficando 38% para português. Pode a FCT fazer um exercício comparativo com outros Centros de Filosofia do país?

d)- O CFUL é responsável por um projecto EUROCORES. Sabe a FCT se há mais algum, noutro Centro de Filosofia do país?

e)- Um dos nossos investigadores integrados, treinado localmente, recebeu uma bolsa Marie Curie, para investigação em Filosofia. Algum outro Centro de investigação em Filosofia do país pode invocar o mesmo facto?

f)- Foi tido em conta, na nossa exclusão de passagem à segunda fase, que o CFUL publica a mais bem classificada revista de Filosofia do país: Disputatio/INT2 no ERIH list e B no ERA ranking, exclusivamente em língua inglesa?

g)- Foi tido em conta que o CFUL publica outra revista on-line, maioritariamente em inglês (philosophy@lisbon)?

h)- Não será legítimo perguntar se a nossa exclusão de passagem à segunda fase teve por base a leitura objectiva dos nossos relatórios? Mas afinal não são estes os critérios que transparecem no padrão de avaliação eleito pelos próprios avaliadores? Não é escandalosa a incoerência e a ligeireza subjacentes?

i)- Quando o avaliador que nos atribuiu 11/20 diz que as traduções anotadas e comentadas de clássicos elaboradas pelo CFUL (Aristóteles, Husserl, Kierkegaard e tantas outras), muitas delas premiadas pela União Latina, “nada acrescentam ao estado da arte”, pergunta-se: este avaliador sabe português? Conhece alguma destas traduções, feitas a partir das edições originais, anotadas e comentadas em língua portuguesa?

j)- A FCT prefere que os nossos estudantes leiam Aristóteles em traduções inglesas, francesas ou espanholas? Tem a FCT receio de que ao traduzirmos do dinamarquês as obras de Kierkegaard, o ensino da língua dinamarquesa em Portugal caia por terra? E que dizer do alemão de Husserl? Pois parece ter sido esse o receio do avaliador que nos despromoveu.

l)- Considera a FCT que incorporar a grande tradição do pensamento filosófico no património de uma língua é irrelevante para o enriquecimento da potencialidade expressiva dessa língua e dos seus falantes, a todos os níveis?

m)- Considera a FCT que uma Unidade portuguesa de investigação em Humanidades deve ser desclassificada pelo facto de as suas publicações em português serem mais numerosas (o que já não sucede em 2012), considerando irrelevante o lugar de charneira que ocupa há vinte anos no mundo lusófono?

n)- Desconhece o terceiro avaliador, cuja classificação de 11/20 acabou por liquidar o CFUL, que os grandes países europeus há mais de cem anos que elaboraram a tradução dos principais clássicos da Filosofia para as respectivas línguas e que isso não os empobreceu culturalmente, nem liquidou o ensino de outras línguas nesses países?

o)- Não terá Portugal direito e legitimidade para fazer o mesmo, como o fez já a Espanha, e muito antes a França e a Inglaterra? E como também, antes de nós, começou há muito a fazer o Brasil?

p) O terceiro avaliador, encarando as dez principais e mais representativas publicações seleccionadas pelo CFUL no seu relatório de Unidade, que segundo a FCT “poderão ser lidas pelos avaliadores”, apenas diz: “só três são em inglês”. É este único juízo que tem a fazer? Não lhe interessa a qualidade dessas dez publicações? E nesse plano exclusivamente quantitativo não referiu que um dos títulos é em espanhol (segunda língua alfabética do mundo), ficando “só” seis para a nossa língua!

2º Elenco de Questões

Considerações Preliminares:

Sendo o CFUL a Unidade nacional de investigação em Filosofia que julgamos possuir maior grau de internacionalização, nos termos dos critérios supostamente eleitos pelos avaliadores,

abarcando tanto o mundo anglosaxónico (como acima se evidenciou), como os dois principais países do sul da Europa (Espanha e Itália, como evidenciou o 2.º avaliador) e ainda o Brasil (estranhamente afastado das considerações dos avaliadores, sendo certo que muitas das nossas edições são publicadas também no Brasil), é falso que sejamos um Centro apenas orientado para o panorama nacional. Mas é verdade que estamos também atentos ao mundo lusófono, de que fazemos parte. Por isso, é fundamental que a Agência portuguesa de investigação científica esclareça também os seguintes aspectos, para memória futura:

a) Os critérios de avaliação de um Centro de Humanidades são os mesmos dos das chamadas “ciências duras”?

b) Em Humanidades, um artigo em inglês, publicado em determinadas revistas, prevalecerá sobre um livro de enquadramento e problematização das grandes questões do pensamento filosófico?

c) A avaliação mede-se apenas por critérios quantitativos? Para mais, apresentados em termos pouco claros, gerando ambiguidades e possibilitando manipulações arbitrárias?

d) Prevalecerá daqui para a frente a ausência de referência autorizada à qualidade das publicações por parte dos avaliadores?

e) Essa tarefa é confiada aos conselhos científicos das revistas em que se publica?

f) Então para que servem os avaliadores? Para ordenarem a contagem? São investigadores ou meros administradores?

g) Vai permanecer o hábito de aceitar avaliadores (na área das Humanidades) que não conhecem a língua portuguesa, nem podem nem sabem contextualizar os relatórios, suprimindo essa ignorância com receitas genéricas que podem estar alheadas da realidade dos países a que se aplicam? Não será essa a tarefa da FCT?

h) Não considera a FCT que, pelo panorama emergente desta última avaliação (2014), o sistema de avaliação vai converter-se em algo mais importante que a própria investigação, numa corrida em que países como o nosso serão sempre secundarizados?

i) Não estaremos a enfraquecer-nos, aceitando, inteiramente e de pancada, o modelo da ESF, sem a presença, sublinhe-se de novo, de alguém que contextualize os problemas e as opções das Unidades de Investigação, partindo do espaço em que se inserem?

Estamos certos de que a FCT, atenta que estará à situação ora criada na investigação em Portugal, saberá extrair todas as consequências da presente exposição relativa ao Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

1.11 Fundação para a Ciência e Tecnologia (11 de Julho de 2014) ‘Declaração sobre Avaliação de Unidades de I&D 2013’, FCT, 2014.

[http://www.fct.pt/noticias/index.phtml.pt?id=89&%2F2014%2F7%2FDeclara%C3%A7%C3%A3o_sobre_Avalia%C3%A7%C3%A3o_de_Unidades_de_I&D_2013]

Na sequência de notícias que têm vindo a público recentemente e ainda alguns comentários e opiniões recebidos por outros meios a FCT reafirma o seguinte:

- A sua total confiança na robustez do exercício de avaliação das Unidades de Investigação atualmente em curso. A avaliação das unidades de investigação levada a cabo pela FCT em colaboração com a European Science Foundation (ESF) corresponde a um exercício de avaliação regular, previsto na Lei e que decorre como planeado e divulgado, quer do ponto de vista dos procedimentos quer do ponto de vista do calendário anunciado;

A ESF reitera, no seu site, a robustez e elevados padrões de exigência do exercício de avaliação.

- O exercício de avaliação decorre com total transparência, rigor, isenção e no cumprimento das melhores práticas internacionais que a FCT preconiza e que a ESF tem extensamente descrito e aplicado em numerosos exercícios de avaliação;

- O regulamento do concurso foi sujeito a consulta pública e foi amplamente discutido, incorporando propostas de organizações e membros da comunidade científica. Os guiões de avaliação e candidatura são públicos desde o início do concurso e explicitam, de forma detalhada, os critérios de avaliação que foram escrupulosamente cumpridos;

- A FCT rejeita de forma veemente qualquer interferência, direta ou indireta, no processo de avaliação que foi acompanhado de perto pela ESF;

- Os membros dos painéis de avaliação foram selecionados pela ESF obedecendo aos mais exigentes critérios de mérito científico e experiência comprovada em exercícios de avaliação semelhantes;

- Decorre, nesta data, o período de Audiência Prévia, para as unidades que não passam à segunda fase de avaliação, podendo os coordenadores das unidades contestar erros ou equívocos que possam subsistir nos relatórios de consenso transmitidos pelos painéis de avaliação;

- A FCT está a acompanhar de perto o exercício de Avaliação das Unidades 2013, tendo reafirmado o seu empenho em colaborar com as unidades que não foram propostas para passar à segunda fase de avaliação, de modo a identificar as soluções mais adequadas à definição da sua estratégia futura.

1.12 Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (11 de Julho de 2014) 'Carta da Direcção e Coordenadores do CLEPUL ao Presidente da FCT', De Rerum Natura, 2014

[<http://dererummundi.blogspot.pt/2014/07/centro-de-literaturas-e-culturas-da.html>]

Os resultados da recente Avaliação dos Centros de Investigação da FCT têm vindo a suscitar a indignação e os protestos de diversas Unidades e Universidades. Lidos alguns dos textos entretanto publicados (em periódicos ou blogues), depreende-se que cada Centro cura da justa defesa do trabalho realizado ao longo de anos (2008-2012).

Consideramos que, a par da reflexão crítica sobre a avaliação de cada Unidade, e, em particular, sobre a sua classificação, importa analisar a metodologia adoptada na condução de um processo de tantas e tão fundas consequências para o futuro da investigação em Portugal. Elencamos pois uma série de questões das quais dependem a justeza e a justiça da Avaliação em curso:

- 1) sobre a adequação dos avaliadores ao trabalho a avaliar;
- 2) sobre a consistência e validação da avaliação;
- 3) sobre a avaliação dos avaliadores e do próprio processo de avaliação.

1. Antes de mais, importa saber se a Agência de Avaliação escolhida pela FCT assegurou a presença de Avaliadores credenciados nas áreas específicas de conhecimento a avaliar.

Por exemplo:

1.1. Na área das culturas e literaturas de língua oficial portuguesa: dominam os avaliadores a língua e as referências que lhes permitem avaliar rigorosamente a qualidade, a pertinência e a funcionalidade do trabalho realizado? Têm em consideração que o trabalho realizado pretende, numa primeira etapa, a constituição e o reforço de uma rede de trabalho (investigação, reflexão, diálogo e divulgação) em língua portuguesa, cujos resultados mais consensual e cientificamente validados serão, depois, traduzido para as línguas de comunicação internacional estratégica para cada uma das comunidades? Têm em consideração que um dos objectivos fundamentais desse trabalho é a definição de identidades culturais comunitárias inscritas em comunidades mais vastas, em função da tradição e da actualidade? Têm em atenção o panorama bibliográfico em que todo esse trabalho se desenvolve?

1.2. Na área da literatura portuguesa: conhecem os Avaliadores o panorama editorial do país? A escassez gritante de edições críticas de autores portugueses do maior relevo? A falta de obras de referência (dicionários, nomeadamente) que tanto dificulta o estudo da nossa literatura?

1.3. No que respeita à cultura portuguesa: estão os Avaliadores familiarizados com o panorama cultural contemporâneo em Portugal? Estarão habilitados a compreender a importância do reconhecimento da qualidade de obras e autores, por exemplo através da instituição de Prémios literários? E a pertinência da alta divulgação e da colaboração com o Ensino Básico e Secundário? Têm em consideração o modo como a compreensão do fenómeno estético, que tendemos a privilegiar, implica o cultural no sentido lato: a perscrutação da tradição oral e da erudita, das matrizes e das fraternidades culturais, do diálogo em que o intercâmbio se processa?

1.4. No que respeita à lusofonia: conhecem bem os Avaliadores a História de Portugal, nomeadamente a História Contemporânea? Leram os trabalhos de investigação que universitários oriundos de diversas Universidades e Centros têm vindo a produzir no sentido de recolher dados, tratá-los e publicá-los? Têm seguido os debates que, em

Colóquios e Congressos Internacionais, com participação empenhada de Investigadores portugueses, brasileiros, angolanos, moçambicanos, etc., têm vindo a centrar-se em noções como lusofonia e multiculturalidade? Têm uma clara percepção do modo como, deliberadamente, se tem promovido sistematicamente uma reflexão em que as identidades e as alteridades se observam através do diálogo entre o eu e o outro, buscando nesse cruzamento a validação científica?

2. De seguida, perguntamos se a Avaliação se tem processado de forma consistente e validada, o que implica questões do seguinte teor:

2.1. Os Avaliadores tiveram conhecimento das conclusões do processo de Avaliação anterior, nomeadamente das recomendações então dirigidas aos Centros pelos membros da Comissão de Avaliação?

2.1.1. Na ponderação, pelos actuais avaliadores, da evolução do CLEPUL entre 2008 e 2012, não se encontra qualquer referência à conformidade com orientações recebidas no Parecer de 2008, nem ao sucesso obtido na prossecução das metas definidas. O mesmo sucedeu com muitos outros Centros, como é hoje público e notório.

2.2. Qual o reflexo efectivo do trabalho das Comissões de Acompanhamento Científico que a FCT exige, expresso nos Pareceres periodicamente emitidos? Qual foi o exercício de validação da avaliação feita com cruzamento de dados no plano diacrónico e sincrónico? Vejamos:

2.2.1. Foram lidos e tidos em conta os Pareceres periódicos dos peritos que cada Centro convida como consultores, de acordo com critérios estritos impostos pela FCT? E os Pareceres finais e conclusivos? Todos esses pareceres, extensos e fundamentados, emitidos por universitários portugueses e estrangeiros de renome, especialistas reconhecidos nas áreas específicas que apreciam, contêm, implícita ou explicitamente, avaliação do trabalho realizado e orientações para o afinar da estratégia dos Centros. No caso do CLEPUL, bem como no caso de outros Centros, não se encontra qualquer referência à existência, quanto mais ao conteúdo, desses Pareceres.

2.2.2. A decisão de excluir do diálogo os Centros aos quais os Avaliadores atribuem Bom é contrária ao espírito universitário e a um modelo de juízo eticamente definido pela tradição cultural humanista e europeia, em que prevalece o diálogo aberto como meio fundamental de aprendizagem, debate, validação e aprofundamento do conhecimento.

2.2.3. Assim, a decisão de ignorar os Centros classificados com Bom, cujo trabalho na avaliação anterior obteve Muito Bom ou Excelente, assenta no apagamento dos pareceres e recomendações emitidos ao longo de anos por peritos nacionais e internacionais reconhecidos pelos avaliados e pela comunidade científica em geral.

2.2.3.1. Também aqui não se verificaram reflexos da experiência de avaliação anterior: a anterior avaliação (de 2008) demonstrou que o juízo dos avaliadores, em muitos casos, mudou radicalmente durante a visita a muitos centros: a consulta de bibliografia disponibilizada e o diálogo com os investigadores esclareceu o que os Relatórios não permitiram.

2.2.3.2. Também aqui não se verifica o escrúpulo na validação de informação, apesar de ser consensual que todo o relatório é uma síntese elaborada ad hoc: os itens nem sempre são claros, os limites e os formulários nivelam a quantidade e a qualidade, os

objectivos últimos e os critérios mais decisivos da avaliação não são suficientemente claros à partida para permitirem a elaboração de relatórios mais adequados a eles.

2.2.3.3. Só há eficácia e inovação quando se conhece bem, na diacronia e na sincronia, o que se quer transformar. Ora, a presente Avaliação das Unidades de Investigação da FCT traduz-se numa redução brutal do número de Centros e Investigadores activos no país, assentando em alicerces frágeis, pois os documentos produzidos pelos Avaliadores não apresentam nem uma fundamentação rigorosa e cabal, nem uma validação suficiente para as conclusões e classificações propostas.

2.3. Houve clareza e correcção no processo de avaliação no que se refere à sua regulamentação, procedimentos, etc.?

2.3.1. Todo o exercício de avaliação implica regras declaradas e fixadas desde o início, sem flutuações nem indefinições. Aqui, desde 2008, assistimos a uma sistemática alteração das regras, das condições e dos critérios de avaliação. Durante o processo de avaliação, registaram-se mudanças nos prazos, nos formulários, nas orientações e indefinição do júri.

2.3.2. Todo o exercício de avaliação científica a este nível deve implicar reconhecimento entre avaliador e avaliado, de modo a que este adequa a apresentação do seu trabalho ao destinatário: não se trata de um exercício de retórica de manipulação, mas de genuína, adequada e rigorosa selecção de dados a esclarecer, a evidenciar ou a dispensar de menção.

3. Cumpre, ainda, ponderar a avaliação produzida pelos júris e a sua fundamentação, o que implica questões como:

3.1. no plano da classificação:

3.1.1. na 1ª fase, foram 3 as notas quantitativas. A semelhança de juízo entre as classificações, revelaria sintonia nos critérios, nos objectivos, no procedimento, no conhecimento das matérias, etc., consistência de avaliação. Ora, o que se verificou foi o cenário inverso: o leque de variação na classificação ultrapassou os 4 valores e, em certos casos, atingiu 8. A amplitude é, só por si, estranha e inaceitável;

3.1.2. na 2.ª fase, a nota qualitativa exprimiu uma média ponderada das classificações da 1.ª fase? Em muitos casos, a média justificaria nota superior;

3.2. no plano da fundamentação:

3.2.1. os Pareceres deveriam sinalizar conhecimento complementar aos Relatórios, ou seja, dos sites, de Relatórios anteriores, e, em especial, do Plano 2008-2102, cujo resultado é matéria em avaliação, confrontando plano/projecto e sua execução. Não foi isso que aconteceu: nada externo ao Relatório de 2014 dos centros foi convocado pelos Pareceres;

3.2.2. o Relatório conclusivo deveria reflectir os esclarecimentos da 1ª resposta dos centros, demonstrando a sua atenta ponderação. Ora, mais uma vez, a sua leitura revela que esses esclarecimentos, em geral, não foram tidos em conta sem que se compreenda porquê: as objecções e as reservas tenderam a manter-se, registando-se mudança quase só no que se refere ao óbvio.

4. Por fim, e considerando a reacção dos avaliados aos resultados das avaliações, há avaliação dos avaliadores e do processo de avaliação? Como e em que termos? Com que consequências para o processo ainda em curso?

Convirá assinalar dois aspectos que evidenciam uma cumulativa menorização e desqualificação da FCT e de Portugal:

a FCT paga a uma European Science Foundation para avaliar a investigação científica que ela própria tem tutelado, obtendo dela a total desconsideração do modo como o tem assegurado desde 2008 (o de 2008 e dos pareceres das Comissões Externa de Acompanhamento Científico, cf. acima 2.);

a FCT e Portugal pagam uma avaliação, aceitando que a língua portuguesa seja totalmente excluída do processo de avaliação (mesmo no caso do trabalho sobre a cultura e a literatura portuguesas!) e da sua consideração no plano da produção bibliográfica, exclusão que, só por si, contraria os valores da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) e da Carta Europeia do Plurilinguismo e os direitos inerentes à cidadania europeia (com 23 línguas oficiais, além de outras). Ora, além de ser uma língua oficial da UE, o português é a 5ª língua mais falada no mundo, a 3ª mais falada no hemisfério ocidental e a mais falada no hemisfério sul.

Acresce que é inaceitável, do ponto de vista ético, que a escassez de recursos financeiros contagie o processo de classificações. Cotas para a atribuição de financiamento por razões de indigência de tesouraria poderão ser inevitáveis. Mas classificar precipitada e injustamente a actividade científica dos Centros por razões de falta de verbas releva de indigência moral.

...

Direcção e Coordenadores do CLEPUL

1.13 Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (14 de Julho de 2014) 'Posição da ABIC relativa aos resultados da 1ª fase de avaliação das Unidades de Investigação pela FCT', ABIC, 2014

[<http://www.abic-online.org/index.php/component/content/article/453-2014-07-14-10-58-30>]

De acordo com os resultados da 1ª fase de avaliação das Unidades de Investigação pela FCT, 22% dessas unidades não serão financiadas no período de 2015-2020 e outras 26% terão apenas um financiamento mínimo. As percentagens poderão ainda aumentar na 2ª fase de avaliação. Estes resultados fazem cair sobre praticamente metade das unidades de investigação a ameaça do desaparecimento ou da incapacidade de prosseguir, na prática, as actuais actividades de investigação.

No tocante à situação dos bolseiros, uma das consequências imediatas será, certamente, a diminuição do número de vagas abertas por estas unidades, o que, associado aos cortes no último e conturbado concurso de bolsas individuais (ainda a aguardar conclusão), reforça a situação periclitante em que nos encontramos. Há ainda a assinalar, no quadro específico que aqui comentamos, as dificuldades que os bolseiros terão em cumprir os seus planos de trabalho, divulgar os seus resultados e alicerçar a sua posição no meio científico, estando dependentes, para isso, de laboratórios e centros de investigação que agora vêem os seus orçamentos muito restringidos ou eliminados. Este processo evidencia mais uma vez a precariedade da situação dos Bolseiros de Investigação e a absoluta necessidade de existência de contratos de investigação que a ABIC vem defendendo há vários anos e a necessidade de uma forte mobilização da comunidade científica na defesa do sistema científico e técnico nacional.

Há na comunidade científica muitas críticas à forma como a avaliação das Unidades de Investigação está a ser conduzida. A ABIC considera que à FCT não se pode exigir menos do que excelência e rigor nos processos de avaliação, pelo que reclama uma resposta clara e célere da FCT às questões levantadas.

1.14 Sociedade Portuguesa de Física (14 de Julho de 2014) ‘Posição da Sociedade Portuguesa de Física sobre a Avaliação pela FCT das Unidades de Investigação da área da Física’, SPF, 2014

[<http://www.spf.pt/docs/45/pdf>]

A SPF manifesta grande preocupação com os resultados da 1ª fase do processo de avaliação pela FCT das unidades de investigação na área da Física.

Estes resultados apontam para o não financiamento, ou financiamento a nível residual, de um elevado número de unidades de I&D em Física de reconhecido mérito, com classificações de “Excelente” ou “Muito Bom” em sucessivas avaliações anteriores realizadas por painéis de peritos internacionais.

Embora a SPF compreenda que há evoluções naturais no sistema científico, cabe à SPF alertar que estão a ser eliminadas ou fortemente estrangidas no seu crescimento, a maioria das unidades que se localizam no Centro e no Norte de Portugal que têm contribuído intensamente para o desenvolvimento da Física em Portugal. A exclusão do sistema de financiamento de cientistas com indiscutíveis provas dadas, mensuráveis bibliometricamente e com impacto na formação de novas gerações de físicos e em novos domínios de investigação, evidencia fragilidades no exercício de avaliação realizado. São aparentes várias falhas. As unidades de Física foram avaliadas por um painel generalista para todas as ciências exatas, contando com quatro físicos num total de 11 membros, sendo notória a falta de especialistas em algumas áreas da Física com maior atividade em Portugal. Dado que a investigação atual de topo tem uma natureza altamente especializada e técnica, o rigor que se pretende na avaliação de unidades de investigação só é possível com painéis de avaliação que integrem personalidades com experiência indiscutível no domínio a avaliar.

Por outro lado, comentários apresentados em alguns relatórios de avaliação denotam falta de conhecimento da realidade local, do modo de funcionamento e financiamento das unidades de investigação em Portugal, e têm origem nas limitações intrínsecas a uma avaliação de base estritamente documental. Os resultados desta primeira fase de avaliação são, em muitos casos, incompreensíveis faces aos indicadores de produtividade das unidades que a FCT publicou. Estas fragilidades poderiam ser colmatadas com visitas do painel de avaliação a todas as unidades de investigação. No entanto, não estão previstas visitas para as unidades que não passaram à segunda fase, numa mudança de metodologia em relação a avaliações anteriores.

A investigação em Física feita em Portugal tem uma afirmação internacional crescente e já bem estabelecida, como evidenciado pelo levantamento de 2014 da Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência, intitulado "Produção Científica em Portugal". De acordo com esse estudo, o impacto das publicações científicas produzidas em unidades de investigação ou em universidades em Portugal na área da Física, no período 2008-2012, ultrapassa a média europeia (UE-15) ficando à frente de países como a Espanha, França, Itália e Bélgica. Verifica-se igualmente um aumento sistemático do impacto das publicações em Física, sobretudo desde 2005.

Neste contexto, com a eliminação no sistema científico português de 50% das Unidades de Investigação na área da Física, os investimentos avultados em equipamento e recursos humanos obtidos em concursos competitivos promovidos pela FCT, União Europeia e outras entidades, serão desperdiçados, dada a impossibilidade de manter em funcionamento regular as unidades sem financiamento estratégico. Estão assim em risco a investigação, a atração de jovens para área da Física e das suas aplicações, a formação graduada e pós-graduada numa área de investigação das mais pujantes em Portugal e essencial para o seu desenvolvimento científico, tecnológico e económico.

A SPF propõe e disponibiliza-se para colaborar no sentido de se proceder a uma revisão equilibrada, informada e técnica dos resultados do exercício realizado, de modo a evitar consequências irreparáveis.

1.15 Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (18 de Julho de 2014) ‘Carta aberta em defesa da ciência em Portugal’, ABIC, 2014

[<https://cartaabertaciencia.wordpress.com/carta-aberta/>]

O atual momento nacional e europeu, caracterizado por graves problemas económicos e sociais, tem colocado, além de dificuldades, desafios a todos os setores da nossa sociedade. A ciência não é exceção. Apesar da sua importância fulcral no desenvolvimento humano e social, assiste-se a um défice de estratégia e a um crescente desinvestimento no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), traduzido no subfinanciamento das Instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e na degradação das condições de trabalho daqueles que produzem ciência. O papel fundamental da ciência no desenvolvimento económico, social e cultural do país, e na resolução dos seus atuais problemas, fica assim gravemente comprometido. Vimos, por isso, apelar a um sentido de planeamento, estratégia e financiamento para a ciência em Portugal que cumpra aquilo que são as necessidades nacionais nesta conjuntura conturbada.

O momento presente torna ainda mais premente o papel das universidades na qualificação dos cidadãos para o desenvolvimento económico e social de Portugal. Não podemos de todo aceitar que às universidades seja não só cortada a capacidade de contribuir para a formação e desenvolvimento científico, mas também lhes seja limitada a elaboração de pensamento crítico. Também as instituições de I&D não devem ficar reféns de uma orientação que privilegia o corte generalizado no seu financiamento, conduzido a partir do paradigma da produção científica em massa e da produção de indicadores de impacto. Por sua vez, o desenvolvimento da ciência é indissociável da promoção da mudança e da democratização do conhecimento. Os constrangimentos financeiros ao funcionamento das universidades, instituições científicas e trabalhadores científicos colocam sérios obstáculos ao desenvolvimento pleno destas funções.

O atual modelo económico de baixo investimento na ciência e nos seus recursos humanos condena irremediavelmente a renovação do SCTN com novas gerações bem como a perspetiva de as mesmas integrarem de forma estável os quadros do SCTN. Esta situação foi agravada pelos cortes no número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas pela FCT. Tal traduz-se numa ameaça grave ao património de conhecimento científico existente em Portugal. Para as novas gerações, esta situação resultará numa eventual acomodação às lógicas existentes sem a garantia de diversidade e de adaptação indispensável aos novos tempos.

O desinvestimento na investigação científica significa o desinvestimento na capacidade de encontrarmos soluções para os problemas que nos afetam diariamente, sejam estes de cariz tecnológico, ambiental, social ou político. O investimento na ciência é, portanto, fulcral no relançamento de uma economia e sociedade baseadas no conhecimento e que colocam os cidadãos no centro das problemáticas atuais.

No contexto presente, ganha relevo a importância da aposta num modelo de desenvolvimento economicamente sustentável, que passa inevitavelmente pelo reforço do SCTN, como preconizado na Estratégia Europa 2020. O desinvestimento em infraestruturas do SCTN e nos centros de I&D coloca em causa a capacidade de potenciar a internacionalização das unidades de I&D. Adicionalmente, é crucial reconhecer a importância da qualificação e estabilização dos recursos humanos na investigação científica e dignificar as suas condições de trabalho, tal como é preconizado pela Carta Europeia do Investigador. Neste sentido, é imprescindível melhorar as condições laborais e sociais daqueles que fazem ciência. Cumpre, por isso, que todos os investigadores, qualquer que seja o seu grau ou posição, sejam reconhecidos efetivamente como trabalhadores e que lhes seja garantida liberdade de ação e discussão, pelo que defendemos uma outra política para a ciência.

**1.16 Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (19 de Julho de 2014)
'Memorando', CRUP, 2014**

[http://www.crup.pt/images/Memorando_Reunio_CRUP-SEC_19_jul_2014.pdf]

Assunto: Reunião / 19 de julho de 2014

A Senhora Secretária de Estado da Ciência, Prof. Doutora Leonor Parreira, reuniu com o Plenário do CRUP, a 19 de julho, para análise das implicações nas universidades do processo de avaliação em curso nas unidades de investigação, realizado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Os Reitores, apostados no reforço do nível de exigência dos sistemas de ensino superior e de ciência e na sua afirmação internacional, manifestaram a sua grande preocupação com o modo como todo este exercício se tem vindo a desenrolar, convictos da vital importância do processo de avaliação em curso e da importância que ele seja concluído de forma credível e robusta, num quadro de independência, de garantia de qualidade e de transparência. Neste contexto, e de modo a ultrapassar as dificuldades associadas à primeira fase da avaliação propuseram que, no decurso da fase de audiência prévia das unidades de investigação, sejam efetuadas reuniões entre o Reitor de cada universidade e o Presidente da FCT para uma análise detalhada das implicações do processo de avaliação em cada instituição, tendo em conta as respetivas estratégias de investigação e desenvolvimento, bem como a sua articulação com as políticas regionais no quadro do Acordo de Parceria EU-Portugal 2020. Para responder a estes desafios, o Plenário do CRUP considera essencial que sejam incluídas nessa análise, com passagem à segunda fase de avaliação, as unidades de investigação que tenham:

- sido classificadas com Excelente ou Muito Bom na anterior avaliação de unidades de investigação;

- obtido na primeira fase da presente avaliação de 2014 a classificação de pelo menos 14 e um score de pelo menos 4 na avaliação curricular.

Estas reuniões deverão ter lugar nas próximas semanas e nelas poderão participar, por solicitação do Reitor envolvido ou do Presidente da FCT, elementos da respetiva universidade ou dos Conselhos Científicos da FCT. Os Reitores manifestaram ainda a necessidade de a língua portuguesa ser reconhecida como língua de produção científica e literária e veículo de conhecimento científico, particularmente nas áreas das ciências sociais e humanidades, algo que muitos dos avaliadores não tomaram em consideração, pois o espaço de língua portuguesa é um dos desígnios estratégicos que maior relevância assume para Portugal. Entendem, por isso, que a FCT deve transmitir aos avaliadores uma orientação clara nesse sentido. Foi também explicitada a absoluta necessidade de dissociar o financiamento disponível da avaliação das unidades de investigação, pois a relevância do resultado de uma avaliação ultrapassa em muito a mera atribuição de um financiamento plurianual. O papel central das Universidades no sistema científico nacional foi reafirmado, assim como a necessidade de a FCT assumir tal facto na definição dos termos de referência da avaliação e no desenrolar do todo o processo de execução da mesma. Por último, foi também considerado como de grande interesse e indutor de um aumento de transparência do sistema a divulgação, por parte da FCT, do histórico das avaliações e dos níveis de financiamento público atribuído às unidades de investigação ao longo dos últimos sete anos. A Senhora Secretária de Estado da Ciência declarou que tinha ficado devidamente informada sobre as preocupações dos Reitores quanto ao processo de avaliação e às consequências da mesma para as Universidades, tendo concordado em analisar as propostas que lhe foram apresentadas e em transmiti-las ao Presidente da FCT.

**1.17 Sindicato Nacional do Ensino Superior (20 de Julho de 2014) 'Comunicado do SNESUP',
De Rerum Natura, 2014**

[<http://dererummundi.blogspot.pt/2014/07/missao-fct-hipotecar-o-futuro-da.html>]

"No passado dia 14 de julho, o SNESup reuniu, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com Unidades de I&D Nacionais que não passaram à segunda fase do concurso de Avaliação das Unidades I&D promovido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

A reunião visou analisar e debater os motivos subjacentes ao facto da FCT, através de um concurso encomendado à European Science Foundation (ESF), ter descredibilizado o sistema científico nacional, o qual de acordo com indicadores científicos referenciados pelas mais prestigiadas bases internacionais de ciência (e.g. Scopus, Web of Science) apresentou um crescimento de 43% nos entre 2008 e 2012, bem como os motivos subjacentes uma contestação pública à direção da FCT por não ter sido capaz de conduzir o processo de avaliação das Unidades de I&D de um modo rigoroso, isento e justo.

Nesta reunião estiveram representadas cerca de duas dezenas Unidades de Investigação e muitas outras fizeram chegar, por e-mail, ao SNESup, uma mensagem de apoio à nossa iniciativa, e que por impossibilitados de estarem presentes na reunião enumeram os motivos pelos quais estavam perplexos com a falta de qualidade e rigor do sistema de avaliação promovidos pela FCT.

Cada um dos presentes apontou os Erros grosseiros que haviam sido cometidos na avaliação da sua Unidade I&D tendo sido unânime que o modelo de avaliação das Unidades I&D adotado pela FCT não teve subjacente critérios explícitos objetivados em parâmetros de reconhecida qualidade científica definidos para cada uma das áreas do conhecimento revelando-se por isso injusto, desastroso e indigno para a Investigação Científica Portuguesa e para democracia República Portuguesa.

Foi ainda decidido congrega esforços para desenvolver iniciativas com o objetivo de suspender o atual processo de avaliação e implementar outro pois todos concordam com a necessidade e a urgência de um sistema de avaliação transparente e justo que garanta a equidade entre as várias instituições, áreas científicas e coesão territorial.

Colheram ainda favoravelmente entre os presentes as seguintes iniciativas, que contarão com o apoio incondicional do SNESup:

- 1) Tornar públicos todos os documentos de avaliação produzidos pelos vários avaliadores contratados pela FCT para salientar a natureza dos Erros Grosseiros que foram cometidos durante a primeira fase do processo de avaliação;
- 2) Solicitar ao Ministro da Educação e Ciência a suspensão da segunda fase do processo de Avaliação das Unidades I&D até que todas as dúvidas e erros cometidos na primeira fase do processo de avaliação sejam corrigidos, evitando-se assim que os impactes negativos de um processo de avaliação desastroso para o desenvolvimento I&D em Portugal, da atividade dos professores e investigadores e do futuro das Instituições do Ensino Superior Português se prologuem até 2020;
- 3) A análise das diferentes formas de, por via judicial, promover a suspensão do processo de Avaliação através do apoio jurídico do SNESup e depois apresentar essa análise às Unidades de I&D que se sentem prejudicadas pelo atual processo de avaliação promovido pela FCT."

SNESUP

1.18 Sociedade Portuguesa de Filosofia (23 de Julho de 2014) ‘Avaliação dos Centros de Investigação pela FCT - Comunicado’, SPF, 2014

[http://spfilosofia.weebly.com/uploads/2/0/8/6/20867870/comunicado_da_spf.pdf]

A Sociedade Portuguesa de Filosofia (SPF) deseja exprimir publicamente a sua preocupação com o processo de avaliação dos centros de investigação nesta área por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Apesar dos resultados muito positivos que a investigação filosófica tem conhecido em Portugal nos últimos anos (tendo em conta publicações, projectos e participação em redes internacionais), a conjugação entre a redução muito expressiva do número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas, por um lado, e o previsível corte drástico do financiamento a vários centros no processo agora em curso, por outro lado, poderá ter efeitos altamente nocivos e colocar em causa o trabalho efectuado até aqui. Desta forma, a SPF junta a sua voz às tomadas de posição públicas por parte de sociedades científicas de outras áreas do conhecimento, pelos presidentes dos conselhos científicos da própria FCT e pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

1.19 Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia (25 de Julho de 2014) ‘A FCT e os seus processos de avaliação’, ANICT, 2014

[<https://anict.wordpress.com/2014/07/25/press-release-a-fct-e-os-seus-processos-de-avaliacao/>]

Nos últimos tempos, a Fundação para a Ciência e Tecnologia tem vindo a ser alvo de sucessivas críticas por parte da comunidade científica nacional. Tanto os resultados do concurso Investigador FCT como os do concurso de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento foram contestados por vários elementos da comunidade científica. As últimas notícias alertam para as falhas no mais recente processo avaliativo conduzido pela FCT: as avaliações aos centros de investigação.

Em todos estes distintos processos existem 3 críticas recorrentes: a aparente intenção de reduzir o financiamento da investigação nacional, a grave falta de transparência em que estes processos têm vindo a ser envolvidos e a aparente falta de estratégia continuada de longo prazo por parte da FCT.

Os processos de avaliação são fundamentais em sistemas onde se pretenda reforçar o empenho, a eficiência e a qualidade no trabalho. No entanto, uma avaliação, quer seja a pessoas ou a centros de investigação, deverá ser o mais rigorosa possível: só assim podemos assegurar que, efetivamente, estamos a premiar os investigadores e centros que o merecem. Isto, assumindo que é esse o objectivo da avaliação: continuar a investir em quem tem demonstrado empenho e sucesso e deixar de investir em quem não o fez. No entanto, quaisquer que sejam os critérios escolhidos, uma avaliação só é rigorosa quando é transparente e isso é algo que, sistematicamente tem vindo a falhar. É preciso lembrar que, no campo da transparência, não existe uma gama de opções: ou se é transparente, ou não. Deste modo, deveria ter sido divulgada ainda durante a fase de discussão deste processo de avaliação a limitação da passagem à segunda fase de apenas 50% dos centros. No presente momento a transparência deste processo de avaliação não está garantida se a FCT não divulgar as indicações transmitidas à ESF para a segunda fase contidas no contrato assinado por ambas.

Igualmente preocupante é a aparente falta de estratégia continuada de longo prazo. Nos últimos 5 anos foram investidos milhões de euros em recursos humanos, com os programas Ciência e Investigador FCT. Com a recente divulgação da 1ª fase de avaliação, antecipam-se sérias consequências para o desenvolvimento das carreiras destes jovens investigadores, a desenvolver os seus trabalhos em centros que irão perder o seu financiamento base. Terminamos com uma pergunta: como justifica a FCT o investimento realizado nas últimas posições IF2012/IF2013 em centros que, outrora de excelência, correm agora o risco de perder o financiamento? O mesmo se pode referir aos milhões de euros de investimento realizado em equipamento em centros que não serão financiados.

1.20 Conselho dos Laboratórios Associados (25 de Julho de 2014) ‘Comunicado do CLA relativo ao processo de avaliação em curso pela FCT das Unidades de Investigação’, CLA, 2014

[http://www.cla.org.pt/docs/Comunicado_CLA_25Jul2014.pdf]

Desde há mais de duas décadas que centros de investigação portugueses são avaliados por especialistas de centros de investigação estrangeiros, organizados em painéis especializados. Essa prática generalizou-se a todos os centros de investigação há cerca de 15 anos. Os nomes e currículos dos avaliadores são públicos e anunciados com a antecedência devida para que seja possível corrigir erros, acrescentar competências, evitar conflitos de interesse ou monolitismo de opinião. O sistema de avaliação científica em vigor em Portugal foi progressivamente melhorado e tornou-se um dos principais factores de credibilidade externa do desenvolvimento científico português e de confiança dos cientistas em Portugal nas suas instituições. Vários responsáveis e diversas maiorias políticas ajudaram a consolidá-lo. A avaliação tornou-se assim a base para o financiamento regular das instituições científicas, designadamente dos centros de investigação das Universidades. O sistema de apoio institucional em vigor até agora permitia assim equilibrar uma concentração de recursos em programas estratégicos nas melhores instituições, com uma distribuição de recursos suficientes para o funcionamento de todas as instituições de qualidade reconhecida. Assim, e até agora, todas as instituições científicas classificadas como boas, muito boas ou excelentes dispunham de recursos plurianuais de base estáveis, indexados à sua dimensão (no essencial ao número de investigadores doutorados). Contra o parecer das Universidades e do próprio CLA, este sistema com provas dadas foi substituído por um contrato de prestação de serviços entre a FCT e uma entidade externa que só esta semana foi, finalmente, conhecido. As primeiras consequências das alterações ao sistema de avaliação têm suscitado perplexidade ou revolta em muitas instituições científicas portuguesas, e tomadas de posição críticas do CRUP, de coordenadores de Conselhos Científicos da FCT e de outras entidades. As principais rupturas introduzidas foram três:

a) Subverter a relação entre avaliação e financiamento de base dos centros de investigação. Pelas novas regras, uma instituição que tenha sido julgada “apenas” boa passará a receber um financiamento de base residual (que pode atingir um décimo do que antes tinha). Ou seja, será, na prática, extinta. Este propósito, mantido escondido enquanto possível, ignorou a crítica generalizada dos cientistas e das Universidades. Pode um sistema científico funcionar sem um grande número de centros de investigação reconhecidamente de boa qualidade, embora não excepcionais? Não pode, em parte alguma do mundo. É essa mesma a definição de excepcionalidade. Mais: pode um País permitir que, de acordo com esta lógica, áreas científicas inteiras possam desaparecer em Portugal, porque as suas instituições são apenas boas (mas não excepcionais)? Claro que não. Assim, a irresponsabilidade política desta ruptura, a concretizar-se, terá por consequência amesquinhar o País e privá-lo de competências que laboriosamente conseguiu criar.

b) Destruir um modelo de painéis de avaliação baseado na competência especializada dos seus membros. Onde até agora eram constituídos painéis internacionais de avaliação especializados de alto nível (cerca de 25, de forma a que cada painel reunisse especialistas capazes de se pronunciarem em profundidade sobre o trabalho científico das instituições portuguesas) hoje pede-se a seis (6) painéis estruturados por grandes áreas que avaliem as nossas instituições especializadas. Em muitos casos, do painel não consta um único especialista da área da instituição a avaliar. Há casos em que o único especialista presente não teria sequer currículo para ser contratado pela instituição que vai avaliar.

c) Minar a confiança na avaliação No sistema até agora em vigor, os avaliadores, além de estudarem a documentação escrita que lhes era facultada pelos avaliados, visitavam todas as instituições a avaliar de forma a poderem conhecê-las e esclarecer as suas informações em contacto directo com os avaliados. Deixa de ser assim: doravante, passam a ser visitados apenas os centros que, no papel, tiverem sido avaliados como melhores que “bons” embora

mesmo estes possam vir nesta 2ª fase a ser avaliados com classificação de bom ou inferior. A avaliação prévia, apenas de papel, passa assim a eliminatória, com base em pareceres de peritos anónimos e da decisão final de um painel generalista.

EM CONCLUSÃO, O CLA entende que devem ser urgentemente corrigidas as anomalias gritantes do processo de avaliação da investigação científica em Portugal actualmente em execução. Designadamente: todas as unidades de investigação devem ser objecto de visitas de avaliação; essas visitas devem ser conduzidas por painéis especializados, ao contrário do previsto; a duração da visita deverá ter em conta a dimensão da unidade; e deve ser garantida continuidade de financiamento base às instituições avaliadas, pelo menos, como Boas. O CLA alerta todos os responsáveis políticos para o desperdício de recursos e de energias, e para a confiança difícil de recuperar, que constitui a tentativa de imposição à Ciência de um processo de avaliação rejeitado por parte significativa da comunidade científica e portanto sem futuro estável, e apela, mais uma vez para o diálogo construtivo que sempre preconizou. O CLA unirá esforços com todas as outras instituições científicas e académicas, designadamente com as Universidades e os seus centros de investigação, para ver salvaguardados o rigor, competência e transparência da avaliação científica em Portugal. O CLA chama a atenção para a reduzida prioridade à ciência, visível, entre outros indicadores, na redução drástica de financiamento plurianual para as unidades de investigação verificada desde 2011 (40% de redução), agravando a emigração forçada de cientistas e reduzindo capacidades científicas nacionais. O CLA alerta o País para a gravidade da situação actual da ciência em Portugal e para as consequências que teria um continuado retrocesso neste domínio, crítico para o futuro do País. À emigração forçada de cientistas juntase agora a instabilidade das instituições e a ruptura do consenso entre cientistas e responsáveis políticos. Pela primeira vez desde a entrada de Portugal na CEE, as instituições científicas e de ensino superior não foram sequer chamadas a pronunciar-se sobre as propostas do governo sobre o destino dos fundos estruturais comunitários nas suas áreas.

CLA 25.07.2014

1.21 Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (28 de Julho de 2014) 'Position of the External Scientific Advisory Committee of INESC Coimbra concerning the process of evaluation of R&D Units in Portugal', *De Rerum Natura*, 2014

[<http://dererummundi.blogspot.pt/2014/07/position-of-external-scientific.html>]

The External Scientific Advisory Committee of INESC Coimbra came to know with astonishment the final results of the 1st stage international evaluation of the Unit. The communicated rating is deeply disappointing for two main reasons:

- a) It does not reflect the quality of this unique research center, and
- b) The given scores are in disagreement to all the positive comments of the reviewers.

The members of the Committee are from different countries with a diversity of expertise owing to the interdisciplinary nature of the research center. Its report summarizes the activities of the Unit in 2011-2012 as follows:

"We would like to begin by commending you and your colleagues for your outstanding accomplishments during this timeframe. It is difficult to maintain the level of excellence in research, development, and education that INESCC has achieved over the years, but you have managed to not only do that but to continue to improve. As stated in your 2012 report, INESCC's mission "...is to perform scientific research, technological development, and knowledge integration and transfer, based upon several disciplines of Engineering and Management Science / Operations Research, aiming at contributing to the better performance of businesses and institutions and to the progress of knowledge, within an engineering systems approach, by creatively combining theory and methodology, technical issues and human factors to tackle complex problems."

INESCC's accomplishments during 2011 and 2012 were truly exceptional in every area of this mission. INESCC is one a very few institutes that successfully analyzes complex practical problems in a multi-disciplinary manner by integrating the expertise and creativity of scholars from electrical engineering and computers, civil engineering, geographical engineering, mechanical engineering, management, mathematics, and economics. This is no mean task given that the promotion systems of most universities and publishing decisions of most academic journals do not reward multi-disciplinary efforts.

We will not attempt to summarize the activities presented in the 2 reports sent to us. Instead, we highlight some of the accomplishments that we find particularly noteworthy and point out some trends that we find extremely positive. We will prepare a more detailed report after our next meeting of the Board. "

The above unanimous statement could be confirmed at the meeting of the Committee that took place on 12 May 2014 in Coimbra. Moreover, the members had to realize a steep upward trajectory in 2013-2014 indicating a successful bundling of efforts with high international appreciation.

In addition, the Advisory Committee has been concerned with the preliminary evaluation report for the INESC Coimbra. The possibility of unclear statements in the application and of misinterpretations by the reviewers suggested clarification by a rebuttal which has been discussed with the managing Board of the Unit. Apparently, the rebuttal has been disregarded in the continuation of the evaluation process. A crucial issue has been the involvement of young researchers, an apparent reason for lower h-factors. Despite this formal disadvantage, the involvement, training and higher qualification of young researchers is considered of paramount importance and is strongly recommended.

The proposed reduction in funding is a drastic measure that will surely terminate the activities of an important research center which has been managed to grow from a few researchers to a world class inter-disciplinary research unit. This at a stage that promises smooth realization of far reaching plans in R&D and academic education.

In view of the above, the Advisory Committee is very much looking forward to the chance of the 2n stage evaluation.

External Scientific Advisory Committee

Prof. Carlos Alvarez, Valencia Polytechnic University, Spain
Prof. John Current, Ohio State University, U. S. A.
Dr. Helder Gonçalves, National Laboratory for Energy and Geology, Portugal
Prof. Andrej Wierzbicki, Warsaw Telecommunications Institute, Poland
Dr. Prosper Chemouil, Orange, France
Prof. Ioannis Doltsinis, Faculty of Aerospace Engineering & Geodesy, University of Stuttgart, Germany
Prof. Ian Dowman, University College London, United Kingdom

1.22 Centro de Linguística da Universidade do Porto (2 de Agosto de 2014) ‘Tomada de posição pública da Comissão Científica do CLUP perante os resultados da primeira fase de avaliação das unidades financiadas pela FCT’, CLUP, 2014

[http://cl.up.pt/conteudos/novidades/posicao_publica_CLUP.pdf]

1

Como é do conhecimento público, em consequência de um processo de avaliação internacional conduzido pela FCT em parceria com a European Science Foundation e o grupo editorial Elsevier, uma parte muito significativa das unidades de investigação do país não passou à segunda fase do processo e não terá, por esse motivo, financiamento a partir de 2015.

O CLUP – Centro de Linguística da Universidade do Porto é uma dessas unidades. Nas últimas semanas, vários órgãos de informação têm publicado notícias, entrevistas ou reportagens sobre a situação específica do CLUP. No entanto, é importante reforçarmos, também através de outros meios, o nosso sentimento de injustiça e de rejeição perante a avaliação que nos foi atribuída.

O Centro de Linguística da Universidade do Porto, unidade da FCT fundada em 1976 pelo Prof. Doutor Óscar Lopes, goza de uma grande reputação entre investigadores nacionais e estrangeiros, é responsável por publicações prestigiadas e lidas pela comunidade científica, apresenta índices de produtividade muito significativos em termos quantitativos e qualitativos e é a única estrutura científica de apoio à formação graduada e pós-graduada especializada em Ciências da Linguagem na Universidade do Porto. O seu encerramento pode significar um duro golpe no funcionamento, entre outros cursos, da Licenciatura em Ciências da Linguagem, do Mestrado em Linguística e do Doutoramento em Ciências da Linguagem atualmente oferecidos pela Universidade do Porto. O Centro é ainda o único centro especializado em Linguística do Norte do País. À guarda do CLUP encontra-se um valiosíssimo espólio bibliográfico, científico, documental, linguístico e histórico que, ao longo das diversas fases da nossa existência, fomos acumulando e que constitui hoje um património científico e cultural da maior importância – como é, de resto, consensualmente reconhecido.

À equipa do CLUP devem-se relevantes estudos para a descrição e caracterização da língua portuguesa, embora o nosso trabalho contemple outras línguas e questões de linguística teórica e aplicada que não se restringem somente ao português. Publicando materiais científicos em diversos países e em várias línguas de grande circulação internacional, como o inglês, o francês, o alemão e o espanhol, o CLUP tem contribuído também para a afirmação do português como uma língua de produção e publicação de materiais técnicos e científicos que contam com uma vasta audiência internacional, pese embora este aspeto seja ignorado, desvalorizado ou mesmo criticado por alguns dos avaliadores incumbidos pela FCT e pela ESF para se pronunciarem sobre a nossa atividade e os nossos resultados.

O CLUP, como em muitas outras ocasiões tem tornado claro, é inteiramente favorável à avaliação criteriosa da qualidade da sua produção e do seu trabalho e não receia ver a sua atividade escrutinada por especialistas internacionais de reconhecido mérito habilitados para nos avaliar competentemente.

No caso vertente, consideramos, porém, que a avaliação que nos foi atribuída nesta fase é profundamente injusta, totalmente descontextualizada e completamente desfasada da realidade em que nos inserimos. O resultado corrente da avaliação em curso tem, além disso, consequências drásticas na continuidade de uma área científica tão imprescindível como a Linguística na universidade em que nos integramos. A extinção anunciada do CLUP – que é, na prática, a consequência mais ou menos imediata da decisão de não se atribuir financiamento

FCT a partir de 2015, se esta vier a ser homologada – comprometerá seriamente, liquidando-a, a investigação científica feita na Universidade do Porto acerca da língua portuguesa e dos demais objetos de estudo e aplicação abordados pela nossa equipa, na qual se integram bastantes estudantes de graduação e pós-graduação, cujas investigações prometedoras e socialmente relevantes correm agora o risco de serem abruptamente interrompidas e aniquiladas. Realce-se ainda que, deste modo, veremos impedido o concurso a outros programas de financiamento e pôr-se-á em risco a continuidade ou o início de projetos de investigação, alguns dos quais com participação de membros de outras universidades e outros países.

2

Lamentamos profundamente – e consideramos, no mínimo, discutível – a credibilidade da avaliação de que fomos objeto, tendo particularmente em conta que:

- o painel que nos avaliou não incluiu um número suficiente e representativo de linguistas internacionalmente reconhecidos, abrangendo várias áreas e correntes da Linguística e contemplando, pelo menos em parte, a área da Linguística Portuguesa;
- não foram devidamente ponderados resultados nacionais e internacionais, que são consensualmente bem acolhidos pela comunidade de linguistas nacionais e estrangeiros que conhecem e respeitam o nosso trabalho. Reportando-nos somente ao período em avaliação, destacamos um total de mais de duas centenas de publicações, na maioria internacionais, 70 eventos científicos, 12 doutoramentos, a publicação de três revistas periódicas (uma das quais, Linguística, publicando maioritariamente textos de linguistas estrangeiros, e outra, da área da linguística forense, com o lançamento do primeiro número previsto para agosto de 2014), o apoio à Licenciatura em Ciências da Linguagem (bem como a outros programas de 1º ciclo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto), aos Mestrados em Linguística, em Tradução e Serviços Linguísticos (o único mestrado europeu na área oferecido por uma universidade portuguesa), em Português Língua Estrangeira e em Ensino de Português (Língua Materna) e Línguas Estrangeiras, e ainda, conforme já foi referido, ao Doutoramento em Ciências da Linguagem. Lembramos, além do referido, a pertença, através de vários dos membros do CLUP, a diversos projetos nacionais e internacionais, os resultados do Arquivo Dialetal do CLUP (<http://cl.up.pt/arquivo>), a participação do Centro no projeto Languateca, de que nasceram recursos valiosos e muito utilizados a nível mundial como, p. ex., o Corpógrafo (<http://193.137.34.102/clup>). Entre outros, estes resultados foram totalmente ignorados ou subavaliados pelos relatórios de avaliação de que fomos objeto;
- a forma de medição e quantificação da produção bibliográfica adotada não conseguiu olhar à especificidade e ao mérito dos veículos de publicação e divulgação de resultados, cientificamente validados, que são os usuais e correntes em Linguística: para além de artigos em revistas com avaliação por pares, da nossa atividade resultou ainda a publicação, designadamente, de livros, capítulos de livros, comunicações em atas de congressos nacionais e internacionais, materiais de apoio ao ensino de português língua materna e língua não materna, redigidos em várias línguas e publicados em diversos países;
- uma comparação objetiva e quantificável com o trabalho desenvolvido pelo CLUP em períodos anteriores, em que fomos classificados no patamar de "Muito Bom", mostra um incremento contínuo (quantitativo e qualitativo) e um nível de internacionalização crescente, o que torna a despromoção da nossa qualificação ainda mais incompreensível e frustrante.

3

Os relatórios de avaliação que nos foram dados a ler e a comentar em todas as fases padecem de inexatidões, contradições, juízos parciais, lacunas e outras falhas que nos prejudicaram seriamente. Por razões que não nos parecem nem claras nem justificadas, as nossas observações aos relatórios prévios não surtiram, até à data, qualquer efeito. Consideramos ainda muito duvidoso – do ponto de vista procedimental, ético e legal – que, no exercício da figura administrativa da Audiência Prévia (ainda em curso) que nos é concedida pela Lei

Portuguesa, nos tenha sido imposto o uso de uma língua estrangeira e um limite de caracteres para uma exposição detalhada e fundamentada de todos os pontos de vista em que pudéssemos apoiar e defender o nosso contraditório. Valorizamos esta Audiência Prévia, como uma fase muito importante de todo este processo, por dar à FCT a oportunidade de corrigir as anomalias, erros e deficiências, formais e substanciais, que, como tem sido exposto publicamente por vários intervenientes do processo, descredibilizam seriamente este exercício de avaliação, prejudicando de forma gravosa o normal funcionamento do sistema nacional de investigação, tecnologia e inovação. Consideramos, por conseguinte, imprescindível e urgente que a FCT reveja, com brevidade, os resultados deste processo e confie, de ora em diante, a avaliação de todas as unidades a cientistas conceituados e pertencentes às áreas específicas que estão a avaliar.

4

Reiteramos que o encerramento do CLUP seria, como tem vindo a ser reconhecido publicamente, uma perda irreparável para a cidade, a universidade, a região e o país em que nos inserimos. Muitos aspetos do nosso trabalho e da mais-valia que trazemos a todos quantos beneficiam do nosso estudo e da nossa intervenção foram invisíveis aos avaliadores a quem coube decidir do nosso futuro. Em sentido contrário, um testemunho bem vivo da importância que a comunidade científica, académica, cultural e civil reconhece a uma instituição como o CLUP está patente numa petição pública de apoio ao Centro que, em pouco mais de duas semanas, reuniu quase 3500 assinaturas (<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT74126>), incluindo as de colegas, investigadores e estudantes de várias partes do mundo. Por essa e outras vias, temos recebido palavras de apoio e incentivo de personalidades da cultura e de cientistas respeitados que conhecem – e reconhecem – o nosso trabalho, tais como, entre muitos outros, os que enumeramos no final deste documento.

5

As opiniões críticas vindas a público nas últimas semanas acerca de falhas graves no processo de avaliação de unidades, com consequências bastante dramáticas para a ciência feita em Portugal em vários domínios, deveriam, em nosso entender, fazer a presidência da FCT pensar nos moldes e nos resultados em que este processo deverá prosseguir ou não. Julgamos ainda haver tempo e margem de manobra para que classificações completamente arbitrárias, gravosas e irresponsáveis como aquela que nos calhou possam porventura sofrer alguma reversão e revisão.

Impedir, de forma aparentemente deliberada, a investigação em áreas que são determinantes para o desenvolvimento do país e da região Norte e para o aprofundamento do conhecimento das nossas especificidades linguísticas e culturais, num momento em que o interesse pelo português no mundo está a crescer de forma exponencial, representará sem dúvida um verdadeiro retrocesso que, a concretizar-se, será um dos mais graves atentados alguma vez desferidos contra a ciência, a educação e a cultura num país que, profundamente afetado por uma crise sem precedentes, sairá ainda mais pobre e desertificado com a extinção de centros como o CLUP.

Porto, 29 de julho de 2014

A COMISSÃO CIENTÍFICA DO CLUP,
Alexandra Guedes Pinto
Ana Catarina Vaz-Warrot
Ana Maria Brito
Andreea Teletin
Ângela Carvalho

António Leal
Belinda Maia
Celda Choupina
Clara Barros
Cláudia Alexandra Moreira da Silva
Fátima Oliveira
Fátima Silva
Filomena Viegas
Idalina Ferreira
Isabel Henriques
Isabel Margarida Duarte
Joana Guimarães
João Veloso (coord.)
Luís Filipe Cunha
Maria da Graça Lisboa Castro Pinto
Maria do Carmo Oliveira
Purificação Silvano
Rogelio Ponce de León
Rui Sousa-Silva
Sara Ferreira
Sónia Rodrigues
Thomas Hüsgen

1.23 Comissão Nacional de Matemática (8 de Agosto de 2014) ‘Comunicado da Comissão Nacional de Matemática sobre o processo de avaliação em curso das unidades de investigação financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia’, De Rerum Natura, 2014
[<http://dererummundi.blogspot.pt/2014/08/comunicado-da-comissao-nacional-de.html>]

A Comissão Nacional de Matemática (CNM) foi criada por despacho do Ministro da Ciência e Tecnologia a 27 de Março de 2002, tendo como objectivo principal estabelecer a ligação entre a comunidade nacional de investigadores na área de matemática e a União Matemática Internacional (IMU). Para cumprir esse objectivo, a CNM é composta por um representante de cada um dos centros de investigação em matemática acreditados pela FCT, e por um representante da Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) e outro da Sociedade Portuguesa de Estatística (SPE).

A CNM encontra-se portanto numa posição ímpar no panorama nacional no sentido em que é provavelmente a única associação que reúne formalmente todos os centros financiados pela FCT numa área específica. Isto permite-lhe ter uma visão global tanto da área a nível nacional como desta avaliação em particular.

Os centros que compõem a comissão estão, como todas as outras unidades de investigação no país, habituados a ser avaliados periodicamente e consideram essa avaliação como fundamental para o seu desenvolvimento, devendo os seus resultados implicar uma diferenciação a nível do financiamento de cada unidade.

Essa diferenciação no financiamento deve, no entanto, ter como objectivo a optimização do crescimento qualitativo e quantitativo da investigação de forma global e sustentada a nível nacional. Não deve, ao concentrar de forma artificial e descontínua o financiamento num número reduzido de unidades, ter como consequência o esvaziamento do que se faz nas diferentes zonas geográficas onde vários investigadores continuarão a existir mas sem os recursos que lhes permitam contribuir para esse crescimento. Não deve, também, levar a afunilamentos ao nível das sub-áreas científicas.

Tudo isto torna-se ainda mais relevante quando o único indicador que apresenta uma correlação forte com a passagem à segunda fase é a dimensão da unidade – aqui é importante sublinhar que a noção de massa crítica em matemática não é a mesma nem tem as mesmas consequências que no caso, por exemplo, de uma disciplina experimental.

A percepção bastante completa que a CNM tem da qualidade dos centros de matemática existentes em Portugal que se apresentaram a esta avaliação não é de todo compatível com os resultados divulgados que levaram à separação que foi feita na primeira fase.

A CNM quer deixar bem claro que não é apenas o financiamento em si que está em causa, mas também a forma como esta avaliação amplificou diferenças entre os centros muito para além do que considera aceitável. Um reflexo disso está na afirmação, da parte da FCT, que os centros que não transitaram para a segunda fase terão ajuda para se re-estruturarem, quando, de facto, as diferenças para outros que passaram à segunda fase são mínimas.

Ao fazer tábua rasa de toda a experiência acumulada em avaliações internacionais anteriores, as quais tiveram um impacto extremamente positivo no aumento da qualidade da investigação em matemática produzida em Portugal, corre-se o risco de introduzir sérias discontinuidades no sistema e de voltar a cometer alguns dos erros iniciais dos quais os mais flagrantes foram certamente o desconhecimento do enquadramento nacional da investigação e enviesamentos em relação a certas áreas da matemática.

A título de exemplo desta última situação na avaliação em curso, podemos mencionar a área da estatística, actualmente em forte expansão internacional devido, por exemplo, à sua importância no tratamento de dados que fazem cada vez mais parte do nosso dia-a-dia. Um dos centros mais importantes em estatística no país, e de facto o único exclusivamente da área, o Centro de Estatística e Aplicações da Universidade de Lisboa, foi afastado da segunda fase, não obstante a avaliação dos três relatores ter colocado a unidade em termos absolutos claramente acima dos mínimos necessários. A unidade foi, no entanto, eliminada pelo painel, apesar de este não ter nenhum especialista na área.

Isto está, aliás, relacionado com a deficiente cobertura das diferentes sub-áreas que o processo actual proporciona, ao incluir apenas três matemáticos no painel. Não se percebe a vantagem da passagem de um sistema de avaliação com um painel internacional exclusivo na área da matemática composto por 15 matemáticos como na avaliação anterior, o qual tinha uma visão global das diferentes unidades, para um processo onde um painel já de si reduzido avalia áreas bastante diferentes como a química e a matemática. Isto é agravado pelo facto de não se perceber qual o papel dos peritos externos que foram consultados, uma vez que com uma frequência não negligenciável os painéis optaram por ignorar os seus pareceres.

Acresce ainda que, ao nível da execução, a avaliação da qualidade do trabalho de investigação parece ter sido pouco profunda e estar a ser feita essencialmente com base no prestígio percebido pelo painel das revistas onde se publica; a subjectividade de tal apreciação é patente nos diferentes destaques dados nos pareceres e nos relatórios apresentados. Por outro lado, o painel abstém-se de mencionar algumas das mesmas revistas no caso de relatórios de centros que não propõe para passar à segunda fase.

A ênfase dada pelo relatório de consenso à estratégia de contratação nalguns casos leva a crer que o painel julga estar em causa financiamento para a contratação de investigadores, quando só bolsas temporárias estão envolvidas, ou que as unidades de investigação têm um papel directo em contratações a longo prazo. E como algumas das questões formuladas nesse relatório fazem prever, corre-se o risco de parte da discussão durante as visitas se centrar em questões que ultrapassam completamente as competências e as disponibilidades financeiras da gestão dos centros.

É difícil não concluir que o painel não dispunha da informação necessária sobre o modo de funcionamento das unidades de investigação no país, a sua integração nas universidades e outros pontos fundamentais para poder fazer uma avaliação informada.

Estes são apenas alguns dos muitos pontos pouco claros no modo como a primeira fase da avaliação foi programada e que nos colocam sérias reservas sobre a sua robustez e fiabilidade, mesmo em relação aos propósitos enunciados, e para os quais consideramos não ter havido, até agora, os esclarecimentos devidos da parte da FCT que se limita a negar os factos apontados.

A CNM está também extremamente preocupada com o futuro dos investigadores pertencentes aos centros que não passaram à segunda fase. Os fundos disponibilizados são, claramente, insuficientes para permitir o tipo de interacções necessárias a nível internacional para um desenvolvimento continuado e não endogâmico. Isso já é verdade para investigadores estabelecidos e com projecção internacional, mas toma proporções muito mais graves no caso de jovens investigadores para quem não se pode esperar que todas as despesas com deslocações e convites sejam cobertas pelas instituições estrangeiras ou pela organização de conferências. Aliás, e aquando da discussão pública do documento que estabelece as regras da presente avaliação, várias instituições chamaram à atenção da FCT para o facto de a remoção de um financiamento base continuado que permita a cada centro manter-se minimamente activo seria um erro com consequências dramáticas.

A comunidade de matemáticos profissionais em Portugal, como em qualquer outra parte do mundo, não se compõe apenas de grupos isolados, e muito menos apenas de grupos excepcionais. As interacções entre investigadores de diferentes unidades são também fundamentais, tanto a nível científico como de realizações comunitárias. Estas últimas serão certamente afectadas a curto prazo com esta opção política. Desde a organização conjunta de conferências à assinatura de bases de dados bibliográficas, todas irão sofrer em maior ou menor grau. E mais uma vez não se trata apenas de uma questão financeira, mas também da percepção da existência de uma comunidade que fica em risco com uma intervenção deste tipo.

A CNM não pode pois deixar de ver com grande apreensão a continuação deste processo de avaliação, considerando que não estão garantidas condições que proporcionem a estabilidade

necessária e a optimização de um desenvolvimento global continuado da investigação em matemática a nível nacional, como tem sido o caso nos últimos 20 anos.
CNM, 8 de Agosto de 2014

1.24 Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (14 de Outubro de 2014) 'Processo de avaliação de Centros de Investigação', CRUP, 2014

[http://www.crup.pt/images/of.316_Processo_Avaliao_Centros_Investigao.pdf]

A Sua Excelência
O Ministro da Educação e Ciência
Av. 5 de Outubro, 107
1069-018 Lisboa

Assunto: Processo de avaliação de Centros de Investigação

Na reunião de 14 de Outubro, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas analisou o actual processo de avaliação dos Centros de Investigação, à luz das respostas dadas no final da audiência de interessados, e decidiu dar conhecimento a Vossa Excelência das conclusões consensuais dessa análise.

Em primeiro lugar, queremos reafirmar que somos totalmente a favor dos processos de avaliação. Eles são essenciais para que todo o sistema tenha cada vez mais qualidade, e portanto seja cada vez mais capaz de responder às expectativas da sociedade e de ajudar ao desenvolvimento de Portugal.

Mas, para que um sistema de avaliação seja capaz de promover a excelência tem de, ele próprio, ser pelo menos excelente, se não excepcional. Não é o caso.

Já sabíamos a apontámo-lo desde o início, que uma primeira fase de avaliação sem contacto presencial era potencialmente muito frágil, mas demos o benefício da dúvida à afirmação repetidamente feita pelos responsáveis de que o sistema seria robusto. Esperámos por isso que ele fosse capaz de detetar os seus erros e de os corrigir. A recente divulgação dos resultados da audiência de interessados veio mostrar que não foi assim. Apesar de ter sido chamada a atenção para inúmeros erros de avaliação, muitos inteiramente factuais, diversos painéis desculparam-se de diversas formas para não retirar daí consequências, mantendo avaliações inexplicáveis. A avaliação não presencial de unidades de investigação é, no nosso entendimento, um falhanço pleno.

Este processo de avaliação não tem a necessária qualidade. É uma oportunidade perdida para uma política nacional de promoção do conhecimento avançado e está a resultar numa grave perda de confiança no sistema de avaliação, com a desconsideração quase total dos pareceres das universidades.

Afirmamos desde já que recusaremos qualquer tentativa de utilizar os resultados deste processo para qualquer outro efeito exterior à avaliação direta das unidades de investigação, como seria por exemplo a sua utilização como um dos critérios de análise, entre outros, de projectos de investigação, de instituições de ensino superior, de bolsas de qualquer tipo ou de qualquer candidatura a financiamento.

Recusamos igualmente a morte anunciada de quase 50% do tecido científico português. Este resultado, já previsível a partir dos termos em que o contrato entre o Estado Português e a *European Science Foundation* (ESF) foi redigido, prevendo a passagem à segunda fase de apenas cerca de 50% das unidades, mostra um enviesamento que não podemos aceitar. A excelência é uma medida relativa que só surge a partir de um universo alargado. Se esse universo não existe, a excelência rapidamente se extingue também, por falta de base de recrutamento.

Os processos de avaliação devem ser separados dos processos de financiamento. Depois da avaliação feita, não havendo verbas suficientes para financiar todos os centros com boa classificação, todos compreenderiam que não fossem possível financiar todos, mas pelo menos a avaliação seria justa.

Entendemos também manifestar o nosso desconforto com o facto de, ao contrário do que tinha sido combinado com o Governo, através da Senhora Secretária de Estado da Ciência, não ter sido feita connosco uma avaliação do resultado da audiência de interessados antes de definidos os termos do acesso ao fundo de reestruturação, que assim se torna mais uma

ferramenta que não nos suscita confiança. O acesso a este fundo não deveria usar como base a avaliação cujos erros pretende corrigir, nem ser decidido pela entidade responsável por esses mesmos erros.

A participação da ESF também não deve ocorrer, por razões equivalente às já enunciadas, na análise das reclamações (previstas no artigo 23º do Regulamento de Avaliação e Financiamento de Unidades de Investigação) que várias universidades apresentarão sobre as situações mais graves.

Terminamos reafirmando a nossa disponibilidade para trabalhar para que no futuro próximo seja possível ter um processo global de avaliação de qualidade, em colaboração e com o acordo das universidades. Este processo é, aliás, mais uma demonstração de que a artificial separação entre ensino superior e ciência é prejudicial para o desenvolvimento do país.

Com os melhores cumprimentos,

António Rendas

Presidente do CRUP (em exercício)

António Cunha

Presidente do CRUP (eleito)

2. Imprensa nacional

2.1 Lusa (21 de Janeiro de 2014) ‘Bolsistas em protesto dirigem-se à FCT para exigir respostas sobre cortes’, Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/bolsistas-em-protesto-dirigem-se-a-fct-para-exigir-respostas-sobre-sortes=f851828>]

Os bolsistas de investigação científica que se concentraram perto da residência oficial do primeiro-ministro, em Lisboa, vão regressar à sede da Fundação para a Ciência e Tecnologia, onde começou o protesto, para exigir respostas sobre os cortes nas bolsas.

Mais de 200 bolsistas tiveram concentrados à porta da residência de S. Bento, onde representantes da Associação de Bolsistas de Investigação Científica (ABIC), que organizou o protesto, entregou uma moção a pedir emprego científico dignificante, disse à Lusa o vice-presidente João Pedro Ferreira.

Os bolsistas regressam agora à Avenida D. Carlos I, onde se localiza a sede da FCT, para reclamar respostas junto da fundação sobre a redução do número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas no concurso de 2013, disse a mesma fonte.

2.2 Paulo, I. (22 de Janeiro de 2014) 'FCT acusada de subverter avaliação de candidatos a bolsas', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/fct-acusada-de-subverter-avaliacao-de-candidatos-a-bolsas=f852038>]

Os 12 membros do júri do painel de avaliação do concurso de bolsas individuais de 2013 enviou ontem ao presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Miguel Seabra, uma dura carta a questionar as razões que levaram a fundação a alterar as notas, e consequentemente o ordenamento, da lista dos candidatos a bolsas de doutoramento e pós-doutoramento de Sociologia.

Segundo o documento enviado, a FCT, além de não ter cumprido o compromisso em relação ao financiamento de pelo menos 10% das candidaturas, introduziu "alterações irregulares à ordenação discutida e consensualizada durante a reunião final do júri, feita na presença de duas técnicas da FCT".

De acordo com Marzia Grassi, membro do júri, as avaliações foram aprovadas por unanimidade dos 12 membros do painel de avaliação, sublinhando que a posterior alteração tem consequências graves ao prejudicar alguns candidatos em benefício de outros.

Marzia Grassi afirma estar chocada e indignada com a forma como a Fundação para a Ciência e Tecnologia subverteu as avaliações, advertindo que esta entidade fez do júri "palhaços pagos com dinheiros públicos".

A coordenadora do painel de Sociologia, Beatriz Padilla, tentou saber junto da FCT as razões que ditaram as alterações nas avaliações, tendo-lhe sido comunicado que foi motivada "por um controlo de qualidade posterior".

O Expresso tentou contactar a Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre este assunto, mas sem sucesso até agora.

2.3 Lusa (22de Janeiro de 2014) 'Academia de Coimbra alerta que corte nas bolsas da FCT é "um passo atrás"', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/academia-de-coimbra-alerta-que-corte-nas-bolsas-da-fct-e-um-passo-atras=f851968>]

A Associação Académica de Coimbra (AAC) afirmou hoje, em comunicado, que o corte nas bolsas de investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) é "um passo atrás no desenvolvimento do país".

Portugal será "novamente atrasado e subdesenvolvido", no campo da investigação, sendo que o corte nas bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento representa "uma regressão de quase 20 anos, com consequências preocupantes", criticou a AAC.

O corte nas bolsas, segundo a Academia de Coimbra, coloca "a comunidade académica de luto", por o futuro de inúmeros estudantes ser "posto em causa".

2.4 Jornal de Notícias (22 de Janeiro de 2014) 'Concurso dos bolseiros já causou duas demissões', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=3646803]

A coordenadora do júri do painel de avaliação de Sociologia do concurso de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento 2013 anunciou a sua demissão, apontando à Fundação para a Ciência e Tecnologia a alteração dos resultados.

Em declarações à agência Lusa, Beatriz Padilla disse que apresentou à FCT, responsável pelo concurso, o seu pedido de demissão.

Um outro membro do júri, João Teixeira Lopes, referiu à Lusa que também se demitiu do cargo, pelo mesmo motivo.

Ambos adiantaram que não tencionam participar na fase de recurso do concurso, em que os candidatos excluídos têm oportunidade de contestar os resultados, divulgados há uma semana pela FCT, nem na avaliação em concursos posteriores.

Em carta aberta dirigida, a 20 de janeiro, ao presidente da FCT, Miguel Seabra, o painel de avaliação de Sociologia aponta irregularidades ao concurso de 2013 de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento, como a alteração do resultado da avaliação feita pelos membros do júri que integram o painel, e aprovada em ata a 6 de dezembro.

Da FCT, da qual não foi possível ter uma reação às demissões, a Lusa obteve como justificação para o procedimento adotado a deteção, e consequente correção, de "erros grosseiros", nomeadamente nos cálculos aritméticos na soma de classificações parcelares, erros que, alegou, são extensíveis a todos os painéis de avaliação.

As demissões ocorrem um dia depois de centenas de bolseiros, investigadores e docentes terem saído à rua, em Lisboa, em protesto contra o corte no número de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas.

2.5 Naves, F. (22 de Janeiro de 2014) 'Bolsseiros foram impedidos de consultar atas do concurso', Diário de Notícias, 2014

[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3644567]

Jovens investigadores contestam cortes nas bolsas e a política científica que, dizem, está a matar a ciência e a inviabilizar o seu futuro, e o do País. No dia 29 haverá nova jornada

A chuva caiu intensa durante horas, mas isso não impediu que cerca de um milhar de bolsseiros de investigação científica saíssem ontem à rua, em Lisboa, para protestar contra o corte drástico no número de bolsas aprovadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no último concurso e também contra a atual política científica que, dizem, está a matar a ciência em Portugal. Perto da residência oficial do primeiro-ministro, junto a São Bento, os jovens investigadores pediram, alto e bom som, a demissão do Governo.

O momento mais tenso do protesto, que foi o mais participado da última década, segundo a Associação dos Bolsseiros de Investigação Científica (ABIC), aconteceu já ao final da tarde quando, de regresso à sede da FCT, na Avenida D. Carlos I, os bolsseiros que viram chumbadas as suas candidaturas no último concurso tentaram dirigir-se à Loja do Cientista para consultarem os respetivos processos constantes nas atas de avaliação.

Uma barreira policial impediu-os, no entanto, de chegar à porta do edifício e a indignação dos manifestantes fez-se ouvir na rua em grandes assobios e apupos, em vaias e palavras de ordem que pediam também a demissão de Miguel Seabra, o presidente da FCT.

2.6 Lusa (22 de Janeiro de 2014) 'Investigadores vão impugnar concurso da Fundação Ciência e Tecnologia 2013', Diário de Notícias, 2014

[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3646772]

Uma plataforma de investigadores confirmou hoje que vai impugnar judicialmente o concurso Investigador FCT de 2013, depois de a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) ter recusado a sua anulação, disse à Lusa um dos membros da estrutura.

A Plataforma em Defesa da Ciência e do Emprego Científico em Portugal, que já tinha ameaçado recorrer aos tribunais, requereu à FCT a anulação do concurso, alegando várias irregularidades, mas a Fundação "não reconheceu a reclamação", pelo que a estrutura de investigadores vai impugnar judicialmente o concurso, assinalou Quirina Ferreira, investigadora do Instituto de Telecomunicações.

A mesma fonte adiantou que os termos da impugnação serão acertados, possivelmente ainda esta semana, com o advogado da plataforma, precisando que a resposta da FCT foi comunicada na terça-feira, dia em que centenas de bolseiros, investigadores e docentes saíram à rua, em Lisboa, em protesto contra o corte no número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.

A Lusa procurou uma reação da FCT, que tem rejeitado quaisquer ilegalidades, à iniciativa de impugnação do concurso Investigador FCT 2013, mas tal não foi possível até ao momento.

Entre as irregularidades apontadas pela Plataforma em Defesa da Ciência e do Emprego Científico em Portugal ao concurso conta-se a avaliação dos candidatos sem critérios científicos.

O presidente da FCT, Miguel Seabra, vai ser ouvido, na sexta-feira, na comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, na sequência de um requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda sobre os cortes nas bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento.

2.7 Lusa (22 de Janeiro de 2014) 'PS considera gravíssima situação na ciência e quer ouvir ministro no Parlamento', Diário de Notícias, 2014

[http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=3646804]

A deputada socialista Elza Pais considerou hoje "gravíssimo" o que está a acontecer com os concursos dos bolseiros de investigação na área da ciência, acusando a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de irregularidades no processo.

Em causa está uma carta tornada hoje pública pelos membros do painel de avaliação das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento da área de Sociologia, na qual sustentam que a FCT fez alterações dos resultados dos concursos.

Na missiva, o júri manifesta desagrado e indignação e alerta para as consequências das alterações feitas pela FCT.

Contactada pela agência Lusa, Elza Pais, deputada do grupo parlamentar do PS e membro da Comissão de Educação e Ciência e Cultura na Assembleia da República, sublinhou que esta área "está a ser tratada de forma indigna".

"O que está a acontecer com os concursos dos bolseiros de investigação é gravíssimo. Os ecos que temos dos investigadores é que existem grandes irregularidades. A FCT altera a classificação do júri alegando controle de qualidade, o que não se compreende, de todo", apontou.

A carta assinada pelo painel de avaliadores das bolsas de Sociologia foi enviada a Miguel Seabra, presidente da FCT, solicitando a reposição da avaliação inicial.

2.8 Paulo, I. (23 de Janeiro de 2014) 'FCT alterou notas devido a "erros grosseiros"', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/fct-alterou-notas-devido-a-erros-grosseiros=f852163>]

Fundação para a Ciência e a Tecnologia sustenta que o júri do concurso de bolsas de Sociologia cometeu lapsos significativos "nos cálculos aritméticos" das avaliações.

O Gabinete de Comunicação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) refere que foram "detetados e corrigidos erros grosseiros nos elementos métricos em cerca de 3% das candidaturas, em todos os painéis de avaliação".

Em resposta ao Expresso, a FCT frisa que as "correções" efetuadas nas notas, que ditaram modificações no ordenamento das listas de candidatos a bolsas de doutoramento e pós-doutoramento de Sociologia, referem-se "exclusivamente a elementos métricos".

Entre os elementos alvo de modificação, a FCT adianta a existência de "erros de cálculos aritméticos na soma das classificações parcelares, ou a situações de manifesta inconsistência entre as classificações efetivamente atribuídas e o disposto nos regulamentos e guião de avaliação".

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia garante ainda não ter interferido na avaliação de carácter científico ou técnico das propostas dos candidatos, em questões como mérito, qualidade ou originalidade das propostas.

Segundo a FCT, "não foi ainda reduzida a margem de livre apreciação" de que os painéis legitimamente gozam no exercício das suas funções.

"A FCT atua com cautela na verificação de erros e lapsos nos processos de avaliação que conduzam ao não cumprimento integral das normas aplicáveis ao concurso e, consequentemente, a injustiças ou desigualdades graves para alguns candidatos", esclarece o gabinete de comunicação.

As alterações nas avaliações de Sociologia foram repudiadas por todos os membros do concurso e ditou já a demissão de Beatriz Padilla, coordenadora do júri.

2.9 Ganhão, M. (24 de Janeiro de 2014) 'Crato garante que Governo não desistiu da Ciência', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/crato-garante-que-governo-nao-desistiu-da-ciencia=f852381>]

No Parlamento, onde responde sobre os cortes nas bolsas e a situação da Ciência, o ministro da Educação diz que desde 2011 "aumentou o financiamento efetivo no sector".

Nuno Crato respondeu com números às críticas dos deputados da oposição e às questões que lhe foram colocadas a propósito do que consideram ser um desinvestimento nas bolsas de doutoramento e outras pós-graduações.

Segundo o ministro da Educação, pelo contrário, "a partir de 2011 o Governo susteve a queda" neste sector e "conseguiu que nele fosse investido mais dinheiro".

"Não confundam bolsas individuais com o conjunto das bolsas atribuídas", pediu Nuno Crato, insistindo que "não há qualquer abandono da formação avançada".

O ministro referiu ter existido uma subida do financiamento efetivo na Ciência, com crescimentos da execução de 410 milhões de euros em 2011, 436 milhões em 2012 e 424 milhões de euros no ano passado.

Nuno Crato destacou a existência de um programa de retenção dos "nossos melhores cientistas" e também "para a atração de estrangeiros", concluindo que "a Fundação para a Ciência e a Tecnologia apoia mais de 12 mil investigadores em Portugal".

Depois de ouvir o ministro, Rita Rato, da bancada comunista, confrontou Nuno Crato com os "números reais", desafiando-o a assumir "a responsabilidade" por um corte orçamental na Ciência na ordem dos 82 milhões de euros, ou seja "17% no financiamento ao sector".

"Além de professor universitário e político, sabemos agora que é um artista com os números", ironizou a deputada, para concluir: "O senhor é responsável por cinco mil investigadores no desemprego. Assuma".

2.10 Lusa (24 de Janeiro de 2014) 'FCT justifica corte nas bolsas com "necessidade de diversificar" apoio à investigação', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/fct-justifica-corte-nas-bolsas-com-necessidade-de-diversificar-apoio-a-investigacao=f852449>]

O presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) justificou hoje, no parlamento, a redução do número de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento com a "necessidade de diversificar" o apoio à investigação.

Miguel Seabra acrescentou que a aposta passou a ser, em 2013, em conformidade com o programa do Governo, aplicar o financiamento, em dois terços, em programas doutorais e, num terço, a bolsas individuais.

O presidente da FCT está a ser ouvido na comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, sobre os cortes nas bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento, a pedido do BE.

2.11 Lusa (24 de Janeiro de 2014) 'FCT justifica alteração de resultados de candidaturas a bolsas com "forte pressão"', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/fct-justifica-alteracao-de-resultados-de-candidaturas-a-bolsas-com-forte-pressao=f852473>]

O presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) justificou hoje a alteração dos resultados das candidaturas a bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, sem comunicação aos avaliadores, com a "forte pressão" e a "defesa dos interesses" dos candidatos.

Miguel Seabra reconheceu, no parlamento, que a FCT "devia ter informado atempadamente todos os membros dos painéis" de avaliação das alterações efetuadas, mas invocou "forte pressão e os compromissos assumidos com os bolseiros".

Aos deputados, o presidente da FCT alegou que a instituição procurou assegurar que nenhuma candidatura fosse aprovada com "base num erro aritmético" e, assim, "proteger os bolseiros e as suas legítimas aspirações".

2.12 Jornais de Notícias (24 de Janeiro de 2014) 'Reitores preocupados com cortes na ciência exigem explicações do Governo', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educao/interior.aspx?content_id=3649902&page=-1]

Os reitores acompanham com "grande preocupação" a política de cortes na ciência, criticam o Governo por deixar as universidades, "agentes no terreno" na investigação científica, à margem das mudanças de estratégia e exigem explicações para a redução do financiamento.

"O que me preocupa é que se houve uma mudança de política no financiamento da ciência - e que eu respeito, porque cada Governo tem o direito político de deixar a sua marca - isso tem de ser feito de forma transparente e as instituições têm que ser avisadas atempadamente da evolução dessas mesmas políticas", disse à Lusa o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), António Rendas.

Sublinhando que qualquer dificuldade criada à ciência e à investigação e à ciência em Portugal é uma dificuldade criada às universidades e mais uma a juntar aos problemas orçamentais que o ensino superior atravessa, António Rendas disse que é preciso explicar afirmações que reconhecem uma diminuição do número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas este ano pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), mas que apontam para um aumento do investimento na ciência, de uma forma geral.

"Era importante saber como e em que condições aumentou. As universidades não têm essa informação e temos o direito de saber o que está a acontecer, porque nós é que somos os agentes no terreno", frisou o presidente do CRUP e reitor da Universidade Nova de Lisboa.

António Rendas afirmou-se "muito preocupado" com o impacto destes cortes no crescimento que a ciência portuguesa conheceu na última década.

"As elites não nascem de geração espontânea. Tem que haver uma massa suficientemente grande para que a qualidade e excelência possam crescer. Essa redução tem que ser analisada e explicada, porque se ela obedeceu a uma mudança de estratégia para a promoção de grupos muito pequenos e competitivos isso tem que ser visto", defendeu.

Para os institutos politécnicos, que não podem conferir o grau de doutor, o impacto do corte nas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento é muito reduzido e sente-se sobretudo ao nível dos professores que pretendem obter esse grau académico.

No entanto, o presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Joaquim Mourato, diz ver agora com "muita dificuldade" a possibilidade de se avançar com a proposta apresentada por estas instituições para a criação de centros de investigação aplicados transversais a toda a rede de politécnicos e financiados com apoio da FCT.

Mas mais do que "uma má notícia" para universidade e politécnicos, Joaquim Mourato entende que o problema tem dimensão nacional.

"É uma má notícia para a ciência e investigação, mas sobretudo para Portugal. Tínhamos um progresso muito interessante nesta área. Reduzir os apoios é não só comprometer o futuro, mas todo o trabalho já feito", disse.

O Ministro da Educação e Ciência lembrou, esta sexta-feira, no Parlamento que há mais de dez mil investigadores em Portugal, tentando assim rebater as críticas da oposição, que acusou o executivo de estar a cometer um "cientifício".

O desinvestimento na ciência, a situação precária em que vivem os investigadores portugueses e a fuga de cérebros voltaram a ser as principais críticas dos deputados da oposição que hoje questionaram o ministro Nuno Crato sobre a polémica em torno do concurso de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento 2013 que, esta semana, levou à demissão de dois elementos do júri.

Nuno Crato contestou as críticas da oposição, falando em "mitos" e garantindo que "não há abandono da investigação científica".

"Há um mito que é preciso refutar: O Governo não desinvestiu na ciência", afirmou o ministro, sublinhando ainda que "o governo continua a apostar na investigação avançada" e recordando a abertura, no ano passado, de "um concurso de projetos de menor dimensão".

2.13 Jornal de Notícias (24 de Janeiro de 2014) 'Governo rebate críticas e lembra que há mais de 10 mil investigadores em Portugal', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=3649515&page=-1]

O ministro da Educação e Ciência lembrou, esta sexta-feira, no Parlamento que há mais de 10 mil investigadores em Portugal, tentando assim rebater as críticas da oposição, que acusou o executivo de estar a cometer um "cientifício".

O desinvestimento na ciência, a situação precária em que vivem os investigadores portugueses e a fuga de cérebros voltaram a ser as principais críticas dos deputados da oposição que hoje questionaram o ministro Nuno Crato sobre a polémica em torno do concurso de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento 2013 que, esta semana, levou à demissão de dois elementos do júri.

A socialista Elza Pais, que abriu o debate convocado pelo PS, acusou o Governo de fazer recuar o país 20 anos na área da ciência, deixando sem apoio quase 90% dos investigadores: "uma brutalidade", classificou a deputada, lembrando que, face à situação criada, estes "têm que emigrar se quiserem continuar a fazer investigação".

"O que está a acontecer com a ciência é a imagem do que está a acontecer com o país: empobrecimento", disse Elza Pais.

Nuno Crato contestou as críticas da oposição, falando em "mitos" e garantindo que "não há abandono da investigação científica".

"Há um mito que é preciso refutar: O Governo não desinvestiu na ciência", afirmou o ministro, sublinhando ainda que "o governo continua a apostar na investigação avançada" e recordando a abertura, no ano passado, de "um concurso de projetos de menor dimensão".

Nuno Crato lembrou ainda que "a FCT apoia atualmente mais de 12 mil investigadores em Portugal" e que existe um novo programa internacional: "Temos cerca de 80 mil milhões de euros disponíveis para os investigadores".

Palavras que não convenceram a oposição: a deputada do PCP Rita Rato lembrou o corte de 82 milhões de euros na ciência e o bloquista Luis Fazenda classificou a política governamental de "cientifício".

"O senhor ministro pode fazer as piruetas que quiser, mas a verdade é que é responsável pelo desemprego de cinco mil investigadores", acusou Rita Rato, lamentando a precariedade dos cientistas.

Para Odete João (PS), "o programa do Governo é uma enorme errata, que não cumpre nada daquilo que promete".

Sobre a polémica em torno do concurso de bolsas, Nuno Crato remeteu as questões para o presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que esta tarde também estará no parlamento, na Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

2.14 Jornais de Notícias (24 de Janeiro de 2014) 'Bolséiros dizem que está em curso um despedimento coletivo na Ciência', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=3653836&page=-1]

A Associação dos Bolséiros de Investigação Científica afirmou esta segunda-feira que está em curso um despedimento coletivo na área da ciência que vai parar as linhas de investigação e o investimento feito pelo país.

A secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, afirmou em entrevista conjunta ao Diário Económico e à Antena 1, divulgada esta segunda-feira, que há "excesso de investigadores para o dinheiro" dado à ciência.

"É evidente que o que está aqui em causa é uma justificação para o despedimento coletivo que está curso", disse à agência Lusa o presidente da Associação dos Bolséiros de Investigação Científica (ABIC), André Janeco.

O investigador lembrou que as instituições em que se produz ciência têm passado por "muitas dificuldades" e que se coloca hoje um problema de "como fixar os doutorados".

André Janeco defendeu que os resultados do concurso da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para financiar bolsas de doutoramento e pós-doutoramento espelham "mais um corte", com reflexos no futuro.

"As instituições estão a ver os seus recursos humanos a ir embora. Isto de termos investigadores a mais e termos de agora reduzir o dinheiro não é bem assim, ainda estamos muito abaixo da União Europeia", disse.

A secretária de Estado reafirma na entrevista que o financiamento da ciência pretende "garantir o crescimento em qualidade".

Para André Janeco, a situação hoje vivida pela comunidade científica resulta do facto de se fazer investigação com pessoas em situação precária: "Isto é ciência precária. Algum dia este problema iria colocar-se".

"Isto não é um processo reversível. Não podemos dizer que cortamos porque agora temos um pouco menos de dinheiro. Se as pessoas param de trabalhar ou emigram, as linhas de investigação param e o capital investido pelo país nos últimos anos perde-se", sustentou.

Os bolséiros estão, por isso, a mobilizar-se para na quarta-feira se manifestarem em Lisboa, junto à Assembleia da República, durante a discussão de uma petição da ABIC pelos deputados.

Noutros pontos do país, são também esperadas iniciativas de apoio a este protesto, pelo menos no Porto, indicou o responsável pela ABIC.

"A ideia é ter também investigadores que foram rejeitados, nas galerias, a assistir ao debate", revelou.

Está também agendada a discussão de um projeto de lei do PCP "Contra o Desmantelamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e pela defesa dos postos de trabalho científico".

No texto, o PCP recorda que quando da discussão do Orçamento do Estado para este ano confrontou o ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, com os impactos decorrentes de "uma redução de 26 milhões de euros nas verbas da FCT, referentes ao montante disponível para bolsas".

De acordo com os dados apresentados pelo partido, a despesa nacional em Investigação e Desenvolvimento (I&D), dividida pelo número de investigadores, ativos é inferior a um terço da média da União Europeia e tem "regredido nos últimos anos", apesar de ter aumentado significativamente o número de trabalhadores científicos precários.

2.15 Tavares, P. (24 de Janeiro de 2014) ‘Ex-presidente da FCT critica “criminosa” perda de talentos’, Diário de Notícias, 2014

Bolsas. João Sentieiro não poupa nas críticas aos cortes na investigação. Coordenadora do painel de Sociologia já se demitiu.

“Estamos a desperdiçar o investimento feito na qualificação de uma forma, diria, criminosa.” É assim que João Sentieiro, antigo presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), resume a actual política do Governo para as bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento, drasticamente reduzidas nos concursos de 2013, cujos resultados foram recentemente conhecidos.

A FCT, recorde-se, aprovou 298 bolsas de doutoramento (menos 900 do que no ano anterior) e 233 de pós-doutoramento (menos 444). Números que, associados à polémica em torno dos critérios de escolha e da alteração de avaliações pela FCT, estão a gerar uma onda de choque na comunidade científica.

Para já demitiu-se a coordenadora do painel do júri que avaliava as candidaturas na área de Sociologia, Beatriz Padilla, com membros de júris de outras áreas a assumirem também o seu descontentamento com a forma como todo o processo tem decorrido.

No Parlamento o assunto também foi acesamente debatido, confirmando-se que hoje mesmo estarão na Assembleia da República, o ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, e a secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, pela manhã, com o actual presidente da FCT, Miguel Seabra, a ser ouvido à tarde.

João Sentieiro, apesar de regressado à actividade no Instituto de Sistemas e Robótica no Instituto Superior Técnico, não ficou imune às notícias: “Também fiquei extremamente surpreendido e preocupado com estes resultados”, assume. “Numa altura em que as políticas públicas deveriam ir no sentido de estimular a fixação dos mais qualificados no País, iniciativas com estes resultados estão a promover o contrário do necessário.”

Miguel Seabra já defendeu – nomeadamente ao DN – que não está em causa um corte nas verbas para a ciência – nem sequer o apoio aos investigadores –, mas uma nova abordagem dos apoios. Mas João Sentieiro tem dificuldade em perceber que abordagem é essa: “Se há um novo paradigma, confesso que ele não é nada evidente aos olhos da comunidade científica. Se o que se pretende é transferir as bolsas para os projectos, acho má política primeiro afastar pessoas e depois lançar projectos que tenham arcaboço para fazer essas contratações.”

O argumento de que a quebra das bolsas será compensada por um aumento do emprego científico, através de contratos plurianuais, também não convence o antigo líder da FCT: “Em 2007, 2008 e 2009, através de concursos internacionais, foram criados 1200 lugares para doutorados nas instituições científicas, por cinco anos. Isso está a terminar agora. E a Fundação, com o seu programa ‘Investigador FCT’, ainda só criou 400.

Actualmente, lembrou, o País concretiza “1500 doutoramentos por ano. Estamos a forçar à emigração ou a ter cientistas altamente qualificados a desempenhar tarefas que não estão de modo nenhum adequadas à sua formação”.

Mário Machaqueiro, da Plataforma em Defesa da Ciência e do Emprego Científico, confirma ao DN que os cientistas excluídos nos concursos estão “a ponderar” avançar com a impugnação judicial dos mesmos. “Vamos aguardar que termine a fase de audiência prévia, que decorre. Depois é muito provável que isso venha a acontecer” diz.

2.16 Ganhão, M. (29 de Janeiro de 2014) 'Cortes nas bolsas de investigação são "irracionais", diz o PS', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/cortes-nas-bolsas-de-investigacao-sao-irracionais-diz-o-ps=f853201>]

PS acusa o Governo de estar a atirar para o desemprego cinco mil investigadores. PSD responde que a ciência "não são apenas bolsas individuais".

A propósito da petição da Associação de Bolseiros de Investigação Científica hoje discutida em plenário da Assembleia da República, o PS afirmou não perceber os "cortes irracionais efetuados recentemente pelo Governo", responsabilizando-o por ter atirado para o desemprego cinco mil investigadores.

Pela voz de Elza Pais, a bancada socialista acusou ainda o executivo de desperdiçar "o esforço de 20 anos", ao cortar as bolsas individuais de investigação, numa medida "sem justificação, porque na realidade há dinheiro", conclui a deputada.

Na sua intervenção, Nilza de Sena, do PSD, frisou que "a ciência não são apenas bolsas individuais", acrescentando que "não chega ter mais investigadores se tivermos menos projetos".

A deputada acusou ainda o PCP de apresentar um projeto de lei "sem novidades" sobre a matéria, apenas indo "a reboque" da petição, por uma questão de "teatro".

Catarina Martins, do BE, devolveu as acusações: "Sabemos o que fizeram com a formação de adultos, quando há dois anos acabaram com ela e sabemos o que estão a fazer agora. O quadro de financiamento que aí vem irá piorar a situação na Ciência".

A petição, relativa ao concurso de bolsas de individuais de doutoramento e pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi lançada por mais de 4 mil pessoas.

No final do debate, dezenas de pessoas que assistiam na galeria voltaram costas ao hemiciclo, em protesto contra o modelo de financiamento da ciência, de novo defendido pela maioria PSD/CDS-PP.

2.17 Coelho, L. (31 de Janeiro de 2014) 'Nuno Crato nega desinvestimento na Ciência', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/nuno-crato-nega-desinvestimento-na-ciencia=f853612>]

Ministro da Educação defende que será "positivo" para a Ciência que as empresas se envolvam mais no esforço de contratação de investigadores.

O ministro da Educação e da Ciência, Nuno Crato, negou hoje o desinvestimento na Ciência, sublinhando que o sector está apenas a adaptar-se à actual conjuntura e voltou a defender uma maior ligação dos investigadores com as empresas.

"Eu não neguei nenhum esforço da ciência, nem dos cientistas. O que disse é que não há desinvestimento, nem abandono dos recursos humanos. Há uma adequação ao momento que vivemos", afirmou esta tarde Nuno Crato na comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

Esta declaração surgiu em resposta à intervenção da deputada socialista Elza Pais, que acusou o Governo de estar a levar a cabo uma "sangria" na ciência com "tantos cortes."

"Neste momento não são só os bolseiros, todo o sistema está em colapso. A obsessão neo-liberal de empobrecimento deste Governo face a tudo e de todos, chega também agora à ciência. Não se está a promover a excelência, mas a destruir a excelência", afirmou Elza Pais.

Segundo Nuno Crato, é fundamental que os investigadores sejam competitivos e continuem a ter acesso aos grandes órgãos internacionais. "Nós conseguimos, através da reprogramação do QREN, um conjunto de investimentos comunitários, que nos está a permitir cumprir os compromissos e em relação a parcerias internacionais, reduzimos os custos, mas mantivemos os níveis de trabalho".

Longo caminho a percorrer.

O ministro realçou, contudo, que no novo acordo de parceria com a Comissão Europeia (CE), cuja proposta foi ontem entregue em Bruxelas, foi encontrada uma "grande resistência" da comissão face às verbas que o Governo pretendia para a Ciência.

E defendeu ainda que será positivo para a Ciência que o sector dos investigadores "se entrelace mais com o tecido empresarial" para melhorar a competitividade.

"Houve investimento em quantidade e qualidade, mas é preciso mais competitividade e, para isso, entrelaçar os cientistas e as empresas (...) Nós encontramos-nos ainda bastante atrasados [a nível do sector] na Europa, em comparação com países, como o Chipre, Hungria, Grécia, Irlanda ou Espanha", sublinha Nuno Crato.

"A nível dos nossos investigadores temos um caminho longo a percorrer e esperamos percorrê-lo", acrescenta.

Palavra de esperança

Nuno Crato que acabou de ser ouvido no Parlamento, após um requerimento potestativo do BE sobre as bolsas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e as políticas para o sector, esclareceu que o Governo pretende uma "maior responsabilização das empresas na contratação dos doutorados" e considera que "está a ser feito o melhor com o que temos".

Instado pelo deputado Acácio Pinto, do Ps, a deixar uma palavra aos investigadores que viram as bolsas cortadas, sem saber o que vai ser o seu futuro, o ministro reforçou querer deixar "uma mensagem de esperança". "Não existem apenas as bolsas individuais, disse, "nós vamos continuar a investir na Ciência".

2.18 Jornal de Notícias (31 de Janeiro de 2014) 'Libertadas verbas para Fundação para a Ciência e Tecnologia contratar', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=3662916]

O ministro da Educação anunciou, no parlamento, que a Fundação para a Ciência e Tecnologia vai poder contratar investigadores ainda este ano, por via da libertação do pagamento de parte das quotas nacionais na Agência Espacial Europeia.

"No âmbito da colaboração que temos tido com o Ministério da Economia, para a transferência do conhecimento para o tecido empresarial, [...] o Ministério da Economia vai assumir parte das quotas fixas na ESA" [Agência Espacial Europeia, na sigla inglesa], disse Nuno Crato, na comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, onde esteve a ser ouvido pelos deputados por requerimento potestativo do Bloco de Esquerda, sobre os concursos de atribuição de bolsas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e as políticas públicas para a ciência.

Nuno Crato referiu que esta transferência de responsabilidades da FCT para o Ministério da Economia é "particularmente importante e justa", porque "a ESA traz encomendas às empresas portuguesas e é perfeitamente justo que o Ministério da Economia assuma a sua parte nas quotas".

"A partir do momento em que o Ministério da Economia assume parte dessas quotas, liberta dinheiro que vai ser utilizado pela FCT e [vai] permitir o reforço da formação e contratação de recursos humanos ainda em 2014", disse o ministro da Educação aos deputados, considerando que isto "é uma boa notícia para a ciência portuguesa".

Portugal faz parte de organismos científicos internacionais, como a ESA, o Observatório Europeu do Sul ou a Organização Europeia para a Investigação Nuclear (CERN), pagando quotas para se manter como membro de plenos direitos, e permitir aos investigadores e cientistas portugueses o acesso a informação para as suas pesquisas.

De acordo com o Ministério da Educação e Ciência o retorno dessas quotas "é já de 95%, retorno esse que se reflete em contratos de alta tecnologia, que por sua vez impulsionam o desenvolvimento da economia portuguesa".

2.19 Azevedo, V. (5 de Fevereiro de 2014) 'Governo pressiona Conselho de Ciência para não divulgar críticas', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/governo-pressiona-conselho-de-ciencia-para-nao-divulgar-criticas=f854429>]

Conselheiros criticam redução drástica nas bolsas de investigação e recomendam auditoria externa à Fundação para a Ciência e Tecnologia.

O Ministério da Educação e Ciência está a pressionar o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCT) para não tornar público um comunicado onde é criticada a nova política científica adotada pelo Governo.

O comunicado foi elaborado na sequência de uma reunião do CNCT realizada a 23 de janeiro em Lisboa. O Conselho, constituído por 20 membros, é presidido pelo primeiro-ministro, mas nessa reunião Pedro Passos Coelho delegou na secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, a presidência desta estrutura de aconselhamento das políticas governamentais em matéria de ciência e tecnologia.

António Coutinho, ex-presidente do Instituto Gulbenkian de Ciência, é o coordenador do Conselho, que integra alguns dos maiores nomes da ciência portuguesa: Elvira Fortunato, Maria Mota, Mónica Bettencourt Dias, Alexandre Quintanilha, Maria João Valente Rosa, Pedro Magalhães, Pedro Portugal, Luís Oliveira e Silva, André Azevedo Alves, Francisco Veloso, Filipa Marques, Hélder Maiato, Henrique Leitão, João Lavinha, João Rocha, José Miguel Caldas de Almeida, José Miguel Urbano, Miguel Castelo Branco e Sebastião Feyo de Azevedo.

Corte nas bolsas "não foi previamente debatido"

No comunicado, que ainda não foi tornado público, o CNCT diz que está preocupado "com a redução muito significativa do número de bolsas individuais atribuídas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no concurso de 2013" - menos 35% nas bolsas de doutoramento e menos 65% nas bolsas de pós-doutoramento, em relação a 2012.

"A estratégia que terá resultado nesta redução não foi previamente anunciada nem debatida na comunidade científica, tendo trazido instabilidade ao setor", critica o Conselho, acrescentando que "não dispõe de qualquer estudo que permita concluir, à luz desta política, do número de bolsas individualmente atribuídas que seria necessário à boa dinâmica do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia".

Por isso, o CNCT recomenda ao Ministério da Educação e Ciência "que torne público o seu plano estratégico de fundo, comunicando clara e atempadamente as suas políticas à comunidade, desejavelmente envolvendo-a na discussão das suas orientações".

E recomenda também que "alterações profundas da política de apoio científico sejam precedidas de uma avaliação do impacto e dos riscos de tais medidas sobre a dinâmica do sistema científico, e que estas sejam implementadas, sempre que possível, de forma gradual".

Auditoria externa ao funcionamento da FCT

O Conselho propõe ainda que seja feita "uma auditoria externa ao funcionamento dos serviços da Fundação para a Ciência e Tecnologia que determine os meios adequados às funções que lhe são cometidas, bem como avaliações internacionais regulares" ao processo de decisão dos seus concursos de bolsas de investigação.

António Coutinho enviou um email aos 20 membros do Conselho onde os informou de que a secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, teria considerado o comunicado do CNCT "incorrecto e parcial", dando "uma informação muito limitada" da reunião do Conselho e estando "escrito em tom muito negativo".

A governante teria argumentado que o objetivo de tornar este comunicado público seria "salvar a imagem pública de cada um dos membros do Conselho nestes tempos conturbados", e não "contribuir para uma melhor política da ciência". António Coutinho alerta, na sua mensagem, que lhe parece ser convicção da secretária de Estado da Ciência que o Conselho

"está de 'má fé' e, sendo este o caso, o CNCT perderá toda a sua capacidade de aconselhamento/influência política".

Passos Coelho passa ao contra-ataque

Para já, foi marcada uma nova reunião do Conselho para a próxima segunda-feira, para tentar resolver todo este imbróglio. Mas a polémica ainda agora começou, porque ontem Passos Coelho passou ao contra-ataque no Oceanário de Lisboa, na reunião inaugural da "Coligação para o Crescimento Verde", um entidade criada pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que reúne organizações de vários sectores.

Segundo a agência Lusa, o primeiro-ministro afirmou que, em matéria de ciência e tecnologia, o Governo está "a romper com as políticas passadas", baseadas na ideia de que "mais dinheiro público" produz qualidade em termos de resultados.

Passos Coelho explicou que durante vários anos foi possível "transferir mais recursos para o sistema científico e atribuir mais bolsas de investigação". Mas "quando medimos o número de patentes registadas e de artigos científicos publicados, quando medimos o resultado e a qualidade desse resultado", Portugal passa "de indicadores que pareciam comparar muito bem com os países com que gostamos de nos comparar", para se comparar "muito mal sempre que olhávamos para a substância dos indicadores".

Por isso, o primeiro-ministro defendeu: "Temos de garantir que as bolsas que usamos para financiar os doutoramentos, os pós-doutoramentos e a investigação que é feita, não corresponde meramente a uma política de recursos humanos de empregar os melhores", mas resulte "em ter mais gente do lado das empresas, altamente qualificada, que traga valor para a economia".

2.20 Lusa (21 de Fevereiro de 2014) 'FCT anuncia atribuição de mais 300 a 350 bolsas de doutoramento e pós-doutoramento', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/fct-anuncia-atribuicao-de-mais-300-a-350-bolsas-de-doutoramento-e-pos-doutoramento=f857329>]

A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) anunciou hoje a atribuição de mais 300 a 350 bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, dois dias depois de o ministro Nuno Crato anunciar o reforço de verbas para o setor.

O reforço do número de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento da FCT refere-se ao concurso de 2013, cujos resultados, contestados por candidatos face aos cortes verificados, foram divulgados a 15 de janeiro, com efeitos práticos este ano.

Numa "newsletter" publicada hoje no seu portal, a FCT, entidade pública que atribui apoio financeiro à investigação científica, assinala que o reforço de bolsas "deverá compreender aquelas que virem revertida a decisão de não financiamento, na sequência da audiência prévia, e aquelas que vierem a ser financiadas em face das novas disponibilidades orçamentais" da Fundação.

2.21 Jornal de Notícias (30 de Maio de 2014) 'Mais de 2400 bolsas de doutoramento para investigação até 2018', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=3944354&page=-1]

Pelo menos 2.416 bolsas de doutoramento para investigação de excelência vão ser atribuídas até 2018, num investimento público de 190 milhões de euros, anunciou, esta sexta-feira, a secretária de Estado da Ciência, num balanço feito à imprensa em Lisboa.

As bolsas são concedidas ao abrigo dos concursos de 2012 e 2013 dos programas de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), entidade pública que financia a investigação científica. Os programas têm uma duração de quatro anos.

O concurso lançado em finais de 2012, o primeiro, mas com efeitos práticos este ano, aprovou 58 programas, totalizando uma média anual de 400 bolsas, enquanto o de 2013, com efeitos a janeiro de 2015, aprovou menos programas - 38 - correspondendo em média a metade das bolsas por ano.

Entre 2015 e 2017, com os 96 programas aprovados nos dois concursos a decorrerem em simultâneo, serão concedidas anualmente 600 bolsas.

O presidente da FCT, Miguel Seabra, lembrou que os resultados do concurso de 2013, apresentado como uma extensão do de 2012, são ainda provisórios, dado que está em curso a fase de audiência prévia, em que os candidatos excluídos podem contestar, muito embora preveja alterações pouco significativas nos números indicados.

Os programas de doutoramento da FCT visam, de acordo com a entidade tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência, "promover a formação científica pós-graduada de excelência e contribuir para a criação de colaborações estreitas" entre as instituições universitárias, as unidades de investigação e desenvolvimento nacionais e internacionais e as empresas.

Do total de programas aprovados, nos concursos de 2012 e 2013, apenas sete são desenvolvidos em colaboração com empresas. A maioria dos projetos aprovados (65%) envolve instituições de investigação portuguesas, com as ciências exatas e da engenharia (44%) a liderarem, isoladas, a lista de domínios científicos submetidos a bolsas.

O financiamento das bolsas é atribuído diretamente às instituições com projetos de investigação aprovados.

Os programas de doutoramento da FCT contam, além do investimento público, com financiamento das empresas parceiras, cujo montante, equivalente a 25% do total do custo das bolsas em que participam, não foi revelado.

O balanço feito esta sexta-feira pela secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, em conjunto com o presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Miguel Seabra, decorreu no Ministério da Educação e Ciência.

A tutela não avançou uma data para o lançamento de um novo concurso para os programas de doutoramento da FCT e o montante de investimento estimado.

2.22 Ferreira, N, (27 de Junho de 2014) ‘Entre 322 laboratórios de investigação há 71 que não vão ter financiamento’, Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/entre-322-laboratorios-de-investigacao-71-vao-ficar-sem-financiamento-1660820>]

A primeira fase de avaliação dos laboratórios de investigação terminou ontem. Para já, 71 dos 322 laboratórios portugueses que se candidataram à avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) vão ficar sem financiamento nos próximos cinco anos. Esta avaliação ajuda a determinar o dinheiro anual que cada laboratório irá receber entre 2015 e 2020. Os resultados são provisórios, pois a partir de segunda-feira inicia-se o período de audiência prévia. Mas a FCT diz que não fecha a porta a quem ficou abaixo da linha de água.

“Estamos a abrir uma porta de diálogo. A FCT está interessada em todas as unidades”, disse ontem Miguel Seabra, presidente da FCT, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, onde foram apresentados os resultados. “Vamos estruturar mecanismos de um diálogo construtivo com vista a ajudar quem quiser ser ajudado.” A grande maioria dos laboratórios que teve uma avaliação positiva vai entrar agora na segunda fase de avaliação, cujos resultados finais serão anunciados em Janeiro de 2015, iniciando-se então o próximo quinquénio. A última avaliação da FCT às chamadas “unidades de investigação” portuguesas foi feita em 2007/2008. Nessa altura candidataram-se à avaliação estas unidades, que podem ser laboratórios de universidades ou de centros de investigação. Os laboratórios associados, hoje uma rede de 26 laboratórios de Norte a Sul do país, tiveram uma avaliação separada.

Agora, o panorama mudou: houve unidades que se fundiram ou reestruturaram, outras nasceram. Também se candidataram laboratórios associados como o Instituto de Medicina Molecular ou o Instituto Dom Luiz, os dois de Lisboa. Ao todo, as 322 unidades avaliadas têm 15.444 investigadores doutorados.

A FCT dividiu a nova aferição em duas partes. A primeira baseou-se em informação enviada pelas unidades, como a sua história, as publicações e o que esperam fazer no futuro. Um laboratório que recebeu agora a avaliação de “bom”, “razoável” e “insuficiente” já não passa para a segunda fase. Destes, só os laboratórios com “bom” — 83 unidades (26% do total) com 3283 investigadores doutorados (22% do total de investigadores) — vão ter um financiamento-base anual. Laboratórios com “razoável” e “insuficiente” — os 71 mencionados, o que é quase um quarto (22%), com 1904 investigadores doutorados (12%) — não recebem nada.

Os outros laboratórios que passaram para a segunda fase são assim 168 (52%), onde trabalham 10.257 investigadores doutorados (66%). Nesta segunda fase, os avaliadores dos sete painéis de vários domínios científicos vêm nos próximos meses a Portugal visitar estas 168 unidades. Nesta avaliação será atribuída a classificação de “excepcional”, “excelente” e “muito bom”, que, além do financiamento-base, terão um financiamento estratégico cujo critério principal é “o mérito do programa”, diz a FCT.

Portanto, 251 laboratórios terão financiamento-base, classificados desde “bom” ao “excepcional”. Segundo Miguel Seabra, estarão disponíveis 50 milhões de euros anuais para as unidades de investigação, sendo cerca de metade para o financiamento-base. De acordo com as tabelas definidas pela FCT, uma unidade poderá receber entre 5000 e 400.000 euros anuais consoante o seu tamanho, os custos do tipo de investigação que faz e o resultado da nova avaliação. Assim, um laboratório que for “excepcional” terá o financiamento-base mais alto, além de receber ainda um financiamento estratégico a definir.

Esta primeira parte da avaliação foi feita por 83 peritos internacionais, nos sete painéis, e ainda diversos avaliadores externos, todos escolhidos pela Fundação Europeia de Ciência. “Há unidades cá que são líderes mundiais”, sublinhou ao PÚBLICO William Cushley, coordenador do painel das Ciências da Vida e da Saúde, que esteve ontem no Pavilhão do Conhecimento a dar uma conferência sobre a avaliação das unidades de investigação portuguesas (ver entrevista). As universidades de Coimbra, Lisboa, Nova de Lisboa, Minho e Porto tiveram uma taxa de passagem de docentes, que são investigadores em laboratórios avaliados, para a

segunda fase de 70% ou mais. A Universidade Lusíada, em Lisboa, foi a que teve a taxa mais baixa, com 21%.

2.23 Jornal de Notícias (30 de Junho de 2014) 'Carlos Fiolhais acusa Governo de liquidar a Ciência em Portugal', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/interior.aspx?content_id=4000301&page=-1]

O cientista Carlos Fiolhais considerou esta segunda-feira que a Fundação para a Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação e Ciência "estão a liquidar" a ciência em Portugal, criticando as recentes classificações e cortes a unidades de investigação.

O Governo "está a matar a árvore do desenvolvimento", disse Carlos Fiolhais citado pela agência Lusa, referindo que se "está a tentar criar uma política científica de alienação e de separação, onde reina a pura arbitrariedade".

O físico da Universidade de Coimbra contestou os critérios utilizados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) que levaram a que um quarto das unidades de investigação, que tiveram classificação inferior a "bom", ficasse sem financiamento.

"A classificação que está a ser dada é perfeitamente arbitrária e nem atende aos critérios de excelência da FCT", sublinhou, afirmando que as notas foram dadas "sem qualquer explicação, sem diálogo e sem conhecimento da realidade" de cada centro.

O processo de avaliação, em que "há falta de transparência" na sua realização, "escolhe uns, e os outros deixa morrer, condenados de forma sumária", observou, recordando que, em Coimbra, o Centro de Física, resultado de uma fusão entre duas unidades de investigação "que tinham a classificação de muito bom", pela FCT, ficou excluído de financiamento.

O Centro de Física Computacional e o Centro de Difração de Raio X "fizeram o que pediram" e juntaram-se num só centro, "e agora o Governo diz que não os quer e dispensa pessoas que trabalhavam entusiasmadas na sua área".

"Não há lógica nenhuma. É uma embrulhada sem sentido nenhum", frisou, notando que o ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, se "demitiu do seu papel" e que a FCT, "que já teve direções que prezavam a cultura científica, tem hoje uma gestão burocrática, feita por burocratas, que recorrem a folhas de cálculo".

O processo visa também, no seu entender, potenciar a centralização da investigação.

Segundo Carlos Fiolhais, o Governo "não tem uma ideia de futuro para o país", sendo que, com a atual política científica, "perde-se variedade, dispersão territorial e ligação ao ensino superior".

"Não há confiança na política científica", reforçou, lembrando ainda "a redução do número de bolsas" para investigação.

A ciência era "uma das poucas áreas em que Portugal se aproximava da Europa", mas as atuais medidas "só desbastam, podam e acabam com aquilo que existe", concluiu o cientista.

Setenta e uma unidades de investigação, de um total de 322 que se candidataram em 2013 a fundos públicos, não vão receber financiamento, revelam os resultados da primeira fase da avaliação divulgados a 27 de junho pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

As 71 instituições tiveram classificação inferior a "bom", nota a partir da qual as unidades podem ter direito a um financiamento base unitário variável entre cinco mil e 400 mil euros por ano, consoante a sua dimensão, o trabalho desenvolvido e o resultado da avaliação.

2.24 Moreira, S.M. (3 de Julho de 2014) 'Avaliação da FCT traz consequências “devastadoras e muito graves, Canal Superior, 2014

[<http://informacao.canalsuperior.pt/noticia/18143#anchor>]

O CIES, o CEMUC e o IT foram três dos laboratórios que viram a sua classificação descer com a última avaliação da FCT, cujos resultados foram revelados na sexta-feira. O Canal Superior foi ouvir as preocupações e queixas dos coordenadores destas instituições.

«Absurda», «incompetente» e «tecnicamente errada» foram algumas das expressões usadas pelas unidades de investigação questionadas pelo Canal Superior sobre a avaliação levada a cabo pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), cujos resultados foram conhecidos na sexta-feira.

Quase um quarto das unidades de investigação ficou sem acesso a financiamento (71 de 322) e 26% tiveram a classificação de Bom, recebendo um financiamento-base que pode ir dos 5 mil aos 400 mil euros num ano. 52% (168 das 322) passou a uma segunda fase, na qual vão poder receber parte do financiamento estratégico da FCT.

O Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE-IUL, foi um dos que baixou da classificação de «Excelente» para «Bom». Em termos financeiros, o apoio da FCT baixa de 200 mil euros anuais para cerca de 30 mil. O dinheiro serve «essencialmente para financiar as estruturas e uma parte do pessoal», o que fica agora comprometido. Mas o diretor do CIES, João Sebastião, sublinha que o principal problema é outro: «Há custos indiretos devastadores e muito graves».

«Por um lado, há a questão da reputação», afirma, acrescentando que, com o nível «Bom», o acesso a alguns concursos fica vedado. «Os investigadores podem concorrer, mas têm uma ponderação muito baixa, o que torna impossível que eles ganhem as bolsas, por muito bons que sejam», explica.

«Não fizeram um trabalho bem feito»

O Instituto de Telecomunicações (IT), um dos laboratórios associados que entrou nesta avaliação e que envolve sete instituições de Ensino Superior, recebeu, no ano passado, 1,5 milhões de euros. Este ano, a proposta da FCT é de 40 mil euros. «Isto é uma machadada terrível na reputação do instituto, mesmo que ainda venham a reverter a situação», afirma Carlos Salema.

O diretor do instituto considera «absurda» a nota atribuída ao IT e considera que «não fizeram um trabalho bem feito». «Nos últimos anos, apresentámos mais de 1000 teses de mestrado e 150 teses de doutoramento, mais de 100 livros, mais de 1000 artigos em revistas, mais de 3 mil artigos em conferências», argumenta.

«Há um forte ataque à investigação»

Valdemar Fernandes, diretor do Centro de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra (CEMUC) é da opinião que «há um forte ataque à investigação». Com mais de 80 investigadores, o centro recebia 400 mil euros anuais e, este ano, não vai receber nada, uma vez que obteve a classificação «Razoável».

«Não sei até que ponto vamos conseguir manter a organização que estava por trás da nossa unidade, que já tem muitos anos de trabalho», confessa, acrescentando que se sentem «injustiçados».

«Nós não aceitamos erros, nem falhas éticas»

A opinião de que os métodos da fundação não foram os melhores é unânime entre os entrevistados. Ao Canal Superior, a FCT sublinhou que «esta avaliação tem características que enriquecem o processo», uma vez que «cada proposta foi vista e comentada por mais dois revisores individuais remotos, identificados pelo seu mérito científico» e «as unidades tiveram oportunidade de refutar os comentários dos avaliadores remotos, ainda antes da reunião do painel».

Os investigadores respondem: «A FCT decidiu, ninguém sabe porquê, escolher uma fundação mais ou menos moribunda, que nunca fez uma avaliação deste tipo e contratou peritos que ninguém conhece de lado nenhum», afirmou João Sebastião, do CIES.

«A avaliação numa coisa destas é feita por pares, pessoas da nossa área e no painel de avaliação não há nenhum par», acrescenta Carlos Salema, do IT.

Os resultados são provisórios. Até 11 de julho, as unidades de investigação vão poder apresentar novas refutações à FCT, que irá depois avaliar estes documentos e publicar os resultados definitivos.

«Como em qualquer avaliação, haverá quem não fique satisfeito com a sua classificação, mas recordamos que decorre o período de Audiência Prévia, durante o qual as unidades poderão pronunciar-se sobre erros grosseiros que considerem terem sido cometidos», afirma a FCT, acrescentando que tem «toda a confiança no rigor, independência e transparência desta avaliação, realizada segundo padrões internacionalmente reconhecidos e testados».

2.25 Lusa (10 de Julho de 2014) 'Centro de Linguística do Porto em risco de encerrar por corte de financiamento', RTP, 2014

[<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=751733&tm=4&layout=121&visual=49>]

O coordenador do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP) disse hoje que aquela unidade corre o risco de encerrar por falta de financiamento, no que seria o fecho do único centro exclusivo do tema no Norte.

O alerta do centro fundado há 38 anos por Óscar Lopes foi acompanhado pelo lançamento de uma petição pública, já com perto de 2.000 assinaturas, a ser dirigida ao presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e resulta da recente avaliação da unidade de investigação, que passou a ter a nota mais baixa da escala e que, como tal, perde a partir de janeiro o financiamento de 50.000 euros anuais que recebia.

"Se realmente se concretizar o fecho do centro, isto representa a morte -- não estou a exagerar, estou a medir as minhas palavras, até porque sou linguista -- da linguística na Universidade do Porto", afirmou à Lusa o coordenador científico do CLUP, João Veloso, que ressaltou que vai ser endereçado à FCT um recurso no âmbito do período de audiência prévia, que encerra na sexta-feira.

Por seu lado, fonte oficial da FCT disse que a fundação está em "diálogo constante" com as entidades envolvidas no processo de avaliação, "no sentido de ajudar a definir um programa estratégico que seja adequado para poderem melhorar a sua classificação no futuro".

O CLUP tem 95 membros, 18 dos quais permanentes, ou seja, doutorados com "algum tipo de vínculo", enquanto a maior parte dos restantes são estudantes de doutoramento ou de pós-doutoramento, que, caso o centro encerre, perdem a instituição de acolhimento.

"Acho que não passa pela cabeça de ninguém imaginar uma universidade num país de primeiro mundo sem um departamento de matemática ou de física ou de química, assim como não deveria passar pela cabeça de ninguém a existência de uma universidade sem um departamento de linguística, que é a ciência que estuda a propriedade específica da espécie humana, que estuda a linguagem, que é o objeto mais presente em todas as interações sociais que existem e que, no caso do CLUP, tem tido um trabalho fundamental no estudo da língua portuguesa", explicou João Veloso.

De acordo com o também presidente da Associação Portuguesa de Linguística "o Norte do país fica sem nenhum centro exclusivamente dedicado à linguística com o encerramento do CLUP".

João Veloso considera a avaliação atribuída "muito injusta, muito drástica e sobretudo muitíssimo mal fundamentada", e salienta que houve dois linguistas num painel de 16 elementos para avaliação da área de Humanidades.

2.26 Lusa (11 de Julho de 2014) 'FCT confia na "transparente e rigorosa" avaliação das unidades de investigação', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/fct-confia-na-transparente-e-rigorosa-avaliacao-das-unidades-de-investigacao=f880672>]

A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) reafirmou hoje a sua "total confiança" no processo de avaliação das unidades de investigação que está a decorrer, que diz ter "total transparência, rigor e isenção".

"A avaliação das unidades de investigação levada a cabo pela FCT em colaboração com a European Science Foundation (ESF) corresponde a um exercício de avaliação regular, previsto na Lei e que decorre como planeado e divulgado, quer do ponto de vista dos procedimentos quer do ponto de vista do calendário anunciado", diz a FCT na sua página da internet.

Além de salientar a transparência e o "cumprimento das melhores práticas internacionais" no processo, a FCT lembra no comunicado que o regulamento do concurso foi sujeito a consulta pública e "amplamente discutido", e "rejeita de forma veemente qualquer interferência, direta ou indireta, no processo de avaliação".

2.27 Nascimento, C. (14 de Julho de 2014) 'Avaliação dos centros de investigação está a "separar o trigo do joio"', Rádio Renascença, 2014

[http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=31&did=155568]

Fundação para a Ciência e a Tecnologia defende-se das críticas do meio científico. Cerca de metade das unidades avaliadas vão ficar com pouco ou nenhum financiamento da FCT nos próximos cinco anos.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) rejeita as críticas de que tem sido alvo a propósito da avaliação em curso nas unidades de investigação. À Renascença, o presidente da FCT, Miguel Seabra, garante que o “processo de avaliação é o mais robusto e o mais transparente que alguma vez se fez”.

Das 322 unidades em avaliação, quase metade recebeu uma nota que os deixa com a corda na garganta: 71 unidades de investigação tiveram nota “Insuficiente” ou “Razoável” e deixam de receber financiamento da FCT e 83 conseguiram “Bom”, o que significa que têm algum dinheiro (o montante é variável consoante a dimensão do centro) mas considerado insuficiente. Os responsáveis pelos centros de investigação ouvidos pela Renascença temem o fim da investigação e apontam duras críticas ao processo.

O presidente da FCT rejeita que este concurso represente um corte ao financiamento da investigação científica.

Quem é que avalia as unidades de investigação?

Encomendámos a avaliação à European Science Foundation (ESF), uma entidade europeia de grande prestígio, com experiência nesta matéria, fez publicações sobre boas práticas do que são avaliações por pares, que é o caso desta, e, como tal, tem toda a capacidade, experiência e integridade para delinear este exercício.

Mas o processo tem sido alvo de muitas críticas...

Acho essas críticas normais, são parte do processo. A FCT defende toda a robustez do processo, nunca tivemos um processo tão robusto porque envolveu muitas opiniões muito independentes. As críticas que têm sido apontadas são críticas com as quais a FCT não concorda.

Isso quer dizer que, por exemplo, a FCT concorda que um centro que investigue questões relacionadas com a lusofonia seja prejudicado por isso, como diz o vice-reitor da Universidade de Coimbra?

Houve dois temas que tratámos com particular atenção com a ESF: um foi o tema da lusofonia e o outro foi o tema da investigação aplicada da tecnologia. São dois temas que a comunidade científica, em consultas que fizemos, considerou que talvez tenham sido objecto de alguma discriminação por parte da FCT. Em relação à lusofonia e os centros que tratam desta matéria, posso dizer-lhe houve uma percentagem semelhante entre aqueles que tiveram “Muito Bom” ou nota superior e aqueles que tiveram nota “Bom” ou inferior. Não há nenhuma discriminação da lusofonia, a ESF conseguiu atender de forma excelente às nossas preocupações. O que lhe posso dizer é que, como em outras áreas, se separou o trigo do joio.

Mas a verdade é que há muitos centros que se mostram surpreendidos com a nota e com o seu futuro...

Em compensação há 10% de unidades que viram a sua nota melhorar e há unidades que se fundiram, viram as suas notas melhoras e aumentaram a sua massa crítica. Houve muita coisa que aconteceu, houve uma reestruturação bastante importante na nossa comunidade. Acho que era importante olhar para os dois aspectos e não são para aqueles que se sentem injustiçados por esta avaliação.

Não o preocupa que quase metade dos centros de investigação fiquem numa situação que muitos consideram ser o princípio do fim das suas actividades de investigação?

Obviamente que causa preocupação. Temos recebido nesta última semana muitas unidades que nos vieram trazer essas preocupações. No momento da apresentação dos resultados da primeira fase, indiquei imediatamente que a FCT ia estar num processo de diálogo com a

comunidade. Vamos olhar caso a caso para aquelas unidades que ficaram desapontadas com este exercício de avaliação para podermos elaborar planos de desenvolvimento dessas unidades. O objectivo da FCT é continuar a melhorar a qualidade, a excelência e a competitividade da nossa ciência sem destruir nada daquilo que está ainda emergente ou pouco competitivo.

Quais são as verbas que vão estar disponíveis para o financiamento das unidades de investigação?

Estão previstas verbas na ordem dos 50 milhões de euros anuais para o período 2015-2020 (valor semelhante ao do período 2010-2015).

2.28 Nascimento, C. (14 de Julho de 2014) 'Aflitos com avaliação, centros de investigação científica temem o fim', Rádio Renascença, 2014

[http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=31&did=155554]

Está em curso a avaliação de 322 unidades de investigação. A primeira fase já terminou e quase metade fica sem financiamento ou com verbas residuais. Os responsáveis não poupam nas críticas à tutela. A Fundação para a Ciência e a Tecnologia rejeita-as.

O fim do programa de assistência financeira chegou ao fim, o discurso do Governo virou-se para o investimento e crescimento, mas na investigação científica há quem esteja muito pessimista.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) tem em curso o habitual processo de avaliação de 322 unidades de investigação no país que vai ditar o financiamento dos centros para os próximos cinco anos.

Das 322 unidades em avaliação, quase metade recebeu uma nota que os deixa com a corda na garganta: 71 tiveram nota “Insuficiente” ou “Razoável” e deixam de receber financiamento da FCT e 83 ficaram-se pelo “Bom”, o que significa que têm algum dinheiro (o montante é variável consoante a dimensão do centro) mas considerado insuficiente.

“Com esta nota, vamos receber 40 mil euros por ano. O dinheiro não chega sequer para mandar os nossos investigadores aos congressos”, explica Nuno Peres, prémio Gulbenkian Ciência e o cientista português mais citado entre 2002 e 2012.

Nuno Peres pertence ao Centro de Física da Universidade do Minho, classificado com “Bom”. Até agora, o centro recebia um financiamento anual na ordem dos 380 mil euros.

No Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, a preocupação é semelhante. Também avaliados com “Bom”, vão receber à volta de 20 mil euros por ano. “Dá apenas para pagar a secretária técnica de gestão do centro”, lamenta a coordenadora do Centro de Estudos Florestais (CEF), Helena Pereira.

“Mas a falta de financiamento nem é a minha maior preocupação”, acrescenta. “A nota do centro de investigação é um dos critérios levado em conta quando um investigador se candidata a uma bolsa de doutoramento ou pós-doutoramento. Como há muita competição, esta nota significa que não vamos conseguir contratar pessoas novas – e nós precisamos, todos os centros precisam, de renovação”, explica.

À beira do fim?

Nuno Peres e Helena Pereira ficaram surpreendidos pelas notas de avaliação.

Até há poucas semanas, todas as indicações que recebiam, quer por parte da FCT, quer de outras entidades, faziam crer que a produção científica destas unidades estava no caminho da excelência.

Passado o choque, fazem-se as previsões mais negras. “Isto significa o encerramento da investigação em Física na Universidade do Minho e na Universidade do Porto, pois o centro de investigação deles candidatou-se em conjunto com o nosso”, explica Nuno Peres.

Na área das ciências agrárias e florestais também pode ser o princípio do fim. “Poderá haver um movimento em que os investigadores se vão dedicar a outras áreas”, aponta Helena Pereira.

O processo de avaliação ainda não terminou. Os centros de investigação que não ficaram satisfeitos com a nota já puderam apresentar as suas razões de queixa.

Erros “grosseiros” e críticas “non-sense”

“Há erros muito grosseiros”, critica Amílcar Falcão, vice-reitor da Universidade de Coimbra (UC). Dos 41 centros da UC, 16 tiveram nota igual ou inferior a “Bom”.

“Por exemplo, há dificuldades em determinar quantos membros fazem parte do centro ou dificuldade em dividir as publicações pelo número exacto de membros do centro. Há também críticas absolutamente ‘non-sense’, como, por exemplo, dizer que um centro tem pouco equipamento quando a Universidade de Coimbra acaba de investir cinco milhões em equipamento para aquelas áreas e isso ter sido explicado nas candidaturas”, descreve.

Amílcar Falcão lamenta também que a FCT aceite que o painel de avaliadores prejudique os centros que investigam assuntos relacionados com a lusofonia. “Se se considera que a nossa investigação quando é feita em português, dirigida a países de influência lusófona, sobre cultura e história de origem portuguesa não é estratégica, seguindo as indicações de quem não sabe o que é português, nem sabe onde é Portugal, isto é vender o país aos estrangeiros”, contesta.

O rol de críticas continua em Lisboa. Helena Pereira, do CEF, põe em causa, por exemplo, a capacidade científica do painel que fez a avaliação nas ciências agrárias e florestais.

“Das oito pessoas que nos avaliaram apenas uma trabalha vagamente numa das áreas de trabalho do nosso centro”, refere. Talvez por isso, acrescenta, a avaliação tenha uma “apreciação subjectiva, enviesada e até alguns erros e contradições entre aquilo que é dito numas partes e o que é afirmado a seguir”.

Helena Pereira considera ainda que há erros quase administrativos. “Nalguns parâmetros, aquilo que é dito não corresponde à classificação que foi dada, ou seja, as constatações que são feitas não consubstanciam a nota de ‘Bom’, mas sim de ‘Muito Bom’”, critica a coordenadora do Centro de Estudos Florestais, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa.

Cortes no financiamento à investigação científica

A polémica em torno deste processo de avaliação soma-se a outra: a machada na atribuição de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.

“Não tenho dúvidas de que há uma política não declarada de redução do investimento na investigação científica”, afirma o físico Nuno Peres.

Já o vice-reitor da Universidade de Coimbra, Amílcar Falcão, compreende que não pode haver dinheiro para tudo, mas teme que actual política acabe com o sector. “Não podemos viver na ilusão de que todos os centros são muito bons e que todos têm que ter muito financiamento, o país não tem dinheiro para isso. Eu compreendo a motivação que está na racionalização do sistema, espero é que dessa racionalização não resulte a morte do sistema”, afirma.

Tutela nega quase tudo

Entrevistado pela Renascença, o presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia nega quase tudo. Miguel Seabra garante que o “processo de avaliação das unidades de investigação é o mais robusto e o mais transparente que alguma vez se fez”.

“Encomendámos a avaliação à European Science Foundation, uma entidade europeia de grande prestígio, com experiência nesta matéria, fez publicações sobre boas práticas do que são avaliações por pares, que é o caso desta, e, como tal, tem toda a capacidade, experiência e integridade para delinear este exercício”, afirma.

Miguel Seabra diz que são “normais” as críticas apontadas por cientistas e responsáveis das instituições científicas, mas discorda delas.

Rejeita que haja cortes no financiamento às unidades de investigação, garantindo que estão previstas verbas na ordem dos 50 milhões de euros anuais para o período 2015-2020 (valor semelhante ao do período 2010-2015).

O presidente da FCT mostra-se, ainda assim, totalmente disponível para que na fase de recurso das avaliações sejam corrigidos eventuais erros.

“Vamos olhar caso a caso para aquelas unidades que ficaram desapontadas com este exercício de avaliação para podermos elaborar planos de desenvolvimento dessas unidades. O objectivo da FCT é continuar a melhorar a qualidade, a excelência e a competitividade da nossa ciência sem destruir nada daquilo que está ainda emergente ou pouco competitivo”, remata.

**2.29 Naves, F. (17 de Julho de 2014) 'Bolsseiros lançam carta aberta em defesa da ciência',
Diário de Notícias, 2014**

[http://www.dn.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=4033422&page=-1]

Investigadores da ABIC criticam "desinvestimento da tutela no sistema científico" e contam com subscritores de peso, como Manuel Sobrinho Simões e Carlos Fiolhais

Os investigadores e membros da Associação de Bolsseiros de Investigação Científica (ABIC) estão apreensivos com "o crescente desinvestimento" e "o défice de estratégia" em relação ao sistema científico nacional por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e respetiva tutela e, por isso, apresentaram esta tarde uma "Carta Aberta em Defesa da Ciência em Portugal", já subscrita, entre outros, por personalidades como o físico e professor da Universidade de Coimbra Carlos Fiolhais, ou o cientista Sobrinho Simões.

"O atual modelo económico de baixo investimento na ciência e nos seus recursos humanos condena irremediavelmente a renovação dos sistema científico com novas gerações" e "significa o desinvestimento na capacidade de encontrarmos soluções (...) para o "relançamento de uma economia e sociedade baseadas no conhecimento", lê-se na carta aberta da ABIC.

Os bolsseiros criticam a diminuição das bolsas individuais atribuídas pela FCT para doutoramento e pós-doutoramento no último concurso (de 1875 para 853), a quebra no financiamento de projetos no mesmo período (de 647 para 231) e ainda nas verbas para o funcionamento das unidades de investigação, que estão em fase de avaliação.

"Os resultados da primeira fase dessa avaliação deixa praticamente metade das instituições sem financiamento ou com financiamento residual, o que põe em causa anos de trabalho e a própria continuação das equipas", sublinha André Janeco, bolsseiro de doutoramento e dirigente da ABIC.

A associação de bolsseiros pretende com a sua carta, que está disponível para subscrição em <http://cartaaberta.pt.vu/>, suscitar o debate junto da comunidade científica "e recolher contributos para alternativas à actual política científica", explica André Janeco.

A ABIC entregará o documento ao Governo ainda antes da discussão do Orçamento de Estado, no que será "um momento de luta", mas também "um contributo para alterar a atual situação" no sistema científico nacional.

2.30 Firmino, T., Silva, S. (18 de Julho de 2014) 'Avaliação da FCT definia à partida que metade dos centros de investigação ficaria pelo caminho', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/avaliacao-dos-centros-de-investigacao-definia-a-partida-que-metade-ficaria-logo-pelo-caminho-1663509>; <http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/7890-avaliacao-dos-centros-de-investigacao-definia-a-partida-que-metade-ficaria-logo-pelo-caminho>]

A avaliação em curso pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) definia mesmo antes de arrancar que cerca de metade dos 322 centros de investigação portugueses seria afastada da fase seguinte do processo, em que vão estar em jogo a maior parte dos 50 milhões de euros anuais que os laboratórios vão ter para despesas correntes entre 2015 e 2020. É o que está escrito no contrato que a FCT estabeleceu com a European Science Foundation (ESF), à qual delegou a organização da avaliação dos laboratórios, e que foi tornado público ontem à tarde pela fundação portuguesa que financia a ciência. “Um montante fixo de 109.592 euros é acordado para a segunda fase, com base nos seguintes pressupostos: número de unidades de investigação seleccionadas para a fase 2: 163”, lê-se no acordo assinado entre a FCT e a ESF no início de Abril deste ano.

De facto, transitaram para a segunda fase 168 unidades de investigação e ficaram de fora 154, que vão ficar à míngua de dinheiro para despesas correntes nos próximos cinco anos. Estes resultados desencadearam uma onda de protestos públicos e que também se traduziu na contestação formal das classificações pelos próprios centros de investigação junto da FCT: até 11 de Julho, quando terminou o prazo legal para apresentar reclamações, 128 das 322 unidades avaliadas tinham contestado os resultados — ou seja, quase 40%.

Nas últimas semanas, tinham-se multiplicado os pedidos de divulgação dos acordos entre a FCT e a Elsevier — responsável pela recolha de dados bibliométricos utilizada na avaliação — e a ESF, que coordenou o processo. Depois de dias de resistência, a fundação que atribui fundos públicos ao sistema científico acedeu finalmente. Os contratos mostram que a avaliação custou aos cofres portugueses quase 400 mil euros. Segundo a FCT, a avaliação anterior, em 2007, que tinha envolvido as 378 unidades de investigação existentes na altura, custou cerca de 1,6 milhões de euros. A fatia mais pequena destes 400 mil euros destina-se à Elsevier (70 mil euros). Já a ESF vai receber mais de 312 mil euros, aos quais acrescem ainda os custos das viagens dos avaliadores a Portugal durante a segunda fase do processo, que vai decorrer nos próximos tempos e que, de acordo com o contrato, são assumidos directamente pela FCT.

A suspeita de que existia uma quota pré-definida para os centros que passariam à segunda fase da avaliação já corria entre a comunidade científica, depois de terem sido divulgados os resultados na primeira fase do processo, no final de Junho. Esta cláusula do contrato agora conhecida sugere que a FCT tinha definido um limiar de centros de investigação cuja passagem à segunda fase era, pelo menos, esperada. Alguns avaliadores externos anónimos tinham deixado transparecer nos seus relatórios de avaliação, e que foram entregues aos centros, que receberam indicações para baixar certas notas por causa da existência de quotas. Esta acusação foi refutada pelo presidente da FCT, Miguel Seabra, na entrevista que deu ao PÚBLICO na quarta-feira (publicada agora nestas páginas), considerando-o “totalmente descabida”.

Ontem, após a divulgação dos contratos, o PÚBLICO questionou novamente a FCT sobre a definição prévia de uma quota de sucesso. A fundação, através da sua porta-voz Ana Godinho, justifica que aquele valor dos 163 centros era apenas “uma estimativa” feita com base na avaliação de 2007: “[Nessa altura] cerca de 50% das unidades teve ‘mau’, ‘razoável’ ou ‘bom’.” Em 2007, as notas eram “mau” (“insuficiente”), “razoável”, “bom”, “muito bom” e “excelente”. Neste momento, a classificação passou a incluir como nível superior o “excepcional”, pelo que o “bom” implica agora quase não ter direito a financiamento para despesas de base. Portanto, o “bom” já não é bom.

Voltando ao contrato, o mesmo estabelece também que ESF recebe 202.602 euros pela primeira fase de avaliação, terminada no mês passado. Aquela entidade também esteve

debaixo de fogo, sendo criticada pela sua falta de experiência neste tipo de avaliações. Contactada pelo PÚBLICO, fonte do organismo europeu respondeu a essa questão com o envio de uma brochura sobre a sua actividade recente, em que informa que está neste momento a avaliar o funcionamento da homóloga da FCT na Hungria, depois de nos últimos anos ter feito o mesmo para organismos semelhantes da Lituânia, Eslovénia e Bulgária. Mas nas informações oficiais enviadas em nenhum momento consta a elaboração de um processo semelhante ao português, com a avaliação de laboratórios de investigação e do sistema científico nacional, com o intuito de estabelecer as bases do financiamento estatal numa base plurianual.

Carlos Fiolhais, um cientista bem conhecido, que tem sido um dos rostos principais protestos a comunidade científica nos últimos tempos, no blogue de que é um dos fundadores, o *De Rerum Natura*, comenta assim o número pré-definido no contrato de unidades que passariam à segunda fase: “Muito grave será se se confirmar que a FCT deu indicações aos painéis de avaliação para eliminar 50% dos centros em todas as áreas. Por que razão para lá dos 50% os centros passam subitamente a deixar de ter qualidade necessária para serem financiados por dinheiros públicos?” O físico defende também que estes resultados “significam, de facto, a morte de quase metade das unidades de investigação do país”. Fiolhais refere-se às 71 unidades de investigação classificadas com “insuficiente” ou “razoável” e que, por isso, não vão ter dinheiro para funcionamento de base. E ainda às 83 unidades que tiveram “bom” e que também não passam à segunda fase. “Isto significa encerrar centros de investigação produtivos, apenas porque não cabem nas quotas arbitrariamente definidas. Significa uma ciência mais pequena, mais provinciana, com o poder mais concentrado, mais semelhante à ciência do Estado Novo. A investigação em Portugal ficará restrita a um clube mais reduzido”, critica.

Outro nome forte da ciência em Portugal, Manuel Sobrinho Simões, presidente do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (Ipatimup), também criticou ao PÚBLICO a avaliação, ainda antes da divulgação dos contratos. Entende que o processo está “minado” pela “desconfiança e falta de transparência” e pela falta de confiança dos cientistas na actual direcção da FCT”. Para Sobrinho Simões, a avaliação teve “o propósito de destruir o tecido institucional criado nos últimos 20 anos, na convicção de que do deserto brotarão génios”.

Uma opinião em contracorrente vem de António Coutinho, imunologista de renome e ex-director do Instituto Gulbenkian de Ciência de Oeiras, que também falou com o PÚBLICO horas antes da divulgação dos contratos. “É a primeira vez em Portugal que se faz uma avaliação totalmente isenta e transparente: todas as unidades foram avaliadas no mesmo processo, sem distinção”, sustentou. Coutinho, que também é coordenador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia — mas que falou a título individual —, elogia ainda o facto de a FCT não ter escolhido os avaliadores e ter confiado o processo a uma “entidade externa respeitável”. Na área que melhor conhece, a das ciências da vida e saúde, garante não ter visto nenhuma avaliação mal feita. Mas os erros, defende, são “naturais” num processo como este. “Por isso há os recursos.”

A ideia da excelência

A onda de constelação pública dos últimos dias preocupa António Coutinho, que diz temer que a FCT “acabe por não levar a sério esta avaliação”. Até porque, entende, o sistema científico português precisa de alterações: “A mudança tem de ser feita com jeito, com cuidado. Mas alguma coisa tem de ser feita.” Mas até que ponto a ciência do país já está pronta para apostar quase só na excelência? “A excelência costuma gerar excelência”, responde António Coutinho. “Por outro lado, a mediocridade gera sempre mediocridade. Nunca sai excelência. Usar dinheiro público para apoiar a mediocridade é sempre uma má política.”

Arsélio Pato de Carvalho, fundador no final dos anos 1980 da instituição que hoje é o Centro de Neurociências e Biologia Celular de Coimbra, actual provedor do Bolseiro, discorda desta visão: “O que se está a tentar fazer é apoiar exclusivamente unidades de excelência. Sempre

fui pela excelência, mas não podemos ter só excelência. Imagine um cientista excelente, mas tudo à sua volta está seco. Tem um oásis num deserto”, ilustra. A contestação das últimas semanas saltou fronteiras e chegou à revista Nature, à agência de notícias de ciência europeia Alpha Galileo e à revista Physics World, publicação do Instituto de Física britânico. E teve também reflexos políticos, com a Fenprof a exigir que o Governo recue no processo, o partido Livre a defender que as unidades anteriormente classificadas com “excelente” ou “muito bom” “apenas possam ser excluídas da segunda fase do processo de avaliação mediante a demonstração de falta grave”, e o PCP a requerer uma audição parlamentar à Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira.

A organização do sistema científico nacional está intimamente ligada às instituições de ensino superior, às quais está, por sua vez, ligada a esmagadora maioria dos centros de investigação. Ana Costa Freitas, reitora da Universidade de Évora, defende que a avaliação da FCT devia ter tido o cuidado de perceber “o impacto que tem na estratégia das instituições de ensino superior”. A universidade — que viu mais de 40% dos seus laboratórios serem chumbados — perdeu “centros fundamentais para o desenvolvimento da sua investigação”.

“Há um divórcio profundo entre a FCT e as universidades”, concorda o vice-reitor da Universidade de Coimbra, Amílcar Falcão. Este responsável considera que seria “inaceitável” se se concluísse que este processo foi condicionado pelas disponibilidades de financiamento da FCT. “A avaliação científica deve ser séria. Os que são excelentes não podem ser carimbados com um rótulo de suficiente só porque não há dinheiro suficiente para lhes dar”, aponta.

Esta semana, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos também expressou a sua “apreensão e grande preocupação” com este processo, que “coloca em causa o futuro” dos centros de investigação. Nos próximos dias, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas também deverá pronunciar-se. A avaliação vai continuar a dar que falar e os olhares irão certamente escrutinar o contrato ontem divulgado.

2.31 Jornal de Notícias (20 de Julho de 2014) 'Avaliação pode acabar com algumas áreas de investigação', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=4037294&page=-1]

Os presidentes dos conselhos científicos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) apontam "casos de inconsistência" na avaliação das unidades de investigação e alertam para consequências "graves" do desaparecimento de algumas áreas do sistema.

"Verificam-se casos de inconsistência entre os vários momentos de avaliação. Houve unidades de investigação e desenvolvimento que tiveram boas avaliações quantitativas e qualitativas no primeiro conjunto de avaliação que não passaram à segunda fase", refere uma carta dirigida ao presidente da FCT, hoje divulgada.

Os responsáveis de cada um dos quatro conselhos científicos acrescentam que, "em alguns processos da primeira fase de avaliação, houve maiores disparidades entre avaliadores do que é corrente".

E recomendam à FCT que controle "rigorosamente" a qualidade da avaliação, realizando a revisão da análise feita às unidades entre as quais "existe disparidade" entre a avaliação numérica e a decisão de passagem à 2.ª fase.

Do total das 322 unidades avaliadas num escrutínio que tem recebido críticas de vários quadrantes, 52% passaram à 2.ª fase e outras 26% obtiveram a classificação de Bom, assegurando um financiamento base.

Segundo a FCT, as unidades que passaram à 2.ª fase, e que podem ver o financiamento base acrescido de financiamento estratégico, "comportam dois terços dos investigadores que integram as unidades em avaliação".

Outra preocupação transmitida pelos presidentes, que não estiveram envolvidos no processo de avaliação, respeita aos domínios em que nenhuma unidade de investigação passou à 2.ª fase, o que "pode ter como consequência o desaparecimento de algumas áreas disciplinares do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, com consequências graves".

Também aqui os especialistas recomendam que a FCT promova uma "reflexão cuidada", que contemple um trabalho com estas áreas de modo a serem encontradas soluções de "robustecimento" das candidaturas.

Os presidentes dos conselhos científicos defendem ainda a necessidade de uma avaliação do resultado dos concursos abertos nos últimos anos de projetos, programas doutorais, bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, infraestruturas de investigação e Investigador FCT.

"Torna-se agora importante que se observe o resultado da totalidade destes concursos e se verifique o que existe, o que se quer recuperar e o que se pretende reconstruir", de modo a possibilitar as correções necessárias para melhorar o sistema, salientam.

A carta para Miguel Seabra aconselha uma melhor explicitação das fases seguintes do processo de avaliação das unidades de investigação de modo a clarificar pontos como formato e propósito da visita dos avaliadores e aspetos em observação, a constituição dos painéis dos avaliadores, "assegurando a adequação curricular" dos seus membros às áreas que vão analisar, os resultados das visitas e a coerência interna do processo.

O documento está assinado por João Carlos Marques (Ciências Naturais e Ambiente), João Costa (Ciências Sociais e Humanidades), Jorge Soares (Ciências da Vida e da Saúde) e Manuel Carrondo (Ciências Exatas e Engenharia).

2.32 Silva, S. (21 de Julho de 2014) ‘Reitores querem ajudar a corrigir a avaliação dos centros de ciência’, Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/reitores-querem-ajudar-a-corrigir-a-avaliacao-dos-centros-de-ciencia-1663777>; <http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/7898-reitores-querem-ajudar-a-corrigir-a-avaliacao-dos-centros-de-ciencia>]

Os reitores das universidades querem introduzir alterações à avaliação em curso das unidades de investigação pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e consideram que o processo ainda vai a tempo de ser corrigido, apesar das críticas que tem sofrido por parte dos cientistas ao longo das últimas semanas. O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) quer, para isso, reunir com o presidente da fundação, Miguel Seabra, enquanto decorre o período de análise das reclamações (audiência prévia).

Num memorando divulgado ontem, o CRUP demonstra “grande preocupação” com a forma como o processo tem vindo a desenrolar-se e diz esperar que seja concluído “de forma credível e robusta”, num quadro de “independência, de garantia de qualidade e de transparência”. O CRUP defende a introdução de duas alterações no processo de avaliação, permitindo a passagem à segunda fase das unidades de investigação que tenham sido classificadas com Excelente ou Muito Bom na última avaliação da FCT, em 2007, bem como dos laboratórios que, na primeira fase da avaliação em curso, tenham tido uma classificação de, pelo menos, 14. “A avaliação ainda pode ser corrigida”, afirma ao PÚBLICO o presidente do CRUP, António Rendas.

Os reitores mostram-se também disponíveis para se reunirem com o presidente da FCT, analisando o impacto dos resultados da primeira fase da avaliação — que apenas apurou 168 das 322 unidades de investigação concorrentes — em cada instituição de ensino superior. A exclusão de alguns centros de investigação tem implicações para as estratégias de cada instituição, defende o CRUP. Para António Rendas, “as universidades têm uma posição central no sistema científico nacional e isso deve ter sido em conta num processo como este”, considerando mesmo que o contacto entre a FCT e as instituições de ensino devia ter acontecido “mais cedo”.

O plenário do CRUP reuniu-se, no sábado, com a secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, a quem fez ver estas e outras preocupações com a avaliação das unidades de investigação pela FCT. António Rendas afirma que o processo teve “problemas” e causa “preocupações” semelhantes às demonstradas pelos conselhos científicos da FCT, a entidade que financia a ciência portuguesa com dinheiros públicos.

Conselhos científicos da FCT

Os presidentes das quatro áreas de especialidade dentro da fundação enviaram uma carta conjunta ao presidente da FCT, na qual apontam “inconsistências” na avaliação como a existência de “maiores disparidades [nas notas] entre avaliadores do que é corrente nestas avaliações”. João Carlos Marques, João Costa, Jorge Soares e Manuel Carrondo pedem também algumas clarificações à avaliação em curso em questões como a possibilidade de haver unidades de investigação que passaram à segunda fase — pelo que tiveram uma classificação superior a Bom —, mas que, em teoria, podem receber uma nota inferior na segunda fase.

Na mesma carta são feitos alertas em relação ao futuro do sistema científico português, sublinhando o facto de haver áreas disciplinares em que não houve nenhuma unidade de investigação aprovada e que, por isso, correm o risco de desaparecer.

Os presidentes dos conselhos científicos da FCT defendem também que se “observe o resultado da totalidade” dos vários concursos da FCT nos últimos anos — projectos científicos, investigador FCT, programas doutorais, bolsas e infra-estruturas de investigação: “A reestruturação da política de ciência e tecnologia em curso necessita de um olhar global e sistémico sobre a rede, que enquadre e dinamize todo este conjunto de medidas.”

2.33 Naves, F. (22 de Julho de 2014) 'Avaliação polémica na ciência já chegou à "Nature"', Diário de Notícias, 2014

[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4039570;

<http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/7897-avaliacao-polemica-na-ciencia-ja-chegou-a-qnatureq>]

A comunidade científica vive, de novo, dias de sobressalto. Em causa está a avaliação das 322 unidades de investigação do País, cujos resultados da primeira fase — decorre agora um período de recurso —, a manterem-se, deixam quase metade sem financiamento ou com verbas residuais, que inviabilizam equipas e trabalho. As publicações *Physics World*, do Institute of Physics de Londres, ou a *Nature* já fizeram eco das preocupações dos investigadores portugueses. A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) reafirma que a avaliação cumpre “as melhores práticas internacionais”, e “não vê qualquer motivo para parar” o processo.

No fim de semana ficou, entretanto, a saber-se, pelo Público, de uma cláusula no contrato entre a FCT e a entidade externa avaliadora, a European Science Foundation (ESF), que implica, justamente, que metade das unidades não passam à segunda fase da avaliação.

Na comunidade científica há acusações de “fraude” e de “erros grosseiros” no processo. O físico da Universidade de Coimbra Carlos Fiolhais é um dos que não poupam palavras. “Esta avaliação é um trabalho de amadores e desde que se conheceu o contrato que se confirma que há manipulação e intenção deliberada dos painéis de eliminar centros de investigação que é grave e lamentável” acusa o físico. O resultado, diz “é que centros com provas dadas internacionalmente serão destruídos, e a ciência portuguesa vai ser mais pequena e mais provinciana”. Já o vice-reitor da Universidade de Lisboa, Rogério Gaspar, fala de “perplexidade” face à referida cláusula no contrato entre a FCT e ESF, e em relação à não passagem à segunda fase de centros de excelência com provas dadas. “Vamos esperar pelo desfecho dos recursos” diz. Mas, “a confirmar-se este resultado, a atribuição de verbas residuais [a centros com Bom] liquidaria as equipas” nota.

Manuel Carrondo, um dos presidentes dos Conselhos Científicos da FCT que no domingo enviaram uma carta ao responsável da FCT Miguel Seabra, alertando para “inconsistências no processo de avaliação” e para a possibilidade de “áreas científicas serem eliminadas” sublinha que o documento chama a atenção “para detalhes que não estão bem e para a necessidade de continuar a avaliação”. A carta, diz, “manifesta a nossa disponibilidade para contribuir para o equilíbrio do processo”.

A FCT “refuta qualquer acusação de fraude” e garante que “o contrato não exclui unidades”, mas “reflete estimativas”, com base no “cenário atual (30% com Bom)” e nos resultados “do concurso de 2007 (em que 20% ficaram abaixo de Bom)”. A estimativa, diz a FCT não invalida a revisão “dos custos do contrato”, caso se verifique que há nelas “uma desproporção”. A fundação rejeita a relação direta entre o resultado da avaliação e a continuação dos centros de investigação e diz esperar, no final, “uma distribuição mais equitativa (de verbas) entre as unidades de topo” competitivas internacionalmente.

2.34 Lusa (22 de Julho de 2014) ‘Reitores com propostas para recuperação de unidades de investigação’, Observador, 2014

[<http://observador.pt/2014/07/22/reitores-com-propostas-para-recuperacao-de-unidades-de-investigacao/>]

A secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, reuniu este sábado com o plenário do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Os reitores propuseram à tutela alargar o número de unidades de investigação que passam à segunda fase da avaliação promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e que condicionará os financiamentos anuais para os próximos seis anos.

Os reitores propõem que na segunda fase, que permite a obtenção de um financiamento suplementar (além do financiamento base), possam estar presentes as unidades de investigação que tiveram na última avaliação nota de “excelente” ou “muito bom” e que foram este ano chumbadas, mas também aquelas que obtiveram na primeira fase a nota de pelo menos 14 e a pontuação de pelo menos 4 na avaliação curricular.

A última avaliação tinha acontecido em 2007 para as unidades de investigação e em 2008 para os laboratórios associados. Este ano, todas as instituições foram avaliadas em simultâneo, com algumas alterações nos parâmetros de avaliação, nomeadamente critérios e pesos ajustados caso se tratasse de investigação fundamental ou aplicada, explicou a FCT ao Observador.

A reunião entre a tutela e o CRUP visou analisar o impacto da avaliação aos laboratórios e centros de investigação, contestada por 131 de 322 instituições que se submeteram ao financiamento. Várias unidades, que tiveram boas notas em avaliações anteriores, baixaram este ano a classificação, perdendo fundos públicos. A avaliação tinha em consideração a avaliação da atividade entre 2008 e 2012 e o programa estratégico para o período 2015-2020.

Durante este processo de avaliação 71 unidades de investigação tiveram nota inferior a “bom” tendo ficado sem financiamento base da FCT. Das 251 que têm financiamento base garantido – entre cinco mil e 400 mil consoante a dimensão e intensidade laboratorial das unidades – 168 passaram à segunda fase de avaliação e poderão conseguir um financiamento suplementar – as que tiveram classificação de “excecional”, “excelente” ou “muito bom”.

Depois da divulgação dos resultados da avaliação, houve um período de audiência prévia com o objetivo de corrigir “erros grosseiros”, como documentos não considerados ou erros de soma, esclareceu a FCT ao Observador. Os erros administrativos serão corrigidos pela FCT e os erros científicos pelo painel de avaliação correspondente. Neste período, em que foram recebidos 131 pedidos de audiência prévia, não estavam previstos pedidos de reavaliação, mas a correção dos erros pode levar a uma nova classificação.

A posição dos reitores

O comunicado da CRUP adianta que a secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, se comprometeu a analisar as propostas e a transmiti-las ao presidente da FCT, Miguel Seabra. O conselho entende que as suas propostas devem ser tidas em conta em reuniões a realizar entre o reitor de cada universidade visada e o presidente da FCT, para “análise detalhada das implicações do processo da avaliação em cada instituição”, durante a apreciação, em curso, das contestações apresentadas.

A FCT confirmou ao Observador que o presidente Miguel Seabra se encontra disponível para reunir com os reitores e discutir as propostas apresentadas.

No comunicado, os reitores apontam, a muitos dos avaliadores, a falta de reconhecimento da Língua Portuguesa como “língua de produção científica e literária e veículo de conhecimento científico, particularmente nas áreas das ciências sociais e humanidades”.

Na semana passada, a Fundação para a Ciência e Tecnologia reafirmou a sua “total confiança” no processo de avaliação das unidades de investigação, que considerou ter “total transparência, rigor e isenção”. Conforme indicou à Lusa, na altura, estava em “diálogo constante” com as entidades envolvidas na avaliação, “no sentido de ajudar a definir um

programa estratégico que seja adequado para poderem melhorar a sua classificação no futuro”.

O CRUP defende “a absoluta necessidade de se dissociar o financiamento disponível da avaliação das unidades de investigação” e a divulgação, por parte da FCT, entidade pública que subsidia a investigação científica, do histórico das avaliações e dos níveis de financiamento atribuídos aos centros e laboratórios nos últimos sete anos, a bem da “transparência do sistema”.

Numa carta dirigida a Miguel Seabra, e divulgada no domingo, os presidentes dos conselhos científicos da FCT referem “casos de inconsistência” na avaliação das unidades de investigação e alertam para as consequências graves do desaparecimento de algumas áreas de investigação.

“Houve unidades de investigação e desenvolvimento que tiveram boas avaliações quantitativas e qualitativas no primeiro conjunto de avaliação que não passaram à segunda fase”, assinala a missiva, acrescentando que, “em alguns processos da primeira fase de avaliação, houve maiores disparidades entre avaliadores do que é corrente”.

Ao Observador o vice-reitor da Universidade de Coimbra, Amílcar Falcão, relatava também algumas “situações anómalas” em que os resultados negativos eram inexplicáveis. O vice-reitor questionava-se: “Como é que um centro pode passar de excelente a fair [razoável] se os indicadores têm melhorado?”. Acusava ainda a FCT de ter feito uma “avaliação política”.

O Centro de Física da Universidade de Coimbra – uma das 71 instituições com nota inferior a “bom” e, por isso, excluída de financiamento público – resulta da “fusão de duas unidades, que tinham tido a classificação de muito bom” no passado, e vinha a melhorar “a produção científica”, segundo a coordenadora, Constança Providência. Das 322 unidades de investigação avaliadas, 24 resultaram de fusões de outras unidades e 92 são completamente novas ou sofreram uma reestruturação profunda.

O processo de avaliação das unidades de investigação, criticado por centros que se viram lesados com a nota, levou o PCP a pedir a presença da secretária de Estado da Ciência no parlamento.

**2.35 Diários de Notícias (23 de Julho de 2014) ‘Reitores querem rever avaliação aos centros’,
Diário de Notícias, 2014**

[<http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/7900-reitores-querem-rever-avaliacao-aos-centros>]

Os reitores propuseram à tutela que as unidades de investigação que tiveram no passado, nota de “excelente” ou “muito bom”, e que este ano não passaram à segunda fase na avaliação em curso, possam fazê-lo, o que lhes dá direito a financiamento suplementar. A proposta foi apresentada no sábado à Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, anunciou o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

A reunião entre a tutela e o CRUP visou analisar o impacto da avaliação aos laboratórios e centros de investigação, contestada por 128 de 322 Instituições. Várias unidades, que tiveram boas notas em avaliações anteriores, baixaram este ano a classificação, perdendo fundos públicos. Os reitores propõem, também, que passem à segunda fase as unidades que obtiveram, na primeira fase, a nota de pelo menos 14 e a pontuação de 4 na avaliação curricular. De acordo com o processo de avaliação, apenas receberão financiamento suplementar as unidades que, tendo passado à segunda fase, tiverem nota superior a “bom” ou seja, “excecional”, “excelente” ou “muito bom”.

O CRUP presidido por António Rendas, reitor da Universidade Nova de Lisboa, entende que as suas propostas devem ser tidas em conta em reuniões a realizar entre o reitor de cada universidade visada e o presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Miguel Seabra, durante a apreciação, em curso, das contestações apresentadas. Os reitores apontam a muitos dos avaliadores a falta de reconhecimento da Língua Portuguesa como “língua de produção científica e literária e veículo de conhecimento científico, particularmente nas áreas das ciências sociais e humanidades”. O CRUP defende a “necessidade de se dissociar o financiamento disponível da avaliação das unidades de investigação”. Leonor Parreira, segundo o CRUP, comprometeu-se a analisar as propostas e a transmiti-las ao presidente da FCT.

2.36 Renascença (24 de Julho de 2014) 'Reitor de Lisboa arrasa processo de avaliação das unidades de investigação', Renascença, 2014

[http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=31&did=156742]

À Renascença, António Cruz Serra quebra o silêncio que mantinha sobre o assunto por "não aguentar" ter lido determinadas declarações do presidente da FCT.

O reitor da Universidade de Lisboa diz que o processo de avaliação das unidades de investigação, levado a cabo pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), "é lamentável" e vai resultar na "liquidação de uma parte do nosso sistema científico".

António Cruz Serra decidiu quebrar, em declarações à Renascença, o silêncio que mantinha sobre o assunto, por "não aguentar" ter lido determinadas declarações do presidente da FCT.

"Não aguardei ver escrito, numa entrevista ao presidente da FCT, que havia uma maioria silenciosa que apoiava o resultado da avaliação. Eu fazia parte dessa maioria silenciosa, mas não apoio, de maneira nenhuma, o processo que foi conduzido de forma pouco profissional, pouco eficiente e baseada numa política inaceitável", desabafa o reitor.

Para Cruz Serra, este processo vai "virar o sistema de pernas para o ar", caindo, assim, o país, "mais uma vez", em algo que "tem constituído uma das bases do nosso insucesso", porque "desta política não ficará nada, quando mudar o Governo e a direcção da FCT".

Classificando o processo de "lamentável" em três frente - na "política definida", na "aplicação da avaliação" e na "seriedade da avaliação" - o reitor da Universidade de Lisboa sublinha que, "tendo sido especificado no contrato com a agência de avaliação que metade das unidades não passava à segunda fase", seria preciso "seriar as unidades", algo que não se verificou, uma vez que cada avaliador "avaliou uma ou duas unidades".

Nestas declarações à Renascença, António Cruz Serra acusa ainda que a maioria dos avaliadores não é "especialista da área da avaliação".

O reitor da Universidade de Lisboa apela ao primeiro-ministro para que coloque um fim a este processo de avaliação: "Apelo a que o nosso Governo e, nomeadamente, o primeiro-ministro consiga perceber que o resultado desta operação será a liquidação de uma parte do nosso sistema científico".

2.37 Ferreira, N., Firmino, T. (25 de Julho de 2014) ‘Avaliação dos centros de investigação chegou à Assembleia da República’, Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/avaliacao-dos-centros-de-investigacao-chega-a-assembleia-da-republica-1664338?page=-1>]

Voto de protesto lançado pelo Partido Socialista chumbado pela maioria. Rede de 26 laboratórios exige uma nova avaliação que tenha a visita dos peritos a todas as unidades de investigação do país.

A bola de neve de contestação contra a avaliação dos centros de investigação conduzida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) chegou finalmente ao plenário da Assembleia da República (AR). Um mês depois de Miguel Seabra, presidente da FCT, ter anunciado os resultados da primeira fase de avaliação, os deputados votaram nesta sexta-feira uma proposta de protesto lançada pelo PS contra os cortes de financiamento que os centros terão na sequência desse processo. A proposta acabou rejeitada pelos deputados da maioria PSD-CDS.

A bola de neve de contestação contra a avaliação dos centros de investigação conduzida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) chegou finalmente ao plenário da Assembleia da República (AR). Um mês após Miguel Seabra, presidente da FCT, ter anunciado os resultados da primeira fase de avaliação, os deputados votaram nesta sexta-feira uma proposta de protesto lançada pelo PS contra os cortes de financiamento que os centros terão na sequência desse processo. A proposta acabou rejeitada pelos deputados da maioria PSD-CDS.

“O investimento em ciência tem de ser uma ideia partilhada por todos para a defesa dos interesses nacionais”, lê-se na proposta de protesto. Nela, o PS defende que o “cenário calamitoso” da ciência portuguesa, devido ao corte nas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento atribuídas pela FCT em Janeiro — que deu lugar a um grande protesto no início do ano —, “é agora reforçado com a publicitação dos resultados da primeira fase de avaliação das Unidades de Investigação”.

Há uma semana, a divulgação do contrato entre a FCT e European Science Foundation (ESF), a entidade que coordenou a avaliação, aumentou ainda mais o coro de protestos. No contrato ficou definido previamente que 50% dos centros não passaria à segunda fase da avaliação. Essa última fase destina-se a atribuir o grosso do dinheiro que as unidades vão ter para despesas correntes de 2015 a 2020.

Das 322 unidades avaliadas, só as que tiveram Muito Bom, Excelente e Excepcional (168) passaram à segunda fase. As restantes (154), com Bom, Razoável e Insuficiente, foram excluídas. Só as que têm Bom receberão algum financiamento, o que significa que quase metade das unidades ficará com a corda ao pescoço. Por causa destes resultados, 40% dos centros contestaram-nos.

Entre as críticas estava o facto de os painéis de avaliação, organizados pela ESF, não terem especialistas em várias áreas do saber. As unidades também não foram visitadas na primeira fase de avaliação, o que nunca ocorreu nas avaliações anteriores.

Cientistas conhecidos, como Carlos Fiolhais, Manuel Sobrinho Simões e Alexandre Quintanilha, o Sindicato Nacional do Ensino Superior ou o reitor da Universidade de Lisboa, António Cruz Serra, vieram a público criticar a avaliação. Para Cruz Serra, o processo de avaliação “está ferido” na sua seriedade e a FCT deveria ter “humildade para reconhecer os erros”.

Nesta sexta-feira, Miguel Seabra apareceu a responder às críticas: disse que Cruz Serra cometeu “erros factuais graves”. À agência Lusa disse: “O que está escrito no contrato refere-se a custos e, para calcular custos, tem de se fazer estimativas e as estimativas foram baseadas no último exercício de avaliação, de 2007, onde, de facto, cerca de 50% das unidades que concorreram à avaliação tiveram a classificação de Bom ou menos.”

No Parlamento, a deputada socialista Elza Pais considerou nesta sexta-feira a eliminação de metade dos centros “chocante”. A iniciativa do PS teve o apoio dos outros partidos da oposição. O deputado Michael Seufert (CDS) defendeu os resultados desta avaliação não

apresentam diferenças significativas dos da última avaliação, de 2007 — seguindo assim a mesma argumentação de Miguel Seabra.

“Anomalias gritantes”

Na quinta-feira, Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência, tinha sido obrigado a ir à AR, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, devido a um “pedido potestativo” do Bloco de Esquerda. Nas três horas de debate, só se falou do exame dos professores e nunca da avaliação dos centros de investigação. Às perguntas dos jornalistas, Crato não quis responder. Ainda na quinta-feira, a avaliação dos centros foi analisada pelo Conselho dos Laboratórios Associados (CLA), uma rede de 26 institutos e cujo secretário é o cientista Alexandre Quintanilha. As “anomalias gritantes” da avaliação devem ser “urgentemente corrigidas”, defende o CLA em comunicado divulgado nesta sexta-feira. “Todas as unidades de investigação devem ser objecto de visitas de avaliação, essas visitas devem ser conduzidas por painéis especializados, e deve ser garantida a continuidade de financiamento-base às instituições avaliadas pelo menos com Bom”, lê-se, acrescentando-se que, nas novas regras, uma unidade com Bom “será na prática extinta”.

O CLA considera a política de “ruptura” do Governo uma “irresponsabilidade política”: “Pode um sistema científico funcionar sem um grande número de centros de investigação de boa qualidade, embora não excepcionais? Não pode, em parte alguma do mundo.”

Ouvida pelo PÚBLICO, a imunologista Maria de Sousa, professora emérita da Universidade do Porto, não defende a impugnação do processo de avaliação, ainda que ela “possa vir a ser juridicamente inevitável”: “Ainda há algum espaço na audiência prévia [período em curso de reclamação dos resultados] para se perceber bem o que se não fez e se poderia ter feito. Isso é talvez tão importante e mais exemplar do que impugnar”, diz. “A audiência prévia dá-nos a todos o espaço para provarmos que passámos a ser um país que se deve fazer respeitar internacionalmente pela maturidade da sua qualidade científica.”

Miguel Seabra — que Maria de Sousa considera ter tido até aqui uma “convicção cega, sem dúvidas e de que está certo” e uma “insensibilidade” em relação à comunidade científica que deveria representar — ainda está a tempo de voltar atrás. Por que não, em vez de impugnar, dar ao presidente da FCT, também um cientista, a oportunidade de corrigir a avaliação, refere a conhecida imunologista. “Um cientista deverá ser o primeiro a dar o exemplo de reconhecer erros que possa ter cometido, mesmo com a melhor das intenções, e procurar corrigi-los sabendo as limitações do que pode fazer.”

2.38 Lusa (25 de Julho de 2014) 'Processo de avaliação da ciência é "enormíssimo erro de política pública" - Reitor Lisboa', Porto Canal, 2014
[<http://portocanal.sapo.pt/noticia/32971/>]

O reitor da Universidade de Lisboa considerou o processo de avaliação das unidades de investigação "um enormíssimo erro da política pública", que está "enviesado desde o início" apelando ao Governo para que se "preocupe seriamente" com as "consequências desastrosas".

Em entrevista à Lusa, a propósito do primeiro ano de vida da nova Universidade de Lisboa, após a fusão da Clássica com a Técnica, António Cruz Serra diz que ficou claro desde o fim-de-semana passado que o processo de avaliação a cargo da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) -- que é também a instituição que atribui o financiamento público destas instituições científicas -- definia à partida que apenas metade das instituições obteria classificação suficientemente alta para passar à 2.ª fase da avaliação.

Ficar pela 1.ª fase significa não receber qualquer financiamento público ou, caso a avaliação dos centros de investigação seja de 'Bom', receber um financiamento no patamar mínimo, que varia entre os cinco mil e os 40 mil euros.

"Toda a informação que entretanto se foi reunindo leva-nos a concluir que aquilo que aconteceu com o processo de avaliação das unidades de investigação é um enormíssimo erro de política pública, é um processo que foi mal montado, uma avaliação que foi feita de forma amadora, por gente pouco qualificada, em muitos casos, para realizar a avaliação e que o processo estava enviesado desde o momento inicial. O erro político fundamental é que tal como o processo foi lançado nós vamos liquidar metade do sistema científico por via administrativa", declarou o reitor.

Cruz Serra disse que a avaliação foi entregue a entidades estrangeiras que desconhecem por completo a ciência em Portugal, e que os painéis de avaliação criados têm avaliadores sem "capacidade científica para avaliar as unidades na sua área científica", são de qualidade "altamente questionável" e que "não conseguem ganhar em Portugal, nas nossas melhores faculdades, um concurso de professor auxiliar".

O reitor declarou que "neste momento já se percebe como foi feita a avaliação", explicando que as unidades foram previamente avaliadas por especialistas da área científica em que se enquadram com notas bastante altas (iguais ou superiores a 17 numa escala que vai até 20), sendo depois avaliadas pelo avaliador do painel, que "normalmente não é da área, [percebendo-se] até pelo conjunto de disparates que estão escritos nessas avaliações, e que dá uma nota muito baixa".

"Aquilo que foi a avaliação final foi a avaliação desse avaliador. Porquê? Porque é ele que está no painel, ele é que foi encarregue de elaborar o relatório final", disse, acrescentando que a consequência foi a exclusão da próxima fase da avaliação de centros de "qualidade inquestionável" em todo o país, considerando que "tudo isto que está a acontecer é lamentável".

"Era como se o professor Nuno Crato tivesse pedido a um professor de Biologia para ir corrigir os exames nacionais de Matemática. Aquilo que aconteceu é algo que precisa de ser infletido, é um processo para o qual eu chamo a atenção do nosso ministro, do senhor primeiro-ministro, porque tem consequências políticas e consequências para o país desastrosas", disse. António Cruz Serra entende que na fase em que o processo está ou a FCT assume que cometeu um erro, e que é preciso começar tudo de novo, ou não resta alternativa senão "repescar para a 2.ª fase da avaliação" centros excluídos e que não o deveriam ter sido, indo ao encontro da proposta entregue pelo conselho de reitores ao Governo, que defende que não se deve negar financiamento suplementar a unidades de investigação que já foram anteriormente avaliadas com notas muito altas ou a nota máxima.

"Acontece que muitas dessas unidades são unidades onde se faz um trabalho excelente, onde temos um investimento do país de duas dezenas de anos ou mais com equipamento e

capacidade instalada de dezenas de milhares de euros e que de repente vai ser deitado fora e isto é algo absolutamente incompreensível", declarou Cruz Serra.

"Tenho a certeza absoluta que se a avaliação terminasse agora, nestas condições, haveria unidades de investigação de grande dimensão e de grande relevância que acabavam no dia a seguir", acrescentou.

Sobre a Universidade de Lisboa, o reitor garantiu que a instituição "não tem qualquer capacidade, com a dotação do Orçamento do Estado que recebe, de substituir o financiamento da FCT".

"Isso está completamente fora de questão. Estamos a trabalhar no limite do que é possível", declarou.

Das 322 unidades avaliadas, 163 (52%) passaram à segunda fase e outras 26% obtiveram a classificação de Bom, tendo assegurado um financiamento base, avançou a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

2.39 Jornal de Notícias (25 de Julho de 2014) 'Bolsiros querem saber como vão ser distribuídos mil milhões para a ciência', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=4046528&page=-1]

O presidente da Associação de Bolsiros de Investigação Científica mostrou-se cauteloso quanto ao anunciado financiamento de mil milhões de euros até 2020 por parte da Comissão Europeia, sublinhando a necessidade de saber como vai ser distribuído.

"Se esses mil milhões de euros puderem vir, neste caso, anular a avaliação [dos centros de investigação, que está em curso] que está minada de credibilidade e fazer uma coisa como deve ser, parece uma boa medida", disse André Janeco em declarações à agência Lusa.

O ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, anunciou, quinta-feira, no parlamento, que o Estado português acordou com a Comissão Europeia um financiamento com fundos estruturais de mil milhões de euros até 2020, para a ciência.

Com o acordo de parceria 2014/2020, alcançado entre Portugal e a Comissão Europeia, após "negociações intensas e, por vezes, muito difíceis", o Governo pretende assegurar o financiamento da ciência fundamental, mas também a "competitividade científica internacional e a excelência" das unidades de investigação e desenvolvimento e a "transferência de conhecimento" para as empresas.

André Janeco sublinhou ainda a importância de saber como irá ser feita a disponibilização dos fundos anunciados, adiantando que, por vezes, se houve falar "de números de muitos milhões" e depois, na altura dos concursos, aquilo que chega efetivamente às unidades e aos investigadores "são ninharias", acusou.

As unidades portuguesas de investigação estão a ser submetidas a um processo de avaliação que está a decorrer, e que já excluiu, da 2.ª fase, quase metade dos centros envolvidos.

Os resultados da avaliação aos laboratórios e centros de investigação vão ter consequências para o financiamento de bolsas e projetos de investigação, entre 2015 e 2020, tendo sido contestado por 128 de 322 instituições que se submeteram ao financiamento. Várias unidades, que tiveram boas notas em avaliações anteriores, baixaram este ano a classificação, perdendo fundos públicos.

"Tivemos a primeira fase de avaliação das unidades de investigação, que interessa a todas e que garante o seu financiamento, ou não, durante seis anos e houve, para além de problemas formais, críticas à própria avaliação, tivemos uma razia nas unidades que estão a ser financiadas e que se podem manter-se como tal", explicou à Lusa.

André Janeco lembrou ainda a situação de crítica "muito generalizada" ao quadro de financiamento até 2020 por parte de investigadores nacionais e europeus, afirmando que o que vinha consagrado de dinheiro disponível no Horizonte 2020 (programa-quadro de investigação e inovação da União Europeia para os próximos sete anos) era "criticado" por todos.

"Interessa ver como este negócio foi feito com a Comissão Europeia. Estes mil milhões parecem um número muito grande, mas interessa saber como vão ser utilizados e como vão estar disponíveis", reiterou, lembrando que como o programa-quadro ainda estava em negociação, é possível que a verba tenha sido "acertada" e tenha sido possível ao Estado português "assegurar uma verba maior".

Para André Janeco resta agora esperar para saber se o valor anunciado por Nuno Crato vai estar dependente de concursos comunitários, sublinhando que as unidades de investigação nacionais têm vindo a sofrer desinvestimentos nos últimos tempos o que tem "enfraquecido" o sistema de investigação nacional, tornando as unidades "mais frágeis para competir com as instituições europeias".

2.40 Alves, L. (26 de Julho de 2014) 'FCT vai financiar 78% das Unidades de I&D avaliadas', TV Ciência, 2014

<http://www.tvciencia.pt/tvcnot/pagnot/tvcnot03.asp?codpub=35&codnot=51>

Das 322 Unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) que se candidataram a avaliação pela FCT, apenas 168 obtiveram classificação para passar à segunda fase de avaliação, 83 Unidades de I&D ficam fora da segunda fase de avaliação e 71 não terão financiamento da FCT. Os resultados da 1ª Fase da Avaliação das Unidades de I&D 2013 foram hoje apresentados em Conferência de Imprensa por Miguel Seabra, Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Os resultados da avaliação, realizada por sete painéis externos e independentes compostos por 83 peritos internacionais seleccionados pela European Science Foundation, terão implicações no montante de financiamento que cada uma das Unidades de I&D em Portugal receberá no período entre 2015 e 2020.

Miguel Seabra explicou que a primeira fase da avaliação é eliminatória, o que implica que as Unidades que foram agora classificadas «são as que vão disputar as classificações Excecional, Excelente e Muito Bom, as outras que não passaram vão ter uma nota que vai ser Bom, Razoável ou Insuficiente».

O Presidente da FCT disse ainda que «só as Unidades com Bom é que vão ser financiadas», enquanto «as Unidades com Razoável ou Insuficiente não vão ter qualquer financiamento da FCT».

Isto significa que «há um financiamento base e há um financiamento estratégico» e «só podem ter financiamento estratégico as Unidades que passarem à segunda fase e que no final tiverem uma classificação Excecional, Excelente e Muito Bom», explicou o Presidente da FCT.

Sendo que, acrescentou, as Unidades de I&D «que ficam pela primeira fase, as que hoje tiverem a nota de Bom e não passarem à segunda fase, terão nos próximos anos um financiamento base que está tablado conforme o tamanho da Unidade, a sua intensidade laboratorial e o resultado da avaliação».

Por outro lado, «uma Unidade que vai ser classificada como Excelente vai ter um financiamento base e em cima do financiamento base vai ter um financiamento estratégico» e «estamos confiantes que o financiamento base vai preencher entre 40% e 50% do financiamento global às Unidades e depois o resto, 50% a 60%, será de financiamento estratégico».

De acordo com os dados apresentados, nas 168 Unidades classificadas para passar à segunda fase encontra-se a maioria dos investigadores, ou seja, 10257 membros integrados ou 66%, enquanto 3283 ou 22% verão garantido apenas o financiamento base e 1904 ou 12% não terão qualquer tipo de financiamento da FCT.

Miguel Seabra explicou que «as Unidades que passaram à segunda fase são Unidades maiores, já que congregaram dois terços ou 66% de todos os membros integrados que se apresentaram a concurso» e o total das Unidades «que têm financiamento englobam 13 500 investigadores, ou seja, 88% dos membros que se apresentaram a concurso».

Verifica-se ainda que das Unidades de I&D que se candidataram por instituição de ensino superior, a maior taxa de docentes que passaram à segunda fase de avaliação encontra-se na Universidade do Porto com 82%, seguida da Universidade Nova de Lisboa com 79% e da Universidade de Lisboa com 73%.

Destes dados, Miguel Seabra indicou que se pode depreender que «em todas as Universidades, seja nas mais prestigiadas do litoral, seja nas do interior, nos Politécnicos e Universidades privadas há focos de excelência», ou seja, «a ciência em Portugal não está totalmente concentrada numa ou noutra cidade e há focos de excelência em muitos locais do país».

Através dos dados pode-se ainda fazer uma análise das candidaturas que passaram à segunda fase de acordo com a área científica e verifica-se que 36 Unidades de I&D ou 21%

correspondem às Humanidades, 34 ou 20% correspondem às Ciências Sociais, 25 ou 15% às Ciências da Engenharia, 24 ou 14% são Unidades Multidisciplinares, 13 Unidades ou 8% correspondem às Ciências da Vida e da Saúde e 13 ou 8% às Ciências Naturais e do Ambiente.

Miguel Seabra explicou que «houve um maior número de candidaturas nas áreas das Ciências Sociais e das Humanidades e que à partida houve mais candidaturas de Unidades sem necessariamente o número de membros integrados corresponder», ou seja, «notámos que na área das Ciências da Vida e Saúde e na Área das Ciências Naturais e Ambiente houve menos candidaturas de Unidades maiores, enquanto nas áreas das Ciências Sociais e Humanidades houve mais candidaturas com menos membros integrados».

Numa comparação entre a avaliação da 1ª fase de 2013 e a última avaliação que decorreu às Unidades de I&D em 2007/2008, verifica-se uma diminuição no número de Unidades a serem financiadas, de 337 para 251. Para as Unidades que não obtiveram classificação para passar à segunda fase, Miguel Seabra referiu que «a FCT vai iniciar um diálogo com todas as Unidades que o requererem para considerar oportunidades de adaptação e planos de desenvolvimento».

Após o período de audiência prévia da primeira fase que terá início no imediato, a segunda fase de avaliação arrancará em Julho de 2014, os resultados serão comunicados em Dezembro e no primeiro trimestre de 2015 os resultados finais serão aprovados e divulgados.

2.41 Novais, V. (29 de Julho de 2014) 'Fundo de reestruturação para unidades de investigação que não passaram à 2ª fase', Observador, 2014

[<http://observador.pt/2014/07/29/fundo-de-restruturacao-para-unidades-de-investigacao-que-nao-passaram-2a-fase/>]

Algumas das unidades de investigação que tiveram classificação de bom ou inferior poderão vir a receber um fundo de incentivo à reestruturação para estarem melhor preparadas para a avaliação de 2017.

O presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Miguel Seabra, em entrevista ao Observador revelou que irá disponibilizar um fundo de seis milhões de euros para as unidades de investigação que não passaram à segunda fase da avaliação. O Incentivo 2015 permitirá às instituições reestruturarem-se para aumentarem a possibilidade de receber um financiamento estratégico após a avaliação intercalar de 2017.

As unidades de investigação que se mostrem elegíveis (critérios ainda não definidos) para este fundo de reestruturação serão avaliadas caso a caso, refere Miguel Seabra. É preciso perceber se são unidades que não passaram à 2ª fase por muito pouco, se estão localizadas no interior do país e têm um interesse estratégico local ou se são áreas emergentes. “Esperamos que o processo seja simples, sem ser arbitrário. E que em 2015 as unidades já estejam a receber financiamento.”

Ainda é cedo para perceber que unidades vão precisar de recorrer ao fundo de reestruturação, porque ainda estão a ser avaliados os 131 pedidos de audiência prévio. Procedimento que Miguel Seabra deseja ver concluído em setembro para que as unidades possam receber o Incentivo 2015 no próximo ano. Mas o presidente da FCT nota que as fusões podem ser uma das hipóteses para aumentar o sucesso das instituições – depois da avaliação de 2007, 60 unidades fundiram-se em 26, e dessas 20 passaram este ano à 2ª fase.

Embora a avaliação seja “o instrumento mais poderoso de incentivo à mudança”, o presidente da agência pública de financiamento da investigação em ciência e tecnologia, nota que a FCT encoraja as unidades de investigação a seguirem modelos de boas práticas que, entre outras coisas, recomendam a existência de um conselho científico externo à unidade que possa acompanhar regularmente e sugerir modificações ao plano estratégico da unidade. “Mas a FCT não pode ser a única a ter preocupações estratégicas [a nível científico]”, diz Miguel Seabra, incentivando as universidades a terem um papel mais ativo no planeamento das unidades de investigação.

Assim que os fundos estruturais da fundação estejam disponíveis, serão implementadas as estratégias de especialização inteligente – áreas preferenciais de investigação –, exigência da Comissão Europeia. “Há áreas que vão ser mais financiadas do que outras”, refere Miguel Seabra. Isto quer dizer que o país “tem de saber o que quer e para onde vai” em termos de investigação científica. Mas o presidente da FCT garante que “os grandes temas da especialização são suficientemente largos para incluir a investigação que se faz em Portugal”. O mar é um dos exemplos de prioridade científica, tecnológica e de inovação, para o qual serão preparados tanto um plano nacional como planos regionais.

Sobre a avaliação que agora está em curso, Miguel Seabra confirmou que o ministro da Educação e Ciência não quer fazer alterações ao processo que está a decorrer, rejeitando portanto a proposta de passar à segunda fase as unidades com nota de 14 proposta pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. Está também fora de questão a suspensão da avaliação.

O presidente da FCT lembra que o financiamento que resulta da avaliação (financiamento base ou estratégico) e o Incentivo 2015 não são os únicos recursos das unidades de investigação. Existem os projetos científicos que contemplam 20% do valor financiado para gastos correntes, o financiamento das unidades de investigação que fazem parte do roteiro das infraestruturas, os contratos FCT e as bolsas de doutoramento.

O Programa Incentivo agora usado para apoiar as unidades de investigação na reestruturação foi usado em anos anteriores com outros objetivos: em 2013 serviu para premiar as

instituições que melhor trabalho tinham feito para captar financiamento não-FCT e em 2014 foi usado para apoiar as instituições no recrutamento e manutenção de recursos humanos, quer bolseiros quer investigadores contratados.

2.42 Jornal de Notícias (29 de Julho de 2014) 'Avaliação às unidades de investigação é para continuar, garante Crato', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=4053183]

O ministro da Educação e Ciência venceu esta terça-feira que a avaliação às unidades de investigação, em curso, é para continuar nos moldes atuais e prometeu incentivos financeiros, em 2015, para os centros chumbados se reestruturarem.

Nuno Crato disse, em declarações à agência Lusa, que a avaliação, contestada por 128 de 322 submetidas a financiamento, está a decorrer de acordo com as regras estipuladas nos regulamentos tornados públicos, e que, ressaltou, prevêem correções nas avaliações, sempre que se justificarem.

O titular da pasta da ciência adiantou que o Governo tem disponível, para o próximo ano, um programa de incentivos - Incentivo 2015 - no valor de seis milhões de euros para que as unidades de investigação, que ficaram sem fundos na totalidade ou de forma significativa, mas com "potencial histórico e elevada qualidade", se possam reestruturar e melhorar a sua nota na próxima avaliação, em 2017.

Segundo o ministro, a avaliação em curso segue "as melhores práticas internacionais", não define quotas de aprovação de instituições - "não há quotas estabelecidas" - e reflete os resultados da avaliação de 2007, estando a cargo de uma entidade externa - a Fundação Europeia para a Ciência - "acima de toda a suspeita e com experiência de 40 anos".

Às críticas de que o Governo, e o seu ministério em particular, estão "a aniquilar" a ciência em Portugal, respondeu que, apesar das "grandes dificuldades" financeiras, houve "mais dinheiro na ciência portuguesa".

Invocando irregularidades na avaliação - como a falta de visitas às unidades e de avaliadores com conhecimentos das áreas científicas a analisar e a definição de uma "quota" de quase 50 por cento de centros a passarem para a segunda fase, que lhes daria a possibilidade de obterem o grosso das verbas, sem teto máximo fixado - instituições, e também o Bloco de Esquerda e o reitor da Universidade de Lisboa, pediram a suspensão do processo.

Nuno Crato entende que se trata de "comentários que não são totalmente neutros", de pessoas e unidades que sentem que "a avaliação não lhes fez justiça".

2.43 Lusa (2 de Outubro de 2014) 'Só passam 10 centros dos 131 que contestaram avaliação da FCT', Diário de Notícias, 2014

[http://www.dn.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=4158547]

Apenas dez de 21 unidades de investigação que viram a sua avaliação corrigida, entre as 131 que contestaram os resultados da avaliação promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), passaram à segunda fase, na qual podem candidatar-se ao grosso do financiamento público para despesas nos próximos cinco anos.

Em comunicado, a FCT refere que dos 131 centros de investigação que contestaram os resultados da primeira fase de avaliação, publicados em junho, apenas 21 "viram as suas classificações alteradas", sendo que, destes, dez foram classificados "como devendo passar à segunda fase".

Com os dados agora divulgados, das 322 unidades que se apresentaram ao processo de avaliação, lançado em finais do ano passado, sobem de 168 para 178 as que transitam para a segunda fase, que lhes poderá dar acesso a fundos até 400 mil euros por ano.

Em contrapartida, descem de 154 para 144 os centros eliminados da segunda fase, e, por isso, excluídos de financiamento (63) ou com financiamento base até 40 mil euros por ano (81).

Na correção das classificações na primeira fase, mais oito unidades passaram também a receber verbas, ainda que residuais, até 40 mil euros anuais.

2.44 Jornal I (6 de Outubro de 2014) '63 Centros de investigação sem verbas', CRUP, 2014

[<http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/8060-63-centros-de-investigacao-sem-verbas>]

No próximo ano 63 centros de investigação (20% do total) vão deixar de receber verbas da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Os resultados finais da 1.ª fase de avaliação das unidades, após análise de 131 pedidos de recurso, corrigem 21 notas e habilitam mais dez centros a obter mais verbas no próximo ano, entre os quais o Instituto de Telecomunicações, o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) e o Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica, onde Nuno Crato trabalhava. Com esta correcção, sabe-se agora que 81 centros de investigação vão receber verbas até 40 mil euros/ano por não terem passado do nível bom. As restantes 259 unidades que passaram para a 2.ª fase de avaliação, que lhes dará mais verbas, têm de esperar até Dezembro pelos resultados.

Apesar da correcção, as críticas à avaliação contratada a um organismo internacional mantêm-se. No blogue "De Rerum Natura", da autoria de investigadores como Carlos Fiolhais ou Jorge Buescu, um manifesto alega que o processo de avaliação não tem seguido as regras anunciadas e tem por base não apenas critérios de qualidade mas o objectivo de só eleger para verbas acrescidas 50% das unidades. Esta meta só foi revelada durante o processo e está a ser cumprida: as unidades que deixarão de ser financiadas e as que receberão até 40 mil euros somam 45% dos centros do país.

2.45 Naves, F. (7 de Outubro de 2014) 'Passos defende processo de avaliação de unidades de investigação', Diário de Notícias, 2014

[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4166428]

O primeiro-ministro Pedro Passos Coelho defendeu hoje, no encerramento da conferência "The Future of Europe is Science" (O Futuro da Europa é a Ciência) promovida pela Comissão Europeia, na Fundação Champalimaud, em Lisboa, o processo de avaliação das unidades de investigação científica promovido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), bem como a política do seu governo nesta área.

A avaliação dos 322 centros de investigação do País, cuja primeira fase ficou concluída na semana passada, mereceu forte contestação por parte da comunidade científica, depois de se ter ficado a saber que uma das cláusulas do contrato com a entidade externa avaliadora, a European Science Foundation (ESF), era a de que metade dos centros não passariam à segunda fase da avaliação. 131 das unidades retidas decidiram então recorrer e 10 acabaram por ser repescadas, podendo agora aceder à possibilidade de um financiamento de 400 mil euros por ano, durante os próximos cinco anos. Outras 11 vão integrar um grupo de cerca de 40 que ficarão com acesso a verbas para se reestruturarem.

Para Passos Coelho, porém, o processo, que ainda está curso, garante "a igualdade de oportunidades" a todos, ao contrário, como sugeriu, do que sucedeu no passado. "É preciso reconhecer que os exercícios de avaliação anteriores não correspondiam aos requisitos de imparcialidade e objetividade", afirmou. A presente avaliação, disse, assegura que "o financiamento público irá para quem o merece e tem mais capacidade de o traduzir em conhecimento e inovação".

Além da defesa do processo de avaliação, Passos Coelho passou em revista as mudanças introduzidas pelo seu Governo na política científica, em defesa "da excelência e da qualidade". Citou a criação de programas doutorais, notando que as bolsas de doutoramento e pós-doutoramento - que diminuíram drasticamente no último concurso - não deixaram de existir. "O concurso individual de bolsas", disse, "mantém-se para áreas não cobertas pelos programas doutorais, ou para áreas emergentes".

Passos Coelho referiu ainda os incentivos fiscais dados às empresas que contratem doutorados, com vista à promoção "da inovação e da transferência de conhecimento científico para o setor produtivo". Essa transferência de conhecimento é essencial para a economia nacional e para a economia europeia, e "não significa "desinvestimento em ciência fundamental". Apesar "das dificuldades nos últimos três anos", o seu Governo, disse, não desinvestiu na área. Os números mostram, no entanto, que a percentagem do PIB gasto em investigação científica, em Portugal, diminuiu de 1,6%, em 2009, para 1,5% em 2012.

2.46 Jornais I (7 de Outubro de 2014) '45 centros de investigação têm segunda oportunidade', CRUP, 2014

[<http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/8063-45-centros-de-investigacao-tem-segunda-oportunidade>]

A avaliação externa aos centros de investigação do país ainda não está concluída mas há mais uma novidade num processo que tem recebido críticas na comunidade científica, com investigadores e directores a questionar os critérios usados no processo. Alguns dos centros que não tiveram nota suficiente para passar para a segunda fase de avaliação que permitirá a 178 centros serem classificados com "Muito Bom" ou "Excelente" e ter verbas superiores vão poder concorrer a um fundo de reestruturação com o intuito de corrigirem lacunas a tempo de uma avaliação intercalar que terá lugar em 2017.

A Fundação para a Ciência e Tecnologia prepara-se para divulgar este mês o regulamento de acesso a este fundo e explicou ao i que, das 81 unidades que não passaram do nível "bom", apenas 45 vão poder concorrer a este apoio, já que o critério decidido é que serão elegíveis para estas verbas os centros que tiveram classificações entre 14 e 15.

Os centros aprovados poderão vir a ter financiamentos equiparados às unidades que vierem a receber a nota de "Muito Bom" na 2.ª fase de avaliação externa, resultados que serão conhecidos em Dezembro. Ou seja, poderão receber verbas entre 50 mil e 200 mil, explicou a FCT. As 36 unidades com nota inferior mas no nível "bom" receberão até 40 mil euros/ano e 63 unidades com desempenho classificado como razoável ou fraco deixam de ter verbas públicas em 2015.

2.47 Prado, M. (7 de Outubro de 2014) 'Ciência e Tecnologia receberão 1.100 milhões de euros de fundos europeus', Jornal de Negócios, 2014

[http://www.jornaldenegocios.pt/economia/fundos_comunitarios/detalhe/ciencia_e_tecnologia_receberao_1100_milhoes_de_euros_de_fundos_europeus.html]

A Ciência e a difusão do conhecimento tecnológico vão absorver em Portugal mais de 1.100 milhões de euros de fundos comunitários no âmbito do programa Portugal 2020, revelou o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, afirmando que, "neste ciclo de fundos europeus que agora se abre, teremos cerca do dobro dos fundos negociados em 2007".

Falando na conferência "O Futuro da Europa é a Ciência", na Fundação Champalimaud, o primeiro-ministro disse ser "crucial" que a programação e a aplicação dos fundos se centrem nos resultados a atingir.

Na mesma conferência, Passos Coelho realçou a importância da Investigação e Desenvolvimento para a competitividade do País. "A competitividade depende essencialmente das pessoas, da qualidade da sua formação e da sua empregabilidade no mercado de trabalho em permanente mutação", sublinhou o primeiro-ministro.

Passos Coelho também deu conta da avaliação que tem sido feita às centenas de unidades de investigação que recebem financiamento público em Portugal. Segundo o primeiro-ministro, mais de 70% dos investigadores que foram a concurso verão as suas unidades ter "um financiamento substancial para os próximos anos".

No entanto, 19,5% das unidades candidatas a financiamento, correspondente a 10% do total de investigadores, ficarão sem verbas por terem tido uma classificação inferior ao limiar mínimo exigido. Haverá ainda algumas dezenas de unidades de investigação que terão o seu financiamento-base reduzido, informou Passos Coelho.

O primeiro-ministro saiu da conferência na Fundação Champalimaud sem prestar declarações à comunicação social.

2.48 Azevedo, D. (15 de Outubro de 2014) 'Despesa aumenta ligeiramente na ciência e ensino superior', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/despesa-aumenta-ligeiramente-na-ciencia-e-ensino-superior=f893887>]

O Estado vai gastar mais 0,3% no setor em 2015 e a redução das verbas para o ensino superior é compensada pelo reforço na ciência.

A Despesa Efetiva do Programa da Ciência e Ensino Superior aumenta cerca de 0,3% na proposta de Orçamento de Estado para 2015 (6,4 milhões de euros). O programa integra uma parte do orçamento do Ministério da Educação e Ciência. A outra parte corresponde ao Programa do Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar.

O Governo considera que "o impacto das medidas sectoriais no programa orçamental é mínimo, uma vez que a ligeira redução das dotações para as instituições do ensino superior - 1,5% - é compensada pelo reforço para a ciência".

Ao todo, o Estado pretende gastar 2245,5 milhões de euros neste sector. A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que canaliza uma parte importante dos fundos destinados ao apoio à investigação científica, terá uma redução no seu orçamento de funcionamento, "em linha com as orientações de contenção orçamental na Administração Pública".

Reforço do financiamento competitivo na ciência

Em contrapartida, regista-se um reforço do orçamento de investimento para as rubricas do financiamento competitivo das instituições de investigação, "em linha com o Programa do Governo" e com os compromissos de Portugal no Acordo de Parceria com a UE para 2014-2020, o Portugal 2020. Deste modo, a FCT terá um orçamento global de 426,5 milhões de euros, um crescimento de 5,5% em relação a 2014.

Esses compromissos incluem a transferência de conhecimento para as empresas, uma estratégia de investigação para a especialização inteligente e o reforço da internacionalização do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

No Programa da Ciência e Ensino Superior, 65,4% dos recursos financeiros serão canalizados para as universidades públicas e institutos politécnicos e 20,7% para a investigação científica "de carácter geral", afirma a proposta de OE 2015.

No ensino superior, o Governo quer "combater o défice de qualificações da população de Portugal em relação aos seus parceiros europeus", através da adequação da oferta de cursos às necessidades do mercado, da criação de novos cursos superiores de curta duração e da atribuição de bolsas de estudo.

2.49 Naves, F. (12 de Outubro de 2014) 'Avaliação dos centros de investigação dá polémica internacional', Diário de Notícias, 2014

[http://www.dn.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=4175883]

Investigadora espanhola que criticou o processo conduzido pela European Science Foundation (ESF) num artigo de opinião, na revista Nature, foi ameaçada de uma ação legal pela organização

A avaliação das unidades de investigação científica, que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) encomendou à European Science Foundation (ESF) e que mereceu duras críticas e acusações por parte da comunidade científica e uma ação em tribunal por parte do SNESup, o Sindicato Nacional do Ensino Superior, por "conter erros", tem agora um novo episódio, desta vez internacional.

A astrofísica espanhola Amaya Moro-Martin, que é investigadora no Space Telescope Science Institute e na John Hopkins University, nos Estados Unidos, publicou a 9 de outubro, na revista Nature um artigo de opinião sobre o futuro preocupante da ciência na Europa. Ali afirmou que no caso de Portugal, "poderão ser fechadas metade das suas unidades de investigação devido a erros no processo de avaliação por parte da European Science Foundation". Em resposta, o presidente da ESF, Jean-Claude Worms, enviou-lhe uma carta, intimando-a a retirar a frase, sob pena de uma ação legal.

Citada no Retraction Watch, um blogue internacional de referência na área da ciência, Amaya Moro-Martin, afirmou que a Nature lhe pediu para não comentar enquanto a própria revista não analisasse a questão.

Entretanto, inúmeros cientistas portugueses e estrangeiros, colocaram comentários no artigo de Amaya Moro-Martin, mostrando-se indignados com a ameaça do presidente da ESF, defendendo a liberdade de opinião, reafirmando acusações de erros no processo de avaliação e desafiando a ESF a agir legalmente também nos seus casos.

O blogue português de ciência De Rerum Natura, do qual o físico Carlos Fiolhais é um dos fundadores, também dá eco do caso e refuta a atitude da ESF.

2.50 Firmino, T. (24 de Outubro de 2014) ‘Reitores arrasam avaliação da FCT: “Um falhanço pleno”’, Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/crup-arrasa-avaliacao-da-fct-um-falhanco-pleno-1674052?page=-1>]

Pela primeira vez, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) arrasa a avaliação que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) está a fazer aos centros de investigação do país. Os 15 reitores do CRUP divulgaram esta sexta-feira a posição consensual, tomada a 14 de Outubro, que enviaram no início da semana ao ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, em que lhe dizem que já não é mais possível dar o “benefício da dúvida” ao actual processo de avaliação. “Para que um sistema de avaliação seja capaz de promover a excelência tem de, ele próprio, ser pelo menos excelente, se não excepcional. Não é o caso.”

Neste processo, estão em avaliação 322 centros de investigação. Para levar a cabo essa tarefa, a FCT contratou a European Science Foundation (ESF), com sede em Estrasburgo, em França. Na primeira fase da avaliação, feita à distância por três avaliadores e só através de documentação, e depois por painéis de peritos, foram eliminados quase metade dos centros. Divulgados no final de Junho, esses resultados desencadearam críticas ao processo.

Essas críticas subiram de tom, com esta avaliação a ser contestada publicamente por diversos cientistas e instituições, quando foi conhecido o conteúdo do contrato entre a FCT e a ESF, a 18 de Julho: o documento menciona uma quota definida à partida, antes de qualquer avaliação, de eliminação de 50% dos centros (“a primeira fase da avaliação irá resultar numa shortlist de metade das unidades de investigação que serão seleccionadas para seguir para a fase 2”, lê-se). Tal significava que metade dos centros não passaria à fase que está agora em curso, que inclui a visita de painéis de avaliadores àquelas que passaram. A FCT e o Ministério da Educação e Ciência (MEC) justificaram a referência à eliminação de metade dos centros como uma “estimativa” baseada na avaliação anterior dos centros, de 2007. Os resultados finais deverão sair em Dezembro.

O que está em jogo nesta avaliação é que os seus resultados definirão o dinheiro a atribuir aos centros para despesas de funcionamento durante cinco anos, até 2020 — como a compra de reagentes, a manutenção de equipamentos ou idas a congressos científicos. Os 144 centros (44,7%) que ficaram para trás na primeira fase vão receber pouco dinheiro ou mesmo nenhum, enquanto os 178 centros (55,2%) que estão na segunda fase podem dividir um bolo de cerca de 50 milhões de euros por ano.

Além da quota pré-definida de 50% de eliminações dos centros, muitos cientistas apontaram outras falhas ao processo, como painéis de avaliadores muito abrangentes, sem competências específicas para as áreas científicas que estão a avaliar. O CRUP dá agora voz às críticas na carta que enviou a Nuno Crato, ressaltando que este organismo composto pelo conjunto dos reitores das universidades públicas e da Universidade Católica Portuguesa é “totalmente a favor dos processos de avaliação”, pelo que não é isso que está em causa.

“Grave perda de confiança”

“Já sabíamos, e apontámo-lo desde o início, que uma primeira fase de avaliação sem contacto presencial era potencialmente muito frágil, mas demos o benefício da dúvida à afirmação repetidamente feita pelos responsáveis de que o sistema seria robusto”, refere a carta do CRUP enviada na terça-feira ao ministro, assinada pelo presidente do CRUP em exercício, António Rendas, e pelo presidente já eleito, António Cunha, que tomará posse em Novembro. Os reitores estão a referir-se, por exemplo, a declarações sobre a qualidade da avaliação proferidas por Miguel Seabra, presidente da FCT.

“Esperámos por isso que ele [o sistema] fosse capaz de detectar os seus erros e de os corrigir”, dizem ainda os reitores, acrescentando que tal não veio afinal a acontecer, como mostram os resultados das reclamações (a chamada “audiência prévia”) apresentadas por 131 centros e que foram divulgados a 2 de Outubro.

“Apesar de ter sido chamada a atenção para inúmeros erros de avaliação, muitos inteiramente factuais, diversos painéis desculparam-se de diversas formas para não retirar daí consequências, mantendo avaliações inexplicáveis. A avaliação não presencial de unidades de investigação é, no nosso entendimento, um falhanço pleno.” Mais: “Este processo de avaliação não tem a necessária qualidade. É uma oportunidade perdida para uma política nacional de promoção do conhecimento avançado e está a resultar numa grave perda de confiança no sistema de avaliação, com a desconsideração quase total dos pareceres das universidades.”

Referindo-se ao conteúdo do contrato, o CRUP também é demolidor — e recusa “a morte de quase 50% do tecido científico português”. “Este resultado, já previsível a partir dos termos em que o contrato entre o Estado português e a ESF foi redigido, prevendo a passagem à segunda fase apenas de cerca de 50% das unidades, mostra um enviesamento que não podemos aceitar.”

Os reitores contestam ainda o argumento de privilegiar a excelência, muito usado por Miguel Seabra e a secretária Estado da Ciência, Leonor Parreira. “A excelência é uma medida relativa que só surge a partir de um universo alargado. Se esse universo não existe, a excelência rapidamente se extingue também, por falta de base de recrutamento.”

Assim, o CRUP defende que os processos de avaliação devem ser separados dos de financiamento: “Depois da avaliação feita, não havendo verbas suficientes para financiar todos os centros com boa classificação, todos compreenderiam que não fosse possível financiar todos, mas pelo menos a avaliação seria justa.”

Com a carta agora divulgada, o CRUP endurece a sua posição sobre a avaliação da FCT. A 21 de Julho, tinha divulgado um memorando em que demonstrava “grande preocupação” com a forma como o processo estava a desenrolar-se e dizia esperar que fosse concluído “de forma credível e robusta”, num quadro de “independência, de garantia de qualidade e de transparência”. Na altura, o CRUP ainda defendia a introdução de alterações no processo, para permitir a passagem à segunda fase de alguns centros (aqueles que tivessem tido Excelente ou Muito Bom na avaliação de 2007, e aqueles que na primeira fase da avaliação actual tivessem tido pelo menos nota 14). “A avaliação ainda pode ser corrigida”, afirmava ao PÚBLICO António Rendas, antes da sua demissão da presidência do CRUP.

Agora, os reitores não só rejeitam a forma como a avaliação é feita, como dizem que os resultados não devem ser usados para efeitos exteriores “à avaliação directa das unidades de investigação”, por exemplo como critério de avaliação de projectos de investigação, bolsas ou outras candidaturas a financiamento. E, para já, recusam que sirva de base à atribuição de um fundo de reestruturação – de seis milhões de euros, aplicado através do Programa Incentivo 2015 – que a FCT vai pôr à disposição dos 144 centros que não passaram à segunda fase da avaliação, mediante a apresentação de candidatura. “O acesso a este fundo não deveria usar como base a avaliação cujos erros pretende corrigir, nem ser decidido pela entidade responsável por esses mesmos erros [a ESF].”

Em resposta ao PÚBLICO sobre se haveria uma reacção do MEC ao CRUP, o MEC reiterou por escrito, através da assessora de imprensa Ana Machado, que o “Governo considera que esta avaliação é a mais internacional e independente avaliação externa feita até à data e também a primeira em que todas as unidades, independentemente do seu estatuto jurídico, foram avaliadas em conjunto de forma competitiva”.

2.51 TVI24 (24 de Outubro de 2014) 'Avaliação das unidades de investigação «é uma oportunidade perdida»', TVI24, 2014

[<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/reitores/avaliacao-das-unidades-de-investigacao-e-uma-oportunidade-perdida>]

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) considera que o processo de avaliação das unidades de investigação, em curso, «é uma oportunidade perdida para uma política nacional de promoção do conhecimento avançado».

Numa carta dirigida na terça-feira ao ministro da Educação e Ciência, divulgada esta sexta-feira pelo CRUP, os reitores defendem que a avaliação «não tem a necessária qualidade» e «está a resultar numa grave perda de confiança» no processo, «com a desconsideração quase total dos pareceres das universidades».

A missiva resulta de uma reunião do CRUP na semana passada, na qual foi também eleito o novo presidente, António Cunha, reitor da Universidade do Minho, e foi dirigida a Nuno Crato três meses depois de o órgão ter pedido correções à avaliação, após a divulgação dos resultados da primeira fase, que afastaram quase metade dos centros de investigação de financiamento público substancial para despesas dos próximos cinco anos.

A nova posição do CRUP, tornada pública três semanas depois de a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) ter publicado os resultados das contestações à primeira fase de avaliação, que corrigiram as classificações de 21 unidades, num universo de 131, permitindo que apenas mais dez centros, face aos dados iniciais, transitassem para a segunda fase, que lhes dá a possibilidade de acesso ao grosso do financiamento.

Na carta, assinada pelo presidente cessante do CRUP, António Rendas, e pelo presidente eleito, António Cunha, os reitores voltam a apontar erros ao processo.

«A avaliação não presencial [na primeira fase] de unidades de investigação é, no nosso entendimento, um falhanço pleno», sustentam.

O CRUP recusa «a morte anunciada de quase 50 por cento do tecido científico português», previsível, a seu ver, «a partir dos termos do contrato entre o Estado português e a Fundação Europeia para a Ciência», com a qual a FCT, entidade pública que subsidia a investigação, contratualizou o processo de avaliação das unidades científicas, agregadas ou não a universidades.

Na comunicação dirigida ao ministro da Educação e Ciência, os reitores consideram ainda que o acesso ao fundo para as unidades com nota mais baixa se reestruturarem «não deveria usar como base a avaliação cujos erros pretende corrigir, nem ser decidido pela entidade responsável por esses mesmos erros».

De acordo com dados divulgados no início de outubro pela FCT, apenas 45 centros de investigação, de um total de 144 excluídos da segunda fase de avaliação, foram considerados «potenciais beneficiários do fundo de reestruturação».

Em julho, um mês depois da publicação dos resultados provisórios da primeira fase de avaliação, Crato prometeu, em declarações à Lusa, incentivos financeiros em 2015, no valor global de seis milhões de euros, para que os centros que ficaram sem fundos na totalidade ou de forma significativa, mas com «potencial histórico e elevada qualidade», se pudessem reestruturar e melhorar a nota na próxima avaliação, intercalar, em 2017, e assim se candidatarem a financiamento suplementar.

Ao processo de avaliação, que a FCT e o ministro têm apontado rigor e transparência, apresentaram-se 322 unidades de investigação, das quais, segundo os resultados finais da primeira fase, transitaram 178 para a segunda fase, com possibilidade de financiamento até 400 mil euros por ano.

Excluídos da segunda fase, que termina em dezembro, estão 63 centros sem qualquer verba e 81 com financiamento base até 40 mil euros por ano.

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas recusa o uso dos resultados da avaliação «como um dos critérios de análise» de projetos de investigação, de instituições de ensino superior, de bolsas ou de candidaturas a financiamento.

2.52 Lusa (26 de Novembro de 2014) 'FCT abriu concurso para projetos de desenvolvimento tecnológico com dotação de 70 ME', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/fct-abriu-concurso-para-projetos-de-desenvolvimento-tecnologico-com-dotacao-de-70-me=f899901>]

O concurso para projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, num total de 70 milhões de euros, já abriu e respeita a um financiamento máximo de 200 mil euros por trabalho, anunciou hoje o Ministério da Educação e Ciência.

O processo foi iniciado na terça-feira pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e será avaliado por painéis internacionais, podendo as candidaturas ser apresentadas até 29 de janeiro de 2015.

O objetivo deste concurso é "apoiar ideias de mérito e inovadoras em todos os domínios científicos, que contribuam de forma significativa para o avanço do conhecimento, e que demonstrem capacidade de ter impacto internacional, em termos de produção científica e elevado potencial de valorização económica", refere uma nota do Ministério liderado por Nuno Crato.

2.53 Lusa (14 de Dezembro de 2014) 'Passos lança aviso à investigação científica', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/passos-lanca-aviso-a-investigacao-cientifica=f902615>]

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, avisou hoje que apenas as instituições de investigação científica classificadas como "muito boas ou excelentes" pela auditoria externa que está a ser realizada vão ter financiamento.

"Recorremos a peritos internacionais (...) para fazerem a avaliação externa das nossas instituições científicas e decidimos que aquelas que não forem muito boas ou excelentes terão apenas apoio para funcionamento e que só aquelas que forem muito boas ou excelentes terão mesmo financiamento", afirmou Pedro Passos Coelho em Braga, para encerrar o XXIII congresso da JSD.

O líder do PSD, que garantiu que nenhuma instituição está "acima" daquela auditoria, justificou a opção de financiar apenas as melhores instituições com a necessidade de ter "garantias" que o dinheiro disponível será utilizado para "produzir a melhor" investigação.

"Estamos a conseguir encontrar forma de aplicar melhor o nosso dinheiro, de avaliar melhor as instituições e não há instituições que estejam acima da avaliação e todas tem que ser avaliadas, sejam laboratórios do Estado, sejam centros de referência ligados às universidades, sejam os que foram criados por outros Governos sem nunca sequer terem sido avaliados por ninguém", disse Passos Coelho.

O líder do Governo justificou a opção de atribuir financiamento apenas às melhores instituições com a necessidade de não desperdiçar recursos. "Precisamos das melhores garantias que o dinheiro que temos vai ser bem utilizado para produzir a melhor investigação e esta deve ser realizada por aqueles que tem melhores condições para a realizar", disse.

Passos apontou ainda um destino para a investigação em Portugal. "Essa investigação tem que estar ao serviço das empresas, de Portugal", referiu.

2.54 Lusa (14 de Dezembro de 2014) 'CRUP pede divulgação da avaliação dos centros de investigação e dos apoios para 2015', Diário de Notícias, 2014

[http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4295780&page=-1]

António Cunha considerou "desejável" a rápida divulgação das avaliações aos laboratórios de investigação, para saberem como será o futuro.

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) considerou hoje "desejável" a rápida divulgação das avaliações aos laboratórios de investigação, porque há "centros que não sabem como será a sua vida em 2015".

A maioria dos laboratórios portugueses estão dependentes da avaliação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para saberem qual será o seu financiamento para os próximos cinco anos.

Candidataram-se 322 unidades de investigação, mas apenas passaram à segunda fase 178 laboratórios, que ficaram assim com a possibilidade de financiamento até 400 mil euros por ano.

Quanto aos excluídos, 63 centros ficaram sem qualquer verba e 81 com financiamento base até 40 mil euros por ano.

A avaliação vai ajudar a determinar o dinheiro anual que cada laboratório irá receber entre 2015 e 2020 mas, neste momento, os laboratórios continuam sem informações.

"Há centros que não sabem como vai ser a sua vida em 2015. Seria desejável que os resultados fossem, assim que possível, rapidamente conhecidos", disse à Lusa o presidente do CRUP, António Cunha.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, lembrou hoje em Braga que apenas as instituições de investigação científica classificadas como "muito boas ou excelentes" pela auditoria externa vão ter financiamento.

"Decidimos que aquelas (instituições) que não forem muito boas ou excelentes terão apenas apoio para funcionamento e que só aquelas que forem muito boas ou excelentes terão mesmo financiamento", afirmou Pedro Passos Coelho, durante o discurso de encerramento do XXIII congresso da JSD.

Em Portugal, a investigação faz-se em laboratórios de universidades e centros de investigação. No final de outubro, o CRUP considerou que o processo de avaliação não tinha "a necessária qualidade": "A avaliação não presencial [na primeira fase] de unidades de investigação é, no nosso entendimento, um falhanço pleno", sustentaram os reitores numa carta enviada ao ministro da Educação, Nuno Crato.

Em julho, um mês depois da publicação dos resultados provisórios da primeira fase de avaliação, Crato prometeu incentivos financeiros em 2015, no valor global de seis milhões de euros, para que os centros que ficaram sem fundos na totalidade ou de forma significativa, mas com "potencial histórico e elevada qualidade", se pudessem reestruturar e melhorar a nota na próxima avaliação, intercalar, em 2017, e assim se candidatarem a financiamento suplementar.

2.55 Lusa (15 de Dezembro de 2014) 'Avaliação de centros de investigação está quase pronta. E com boas notícias, promete Governo', Observador, 2014

[<http://observador.pt/2014/12/15/avaliacao-de-centros-de-investigacao-esta-quase-pronta-e-com-boas-noticias-promete-governo/>]

A secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, afirmou em Coimbra, que as avaliações das unidades de investigação serão "provavelmente" divulgadas antes do Natal.

A secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, afirmou esta segunda-feira, em Coimbra, que as avaliações das unidades de investigação serão "provavelmente" divulgadas antes do Natal. Leonor Parreira referiu que a avaliação dos centros de investigação será divulgada durante este mês, "como estava, aliás, previsto".

A secretária de Estado respondia ao pedido do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) que, no domingo, considerou "desejável" a rápida divulgação das avaliações. A maioria dos laboratórios portugueses estão dependentes da avaliação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia para saberem qual será o seu financiamento para os próximos cinco anos. Candidataram-se 322 unidades de investigação, mas apenas passaram à segunda fase 178 laboratórios, que ficaram assim com a possibilidade de financiamento até 400 mil euros por ano.

A avaliação "está a decorrer com tranquilidade e como era suposto", sublinhou Leonor Parreira, descartando a possibilidade de uma suspensão ou revisão deste processo, que, na primeira fase de avaliação, levou a várias críticas por parte do CRUP, Sindicato Nacional do Ensino Superior e cientistas e pelo menos 26 unidades de investigação chumbadas pediram a suspensão do processo.

"Quando se olha para o perfil das unidades que concorreram, estas estão reorganizadas", havendo unidades novas e fusões de centros de investigação, explanou, referindo que o próprio "sistema se reorganizou" e os resultados da avaliação são em função "dessa reorganização". A secretária de Estado referiu ainda que "63 unidades ficaram sem financiamento", quando na avaliação anterior "foram 65", salientando que as unidades que tiveram entre 14 e 15 valores na primeira avaliação "estão elegíveis para um fundo de reestruturação".

A secretária de Estado falava à margem do encontro anual do Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNC) da Universidade de Coimbra, no edifício central da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, tendo discursado na sessão de abertura do evento.

Presente na sessão, Paulo Pereira, vice-presidente da FCT, afirmou que "nos próximos dias" vão ser divulgados "os resultados definitivos" da avaliação, "certamente antes do Natal". "Não muitos vão receber menos do que esperavam e muitos vão receber mais do que esperavam", realçou.

Paulo Pereira disse ainda que será lançado "um novo concurso para bolsas de doutoramento" no primeiro trimestre de 2015, "para que se iniciem em outubro", de forma "que as bolsas se iniciem quando se inicia o ano letivo", algo que de momento não acontece.

2.56 Azevedo, V. (15 de Dezembro de 2014) 'Entre ciência fundamental e aplicada não há fronteiras', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/entre-ciencia-fundamental-e-aplicada-nao-ha-fronteiras=f902729>]

Debate: há uma polémica sem sentido sobre os financiamentos à investigação que não pode ser utilizada pelas empresas.

O debate sobre o peso que deve ser dado pelas políticas públicas aos apoios à investigação fundamental ou aplicada tem sido recorrente desde que começou a crise em Portugal, devido ao papel que a ciência deve ter no desenvolvimento das empresas.

O confronto parece, no entanto, sem sentido. Como explica ao Expresso Miguel Seabra, presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, "este debate foi uma consequência da crise, que condicionou o discurso político". Na verdade, "o processo de investigação é contínuo e há demasiado ênfase naquilo que o separa". É como um rio, "onde o estuário representa a aplicação direta nas empresas e na sociedade, mas não nos podemos concentrar no estuário sem tratar da nascente".

A ciência fundamental "deve ser o mais forte possível e a aplicada também, no sentido de contribuir para a valorização económica do conhecimento e para o aumento da competitividade das empresas portuguesas". O problema é que "em Portugal temos focos de excelência na ciência fundamental, mas na aplicada estamos mais atrasados, como é visível no número de doutorados a trabalhar em empresas (3% contra 30% em vários países do centro da Europa) ou no reduzido número de patentes registadas".

Rodrigo Martins, membro da Comissão de Aconselhamento do Programa Horizonte 2020 da UE para a inovação e investigação nos materiais avançados, concorda que "a investigação deve ser olhada como um processo contínuo", mas reconhece que aquilo que falta em Portugal é "um melhor diálogo e uma aproximação entre quem pensa e quem executa".

Ou seja, trata-se "de tornar o sistema científico mais sexy para a indústria, para resolver problemas de curto prazo, mas também de médio e longo prazo que possam modificar a linha de desenvolvimento de uma empresa, dando-lhe um pensamento estratégico". Rodrigo Martins, que é também professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT/UNL), fala em dois casos emblemáticos de empresas europeias de alta tecnologia com produtos muito inovadores, mas que acabaram por falhar no mercado mundial: a Quimonda, em Portugal, e a Nokia, na Finlândia.

A Quimonda (ligada à Siemens), que chegou a ser o segundo maior exportador nacional (a seguir à Autoeuropa), era líder mundial no fabrico de memórias para computadores, "mas quando começou a ter uma forte competição asiática não conseguiu inovar" e acabou por reduzir drasticamente a sua atividade. A Nokia "não desenvolvia produtos próprios, concebia apenas o design e a maior parte do fabrico era feito em outsourcing, ao contrário da coreana Samsung, que faz o desenvolvimento de novos produtos com uma visão de futuro". Por isso, para o professor da FCT/UNL "a ciência deve estar junto das empresas".

Elvira Fortunato: "Horizonte 2020 apoia investigação disruptiva"

A coordenadora dos 18 centros de investigação da FCT/UNL, Elvira Fortunato, argumenta que "se está a passar a ideia errada de que o programa europeu de ciência Horizonte 2020 se destina apenas a apoiar a investigação aplicada". Com efeito, as bolsas milionárias do Conselho Europeu de Investigação (ERC), integradas naquele programa, "apoiam áreas de fronteira, investigação disruptiva, sem limites". E há outras iniciativas do Horizonte 2020 "que apostam na excelência pela excelência". A cientista ganhou uma bolsa de 2,25 milhões de euros do ERC em 2008.

Assim, no novo quadro financeiro de apoio até 2020, "a UE continua a investir na investigação fundamental". E a fronteira entre esta e a investigação aplicada "não existe, porque hoje a ciência é feita por objetivos e qualquer objetivo acaba por ter utilidade, por melhorar ou otimizar, mais cedo ou mais tarde, qualquer coisa que tem a ver com a vida das pessoas".

Cerca de 60% da atividade do Centro de Investigação de Materiais/Laboratório Associado I3N, que Elvira Fortunato também coordena, é investigação aplicada. A ligação às empresas é forte:

o último contrato foi assinado com a Merck (indústria química), para aplicação da eletrónica transparente - "área onde somos um laboratório de referência internacional" - em materiais desenvolvidos pela empresa alemã. Já antes, num contrato com a Samsung, surgiram produtos nesta área aplicados nos computadores portáteis, telemóveis e tablets de várias marcas. O Mac Book Pro de 2013 da Apple usa no mostrador tecnologia desenvolvida em Portugal.

O reitor da Universidade do Minho (UM), António Cunha, destaca um dos maiores projetos em curso em Portugal, que envolve 100 investigadores e um investimento de 19 milhões de euros. Chama-se HMI Excel, é uma parceria entre a UM e a Bosch Car Multimedia (Braga), fabricante de sistemas de GPS e instrumentos para painéis automóveis.

Já existem protótipos de 14 produtos para novos painéis e sistemas de navegação projetados no para-brisas dos automóveis (realidade aumentada). "Este projeto de investigação aplicada só foi possível porque havia na UM centros de pesquisa que levaram muitos anos a ser montados", conta António Cunha. "Foi uma aposta de longo prazo, em que estes centros desenvolveram tecnologia que na altura ainda não sabiam bem onde seria usada".

2.57 Firmino, T. (19 de Dezembro de 2014) 'A FCT deu instruções para haver até 80 centros excepcionais e excelentes', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-fct-deu-instrucoes-para-classificar-no-maximo-uns-80-centros-como-excepcionais-e-excelentes-1679883>; <http://www.crup.pt/pt/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/8170-a-fct-deu-instrucoes-para-haver-ate-80-centros-excepcionais-e-excelentes>]

A avaliação dos centros de investigação portugueses, que tanta controvérsia tem gerado este ano, está na recta final. A Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, disse no início desta semana que os resultados da avaliação serão divulgados ainda este mês, provavelmente até antes do Natal. A serem seguidas as orientações divulgadas recentemente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC), haverá um limite para a atribuição das classificações mais altas: entre os 178 centros que chegaram a esta fase da avaliação, no máximo 10% (cerca de 18) poderão ter a nota Excepcional e 20 a 35% (35 a 62) a nota Excelente.

Feitas as contas, até uns 80 centros de investigação poderão assim ter Excepcional e Excelente como classificação, enquanto os restantes 98 que também estão nesta fase da avaliação têm teoricamente reservado um leque de notas entre o Muito Bom, o Bom, o Razoável e o Insuficiente.

Estas instruções estão num documento com as linhas de orientação finais para a segunda fase de avaliação, tendo como destinatários explícitos os painéis de peritos envolvidos no processo e que a FCT divulgou pela primeira vez no fim de Novembro no seu site. No documento, de 19 de Novembro, lê-se que a "referência orientadora" para a classificação Excepcional é de "até 10% das unidades avaliadas na segunda fase" e para a classificação Excelente é "dentro do intervalo entre os 20% e os 35% das unidades avaliadas na segunda fase".

Esta avaliação destina-se à atribuição de financiamento, nos próximos cinco anos, para despesas correntes dos centros de investigação (desde pagamento de reagentes de experiências científicas até idas a congressos), bem como para actividades estratégicas. A avaliação foi dividida em duas fases. Na primeira, 322 centros, agrupados por grandes áreas do saber, foram avaliados por três peritos com base em informação documental. Os seus três relatórios foram depois discutidos por outros peritos, que integravam um dos sete painéis criados para este processo, de onde saiu um relatório de consenso. Na segunda fase, os 178 centros que aqui chegaram foram visitados por peritos desses sete painéis, entre Julho e Outubro, e cada um dos painéis reuniu-se no final de Novembro em Lisboa para atribuir as notas finais, segundo o site da FCT. O documento de Novembro é o guia para a reunião final dos painéis.

Na primeira fase, incluindo já os resultados de reclamações feitas pelos investigadores, ficaram pelo caminho 144 centros (44,7%), classificados com Insuficiente, Razoável e Bom. O que significa que não vão ter qualquer financiamento para despesas se tiveram Insuficiente e Razoável, ou receberão algum dinheiro se tiveram Bom (entre 5000 e 40.000 euros por ano). E logo estes primeiros resultados, anunciados no final de Junho, desencadearam críticas da comunidade científica, acusando o Governo de estar a matar quase metade das unidades de investigação - porque mesmo 40.000 euros, como disseram responsáveis de vários centros, não chegam para pagar a um investigador de pós-doutoramento. Entre as falhas apontadas estavam a ausência de visitas dos peritos aos centros e painéis demasiado genéricos.

Uma shortlist no contrato

As críticas à avaliação, vindas de cientistas como Carlos Fiolhais, Manuel Sobrinho Simões e Alexandre Quintanilha, subiram de tom quando se ficou a saber (em meados de Julho) que havia quotas, nunca antes reveladas, para eliminar metade dos centros logo na primeira fase da avaliação, estabelecidas previamente no contrato que a FCT assinou com a entidade à qual delegou a avaliação, a European Science Foundation (ESF). O contrato diz que à partida, antes de qualquer avaliação, 50% dos centros seria eliminada: "A primeira fase da avaliação irá

resultar numa shortlist de metade das unidades de investigação que serão seleccionadas para seguir para a fase 2", lê-se. A FCT e o MEC justificaram a referência à eliminação de metade dos centros como uma "estimativa" baseada na avaliação anterior dos centros, de 2007.

A shortlist acordada no contrato mereceu críticas, por exemplo, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), numa carta enviada em Outubro ao ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, na qual recusa "a morte de quase 50% do tecido científico português": "Este resultado, já previsível a partir dos termos em que o contrato entre o Estado português e a ESF foi redigido, prevendo a passagem à segunda fase de apenas cerca de 50% das unidades, mostra um enviesamento que não podemos aceitar."

Mais: "Apesar de ter sido chamada a atenção para inúmeros erros de avaliação, muitos inteiramente factuais, diversos painéis desculpam-se de diversas formas para não retirar daí consequências, mantendo avaliações inexplicáveis. A avaliação não presencial de unidades de investigação é, no nosso entendimento, um falhanço pleno", dizia o CRUP, considerando que este processo "não tem a qualidade necessária". "Para que um sistema de avaliação seja capaz de promover a excelência tem de, ele próprio, ser pelo menos excelente, se não excepcional. Não é o caso."

O que o CRUP escreveu na carta ao ministro continua válido, reiterou ontem ao PÚBLICO António Cunha, o presidente deste conselho de reitores de 15 universidades. "A avaliação tem enormes fragilidades. É um processo mal planeado desde o princípio, dificilmente terá bons resultados. O CRUP está apostado em conseguir que esta avaliação não seja usada para mais nada", frisa António Cunha, referindo-se ao seu uso como critério de avaliação de projectos de investigação ou bolsas. "Independentemente disso, há muitos laboratórios que a partir de Janeiro não sabem com que dinheiro vão trabalhar. Se é para conhecer os resultados da avaliação, é desejável que se conheçam rapidamente."

Também o Conselho dos Laboratórios Associados (CLA), uma rede de 26 centros, considerou logo em Julho que a avaliação tinha "anomalias gritantes", que deviam ser "urgentemente corrigidas", alertando que as unidades com Bom serão extintas "na prática". "Pode um sistema científico funcionar sem um grande número de centros de investigação de boa qualidade, embora não excepcionais? Não pode, em parte alguma do mundo."

Porquê os novos limites?

Só os centros acima de Bom - 178 (55,2%) - passaram assim à segunda fase da avaliação. E são estes, em particular aqueles que vierem a ter Excepcional e Excelente, que disputam agora as maiores fatias dos 50 milhões de euros que a FCT anunciou ir disponibilizar anualmente para despesas de funcionamento. Além disso, os que forem classificados com Excepcional, Excelente e Muito Bom podem ainda candidatar-se a outro tipo de financiamento dito "estratégico", sem qualquer tecto máximo, e que também sairá do mesmo bolo dos 50 milhões.

Se a ideia é verificar a qualidade actual dos centros de investigação, então por que razão se estabelecerem quotas para as classificações máximas? Perguntou-se à FCT quais são os fundamentos para essas quotas. "Os valores referidos não são quotas, mas sim guias ou referências orientadoras para os painéis de avaliação", responde a FCT ao PÚBLICO por escrito, num email enviado pela coordenadora do gabinete de comunicação, Ana Godinho. "O documento explicita que "estas linhas orientadoras não devem ser consideradas vinculativas, em qualquer forma, para os painéis". A decisão final é sempre dos painéis de avaliação e é sempre respeitada e aceite pela FCT."

A definição destes valores baseia-se em quê? - perguntou-se ainda. "A definição dos intervalos para a percentagem de "excepcional" e de "excelente" tem como base, para além das definições associadas a estas classificações (descritas no Guião de Avaliação), as propostas de classificação entretanto recebidas, associadas à primeira fase [da avaliação] e às visitas [dos peritos aos centros de investigação na segunda fase da avaliação]", responde a FCT.

Ou seja, a FCT explica que os valores dos 10% para os Excepcionais e dos 20 a 35% para os Excelentes resultam das propostas de classificações que os próprios painéis de peritos lhe foram fazendo chegar durante as duas fases da avaliação - isto num documento que a FCT diz dirigir-se aos próprios peritos, para a reunião final da avaliação. Portanto, a FCT terá dito aos peritos aquilo que os peritos já lhe teriam dito antes a ela.

Essas propostas de classificação, acrescenta a FCT na resposta ao PÚBLICO, "foram apresentadas e discutidas na reunião final do painel [de peritos de cada área do saber] em Lisboa, em Novembro". O que sugere que os resultados finais da avaliação poderão andar à volta de 80 centros classificados como excepcionais e excelentes.

Até ao fim de Novembro, as "guias" ou "referências orientadoras" para as classificações mais altas não eram conhecidas pelos centros. Ou seja, não constavam do Guião da Avaliação, divulgado pela FCT a 31 de Julho de 2013. Nem do contrato entre a FCT e a ESF (de Abril deste ano), nem da adenda ao contrato (de 24 de Outubro deste ano), que introduziu algumas alterações no plano de trabalho da segunda fase da avaliação.

Por que razão as "linhas de orientação" não foram divulgadas logo no início da avaliação, que começou ainda em 2013, para que todos os centros conhecessem todas as regras desde aí? A FCT refere que o documento de Novembro "é um documento de orientação, dirigido aos membros dos painéis", como mencionado acima, "e que foi tornado público a bem da total transparência do processo". Diz ainda que os critérios e os princípios da avaliação foram divulgados antes, no já referido Guião da Avaliação: "As orientações que constam neste documento [de Novembro] têm como objectivo especificar alguns dos preceitos e normas enunciados no Guião de Avaliação em função dos resultados concretos do exercício de avaliação em curso."

Acima de Bom, Razoável?

Como vimos, para passar à segunda fase, um centro tinha de ter mais do que Bom, senão ficaria pelo caminho, ainda que as classificações finais do grupo dos 178 centros que transitou não tivessem sido atribuídas e divulgadas com o anúncio dos primeiros resultados. Mas nem todos os que passaram à segunda fase têm automaticamente direito a dinheiro para as despesas correntes, designado por financiamento-base, como se refere tanto no documento de Novembro como no Guião da Avaliação.

Isto porque, na segunda fase da avaliação, as notas possíveis vão do Excepcional e Excelente até ao Muito Bom, Bom, Razoável e Insuficiente. E as duas mais baixas - Razoável e Insuficiente - não têm direito a nada: "A componente de financiamento-base só será alocada às unidades classificadas com Bom ou acima", lê-se no documento de Novembro sobre a segunda fase da avaliação.

Qual é então o financiamento-base reservado para os centros com Bom ou mais na segunda fase? Um centro Excepcional poderá receber entre 400.000 euros por ano, no máximo, e 50.000 no mínimo, referem o Guião da Avaliação e o documento de Novembro, tendo em conta vários critérios. Se a nota for Excelente, o valor será entre 300.000 euros e 37.500 euros. Muito Bom pode traduzir-se entre 200.000 euros e 25.000 euros. E Bom, como foi dito, dará entre 40.000 euros e 5000 euros.

A partir daqui, uma leitura possível é que o Bom na segunda fase da avaliação dá direito aos mesmos valores do que o Bom na primeira fase. Mais: um centro que ficou para trás com Bom vai receber algum dinheiro, mas um que passou à segunda fase - e, para isso, teve de ter uma classificação superior aos que ficaram para trás - arrisca-se, segundo as regras da FCT, a não receber nada. Tal como acontece com os centros com Razoável e Insuficiente que se ficaram pela primeira fase da avaliação.

Se para chegar à segunda fase era preciso ter acima de Bom - logicamente, pelo menos Muito Bom -, por que razão as unidades de investigação podem teoricamente voltar a ser classificadas com Bom, Razoável e Insuficiente? "Não é correcto dizer que as unidades que passam à segunda fase tenham no mínimo "muito bom": as unidades que passaram à segunda fase não tiveram, na altura, qualquer classificação atribuída, mas tiveram de ultrapassar um

limiar de qualificação que lhes permitiu passar à fase seguinte", responde a FCT. "Esta segunda fase corresponde a um nível de escrutínio mais elevado e, por isso, qualquer classificação é possível, tal como previsto nos regulamentos."

Se algum centro tiver classificação inferior a Bom na segunda fase, resta saber se reclamará a nota da primeira fase. Quando saírem os resultados da fase final - "provavelmente" antes do Natal, disse Leonor Parreira na segunda-feira em Coimbra à agência Lusa, acrescentando que a avaliação "está a decorrer com tranquilidade e como era suposto" -, confirmar-se-á se os painéis de avaliadores cumpriram à risca as "guias" ou "referências orientadoras" da FCT para classificar no máximo uns 80 centros. Ou se, depois de um "limiar de qualificação" acima de Bom, um centro voltou a cair na classificação. Ou, feitas todas as contas, entre as 322 unidades de investigação, quantas e quais serão mesmo deixadas à sua sorte e a quantas e a quais saiu a sorte grande.

2.58 Jornal de Notícias (22 de Dezembro de 2014) '63 centros de investigação financiados com 47 milhões por serem os melhores', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=4309905&page=-1]

A avaliação aos centros de investigação portugueses atribuiu notas de "Excelente" e "Excecional" a 63 unidades que, por isso, irão receber cerca de 47 milhões de euros, revelou, esta segunda-feira, a secretária de estado da Ciência.

O processo de avaliação de 322 centros de investigação começou em 2013 e, depois de atravessar duas fases, está agora a chegar ao fim com a divulgação dos resultados: 11 unidades tiveram uma classificação de "Excecional"; 52 obtiveram "Excelente"; 104 "Muito Bom" e outras 90 conseguiram a nota de "Bom".

A avaliação, que está a cargo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), destina-se à atribuição de financiamento para os próximos cinco anos, para despesas correntes e atividades estratégicas, sendo que apenas as instituições com nota superior a "Bom" irão receber financiamento da FCT.

No total, 257 unidades, onde trabalham quase 14 mil doutorados, vão receber um pouco mais de "71 milhões de euros por ano", já a partir de 2015, o que significa "um aumento de cerca de 28% em relação ao financiamento médio nos últimos três anos", sublinhou a secretária da Estado da Ciência, Leonor Parreira.

Já as 32 instituições que obtiveram nota "Insuficiente", assim como as 33 com "Suficiente", não irão ter direito a financiamento público. Ali trabalhavam cerca 1.500 investigadores.

O presidente da FCT, Miguel Seabra, lembrou que o futuro destas unidades será decidido pelos responsáveis das instituições.

Em reuniões com os responsáveis pelas unidades com classificações mais baixas, Miguel Seabra terá recebido a informação de que já estariam a estudar alternativas: "Cada um tem a sua solução e daí vai resultar uma melhoria para o sistema, porque também é importante falhar e depois ressurgir numa forma mais competitiva", revelou em declarações à Lusa.

Já as instituições "excecionais" irão receber 13 milhões de euros e as "excelentes" 34 milhões, sendo que as verbas variam consoante as necessidades das unidades.

Certo é que entre as 63 melhores, apenas duas irão manter as verbas que recebiam e as restantes 61 terão um financiamento superior ao valor que tinham no ano de 2013/2014.

No caso das instituições que obtiveram "Muito Bom", o valor a atribuir será de 23 milhões, sendo que aqui mais de metade (62% das unidades) irá ver os seus apoios financeiros aumentar em relação aos valores de 2013/2014.

Entre as 90 instituições consideradas "boas" pelos avaliadores, 52 são elegíveis para o Fundo de Reestruturação Estratégica, ou seja, poderão contar com seis milhões de euros até à avaliação intercalar de 2017.

A maioria dos investigadores (69%) trabalha em instituições portuguesas de muito elevada qualidade: 975 trabalham em unidades excecionais; 3.508 em laboratórios excelentes e 6.156 muito bons.

Com a divulgação dos resultados, o processo de avaliação entra agora no período de audiência prévia, que tem a duração de dez dias. Segundo Leonor Parreira, por volta de 15 de janeiro, o processo estará concluído e não haverá interrupção de verbas: "As unidades não têm de estar preocupadas, mesmo nesta fase complexa de transição de programas comunitários", garantiu em declarações à Lusa.

Olhando para as avaliações atribuídas por área de investigação, verifica-se que nas Ciências Naturais e do Ambiente, assim como das Ciências Sociais, nenhuma unidade obteve a classificação de "excecional", mas Miguel Seabra acredita que na próxima avaliação alguns dos que agora obtiveram excelente vão conseguir passar a excecional.

2.59 Novais, V. (22 de Dezembro de 2014) ‘63 instituições com 47 milhões de euros... 65 sem nada’, Observador, 2014

[<http://observador.pt/2014/12/22/63-instituicoes-com-47-milhoes-de-euros-65-sem-nada/>]

Os resultados da segunda fase de avaliação às unidades de investigação científica foram agora apresentados com 71 milhões de euros anuais distribuídos por ordem de mérito a 257 das 322 instituições.

A partir de 2015 (e até 2020) 257 instituições de investigação científica vão receber anualmente um total de 71 milhões de euros, dos quais 66% (47 milhões de euros) estão concentrados nas 63 unidades com melhor classificação. A avaliação promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) às instituições nacionais deixa sem financiamento 65 das 322 unidades avaliadas.

Os resultados da segunda fase da avaliação foram apresentados esta segunda-feira e já se encontram disponíveis na página da FCT.

Das 322 instituições de investigação científica avaliadas entre 2013 e 2014, 167 terão um financiamento suplementar estratégico pelo mérito da investigação que desenvolvem (classificação “excecional”, “excelente” e “muito bom”, enquanto 90 conseguiram garantir apenas um financiamento de base (classificação “bom”). Para 52 unidades que conseguiram classificação “bom” e nota de 14 ou 15 valores será disponibilizado um Fundo de Apoio à Reestruturação Estratégica no valor de seis milhões de euros, confirmou a FCT ao Observador.

O processo que se iniciou em 2013 contou com a colaboração da European Science Foundation (ESF) na avaliação das instituições científicas portuguesas onde trabalham mais de 15.400 investigadores doutorados. “Perto de 10.600 doutorados, 69% dos investigadores que se apresentaram a esta avaliação, trabalham em unidades de muito elevada qualidade, classificadas como ‘excecional’, ‘excelente’ ou ‘muito bom’, e quase 90% (13.805) desenvolvem a sua atividade em unidades que obtiveram financiamento [a partir da classificação ‘bom’]”, lê-se no comunicado de imprensa do Ministério da Educação e da Ciência.

Antes da apresentação dos resultados, a secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira, lembrou que o sistema de avaliação mudou, assim como as unidades que concorreram ao financiamento. “Mais de um terço das unidades [117] são novas. Destas, 90 não existiam previamente individualizadas e 27 resultaram de fusões de mais de 100 unidades pré-existentes.” Depois da avaliação de 2007, muitas instituições sofreram remodelações como fusões, extinções ou reestruturações internas.

Considerando que algumas das novas instituições ainda não tinham tido tempo suficiente para poderem apresentar resultados significativos e como tal ficaram sem financiamento suficiente para continuarem a atividade científica, serão disponibilizados 6 milhões de euros do Orçamento do Estado para apoiar estas instituições até à avaliação intercalar de 2017. A verba adicional é dedicada às “unidades que revelaram ter um potencial de qualidade mas que não conseguiram atingir o patamar para atribuição de financiamento estratégico”, lê-se no comunicado.

Dos 71 milhões de euros que serão atribuídos anualmente às unidades que tenham tido classificação “bom” ou superior, 47 milhões será destinado às 63 instituições com as classificações mais elevadas – “excelente” e “excecional”. “Uma mudança substantiva quando comparamos com a situação atual, em que 60% do financiamento institucional da FCT se concentra em apenas 26 unidades”, refere Leonor Parreira.

A avaliação da FCT foi alvo de muitas críticas no seu processo com acusações de má escolha da entidade avaliadora e da inadequação do painel de avaliadores, assim como de que teria sido imposto um limite para o número de instituições com direito a financiamento. Instituições, investigadores e reitores reclamaram sobre o processo e os resultados, tendo a FCT avaliado 131 pedidos de audiência prévia feitos após a divulgação dos resultados da primeira fase de avaliação. Até 15 de janeiro as instituições voltam a ter um novo período de audiência prévia para corrigir erros que possam ter ocorrido na avaliação.

2.60 Alves, L. (22 de Dezembro de 2014) 'Onze Unidades de Investigação classificadas como Excepcionais vão receber 13 milhões de euros', TVCiência, 2014

[<http://www.tvciencia.pt/tvcnot/pagnot/tvcnot03.asp?codpub=36&codnot=153>]

Das 322 Unidades de investigação avaliadas, 257 vão receber um total de 71 milhões de euros por ano e 65 ficarão sem qualquer tipo de financiamento. A avaliação culminou com a classificação de 11 Unidades como Excepcionais, 52 como Excelentes e 104 como Muito Boas.

Foram hoje anunciados resultados da segunda e última fase do processo de avaliação internacional às Unidades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), realizada pela European Science Foundation a pedido da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Os resultados finais indicam que, no âmbito da primeira e segunda fase de avaliação, ou seja, das 322 unidades a concurso, 11 Unidades foram classificadas com Excepcional, 52 com Excelente, 104 com Muito Bom, 90 com Bom, 33 com Razoável e 32 com Insuficiente.

Em Conferência de Imprensa, Leonor Parreira, Secretária de Estado da Ciência, acompanhada por Miguel Seabra, Presidente da FCT, afirmou que «Portugal tem hoje várias unidades de I&D, de diferentes áreas, desde as Ciências Exatas às Humanidades, distribuídas por diferentes regiões do país, que foram consideradas pelos avaliadores como referências internacionais nas respetivas áreas».

Leonor Parreira adiantou ainda que «globalmente, perto de 10 600 doutorados, 69% dos investigadores que se apresentaram a esta avaliação, trabalham em Unidades de muito elevada qualidade, classificadas como Excepcionais, Excelentes ou Muito Bom, e que quase 90% (13 805) desenvolvem a sua atividade em unidades que obtiveram financiamento».

Ao todo, existe um financiamento total previsto de 71 milhões de euros por ano a serem distribuídos por 257 Unidades. Desde montante global, 13 milhões de euros ou 18% do financiamento serão distribuídos pelas Unidades que foram classificadas como Excepcionais, 34 milhões de euros ou 48% serão distribuídos pelas classificadas como Excelentes, 23 milhões de euros ou 32% pelas classificadas com Muito Bom e 1 milhão de euros ou 2% do financiamento pelas classificadas com Bom.

Miguel Seabra, Presidente da FCT, explicou que este financiamento distingue-se do financiamento atual porque «há uma relativa desconcentração de financiamento, uma vez que 66% do financiamento é agora destinado a 63 Unidades quando anteriormente 60% do financiamento estava concentrado em 26 Laboratórios Associados».

No âmbito geral, da primeira e segunda fase de avaliação, 90 Unidades de I&D foram classificadas com Bom, das quais 52 Unidades (com 1877 doutorados) serão elegíveis para o Fundo de Reestruturação Estratégica.

«Uma verba adicional de 6 milhões de euros de Orçamento do Estado será dedicada a ajudar, até à avaliação intercalar de 2017, as unidades que revelaram ter um potencial de qualidade mas que não conseguiram atingir o patamar para atribuição de financiamento estratégico», explicou Leonor Parreira.

A Secretária de Estado adiantou que este apoio «permitir-lhes-á reorganizarem-se de modo a que possam apresentar-se em melhores condições de competitividade internacional à avaliação intercalar de 2017».

Miguel Seabra explicou que para que as 52 unidades elegíveis ao Fundo de Reestruturação Estratégica possam ter acesso ao mesmo terão agora «um tempo para preencher uns formulários para explicarem como pretendem corrigir ou alterar os pontos mais fracos que foram observados durante esta avaliação» e que posteriormente «esse relatório será apreciado por uma Comissão Científica».

Apesar de tudo, existem 65 Unidades de I&D que foram classificadas como Razoáveis ou Insuficientes e que por isso não receberão qualquer financiamento da FCT.

A este respeito, Leonor Parreira explicou que «em todas as avaliações da FCT há sempre Unidades que têm classificações de Insuficiente e Razoável e que não são financiadas pela FCT», portanto, «são Unidades que deixam de ser financiadas porque estamos a falar de fundos públicos, não estamos a falar de fundos privados».

Numa análise por áreas disciplinares verifica-se que as Unidades Excepcionais concentram-se principalmente nas Ciências Exatas (3 Unidades), Humanidades (3), Multidisciplinar (2), Ciências da Vida (2) e Ciências da Engenharia (1), sendo que as áreas das Ciências Naturais e do Ambiente e as Ciências Sociais não tiveram quaisquer Unidades classificadas como Excepcionais. Já as Unidades classificadas com Excelente e Muito Bom distribuem-se por, 7 e 13 respetivamente nas Ciências Exatas, 9 e 16 nas Ciências da Engenharia, 4 e 7 nas Ciências da Vida e da Saúde, 4 e 11 nas Ciências Naturais e do Ambiente, 6 e 27 nas Ciências Sociais, 14 e 18 nas Humanidades e 8 e 12 na área Multidisciplinar.

2.61 Queirós, M. (25 de Janeiro de 2015) 'Governo recua na avaliação dos centros de investigação', Económico, 2015

[http://economico.sapo.pt/noticias/governo-recua-na-avaliacao-dos-centros-de-investigacao_210860.html]

Entidade independente deverá analisar o processo de forma a fazer uma nova avaliação para que possam ser corrigidas algumas das situações mais gritantes detectadas no processo.

A onda de críticas ao processo de avaliação das unidades de investigação científica levou o governo a recuar e a pedir uma sindicância aos processos de avaliação levada a cabo pela European Science Foundation (ESF), apurou o Económico. Um processo de avaliação que tinha sido encomendado pela Fundação para Ciência e Tecnologia a esta entidade internacional sediada em Estrasburgo.

Agora uma entidade independente deverá analisar o processo de forma a fazer uma nova avaliação para que possam ser corrigidas algumas das situações mais gritantes detectadas no processo. Esta decisão foi tomada na sequência de uma reunião de representantes do Conselho de Reitores (CRUP) com o primeiro-ministro e depois de contactos com o presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia e com a tutela. O processo não é reiniciado mas serão analisados os casos em que foram denunciados erros grosseiros.

Recorde-se que os reitores tinham enviado ao ministro da Educação e Ciência, em Outubro passado, uma carta em que denunciavam erros crassos no processo de avaliação desenvolvido por esta entidade internacional e que foi, também, fortemente criticado por uma investigadora num artigo publicado na revista "Nature".

Também o Sindicato Nacional do Ensino Superior avançou com uma acção em tribunal contra este processo por "conter erros". O Ministério da Educação e Ciência diz, apenas, que "poderão haver alguns ajustes no âmbito das audições prévias", sublinhando que o processo está praticamente concluído e que os financiamentos estão praticamente definidos. Mas os reitores garantem ter recebido a garantia que o processo iria ser reavaliado.

Desde o início do processo que a avaliação dos 322 centros de investigação do país recebeu fortes críticas ao ser divulgado que uma das regras estabelecidas era excluir metade dos centros na passagem à segunda fase de avaliação. Outro ponto criticado foi o facto de a primeira fase de avaliação ter sido feita à distância e se basear na avaliação de documentação.

"Já sabíamos, e apontámo-lo desde o início, que uma primeira fase de avaliação sem contacto presencial era potencialmente muito frágil, mas demos o benefício da dúvida à afirmação repetidamente feita pelos responsáveis de que o sistema seria robusto", refere a carta do Conselho de Reitores que, na altura, foi enviada ao ministro da Educação e Ciência. Na carta podia ainda ler-se que "apesar de ter sido chamada a atenção para inúmeros erros de avaliação, muitos deles inteiramente factuais, diversos painéis desculparam-se de diversas formas para não retirar daí consequências, mantendo avaliações inexplicáveis.

"A avaliação não presencial de unidades de investigação é, no nosso entendimento, um falhanço pleno. Este processo de avaliação não tem a necessária qualidade. É uma oportunidade perdida para uma política nacional de promoção do conhecimento avançado e está a resultar numa grave perda de confiança no sistema de avaliação, com a desconsideração quase total dos pareceres das universidades". O CRUP criticava assim todo o processo que conduziria à situação inaceitável da "morte de quase 50% do tecido científico português". "Este resultado, já previsível a partir dos termos em que o contrato entre o Estado português e a ESF foi redigido, prevendo a passagem à segunda fase apenas de cerca de 50% das unidades, mostra um enviesamento que não podemos aceitar", acrescenta a mesma carta dos reitores.

Este processo de avaliação iria determinar o dinheiro a atribuir aos centros para despesas de funcionamento durante cinco anos. No final da segunda fase, no final do ano passado, determinou-se a atribuição de 70 milhões de euros às unidades classificados com "Excepcional", "Excelente", "Muito Bom" e "Bom" de 2015 a 2020. Cerca de 66% do financiamento destina-se a 63 unidades com as classificações mais elevadas. Apenas 3% foram consideradas "Excepcionais", 16% "Excelentes" e 32% com "Muito Bom". Das 90 consideradas

"boas", cerca de 52 foram elegíveis para aceder ao Fundo de Reestruturação Estratégica que previa cerca de seis milhões de euros. Mas na área das ciências sociais nenhum centro foi considerado excepcional.

2.62 Lusa (31 de Janeiro de 2015) 'Sociólogos contestam avaliação de centros I&D, alegando falta de transparência', RTP, 2015

[<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=801371&tm=6&layout=121&visual=49>]

A Associação Portuguesa de Sociologia considera que o processo de avaliação dos centros de Investigação e Desenvolvimento deve ser contestado por falta de transparência e acusa a Fundação para a Ciência e Tecnologia de desestruturar o sistema científico nacional.

Em comunicado enviado às redações, a Direção da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) dá a conhecer as conclusões de uma reunião que juntou, no passado dia 27 de janeiro, os centros de investigação e desenvolvimento (I&D) em que a sociologia surge como área científica relevante.

Os signatários do documento -- todos os presentes na reunião --, consideram que o "recente processo de avaliação dos centros de I&D deve ser contestado em várias instâncias pela falta de transparência que lhe esteve subjacente".

Prova disso é a "sistemática disparidade entre a avaliação científica e o financiamento atribuído", bem como a divulgação da fórmula desse financiamento só depois da publicação dos resultados.

Na opinião dos signatários, a política de I&D seguida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia "tem conduzido a uma sistemática desestruturação do sistema científico nacional", pela falta de financiamento e pela ausência de renovação, já que as novas gerações de cientistas têm cada vez menos oportunidades de bolsas, projetos ou contratos.

Os responsáveis protestam ainda contra o acentuar das desigualdades de financiamento entre as ciências sociais e as outras áreas do conhecimento e lamentam a "ausência de condições" para uma convergência, em termos de funcionamento institucional e de desenvolvimento científico, das várias áreas de conhecimento e dentro da própria sociologia.

Para maio está prevista uma Assembleia Magna de Cientistas, oriundos das mais diferentes áreas e associações profissionais, com vista a debater o futuro das políticas públicas para a ciência em Portugal.

Nesta reunião participaram diversos centros de estudos, da Universidade Aberta, do Instituto Universitário de Lisboa, da Nova e das universidades de Lisboa, Coimbra, Minho, Évora, Açores, Porto e Instituto Politécnico de Leiria.

Estiveram também presentes no encontro, para além da direção, o Conselho Consultivo e de Deontologia da APS, constituído, entre outros, pelas investigadoras Ana Nunes de Almeida e Anália Torres, bem como por Augusto Santos Silva, Carlos Fortuna e João Ferreira de Almeida.

2.63 Silva, S. (7 de Fevereiro de 2015) 'Ninguém entende os critérios de atribuição de financiamento da FCT', Público, 2015

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ninguem-entende-os-criterios-de-atribuicao-de-financiamento-da-fct-1685285>]

Centros de investigação e universidades contestam discrepâncias que entregam a unidades de pequena dimensão verbas por cientista muito superiores aos grandes laboratórios. Reitores estão à espera de uma resposta da tutela às suas críticas.

As discrepâncias entre o financiamento atribuído aos vários centros de investigação na sequência da avaliação promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) têm sido o principal motivo de contestação à segunda, e última, fase deste processo, cujos resultados foram conhecidos no final de Dezembro. Mesmos entre laboratórios satisfeitos com a sua classificação há protestos por causa do valor do apoio que foi definido e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) exigiu explicações ao Governo sobre a situação.

O PÚBLICO perguntou à FCT quantas reclamações, de entre as que foram apresentadas pelos centros de investigação à segunda fase da avaliação, se prendem com o valor do financiamento. A instituição tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) não quer divulgar esses dados, limitando-se a informar que os pedidos de reclamação (a chamada “audiência prévia”) ainda “estão em análise”. Mas nas últimas semanas têm sido várias as unidades científicas que tem feito ver a sua insatisfação com o valor das verbas atribuídas no âmbito deste processo, mesmo de entre as que consideram ajustada a classificação conseguida.

“Não pedimos mais do que aquilo que precisamos e isso pode ter-nos prejudicado um bocadinho”, conta, por exemplo, Gonçalo Vilas-Boas, director do Instituto de Literatura Comparada da Universidade do Porto. A classificação deste centro como “excepcional”, a nota máxima prevista, representa para esta unidade um financiamento de pouco mais de 90 mil euros anuais. A Associação Portuguesa de Sociologia também aponta a “sistemática disparidade entre a avaliação científica e o financiamento atribuído” num comunicado assinado conjuntamente por dez unidades de investigação. “Quem foi mãos largas a pedir, acabou beneficiado”, acredita o director do Centro de Matemática Aplicada e Economia (Cemapre) da Universidade de Lisboa, Alfredo Egídio dos Reis.

As regras para atribuição do financiamento que foram divulgadas pela FCT no mês passado – já depois de conhecidos os resultados da avaliação – mostram que, de facto, o principal critério usado para a atribuição das verbas anuais para o funcionamento dos laboratórios para despesas correntes e estratégicas foram os orçamentos apresentados pelas próprias unidades de investigação. “A base para o cálculo do financiamento para o período 2015-2020 foi o financiamento solicitado por cada unidade para cumprir o programa estratégico proposto”, lê-se no documento da FCT. Ao valor pedido por cada laboratório, era retirada uma determinada percentagem (entre 20 e 64%) em função de um conjunto de critérios “considerando os resultados da avaliação e a disponibilidade orçamental”.

O PÚBLICO ordenou as 178 unidades de investigação avaliadas na segunda fase tendo em conta o rácio entre o financiamento atribuído e o número de cientistas integrados em cada centro. O resultado é uma lista totalmente diferente da que se obtém tendo em conta apenas a nota atribuída pela FCT. Só três dos 11 laboratórios aos quais foi dada classificação de “excepcional” estão entre os dez com financiamento per capita mais elevado.

No topo desta lista está o Centro de Investigação William James do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, uma instituição de ensino superior privada em Lisboa, que recebe mais de 31 mil euros anuais por cada um dos seus 11 membros integrados – e que teve classificação de “excelente”. No “pódio” desta ordenação que relaciona o financiamento atribuído com o número de cientistas, há outros dois centros que também tiveram “excelente”, ambos da Universidade do Minho. O Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil, que recebe 21.300 euros por

cada um dos seus cientistas (21 integrados) e o Centro de Investigação em Psicologia, com 30 cientistas, que “valem” quase 20.500 euros por ano.

Só depois surgem dois laboratórios classificados como “excepcionais”. O I3S, do Porto, vai receber a maior fatia do financiamento desta avaliação (quase 6,2 milhões de euros por ano), mas tem 350 investigadores integrados, pelo que a verba atribuída a cada um deles é de 17.700 euros. Já o Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear da Universidade de Lisboa tem um apoio per capita de pouco mais de 17 mil euros. A discrepância de valores atribuídos por cada cientista leva a que haja centros com nota máxima, como o Centro de Matemática da Universidade de Coimbra, que recebem menos de 4500 euros por cada membro integrado.

São contas como estas que também têm sido feitas por reitores das universidades públicas e por directores de vários centros de investigação e que têm justificado críticas ao processo junto da tutela. “Não se percebe a racionalidade por trás destes valores”, comenta um reitor ao PÚBLICO. “Ninguém entende os critérios. Centros com boa nota e má nota, centros contentes e descontentes, ninguém consegue encontrar uma explicação”, defende outro responsável de uma universidade.

Reclamações em cima da mesa

O CRUP, que em Outubro, numa carta enviada a Nuno Crato, arrasou a avaliação da FCT, classificando-a de “falhanço pleno” e acusando-a de não ter “a necessária qualidade”, tem mantido reuniões com vários membros do Governo nas últimas semanas, no sentido de tentar emendar alguns dos erros apontados ao processo e as discrepâncias encontradas no financiamento às várias unidades de investigação têm sido o principal motivo de desentendimento entre as duas partes, esperando agora uma resposta definitiva da tutela às suas propostas.

Para já, os contactos mantidos entre reitores e Governo – e que já envolveram o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, com quem o CRUP reuniu em meados de Janeiro – resultaram num compromisso de que a avaliação dos recursos hierárquicos (a reclamação que se segue à audiência prévia) será feita por um novo painel de avaliadores.

Contactado pelo PÚBLICO, o MEC remete para o regulamento da avaliação e financiamento das unidades de investigação, no qual já estava previsto que a apreciação de reclamações fosse entregue a um “segundo painel de peritos independentes”, sobretudo em casos de “erros grosseiros ou de actos negligentes”. Mas o que estará em cima da mesa é uma equipa nova, totalmente independente da European Science Foundation (que fez a avaliação para a FCT) e dos centros de investigação portugueses, num trabalho articulado entre o CRUP e a FCT.

2.64 Jornal de Notícias (5 de Março de 2015) 'Governo quer implementar fatores de qualidade no financiamento do ensino superior', Jornal de Notícias, 2015

[http://www.jn.pt/PaginalInicial/Nacional/Educacao/interior.aspx?content_id=4435774&page=-1]

A nova fórmula de financiamento do ensino superior prevê a criação de fatores de qualidade, como a eficiência do processo educativo, produção e transferência do conhecimento e melhorias na gestão.

Na melhoria da gestão, o Governo pretende submeter um plano às Instituições de Ensino Superior (IES), que "conterá medidas e decisões" em torno da oferta educativa, da redução ou reorganização de unidades orgânicas e alteração de modelos de governo e/ou da gestão operacional.

O indicador de melhoria da gestão "baseia-se na aplicação, feita por um painel independente, de um plano de melhoria da eficiência e da eficácia das IES [instituições do ensino superior] e respetiva execução", sendo atribuída a cada instituição uma "classificação em um de quatro níveis", refere o documento de trabalho do novo modelo de financiamento a que a agência Lusa teve acesso.

O Governo prevê também avaliar "a qualidade e eficiência do processo educativo", que será um dos indicadores.

O documento de trabalho não é claro quanto à forma como este indicador será medido, reconhecendo que ainda "não existe um modelo estabilizado para a caracterização dos resultados de aprendizagem no perímetro académico".

Apesar de o documento apontar para a empregabilidade como forma de se avaliarem os resultados de aprendizagem, reconhece que este mesmo fator "proporciona informação tendencialmente mais representativa das competências necessárias no curto prazo, favorecendo as formações mais curtas e vocacionadas".

"Considerando que o mercado de emprego não possui instrumentos previsionais a médio e longo prazo, apenas no perímetro académico faz sentido e é possível os resultados de aprendizagem", aponta.

O Governo quer também que a produção de conhecimento seja um dos indicadores de qualidade, podendo este ser medido através do número de docentes que são membros permanentes de unidades de investigação e a qualidade da classificação das unidades em que participam.

De acordo com o modelo, os indicadores também podem ser aplicados nas IES privadas, desde que "possam ser definidos procedimentos que viabilizem a comparabilidade".

2.65 Silva, S. (7 de Abril de 2015) 'As sete vezes que mudaram as regras durante o jogo', Público, 2015

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/as-sete-vezes-que-mudaram-as-regras-durante-o-jogo-1691552>]

Avaliação dos centros científicos foi várias vezes alterada desde a abertura do processo. Sindicato dos Professores da Região Centro acaba de pedir a impugnação da avaliação à Procuradoria-Geral da República.

A polémica dos últimos meses envolvendo a avaliação das unidades científica pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) fez-se de críticas à qualidade dos painéis de avaliação, aos critérios utilizados na classificação de cada centro e também à forma como o dinheiro foi distribuído. Durante o processo, aquele organismo público fez várias alterações às regras do jogo. Pelo menos sete grandes mudanças foram efectuadas com a avaliação a decorrer. E esta segunda feira ficou a saber-se que o Sindicato dos Professores da Região Centro pediu a impugnação da avaliação à Procuradoria-Geral da República.

O aviso de abertura da avaliação das unidades de investigação pela FCT foi publicado em Junho de 2013. No final desta semana, o ciclo fecha-se, com o termo do prazo para a assinatura dos contratos de financiamento. Entre um e outro momento, passaram 21 meses. Mas, face ao número de alterações, o regulamento original parece ter sido escrito num tempo mais longínquo.

Uma das regras que não constavam do regulamento inicial, e que se revelou mais determinante neste processo, foi a fixação de uma quota para eliminar previamente cerca de 50% dos centros, entre os 322 em avaliação. Essa condição foi acordada pela FCT e a European Science Foundation (ESF), à qual foi encomendada a avaliação, no primeiro contrato entre as duas instituições, assinado em Abril do ano passado, e que nunca tinha sido tornado público até à divulgação desse acordo durante o Verão, já a primeira fase do processo estava terminada.

Do mesmo modo, nunca foi conhecido, durante o procedimento, a existência de um limite para a atribuição das classificações mais altas: entre os 178 centros que chegaram a essa fase da avaliação, no máximo 10% (cerca de 18) podiam ter a nota Excepcional e 20 a 35% (35 a 62) a nota Excelente, divulgadas publicamente pela primeira vez no final de Novembro, no site da FCT.

Além destas duas alterações, houve ainda uma adenda ao contrato entre a ESF e a FCT introduzida já no Verão de 2014 – que demorou quase três meses a ser assinada – e que introduziu algumas alterações no plano de trabalho da segunda fase da avaliação dos centros de investigação, implicando “custos extra suportados pela FCT e que não estão no contrato”, como explicava na altura o presidente daquele organismo, Miguel Seabra.

As mudanças de regras não ficaram por aqui. Houve ainda condições que constavam do regulamento da avaliação e que não foram cumpridas, como o número de peritos por painel – apontava-se para cinco, mas numa “informação adicional” divulgada em Abril do ano passado, com a avaliação já a decorrer, a FCT passou a referir três relatores. Nesta contabilização, esta foi a terceira alteração das regras durante o jogo.

Por outro lado, as visitas às unidades de investigação, previstas para todo o processo de avaliação, apenas decorreram na segunda fase. Este é, aliás, um dos argumentos usados pelo gabinete jurídico do Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC), que pertence à Federação Nacional de Professores (Fenprof), no pedido de impugnação da avaliação da FCT que acaba de fazer junto da Procuradoria-Geral da República. Esta acção foi tornada pública esta segunda-feira e segue-se às apresentadas pelo Centro de Matemática da Universidade do Minho e pelo Centro de Química da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no mês passado.

Entre as alterações aos pressupostos da avaliação introduzidas pela FCT durante o processo consta também a eliminação da parcela destinada ao financiamento-base (para despesas correntes) das unidades melhor classificadas, que tem motivado os protestos mais recentes

(ver texto principal). Pelo meio, também foi criado um novo mecanismo de financiamento, o fundo de reestruturação.

Este fundo, anunciado em Julho de 2014, pelo presidente da FCT, Miguel Seabra, num email enviado aos centros de investigação, foi apenas formalizado em Outubro e o seu regulamento publicado no site da FCT no mês passado. Ao todo, destina um montante de 6,7 milhões de euros para unidades classificadas com “Bom” – e que por isso tinham direito a um financiamento anual residual – que estão agora a ver ser-lhes atribuídas verbas que podem ser até cinco vezes superiores às iniciais. Há 52 unidades científicas nesta situação.

Outra das decisões que apanhou os centros de investigação de surpresa foi, por exemplo, o prazo pedido para reformulação dos seus orçamentos, de acordo com as verbas atribuídas pela FCT. Nesta sétima alteração desta contagem, os centros tiveram um prazo de apenas três dias úteis para a resposta.

2.66 Firmino, T., Silva, S. (7 de Abril de 2015) 'FCT eliminou uma parcela prevista do dinheiro dos centros já depois da avaliação', Público, 2015

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/fct-eliminou-uma-parcela-prevista-do-dinheiro-dos-centros-ja-depois-da-avaliacao-1691551?page=-1>]

Fundação para a Ciência e a Tecnologia não apresenta uma explicação para o corte do financiamento reservado a despesas correntes dos laboratórios científicos. Para os centros com as melhores notas, esse corte pode atingir 400 mil euros por ano.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) eliminou uma parcela do financiamento dos centros de investigação – parcela essa que estava prevista nos seus regulamentos. Este é o último desenvolvimento da avaliação das unidades de investigação, um processo destinado à atribuição de financiamento até 2020. O desaparecimento dessa parcela é transversal aos centros espalhados pelas universidades do país, desde Minho, Porto, Aveiro e Coimbra, passando pela Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa, até ao Algarve.

A parcela em questão é o chamado “financiamento-base”, que se destina a despesas correntes das unidades de investigação e que consta nos regulamentos da avaliação divulgados pela própria FCT, instituição tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência que é a principal financiadora pública da investigação científica no país.

Esta avaliação destina-se a atribuir 71 milhões de euros por ano, até 2020, para as despesas correntes e estratégicas dos centros de investigação. No total, foram avaliados 322 centros na primeira fase da avaliação, cujos resultados foram divulgados no final de Junho de 2014. Passaram à segunda fase 178, pelo que 144 ficaram logo pelo caminho, não indo receber qualquer dinheiro (os classificados com Insuficiente e Razoável) ou recebendo muito pouco (classificados com Bom) para despesas correntes. Os resultados da segunda fase da avaliação foram divulgados no final de Dezembro e a avaliação propriamente dita está concluída, estando agora o processo já numa fase de resolução de questões administrativas.

Entre os 178 centros avaliados nesta última fase, houve 11 que não obtiveram classificações que lhes permitissem receber financiamento estratégico (dois tiveram Razoável e nove Bom). Por isso, restaram 167 centros que teriam direito a financiamento para despesas correntes, além de um outro financiamento para actividades de investigação ditas estratégicas.

Só que os responsáveis pelos centros que tiveram direito a financiamento estratégico notaram que o financiamento-base tinha simplesmente desaparecido e que apenas lhes tinha sido atribuído o financiamento estratégico. A eliminação de uma das duas parcelas previstas de financiamento é encarada por muitos como ilegal.

É que tanto no Guião da Avaliação (de 31 de Julho de 2013) como num documento com as linhas de orientação finais para a segunda fase de avaliação destinadas aos painéis de peritos envolvidos no processo (de 19 de Novembro de 2014), a FCT especificou os valores do financiamento-base reservado aos centros.

Enquanto dizia que aqueles que tiveram a classificação Bom (90 centros) só receberão financiamento-base (partilhando assim entre si um milhão de euros do bolo dos 71 milhões anuais), também determinou que os restantes (167) classificados com Muito Bom, Excelente e Excepcional terão financiamento-base e financiamento estratégico.

E, para cada classificação com direito a financiamento-base, os regulamentos estabeleceram os valores a atribuir, resultantes da aplicação de uma série de critérios, como o número de investigadores e a intensidade laboratorial de um centro: aqueles classificados com Bom terão entre um máximo de 40.000 euros por ano e um mínimo de 5000 euros; com Muito Bom terão entre 200.000 euros e 25.000; com Excelente terão entre 300.000 e 37.500; e Excepcional entre 400.000 e 50.000.

Foi o financiamento-base para os centros classificados com Muito Bom, Excelente e Excepcional que desapareceu. O PÚBLICO pediu à FCT que discriminasse, para todos os centros de investigação, o financiamento-base e o financiamento estratégico atribuído. Perguntou ainda a razão da eliminação da parcela do financiamento-base nos centros que terão financiamento estratégico e se essa eliminação não será ilegal, uma vez que vai contra os

próprios regulamentos da FCT. E, ainda, quantos centros é que já assinaram o termo de aceitação do financiamento proposto. A nenhuma destas questões a FCT responde.

Na sua resposta por email, através do gabinete de comunicação da FCT, enumeram-se várias estatísticas sobre os resultados da avaliação e termina-se a dizer: “Face à disponibilidade orçamental para o financiamento às unidades de investigação e desenvolvimento para o período 2015-2020, e conforme comunicado aos [seus] coordenadores, a FCT recomenda que o financiamento total seja preferencialmente afecto à realização do programa estratégico proposto.”

Críticas de oito centros

Ainda que a situação do corte do financiamento-base abranja centros de Norte a Sul do país, a público vieram críticas de oito unidades da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Em meados de Março, esses oito centros emitiram um comunicado a criticar o desaparecimento, já depois de anunciados os resultados da avaliação, no final de Dezembro, do financiamento-base – uma “situação inesperada [que] abrange todas as unidades de investigação dos mais diversos domínios científicos e sediados noutras faculdades e/ou universidades”, alertaram.

“A FCT fez tábua rasa da componente destinada ao funcionamento dos centros”, diz o comunicado, subscrito pelo Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (classificado com Excepcional), pelo Instituto de Ciências Integrativas e Biosistemas, pelo Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais (ambos com Excelente), pelo Centro de Matemática, Aplicações Fundamentais e Investigações Operacionais, pelo Centro para Física Teórica e Computacional, pelo Centro de Química e Bioquímica, pelo Instituto de Biofísica e Engenharia Biomédica, e pelo Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa (Muito Bom).

“Já em Janeiro de 2015, após conhecidos os resultados da classificação dos centros, a FCT publica alterações às regras do jogo”, lê-se ainda no comunicado. Os oito centros referem-se ao documento “Critérios de atribuição de financiamento 2015-2020”, no qual a FCT anuncia que o financiamento a atribuir às unidades de investigação até 2020 se vai basear nas verbas solicitadas por cada unidade para cumprir o programa estratégico que apresentaram e, por outro lado, que haverá cortes no financiamento estratégico pedido, tendo em conta os resultados da avaliação (15% nos centros excepcionais, 18 a 22% nos excelentes e 56 a 64% nos que tiveram Muito Bom).

“E, surpreendentemente, deixou de constar qualquer referência à componente de financiamento-base, que simplesmente desaparece”, critica-se no comunicado. “Sem a componente base e um financiamento estratégico cortado a eito, o financiamento das unidades de investigação deixa totalmente de traduzir o resultado da avaliação da sua actividade científica.”

Mais: “É igualmente incompreensível e injusto alterar os critérios de financiamento no final de um processo de avaliação. Para além das questões de princípio ou racionalidade, levanta-se também um problema básico: o orçamento do plano estratégico das unidades de investigação foi aletrado sem contabilizar as despesas de funcionamento corrente das instituições.”

Ao longo desta avaliação aos centros, a FCT tem sido muito criticada – por exemplo, logo quando “chumbaram” na primeira fase quase metade dos centros, o que gerou protestos por se considerar que tal significaria a sua morte. Ou por a FCT ter definido à partida, ainda antes de qualquer avaliação, que cerca de metade dos centros não passaria à segunda fase, o que só foi conhecido a posteriori. Agora, a nova regra para os cortes orçamentais atingiu os centros com as melhores classificações.

2.67 Sapotek (7 de Abril de 2015) 'FCT corta verbas de apoio aos centros de investigação', Sapotek, 2015

[http://tek.sapo.pt/noticias/negocios/fct_corta_verbas_de_apoio_aos_centros_de_inve_1436912.html]

A avaliação excluiu quase metade dos centros de investigação do acesso a fundos públicos. Os que passaram nesta prova perceberam agora que também não vão receber tudo o que era suposto.

Os centros que garantiram as melhores notas na avaliação coordenada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e com isso o acesso a fundos de apoio aos projetos que têm em marcha até 2020, verificam agora que uma das parcelas previstas no regulamento da própria FCT desapareceu. Vão receber muito menos que o previsto e alertam para o risco de não conseguirem cumprir os objetivos estratégicos a que se propuseram, revela esta terça-feira o jornal Público.

São afetados pelo problema os centros de investigação que obtiveram as melhores notas na avaliação da FCT e com isso o acesso a financiamento-base, que serve para cobrir despesas correntes, e a financiamento estratégico. A primeira desapareceu, embora viesse claramente especificada no guião de avaliação e noutros documentos da FCT até final do ano passado e à conclusão do processo de avaliação.

As avaliações a que os centros de investigação foram sujeitos servem para definir como serão distribuídos anualmente os 71 milhões de euros previstos para o apoio a despesas correntes e estratégicas nas instituições de I&D.

O financiamento base será a única ajuda acessível aos centros que conseguiram uma classificação BOM, um total de 90. Outros 167 (em 322 avaliados), que garantiram um Muito Bom ou Excelente na avaliação deveriam receber os dois tipos de apoio, mas só estarão a receber as verbas para financiamento estratégico.

Em janeiro de 2015 a FCT publicou as alterações que concentram no financiamento estratégico a ajuda àquele tipo de centros, sem apontar razões para a alteração ou fazer qualquer referência ao financiamento-base, até então previsto nas suas próprias regras.

Num comunicado divulgado em março oito unidades da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa denunciavam a situação e consideravam que é "incompreensível e injusto alterar os critérios de financiamento no final de um processo de avaliação. Para além das questões de princípio ou racionalidade, levanta-se também um problema básico: o orçamento do plano estratégico das unidades de investigação foi aletrado sem contabilizar as despesas de funcionamento corrente das instituições."

2.68 Bastos, J. (7 de Abril de 2015) 'Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia demite-se', Expresso, 2015

[<http://expresso.sapo.pt/presidente-da-fundacao-para-a-ciencia-e-tecnologia-demite-se=f918805>]

Miguel Seabra invoca razões pessoais para deixar o cargo, no auge da polémica em torno do financiamento dos centros de investigação.

O presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Miguel Seabra, demitiu-se esta terça-feira, numa altura em que estão a subir de tom as críticas à avaliação e financiamento dos centros de investigação, processo que está a dar polémica há vários meses.

De acordo com o Ministério da Educação e da Ciência (MEC), Miguel Seabra demitiu-se por "razões pessoais", mantendo-se em funções todos os restantes membros da FCT. Em comunicado, o MEC salienta a contributo do presidente da FCT nos últimos três anos para a modernização e competitividade da ciência em Portugal, considerando que o órgão responsável pela atribuição de bolsas de investigação conseguiu assegurar "a sustentabilidade financeira do sistema de ciência e tecnologia e reforçou a presença do país no Espaço Europeu de Investigação".

A verdade é que as novas regras de financiamento dos centros de investigação, anunciadas em janeiro, provocaram cortes significativos no orçamento de várias unidades científicas, tendo sido muito contestadas. Ainda na semana passada, oito centros de investigação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, por exemplo, uniram-se nas críticas à FCT.

Desde que foi lançado o processo de avaliação das unidades de investigação, em 2013, as regras mudaram várias vezes, nomeadamente com a fixação de um limite máximo para a atribuição das classificações mais elevadas.

A atribuição de bolsas individuais de investigação também sofreu alterações. No concurso que abriu esta terça-feira, a FCT vai deixar de atribuir mais de uma bolsa de doutoramento ou pós-doutoramento ao mesmo investigador.

2.69 Firmino, T. (8 de Abril de 2015), ‘O gato de Seabra’, Público, 2015

Tal como o Gato de Schrödinger existe paradoxalmente ao mesmo tempo em dois estados, Miguel Seabra colocou-se numa sobreposição de lugares.

Na física quântica, há uma experiência mental muito conhecida chamada Gato de Schrödinger, que o físico austríaco Erwin Schrödinger imaginou em 1935 para ilustrar o estranho mundo das partículas. Dentro de uma caixa de aço, está um gato, um frasco de veneno, um contador Geiger e uma amostra de uma substância radioactiva. Ao fim de uma hora, pode haver – ou não – um átomo que tenha decaído e libertado assim radioactividade. Se tal aconteceu, é accionado um martelo, que parte o frasco e o veneno é libertado. Mas sem sabermos o que se passa lá dentro, o gato, segundo as leis da mecânica quântica, coexiste em dois estados ao mesmo tempo no interior da caixa, está vivo e está morto. Há uma sobreposição de estados quânticos e só quando alguém abre a caixa e verifica o que se passa no interior é que o gato assume um dos estados, e ou está vivo ou está morto.

É o paradoxo do Gato de Schrödinger que vem à memória quando se fica a saber o nome do principal vencedor deste ano do Grande Prémio Bial de Medicina.

Miguel Seabra é professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa (UNL), onde se licenciou em medicina em 1986. O doutoramento, em bioquímica e biologia molecular, foi em 1992 na Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Daí partiu em 1997 para Londres, para o Imperial College. Tem-se pois dedicado à investigação médica há vários anos. Até ao início de 2012, dirigiu o Centro de Estudos de Doenças Crónicas da Faculdade de Ciências Médicas da UNL.

Desde Janeiro de 2012 e até esta terça-feira, quando a sua demissão foi anunciada, assumiu a presidência da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a principal instituição pública que financia o sistema científico do país, tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência. É o seu braço na aplicação das políticas científicas. Tem por missão desenvolver, avaliar e financiar o sistema científico português. Assim, a FCT financia projectos de investigação, bem como equipamentos científicos e bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. Em suma, como diz o decreto-lei que define a sua missão, compete-lhe “a coordenação das políticas públicas de ciência e tecnologia”. Políticas que, no actual Governo, e com Miguel Seabra na FCT, têm passado por cortes nas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento e por uma avaliação de credibilidade duvidosa aos centros de investigação do país.

É por isso, no mínimo, surpreendente Miguel Seabra ter-se candidatado a um prémio de investigação científica enquanto ocupava a presidência da FCT. Tal como o Gato de Schrödinger existe paradoxalmente ao mesmo tempo em dois estados, Miguel Seabra colocou-se numa sobreposição de lugares: era gestor político, que coordenava as políticas públicas de ciência e tecnologia, e ao mesmo tempo cientista que concorreu a um prémio com a sua própria investigação científica.

Não está em causa o mérito do seu trabalho científico, nem do seu currículo como investigador, nem do júri que avaliou tudo isso, nem da Fundação Bial que atribuiu o prémio. Vamos pensar que foi o melhor trabalho a concurso, entre os 36 que concorreram, e que merecia vencer. Mas, ao candidatar-se ao Grande Prémio Bial de Medicina na qualidade de investigador enquanto era presidente da FCT, Miguel Seabra começou por colocar os membros do júri, também cientistas, de diversas universidades, numa situação estranha. Cientistas que são avaliados e financiados pela fundação presidida por Miguel Seabra. Tal como colocou numa situação incómoda a Fundação Bial (criada pelos Laboratórios Bial e pelo Conselho de

Reitores das Universidades Portuguesas), até porque no regulamento do prémio nada há que impeça a candidatura de quem ocupe um cargo de gestão da política científica do país. Mas, principalmente, pôs-se a ele próprio num lugar ainda mais estranho. Digamos que há um certo paradoxo ético.

Se Miguel Seabra já estava debaixo de fogo enquanto responsável pela gestão da ciência portuguesa, esta candidatura ao prémio vem deixá-lo ainda mais chamuscado.

2.70 Lusa (16 de Abril de 2015) 'Maria Arménia Carrondo nomeada presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia', Expresso, 2015

[<http://expresso.sapo.pt/maria-armenia-carrondo-nomeada-presidente-da-fundacao-para-a-ciencia-e-tecnologia=f920198>]

O Governo aprovou hoje a nomeação da investigadora Maria Arménia Carrondo para presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), sucedendo a Miguel Seabra, que se demitiu há uma semana invocando razões pessoais. Maria Arménia Carrondo é docente do Instituto de Tecnologia Química e Biológica da Universidade Nova de Lisboa. A nomeação foi aprovada hoje em Conselho de Ministros.

2.71 Fiolhais, C. (05 Agosto 2015), 'Libertar a Ciência', Público, 2015

Um dos problemas das universidades portuguesas que Mariano Gago combateu foi o da endogamia, isto é, elas escolherem as pessoas que já lá estão, ao invés de procurarem as mais bem qualificadas. Assim, os estudantes ficam com horizontes limitados e a escola não conhece verdadeira renovação.

A produtividade científica dos sistemas mais endogâmicos também é mais baixa. Com os concursos nacionais para bolsas de doutoramento, onde os patronos não podiam ser membros do júri, a endogamia foi sendo mitigada.

No tempo de Nuno Crato ela voltou, porém, com os chamados programas doutorais, que permitem às instituições escolherem os seus próprios estudantes de doutoramentos segundo critérios paroquiais. O mérito do candidato passou a ser relativizado e os supervisores passaram a poder ser parte dos júris. Em favor destes programas doutorais, foi feita uma razião nos concursos de bolsas nacionais. Assim, alunos brilhantes foram preteridos em favor de outros claramente inferiores. Sei, por exemplo, de dois casos de estudantes de topo e com trabalhos de investigação publicados que, após concorrerem sem êxito a vários desses programas, acabaram por ganhar bolsas Marie Curie internacionais, para fazerem doutoramentos em França e na Irlanda. Dificilmente voltarão a Portugal.

Um dos primeiros programas doutorais, no país, surgiu no Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), pago pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Uma instituição privada escolhia os estudantes a seu bel prazer, apesar de as bolsas serem pagas pelo erário público. Independentemente da qualidade evidente da maioria dos candidatos escolhidos, o certo é que muitos outros de potencial não inferior ficavam afastados por não estarem nas graças dos responsáveis das instituições protegidas. Com Nuno Crato, que indicou para o Conselho Nacional da Ciência e Tecnologia o ex-director do IGC, tal procedimento foi alargado às universidades. Algumas destas, em concursos pouco transparentes e de qualidade muito duvidosa, passaram a poder escolher os seus estudantes, pagos pelo orçamento do Estado gerido pela FCT.

João Lobo Antunes, no prefácio da sua biografia de Egas Moniz, conta as grandes reservas que teve em aceitar, no início da sua carreira, ser assistente de Pedro Almeida Lima, seu tio-avô. Almeida Lima respondeu que era uma prerrogativa do professor escolher os seus assistentes. O mesmo aliás tinha acontecido com ele, escolhido, ainda aluno, por Egas Moniz. Crato quer o regresso a esta lógica do antigamente, bem nítida nos programas doutorais. O dinheiro público passou a ser atribuído de modo discricionário para a prossecução de agendas particulares, sendo por vezes tudo decidido na prática por uma única pessoa ou uma comissão de amigos. Escusado será dizer que este método é totalmente ao arrepio das ideias de "excelência" e "mérito", que têm sido usadas pelos ainda ocupantes do Ministério da Educação e Ciência, mas que não encontram correspondência na prática. É particularmente grave num país com elevados níveis de endogamia universitária que a FCT ponha e disponha dos ditos programas doutorais, em conluio com alguns dos interessados.

Uma comissão de pretensa avaliação da FCT acaba de recomendar a “descontinuação” (leia-se, o fim) dos concursos nacionais de doutoramento. Adivinha-se a quem esta mudança possa interessar: aqueles que, defendendo apenas os mais próximos de si, desprezam a qualidade dos candidatos que não conhecem. O relatório da dita comissão permitiu-se também, com grande topete, avaliar o recente processo de avaliação das unidades de investigação, encomendado pela FCT à European Science Foundation (ESF). Acontece que o chefe dos avaliadores dos avaliadores, Christoph Kratky, é tudo menos isento nesta matéria, pois não só fazia parte da direcção da ESF em 2013, quando a esta foi atribuído o referido processo, como

foi o coordenador de uma avaliação recente que a ESF realizou na Hungria. A proximidade de Kratky à ESF não lhe permite qualquer imparcialidade. A proximidade é tanta, que Kratky e os seus pares chegaram a citar no relatório de avaliação da FCT um documento confidencial da ESF sobre a avaliação realizada em Portugal. No fundo dizem: está tudo bem, mas não nos perguntem porquê, acreditem em nós. Tudo envolto em espessa névoa, o que há de mais anti-científico.

Além de abertura, a ciência exige rigor e isenção, duas qualidades arredadas quer da avaliação realizada pela ESF e pela FCT à ciência nacional, quer da auto-avaliação agora feita pelas mesmas ESF e FCT. Não é ciência, mas sim ideologia, uma ideologia política extremista, de cariz neo-liberal, cujos prosélitos tentam a todo o custo tirar o maior proveito para si antes que as eleições permitam a inevitável renovação. É preciso libertar a ciência dos interesses mesquinhos de quem não quer servir a ciência mas apenas servir-se dela.

Carlos Fiolhais

2.72 Outros

Ferreira, N. (21 de Janeiro de 2014) 'Plataforma vai impugnar concurso Investigador FCT 2013', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/plataforma-vai-avancar-com-impugnacao-do-concurso-investigador-fct-2013-1620686>]

Ferreira, N. (23 de Janeiro de 2014) 'Secretária de Estado da Ciência pede explicações à FCT sobre concursos de bolsas', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/secretaria-de-estado-da-ciencia-pede-explicacoes-a-fct-sobre-concurso-de-bolsas-1620860>]

Ferreira, N. (30 de maio de 2014) 'Secretária de Estado anuncia mais 38 programas de doutoramento FCT', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ministerio-anuncia-mais-38-programas-de-doutoramento-fct-1638112>]

Lusa (10 de Julho de 2014) 'FCT diz que avaliação das unidades de investigação foi "transparente e rigorosa"', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/fct-diz-que-avaliacao-das-unidades-de-investigacao-foi-transparente-e-rigorosa-1662548>]

Lusa, Público (28 de Julho de 2014) 'Sindicato prepara iniciativas jurídicas sobre concurso na FCT', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/sindicato-prepara-iniciativas-juridicas-sobre-concurso-da-fct-1621450>]

Ferreira, N. (29 de Julho de 2014) 'Sindicatos pedem suspensão da avaliação dos centros em carta a Nuno Crato', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/sindicato-do-ensino-superior-pede-suspensao-da-avaliacao-dos-centros-em-carta-a-nuno-crato-1664710>]

Ferreira, N. (24 de Setembro de 2014) 'Apresentada denúncia ao Ministério Público sobre avaliação da FCT às unidades de investigação', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/apresentada-denuncia-ao-ministerio-publico-sobre-avaliacao-da-fct-as-unidades-de-investigacao-1670764>]

3. Imprensa internacional

3.1 Novaes, C.D. (4 de Julho de 2014) 'Bad news for academia in Europe', Blogue New APPS: Art, Politics, Philosophy, Science, 2014

[<http://www.newappsblog.com/2014/07/bad-news-for-academia-in-europe.html>]

A Portuguese colleague (who has good reasons to remain anonymous) has brought to our attention some very important and worrisome recent events/developments pertaining to research funding in Portugal and Europe, which are described below. Academics in Europe (and also outside Europe) will do well to pay close attention to these developments.

UPDATE: Perhaps my original phrasing was ambiguous, so to be clear: I am not the author of the post below, rather it is a guest post by the Portuguese colleague in question.

This post serves as a warning, and a plea for help, to academics around Europe.

The Portuguese Science Foundation, FCT, i.e. the Portuguese governmental agency responsible for the funding and assessment of national research, has recently announced the results of the last evaluation of the national research units in all scientific areas. Research funding in Portugal, even in the humanities, comes under the heading "science". In a shift from previous reviews, FCT appointed the European Science Foundation, ESF, for this review. ESF has been, in their own words, "focusing on the responsible winding down of its traditional research instruments and the transfer of policy activities to Science Europe." From now on, ESF will be dedicated to "science management" and to "quality peer review". It is unclear, from their site, whether ESF will continue to exist after 2015.

ESF was founded in 1974 and played an important role in the promotion of research in all academic areas across Europe, promoting collaborative research for instance through European collaborative projects (EUROCORES projects, involving researchers from at least 4 European countries), exploratory workshops (to support research into new lines of inquiry), and also conducted peer review. In the past, ESF has allowed researchers to define their own research questions, and apply for funding for self-defined projects. Now, however, this is coming to an end.

Miguel Seabra, the president of the Portuguese FCT, is also the new president of Science Europe, a new distinct organization dedicated to lobbying for science in the European research area. Since Miguel Seabra took office as president of FCT in 2012, there were drastic changes to the funding of research in Portugal. For instance, there were dramatic cuts to the number of PhD grants, post-doctoral fellowships, and 5-year research contracts. This took place in spite of the fact that, as the Portuguese minister for Science and Education, Nuno Crato, claims, the funds available at FCT have not decreased. In the humanities, the cuts in number of grants and fellowships were around 35% for doctoral grants and 65% for postdoctoral grants (The Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia issued a statement of concern after this -- the official link to the statement in the site of the Portuguese government has been deleted). This overturns a continued investment in science and research in Portugal in the past 20 years (or more) that had brought the percentage of PhD's in Portugal closer to the European average, and drastically increased the number of Portuguese international publications, number of citations and patents. As an illustration, in the last call for individual PhD grants, only 5 were granted to philosophy PhD candidates in the whole country.

For the recent review, FCT appointed ESF to assess the Portuguese research units (institutes, laboratories and research centres). It is probable that this was done as a way to protect FCT from accusations of bias, and to promote ESF in its new role in European research assessment. The results of this review exercise are appalling, partly because of factual errors in some of the reviews, but mostly because of the new policy to concentrate all the funds for research in a few institutions, and cutting funding from all the remaining. The errors and mistakes in the review process transform this bad policy into a tragedy for Portuguese research.

ESF acknowledges that their once “Standing Committees of leading scientists” were “disbanded at the end of 2012”, and were replaced by “5 smaller Scientific Review Groups (SRGs)” (here is the Humanities SGR). The results of this change are visible in the current assessment. I will illustrate the result with some data that, in the meanwhile, has been made available by Portuguese colleagues in sociology, mathematics, physics and philosophy. The results of the review of Mathematics and Physics research units are *prima facie* absurd. For instance, the Centre for Nuclear Physics of the University of Lisbon will have no funding after the present review. But they have the highest number of papers per researcher (an average of 21,06) and the highest number of citations per researcher (average of 344,12). However, other physics research centres with considerably less publications and citations are selected for funding, whereas the Nuclear Physics group is not. After this, several scientists have released a formal statement to the international community, “Portuguese Government Shuts Down Half the Research Units in the Country”. As they say, “Of these soon to be extinct research units, 1904 researchers in 71 units will be simply left out of the funding system in the period 2015-2020. The remainder 3283 researchers in 83 research units will have access to an extremely limited amount of funding, ranging from 5000€/year (for units with less than 40 members and no laboratorial equipment) to 40000€ (for laboratorial units with more than 81 members), which in practice implies vegetative operation and short-term shutdown. Most of these units had competitive productivity scores at the international level, as shown in a study requested by FCT to Elsevier, and the results of the proposed evaluation are in stark contrast with it.”

Another illustrative case is given by CIES-IUL, a sociology research centre, that have made available the various documents relative to their recent assessment by ESF. In their rebuttal of ESF’s review, they point out several of the factual errors and biases in their review report, for instance “reviewer RW93317 confuses CIES-IUL (the research centre) with ISCTE-IUL (the university to which it belongs), also believing that it is part of Lisbon University (another university) – two serious factual errors that provoke misunderstandings”. The leader of CIES-IUL, João Sebastião, has stated in a recent interview, “The FCT decided, no one knows why, to choose a more or less moribund foundation, which had never made such an assessment and hired experts that nobody knows”.

The final illustrative case concerns the review of philosophy research units. For instance, CFUL, the Philosophy Centre of the University of Lisbon, was considered “good” by ESF without the possibility to pass to the second stage of the review process. This means that it is one of the many units that will receive limited funding, and is condemned to short-term shutdown. “Good” officially guarantees a basic funding, in their case of 15000 €/year, but it means short-term shutdown. The whole ranking is: Poor, Reasonable, Good, Very Good, Excellent and Exceptional. All centres that are 'Good' will face serious difficulties, and will in fact have serious troubles in securing extra funds (projects, PhD students, post-docs, etc). Only those with at least “Very Good” will be allowed to proceed to the second stage of the review process, and to hope to get more funding.

CFUL is a very diverse research centre, and it has played a unique role in filling gaps in philosophical research in Portugal (it seems that it plans to release its review documents soon). Although in philosophy and the humanities we cannot rely on citation and number of publications in the same way that physics does, there are several ways to assess the quality of researchers and their institutions. CFUL’s members pursue diverse lines of research. One of these is the sub-group LanCog, who edits the open-access journal *Disputatio*, which is the best-ranked peer-reviewed philosophy journal in Portugal (INT2 in the ERIH list of ESF; B in the ERA list of ARC). The funding that CFUL will receive can’t maintain its basic infrastructure, let alone keep *Disputatio* running, nor the other journals edited by CFUL. Also, after quickly checking the recent publications of CFUL’s (from 2013 onwards), one can count over 60 recent or forthcoming publications, of which almost 30 are in top 'A' journals (according to ESF’s own ERIH list, or ARC’s ERA list). LanCog members alone have recent publications in 8 out of these 35 journals). The remaining publications at CFUL include also articles in volumes edited with

Oxford University Press or Springer. CFUL is also publishing, for instance, the first ever Portuguese edition of the complete works of Aristotle, in cooperation with various other institutions, overcoming serious limitations of editions of the Classics in Portuguese. This is a completely outstanding result for any philosophy research centre at least in continental Europe, and no other research centre in Portugal has a comparable output. Ironically, CFUL is also the only research unit in Portugal to host an ESF EUROCORES project. It is surprising, to say the least, that "quality peer reviewers" fail to recognize and to value this kind of output, and fail to recognize the tremendous amount of work that was involved in creating a research Centre capable of achieving these results when, 25 years ago, nothing comparable had ever been achieved in Portugal.

All this is seriously alarming on several levels: not just for the future of philosophy, but also for all sciences and humanities in Portugal. Half the research centres in the country, including CFUL, will be forced to close if nothing is done. This is also alarming for European research in general, if the various national funding organizations decide to rely on ESF to provide "quality peer review", and the current review process is indicative of what to expect. Finally, this is worrying for the European research area, since Miguel Seabra, the president of FCT and future president of Science Europe, is responsible for the recent change in research policy in Portugal. The most urgent thing to be done is something very concrete: to prevent the consequences of this review process from developing. A small political party (Livre) in Portugal has recently suggested:

1. That the research units that had been assessed as Excellent or Very Good in the past should not be prevented from passing to the second stage (that allows eligibility for further funding) in the current review exercise, unless there is a demonstration of serious misconduct in the past, such as breach of contract objectives, or equivalent.
2. That the research units that earn a rating of Good should get funds that ensure the continuity of their operations.
3. That appeal procedures where the current review panels do not take any part should be swiftly implemented.

This seems to be reasonable and the least that can be asked at this stage.

FCT is about to undergo an external audit and review. It would be good if this meant that both foundations, the European Science Foundation and the Portuguese Foundation for Science and Technology, were open to follow international recommendations to reverse current policy and practice.

3.2 Amorim, C. (5 de Julho de 2014) 'Portuguese government shuts down half of the research units in the country', *De Rerum Natura*, 2014

[http://dererummundi.blogspot.pt/2014/07/portuguese-government-shuts-down-half_5528.html]

Texto de Catarina Amorim, colocado na Alpha Galileo (agência de notícias de ciência europeia).

The Portuguese funding agency for science (Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT) has just announced that it will stop funding nearly half of the research units in the country (154 units out of 322), which means to destroy the career of about a third of the total number of researchers in the country (5187 out of 15444).

Of these soon to be extinct research units, 1904 researchers in 71 units will be gradually fired in the next 6 years. The remainder 3283 researchers will be awarded an extremely limited amount of funding, ranging from less than \$7000/year (for units with less than 40 members and no laboratory equipment) to less than \$50000€ (for laboratories units with more than 81 researchers), which in practice is a slow death sentence as no research can be done with that budget. Just to put this in context, in the UK a reasonable grant will give the laboratory for EACH biomedical researcher is around \$1700/month.

For each biomedical UK researcher \$20,400/year.

For 81 Portuguese researchers \$50,000/year.

Worst, most of units closed have shown competitive productivity scores at the international level, according to an Elsevier study requested by the same FCT.

Ignoring this, the government relied on an evaluation led by the European Science Foundation, based solely on documents, without interviews to the researchers or visits to the units. Not only that but the panels making decisions were formed mostly by non-specialists in the area. For example, the one that decided to shut down most of the condensed matter physics units in the country, had a 1 specialist in condensed matter physics out of 11 people.

Conditions have never been easy for Portuguese researchers - PhDs financed by FCT earn \$1,337/month and, worst, there is no professional category of "scientist" what means, for example, that researchers have no pension plan.

In the last 20 years, Portuguese science has been growing steadily, with several research laboratories of excellence appearing, gaining a place in the international research panorama. Money was invested in educate researchers and create laboratories, and the results were visible. In a world as scientific-technological as ours, science is progress and development. Last year 300 000 Portuguese emigrated, many scientists due to the economical measures. IN a country of 10 millions this means that a only last year we lost 3% of the population. Now this. Like Garcia Marquez so well put "a chronicle of a death foretold".

3.3 Gibney, E. (9 de Julho de 2014) 'Portugal cuts funding for lowest-rated labs', Blogue Nature News, 2014

[<http://blogs.nature.com/news/2014/07/portugal-cuts-funding-for-lowest-rated-labs.html>]

More than a fifth of research departments in Portugal are to have their funding cut, leaving the future of the groups and their staff uncertain.

As part of the latest five-yearly evaluation of the country's Science and Technology Foundation (FCT), its primary funding body, 22% of 322 evaluated units (representing 1,904 researchers or 12% of the total) were graded as fair or poor, and will receive no funding between 2015 and 2020.

A spokeswoman for the FCT told Nature that these units "may face a difficult period... and will have to re-group and re-think their strategy for the coming years". Units can appeal their grade, a process that is already underway.

Meanwhile, another 26% of units – graded as "good" – will receive core funding only. This funding, which depends on the size of the lab and its equipment and activities, is minimal. "High intensity" labs with more than 81 researchers will receive just €40,000 per year, while "low-intensity" research units with fewer than 40 members will receive €5,000 a year. The FCT says this funding "may be used to re-structure the unit, in order to be better prepared for future review and funding rounds, both in Portugal and internationally".

The remaining 52% of units (66% of the pool of associated researchers) were graded as "very good" or better and will now pass through to a second round of funding. There they will compete for strategic funding, which they will receive on top of enhanced levels of core funding, up to 10 times that of "good" units. The results will be based on a further assessment, including a site visit, with the final results due by the end of the year.

The total funding being allocated – which amounts to around €50 million (\$68 million) each year – is unchanged from previous years. The number of units being denied funding in the latest round is comparable to the 2007-2008 evaluation, in which 17% of 378 units received no funding.

But changes to the evaluation process have drawn criticism from some researchers. In a blog post on Science 2.0, science writer and former immunologist Catarina Amorim says that most of the units that have been denied funding show "competitive productivity" scores at the international level and the decisions were largely made by non-specialists in each field.

She adds that the level of basic funding for units rated as good "in practice is a a slow death sentence".

In an open letter to the president of FCT, a group of 13 social scientists from universities across Portugal also criticised the assessment. They claimed that rigour and impartiality were "glaringly absent" in the evaluation, taking as their case in point the failure of one of the country's benchmark research units in the social sciences, the University Institute of Lisbon's Centre of Investigation and Study in Sociology (CIES), to pass to the second stage.

The FCT told Nature that while bibliometrics formed part of the process (which for the first time was carried out in two phases, and in collaboration with the European Science Foundation), each unit's evaluation was carried out by three reviewers, whose report fed into an assessment by between 9 and 17 academics drawn from a pool of international experts. Reviews were based on measures such as graduate training output and the unit's research strategy, as well as productivity. The first phase also included a rebuttal phase for researchers to respond to comments, she adds.

3.4 Cantazaro, M. (12 de Julho de 2014) 'Portugal slashes funding for physics research', physicsworld.com, 2014

[<http://physicsworld.com/cws/article/news/2014/jul/16/portugal-slashes-funding-for-physics-research>]

At least half of all Portugal's scientific research units will receive only a limited amount of cash during the next five years from the country's main funding agency, the Science and Technology Foundation (FCT). An evaluation process carried out by the agency in collaboration with the European Science Foundation (ESF) graded 322 proposals in science with six grades – "exceptional", "excellent", "very good", "good", "fair" or "poor".

The process resulted in 71 out of 322 proposals being ranked "poor", and those will receive no funding, while 83 were ranked as "good" or "fair", and they will now get a maximum of €40,000 per year from 2015 to 2020 – for the majority this will be a substantial cut in funding. The remaining 52% were graded as being "exceptional", "excellent" or "very good", and they will now compete for a total of €50m in funding per year – about the same amount as in the previous evaluation process five years ago – in a second round of evaluation this autumn, that could, however, see more proposals downgraded.

Bibliometric evaluation

The FCT carries out evaluations of the country's research every five years. While in the previous evaluation 16% of proposals were denied funding, this evaluation round was carried out for the first time in collaboration with the ESF, with the FCT also asking the publisher Elsevier to give bibliometric data about the researchers involved.

The results of the first round have been met with outrage by the Portuguese scientific community. "Physics in Portugal is being badly damaged," says Carlos Fiolhais, a physicist at Coimbra University. "The government is trying to shut down very active physics research units." In a statement, the Physics Society of Portugal also expressed concern, stating that "the majority of units in the centre and north of Portugal are going to be eliminated, or heavily constrained".

Critics also point out the mismatch between the evaluation and the actual performance of the units. For example, the Center for Nuclear Physics and the Center of Physics and Technological Research, both based in Lisbon, have the highest numbers of papers and citations per researcher in physics in the country, yet they have not progressed to the second round.

"We were graded 'excellent' in the previous evaluation and our bibliometric indexes have improved since then, but still we have been graded 'good' now," says Nuno Miguel Reis Peres, the director of the Center of Physics at the universities of Minho and Oporto. This now means that the institute's cash from the FCT will fall from €380,000 to just €40,000 per year.

The FCT and the ESF have defended the quality of the evaluation. "The bibliometric output is only relevant to part of the evaluation. The strategic research plans proposed also had to be convincing to the panels," Nicholas Walter, a senior science officer at the ESF who reviewed the FCT's process, told physicsworld.com.

Prioritizing excellence

Indeed, the Portuguese government insists that there have been no budget cuts, with the exercise only a matter of prioritizing excellence. "I think it is a deliberate effort to redirect funding to areas that the FCT and the government feel are going to be competitive, and where innovation is likely to occur," says biophysicist Alex Quintanilha, who is a member of the European commission's Scientific Advisory Panel. "Social sciences, humanities and certain basic sciences are less important, in their view."

While Quintanilha says that evaluation is necessary, he is concerned that the panellists evaluating the units were not experts in the same field. However, FCT spokesperson Ana Godinho maintains that each application was reviewed "by at least two area-specific experts" before the proposal was sent to the panels.

3.5 Inequality Watch (19 de Julho de 2014) 'Research on Inequality and Migration under Threat', European observatory of inequality, *De Rerum Natura*, 2014

[<http://dererummundi.blogspot.pt/2014/07/research-about-inequality-with-unequal.html>]

It is difficult to understand, and completely unacceptable, that academic research centres get downgraded due to their focus on inequality and migration. Yet, this is about to happen in the evaluation that FCT, the agency responsible for science funding in Portugal is conducting on all the country's research centres.

FCT commissioned this evaluation to the European Science Foundation, an agency that is losing functions to Science Europe. Until now, such evaluation has been run on the basis of documents, without direct contact with the centres. Furthermore, the trajectory of research units and their performance indicators have not been adequately considered.

As a consequence, evaluation reports contain many serious errors. About half of the research centres are already facing possible extinction. Research centres that are standard-setting in their respective fields, that have a key role in the country's scientific system, that have been always granted top evaluation scores and that always showed growing scientific indicators, found themselves barred from the evaluation final step.

One of the most shocking cases is that of CIES (Centre for Research and Studies in Sociology), of ISCTE-University Institute of Lisbon. It is a centre with extremely relevant activity and indicators that are among the best in the country. It has been always evaluated as excellent. Yet, the centre is now charged with having inequality and migrations as key research topics. According to FCT/ESF evaluators, such topics are "exhausted" at the local and European level, and therefore should be abandoned.

Social scientists know well enough that in today's world, economic and social inequalities are growing, have significant consequences and are subject to reconfiguration. Likewise, international migrations keep increasing and diversifying with deep consequences both in origin and destination countries. Portugal is one of the European countries where these topics have acquired major relevance: it was the third more unequal country of the EU in 2011 and the second country of the EU with the highest emigration rate in 2010.

It is of the utmost importance to support, instead of destroying, groups of scientists that devote themselves to the study of inequalities and migrations. CIES is responsible for the Inequality Observatory and the Emigration Observatory. These observatories include expert teams, develop comparative research, participate in international networks, train young researchers, and disseminate information to the society. There is no justification for arbitrarily interrupting their work and jeopardising their continuity.

3.6 Marques, T. (22 de Julho de 2014) 'Funding review casting shadow over Portuguese research could cloud other countries', The Conversation, 2014

[<https://theconversation.com/funding-review-casting-shadow-over-portuguese-research-could-cloud-other-countries-29366>]

Every five years, the Portuguese Science and Technology Foundation (FCT) reviews its research institutes from Astronomy to Zoology. But this year, for the first time, the FCT contracted the European Science Foundation (ESF) for the job. FCT's resulting reallocation of funding will impact upon the career of more than 5,000 researchers – a third of the total in the country. The methods of the review and revelations about the contract signed between the two foundations have mired the process in controversy. And the results might affect science funding policies across Europe.

It is not the first time that the ESF has been brought in for an evaluation. For instance, it was involved in a 2009 evaluation of the Bulgarian Academy of Sciences, which led to the decision to review all Bulgarian universities. According to Research Europe, following the evaluation, the academy felt it needed an "honest picture of where it stood in global research performance".

Miguel Seabra, president of FCT, gave a similar reason for bringing in ESF. He argues the official reason was that an experienced and independent assessment from ESF would help find research units that are productive at an internationally competitive level.

However, there is a case to be made that some times global competitiveness is not the best metric. Some countries, even in Europe, need to focus on capacity building which would lead to excellence in the long term. For instance, FCT's investment in the past 30 years brought the number of PhDs in Portugal closer to the European average. In that period, the level of productivity in research and science has grown exponentially. All this progress might be undone by the new review.

Two steps to disaster

The purpose of the ongoing review in Portugal is to identify the research units which meet these standards and redistribute funding until 2020. It is set up in two stages, the first of which is a knockout round. ESF set up seven review panels composed of international experts.

Results of this first phase, published in June this year, were devastating. About a fifth (22%) of all research units – institutes and university departments – were graded "fair" or "poor". These units will receive no funds until 2020. About a quarter (26%) of such units were graded "good", and they will get limited funding depending on their size. The remaining (52%) move to the second stage of the evaluation and stand to gain greater funding, based on money that will be taken away from the rest.

Even if the "good" units receive some funding, they will die out in the long run, because the allocated funds are insufficient to pay the most basic expenses. These units will also be disadvantaged in competition for other funds, because of this grade. That means, a total of 154 research units cannot continue their research, hire new people or train new graduate students until 2020. These units make up a third (5187) of the researchers. Naturally, this has caused much criticism among the research community.

According to the FCT and Nuno Crato, the minister for education and science, the money for research in Portugal has not decreased. This raises questions about the justification of the cuts to half the research units in the country.

Unusual review process

There are various objections to the first stage of the review. One major criticism is the lack of specialisation of the review panels. In contrast to previous evaluations for example, there are no longer separate panels for Materials Science, Physics, Mathematics or Chemistry, but only one "Exact Sciences Panel" consisting of 11 members. In comparison, the 2007 FCT review of research units had 25 different subject panels, some of which had more than 11 review members.

Nicolas Walter, who supervised the evaluation at the ESF, argues that specialist reviewers made up for the shortcoming: “While the seven panels each covered a broader spectrum of science, their members were assisted by two external referees for each application.”

Many research units, however, complain about review panels lowering the grades given by external reviewers, according to a blog founded by a physics professor. There are cases of huge differences in how external referees and panel members give grades, with external experts approving a unit and panel members failing to take on the advice, or vice-versa. For instance, this happened to the Philosophy Centre of the University of Lisbon, where I work, and with the Centre for Applied Statistics at the University of Lisbon.

The Portuguese Physics Society (SPF) and the Portuguese Chemistry Society (SPQ) have released official statements of concern with the process and its effect on Portuguese science. The Portuguese Philosophy Society intends to make a similar statement, as its president, João Cardoso Rosas, confirmed.

Consequences beyond Portuguese science

The first stage of the review was officially aimed at weeding out underperforming research units. FCT’s president Miguel Seabra denied that a 50% approval rate was recommended to the panel – “neither ESF nor FCT would have agreed to anything of the sort”. Beyond allegations of bias and factual errors, it has now emerged, after FCT finally disclosed the contract signed with ESF, that there was a quota stipulated from the very beginning.

The redistribution in funding will cut resources from many research units based in public universities, and concentrate resources in fewer institutions (including private foundations). There is no good financial or scientific reason to take away funds from already productive centres. FCT’s scientific councils, not involved in the ongoing review, publicly condemned the process, too.

The ESF’s review conveniently agrees with the recent shift in research funding policy in Portugal, which previously resulted in drastic cuts to PhD and postdoctoral grants. Other European countries in the same situation as Portugal, particularly those in the eastern part, should pay attention if they are considering an ESF review.

3.7 Feder, T. (Setembro de 2014) 'Half of Portugal's research centers could see their funding plunge', Physica Today, 2014

[<http://scitation.aip.org/content/aip/magazine/physicstoday/article/67/9/10.1063/PT.3.2508>]

New policies intended to promote excellence could have the opposite effect and possibly undermine decades of investment in R&D.

Shock and anger have pervaded Portugal's scientific community since early this summer, when the results of an evaluation organized by the Science and Technology Foundation (FCT) threatened nearly half of the country's research centers with death by financial starvation. The evaluation was the first of a two-part look at more than 320 research centers across all areas of science and humanities. A second phase is under way, with final grades expected at the end of the year; the grades determine core lab funding for the six-year period 2015–20.

Although it's widely accepted that funding is tied to such evaluations, researchers say that the current process is unfair. Among other complaints, they say that not all sites were visited, the process didn't permit fair comparisons across research centers, the expertise of the more than 650 outside evaluators represented an inadequate range of subdisciplines, there were irregularities in scoring, and the results are skewed geographically. "This evaluation is flawed," says Carlos Fiolhais, a physicist at the University of Coimbra. "We are asking for a suspension of this process and a reanalysis."

The uproar is making national headlines as university rectors, the Portuguese Physical Society and other scholarly societies, and major laboratories protest the process. The complaints reached fever pitch in mid-July, when reports emerged that the FCT had specified from the start that only half the research groups should score well enough to proceed to the second phase of the evaluation. The FCT, the main government funding agency, denies that it made any such specification.

The research centers, or "units," being evaluated can be based at a single university or research institution, or have members from multiple institutions. The units range in size from a handful of researchers to hundreds. The first phase of the evaluation was outsourced to the European Science Foundation (ESF) and used bibliometrics, performance reports, and future plans.

The 52% of all research units that received a score of "very good," "excellent," or "outstanding" move on to the second phase of the evaluation, which involves site visits. A score of "poor" or "fair" (22% of all units) zeroes out the base funding from the FCT; a unit with a "good" rating (26%) is eligible for a maximum of €40 000 (\$54 000) per year and may receive as little as 10% of what it was getting previously. Over the past few years, the FCT's annual budget for core laboratory costs has been €50 million. A foundation spokesperson says it will remain at that level.

As Physics Today went to press, appeals filed by some 80% of research units that did not make the first cut were being considered.

Not everyone is upset. Antonio Heitor Reis, director of the University of Évora's geophysics center, which did well in the evaluation, says that despite the criticism, "there is a positive aspect. In previous evaluations, the FCT invited external panels. This is the first time that Portuguese units have been evaluated by an independent external entity. In the abstract, this is a good idea." And not surprisingly, Nicolas Walter, who supervised the process for the ESF, says the ESF "strongly refutes" the allegations of unfairness.

Still, even people from the more successful research units question the evaluation's fairness and its implications; they fear that in the second phase their own labs could still drop below the threshold score for receiving funding. Says José Mendonça, president of the 800-member information technology lab INESC-TEC, which did well in the first phase of the evaluation, "People worry that the same problems will happen." The site visits planned for the second phase are limited to three hours, he says, and "people fear it will be impossible to show reviewers the labs."

Adding to the doubts about the fairness of the evaluation is that the physics units that made it to the second phase are overwhelmingly in the capital city of Lisbon. "Other important cities like Oporto, Coimbra, and Braga will be affected. They have only 3% of the researchers belonging to successful physics research units," says Nuno Peres, director of the center for physics at the University of Minho in Braga. "There is a sense that the grades are like the flip of a coin."

Since the collapse of its dictatorship 40 years ago, and particularly over the past 25 to 30 years, Portugal has invested steadily in science and education. The country doubled the percentage of its gross domestic product that it puts into research and development, from 0.7% in the early 1990s to 1.5% today; the average for Europe is 2.1%. The country attracts foreign students, postdocs, and more-senior researchers, and sends scientists abroad. It also participates in international research organizations such as CERN, the European Southern Observatory, and the European Space Agency.

"Portugal was joining the international community. There was brain circulation," says Alexandre Quintanilha, secretary of the Council of Associated Laboratories and a biophysicist at the University of Oporto. "Now there is a general feeling of frustration in physics and other areas in which we have worked hard to build the necessary critical mass." After decades of investment, he says, "this is a dramatic alteration to a policy that was working, producing results, and now half of the research centers of Portugal will just have no possibility of surviving."

Adding to the concerns are other recent moves by the FCT, including a significant reduction earlier this year in the number of PhD and postdoctoral fellowships that it administers; some were cut and some were moved to specific universities or laboratories. And although the current evaluation process doesn't directly affect universities, if faculty cannot do research then the universities will become less attractive to faculty and to students. "Young Portuguese students who are finishing their degrees are now wondering if there is a future for them," says Quintanilha.

Peres, one of Portugal's most cited scientists, was stunned when his center received a grade of "good." In previous evaluations, and even just weeks earlier, the FCT had rated the center excellent. Unless the center's appeal is successful, its annual base funding stands to plunge nearly 90%, from €380 000 to €40 000. "We will need to be more imaginative and increase our sources of funding," says Peres. "We already have projects with national and European funding, so it's difficult to see how to improve our status."

The FCT funding covers laboratory running costs—electricity, chemicals and other consumables, travel, occasionally a student or technician—that are not typically covered by project grants. The grades from the evaluation, says Mendonça, "will be very important, not just for financing from the FCT, but also for the image and credibility of an institute." Research units that are classified as excellent or very good "will have more chances to get postdocs, students, grants, et cetera, than ones with a more modest classification. Those won't have much opportunity. Their destiny will be determined," he says.

"If this does not finish well, the efforts of 20 years may be at stake," says Mendonça. Moreover, he adds, the country will feel the economic impact in the coming years, "since a number of research laboratories have sustainable, fruitful partnerships with the leading Portuguese industrial companies."

So why is the FCT targeting half the research units? The simple explanation, says José Paixão, vice president of the Portuguese Physical Society and a solid-state physicist at the University of Coimbra, is a lack of money and a reduction in investment in response to the country's financial crisis. But the FCT says that despite the country's financial straits, funding for science is not decreasing. "If the money hasn't gone down, then where is it?" asks Quintanilha. "That is a mystery."

The official aim of the evaluation is to promote excellence, says Paixão. The thinking, he says, is that science has been boosted across the board, "and now it is time to promote excellence

above all.” But, he says, “I am not sure we are at the stage of promoting only excellence. We have to look at good science, and to give it a chance to blossom.”

For its part, the FCT calls the evaluation procedures “robust” and “thorough.” A communications officer at the foundation says the process aims at “strengthening the role of research units in sustaining a modern and internationally competitive R&D system.” And on 26 July the ministry of science and education announced the creation of a €6 million fund to help research units with poor ratings improve their chances in the next review. An interim evaluation is slated for 2017.

3.8 Moro-Martin, A. (9 de Outubro de 2014) 'A call to those who care about Europe's science', Nature, 2014

[<http://www.nature.com/news/a-call-to-those-who-care-about-europe-s-science-1.16086>]

When the European Parliament asked its proposed new commissioner for research what the continent should do about the state of its science, Carlos Moedas pledged greater cooperation between member states. Moedas might not have noticed, but we are already uniting: to protest against vicious budget cuts that are wrecking our scientific base and threatening our economic future.

These protests will reach a symbolic climax next week, with events planned in several European capitals, including the arrival in Paris of cycling French scientists involved in the Sciences en Marche campaign.

To mark this week of action and to highlight the need for a rethink on cuts, I and colleagues from across Europe have drafted an open letter to national governments and the European Parliament and Commission. We encourage Nature's readers, as scientists and citizens who care about the future of research in Europe, to sign it here: openletter.euroscience.org.

The problems are many but can be summarized simply. The policy-makers and leaders of an increasing number of nations have completely lost touch with the reality of research.

They are ignoring how a strong research sector can contribute to the economy, something that is particularly crucial in the countries hit hardest by the economic crisis. Instead, they are imposing drastic budget cuts that are making these countries even more vulnerable. And all under the complacent gaze of European institutions.

There are too many examples to list, but here are some of the most prominent: since 2009, Italy has seen recruitment of scientists fall by 90% and the amount spent on basic research drop to nothing. In Spain, the amount of money spent on civilian research and development has dropped by 40%, and fewer than 10% of researchers who retire are being replaced. Since 2011, the budget of Greek research centres and universities has halved, with a freeze on hiring. Already reeling from budget cuts of 50% for universities and research centres, Portugal may now have to close half of its research units because of a flawed evaluation process supported by the European Science Foundation.

French researchers are alarmed by the 20–25% decline in the number of scientific and academic positions and by the less than 10% success rate of the increasingly more prevalent grant-based funding. Even Germany is fostering fixed-term contracts through its science-employment act, making the future uncertain even for very experienced researchers.

Most of these measures are in the name of austerity. Europe's vain hope is that the private sector will step up to provide the spending increases required to reach the Lisbon Treaty's goal of 3% of gross domestic product. But this ignores the fact that private backing tends to be spurred by public investment: more than half of the United States' economic growth has come from innovation that has roots in federally-funded research.

The drastic budget and hiring cuts, the latter recommended by the European directive, are triggering a brain drain. Where they can, scientists are shifting from the less-affluent south to the north of Europe. Where they cannot, many are abandoning the continent altogether.

Spanish policy-makers are even denying the problem exists, despite the clear collapse in employment opportunities and the visible emptying of research centres. If the lack of opportunities continues, more and more European scientists will simply leave research.

Europe's research commissioner deserves a chance to improve the situation. But it is telling that Moedas's guidance letter from the commission's president-elect, Jean-Claude Juncker, does not mention the need to address budget cuts or the brain drain. Instead, it asks him to focus on applied research, and in particular on boosting the participation of the private sector and of small and medium enterprises.

Despite what some politicians believe, applied research is unlikely to have much immediate impact on the market. Marketable research products are the low-hanging fruit of an intricate research tree, and undermining basic research will slowly kill the roots.

Ultimately, Europe's approach ignores how the scientific process works. Research requires experiments, and not all will be successful. Excellence is the tip of an iceberg: it is prominent only because of the support of the body of work beneath.

Instead, science funding at both the national and the continental levels is going to a diminishing number of well-established research groups. This is not conducive to the diversified portfolio that Europe will need to face the societal and technological challenges of tomorrow. It also increases the gap between member states, because those well-funded research institutions are systematically recruiting a selected group of grant holders.

Research cannot follow political cycles: it is about investment in the future. And it should not just serve the economy, but also aspire to increase knowledge and social welfare, including for those with no resources to pay the bill.

Too many of those in positions of power in Europe have chosen to ignore this. We are determined to remind them. We call on you to help us.

4. Textos de opinião

4.1 Oliveira, D. (17 de Janeiro de 2014) 'A hecatombe na investigação: cérebros em saldo', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/a-hecatombe-na-investigacao-cerebros-em-saldo=f851039>]

A prioridade de investimento na Investigação e Desenvolvimento (I&D) é um dos poucos consensos nacionais virtuosos das últimas décadas. Isso levou a uma autêntica revolução neste sector. Portugal, que em 1986 estava na cauda da cauda da CEE em número de investigadores (ou em atividade diretamente ligada à investigação), pode apresentar hoje números europeus bastante atrativos.

Uma das queixas, nesta matéria, é que, apesar deste salto, temos menos doutorados a trabalhar nas empresas do que a maioria dos nossos parceiros europeus. É verdade. E isso tem muito a ver com o atraso estrutural do nosso tecido produtivo, muito baseado em serviços localizados, protegidos e que acrescentam pouco valor ao que produzem, e do ainda reduzido investimento privado em I&D. A maioria das empresas tem demorado algum tempo a aproveitar a qualificação da nossa mão de obra. E não é só em relação aos nossos doutorados. Ainda assim, os sectores que hoje se mostram mais competitivos (o calçado ou o vinho) e que têm conseguido contrariar o ambiente de crise são os que aproveitaram (e acompanharam) este enorme investimento em I&D. Portugal tem, apesar de todos os erros e do euro, que dificultou a vida à nossa economia, mais capacidades para ser competitivo hoje do que tinha há 20 anos. Porque é mais qualificado. Isso resulta dum trabalho de décadas. E não nos enganemos: como nunca poderemos competir com a mão de obra mais barata, apenas quem aproveite o trabalho qualificado e a inovação científica e tecnológica terá algum futuro no mercado aberto. (Apesar de aceitar esta abordagem, deixo para uma nota final o excesso de simplicidade desta visão*.)

As últimas duas décadas foram, nesta matéria, duas décadas ganhas. Não terá sido o único, mas Mariano Gago, como ministro da Ciência, é talvez o rosto mais evidente desse enorme salto científico e cultural. O que lhe tem merecido o respeito generalizado, à esquerda e à direita.

Na evolução da investigação científica as bolsas atribuídas pelo Estado têm um papel central. É assim em todo o lado e ainda mais em países com algum atraso económico, onde falta massa crítica às empresas. Sobretudo às mais pequenas, que representam uma grande parte da nossa economia. As bolsas de doutoramento e pós-doutoramento garantidas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) chegaram, em 2007, a 2031 e a 914, respetivamente. Um número europeu e que resultou do trabalho de vários governos.

Para além das bolsas, houve um esforço para dotar os centros de investigação de pessoal e meios e preparar a urgente renovação dum sector. Para permitir que tal acontecesse, Mariano Gago criou vários tipos de contratos, para investigadores reforçarem os quadros dos centros de investigação, nomeadamente no âmbito dos Laboratórios Associados e do programa Ciência. Tratava-se duma situação de precariedade (na maior parte dos casos, os contratos eram de 5 a 10 anos), que ninguém deseja. Mas a comunidade científica vivia na convicção de que pelo menos os melhores seriam absorvidos pelo sistema quando a renovação de pessoal acontecesse.

Por fim, assistimos todos os anos nas últimas duas décadas a um aumento do investimento nacional (em percentagem do PIB) em I&D. Em 1995 o investimento público em I&D estava em 0,4% do PIB, em 2012 estava em 0,9%, apenas a uma décima do defendido como ideal pela União Europeia. Infelizmente, estamos muitíssimo longe dos recomendados 2% do PIB em investimento privado em I&D (é menos de metade). Ainda assim, também esse teve uma evolução paralela e semelhante ao que aconteceu no sector público.

Infelizmente, os últimos três anos romperam com o consenso político que vigorava até aqui. Aliás, um dos principais papéis de Nuno Crato tem sido romper com os melhores consensos

que vigoram na sociedade portuguesa, alimentando-se, para o fazer, dos piores lugares comuns que nela medram com facilidade: a nossa escola é facilitista (afinal, segundo os relatórios do PISA, há 10 anos que melhoramos a preparação dos nossos estudantes), somos um país de doutores (apesar de termos duplicado o número de licenciados em dez anos, estamos em oitavo lugar a contar do fim na Europa dos 27) e apostamos só na áreas de letras, sem interesse económico (somos o país europeu onde mais aumentaram as licenciaturas em ciências).

Regressando à vaca fria. Desde 2010, o número de bolsas da FCT, sem as quais a investigação científica perderá muito mais do que o dinheiro que será poupado, começaram a cair. Mas nada que tenha paralelo com a queda a pique que aconteceu este ano. Foram divulgadas, na quarta-feira, as bolsas atribuídas. Trata-se duma hecatombe na investigação científica nacional. Dos 3416 candidatos para bolsas de doutoramento, só 298 as viram aprovadas. No caso dos pós-doutoramentos, os candidatos foram 2305 e só 233 a vão receber. Num e noutro caso, os números estão abaixo dos 10% de aprovação, coisa nunca vista (nas ciências sociais, dispensáveis para quem tem vistas curtas, estão abaixo dos 6,5%).

No caso dos pós-doutoramentos, houve uma diminuição de atribuição de bolsas de 65% em relação a 2012. Nos doutoramentos, a diminuição foi superior a 70%. É uma razia. Se acrescentarmos os novos "programas doutorais FCT" (muitíssimo mais limitados), geridos pelas universidades e centros de investigação, a redução continua a ser brutal: de 40%. O número de bolsas atribuídas atira Portugal para o ponto em que estava no início dos anos 90. São duas décadas de recuo.

Em relação a quem trabalha nos centros de investigação, as coisas estão a seguir o mesmo caminho. A nova geração de investigadores está a sair dos centros de investigação para o desemprego. Os que ficam, com "contratos de investigador FCT", que duram cinco anos e foram criados o ano passado, são muito poucos, até porque estes contratos também visam atrair investigadores estrangeiros. Na realidade, o trabalho regular da maioria dos centros de investigação está seriamente comprometido e Portugal prepara-se para um retrocesso sem precedentes nesta área.

A FCT, centro nevrálgico do sistema público de apoio à ciência, que por natureza depende da sua credibilidade, tem visto a sua imagem degradar-se permanentemente, com pequenos escândalos e situações de opacidade muito pouco recomendáveis, sobretudo no que envolveu a nomeação dos seus conselhos científicos. No caso do concurso Investigador FCT, um grupo de investigadores acusou abertamente a Fundação de falta de transparência, coisa nunca antes vista no universo dos investigadores, habitualmente comedidos. A exigência devia começar em casa. Mas, para Nuno Crato, tem sido apenas retórica.

Por fim, tivemos, em 2012, a primeira quebra de investimento público (em percentagem do PIB) em I&D dos últimos vinte anos. E não é preciso ser bruxo para perceber que essa queda passará a ser um trambolhão em 2013. Isto quando esse investimento começou a ser reduzir no privado, fruto da crise, logo em 2010.

Como disse no início deste texto, as consequências do enorme investimento em I&D, feito nas últimas décadas, só se começaram a sentir recentemente, em alguns sectores exportadores, na inovação tecnológica e com uma geração muitíssimo mais qualificada a entrar na vida ativa. Destruir isto será muito mais rápido. E traduz-se num desperdício de esforço e investimento que não tem perdão.

Temos falado muito da perda de pessoal qualificado. Estamos basicamente a falar de licenciados ou de jovens com formação técnica específica. Mas o que agora preparamos é a fuga dos mais qualificados entre os qualificados: doutorados, pós-doutorados e investigadores. Sem forma de sobreviver ou de progredir na carreira, irão fugir daqui. O dinheiro que gastámos, e que tanta falta nos fazia, será aproveitado por outros países, sem que isso tenha qualquer retorno. Andámos, no fundo, a formar pessoas para os outros. Os que não conseguirem, por compromissos familiares, pela idade ou por a sua área de formação apenas ter utilidade em Portugal, ou ficarão inativos ou ocuparão postos de trabalho para os quais estão sobrequalificados. Um país em dificuldades que dispensa a mais qualificada de todas as

suas gerações é um país sem visão. Um país que dispensa os mais qualificados dessa geração é irresponsável.

Tenho ouvido, do governo, que não quer assentar a competitividade portuguesa em baixos salários. A realidade diz o oposto, mas seria inteligente que não quisesse. Haverá sempre países mais baratos e com mais mão de obra disponível. A alternativa a isso é acrescentar valor ao que se produz, ter um Estado servido por gente preparada, qualificar a mão de obra e apostar na investigação que levou, por exemplo, a Universidade de Aveiro a, em parceria com a PT, criar coisas tão globalizadas como o cartão pré-pagou ou a Via Verde. Nenhum país no planeta conseguiu promover tudo isto (qualidade, inovação e qualificação) reduzindo o investimento em Investigação e Desenvolvimento, reduzindo bolsas públicas e estrangulando a investigação científica. Ficamos por isso a perceber que não há qualquer rumo, qualquer estratégia, qualquer visão por parte deste governo.

*Tenho alguma dificuldade em comentar as declarações de Pires de Lima, que, para justificar este corte criminoso (sem o assumir), lamenta que uma parte da investigação financiada não chegue "à economia real" e não tenha "resultados concretos que beneficiem a sociedade". É de esperar que se tenha de explicar a alguém com pouca informação que o processo de investigação científica é mais ou menos cumulativo e que há muitas descobertas aparentemente inúteis a montante de cada utilidade. Que os cientistas aprendem uns com os outros e não é fácil avaliar assim, de forma linear e clara, à partida, a imediata utilidade prática duma investigação. Que nenhum país que aposta na investigação consegue esse milagre que ele pretende: uma ciência pronta a ser consumida pela sociedade. Que a ciência não é um pronto-a-vestir e que não há um "simplex" que garanta o conhecimento na hora. Que muitas coisas que hoje multiplicam riqueza nasceram de descobertas que não procuravam o lucro e que até pareciam de pouca utilidade para a "vida real". Arrisco-me à suprema das heresias: que as empresas não são o único destinatário nem da investigação científica, nem da existência humana. Há a saúde, a educação, a cultura e a pura e simples procura do conhecimento, coisas de que os humanos, esses preguiçosos, dependem desde que existem para se considerarem como tal. Mesmo antes de haver empresas. Que há áreas científicas com muito pouco interesse para as empresas, como a História, por exemplo. Devemos acabar com elas? E que o tempo da ciência não é, porque não consegue ser, muitas vezes, o tempo do retorno imediato do investimento. E, no entanto, sem a investigação que não garante "resultados concretos" a curto-prazo quase tudo o que as empresas vendem dificilmente teria chegado a ser inventado. Explicar isto a um ministro que não me parecia ser ignorante é embaraçoso. Não para quem explica, mas para o ministro.

4.2 Mendes, J. (26 de Janeiro de 2014) 'Paradoxo na ciência', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=3651825]

A sociedade portuguesa acordou nos últimos dias para a problemática da ciência, do respetivo financiamento e também do último concurso para a atribuição de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento.

Era expectável que os cortes que arrasaram tudo e todos, das instituições aos reformados, chegassem também à ciência e aos bolseiros, pelo que para esse problema todos estariam minimamente preparados. Mas, desta vez, a lógica não funcionou, já que o orçamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) não tem diminuído nos últimos anos, tendo mesmo aumentado ligeiramente em 2014 face ao ano passado. Assim o confirmou o ministro Nuno Crato, sexta-feira, no Parlamento, mas aquilo que não soube explicar foi a razão de tão acentuados cortes na atribuição de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento.

Vale a pena recordar a centralidade dos recursos humanos na produção do conhecimento. Pela própria natureza da atividade científica, seria de esperar que as variações no recrutamento de cientistas alinhassem com as variações no financiamento global. Mas aconteceu o contrário. É este o paradoxo que ninguém consegue explicar.

A estratégia de atribuição de bolsas pela FCT inclui o agora polémico concurso de bolsas individuais, a que acrescem aquelas que se enquadram em programas doutorais e em projetos de investigação. Nada contra. O que está profundamente errado é a ausência de transparência no que concerne aos quantitativos de bolsas nas diferentes modalidades, bem como no que se refere à sua distribuição por áreas do conhecimento. Aquilo que os candidatos conheceram foi o corte abrupto no concurso nacional, que mais pareceu uma desativação do programa. Esclareça-se que, tudo somado, as bolsas de doutoramento foram reduzidas para metade e as de pós-doutoramento para um terço.

Entretanto, a maioria dos programas doutorais das instituições do ensino superior não foi dotada com bolsas por parte da FCT, correndo o risco de não funcionar. Fica a ideia de que em Portugal se descobriu o caminho da excelência, sem passar pela quantidade e pela profundidade. Que eu saiba, tal não se consegue, nem na ciência, nem na cultura, nem mesmo no futebol. A lógica piramidal não é uma ficção, é a realidade.

Subsiste, portanto, a dúvida sobre o que está por detrás desta decisão política de talhar o número de bolseiros. A consequência imediata é a criação de uma almofada financeira na FCT, que seguramente terá já um destinatário pensado.

Mas há outras consequências. Desde logo, é algo que contradiz o nexus ciência-tecnologia-inovação-competitividade que decorre dos objetivos temáticos estabelecidos pela Comissão Europeia para o próximo ciclo de fundos comunitários e está expresso no acordo de parceria em fase finalização, que enquadrará o Portugal 2020.

Depois, é inconsistente com a modernização da economia portuguesa e o aumento das exportações. Sejamos claros: não se ganham quotas de mercado sem a integração de inovação nos produtos; e isso só se consegue com investimento em conhecimento, nas ciências básicas, nas tecnologias, nas ciências sociais. Qualquer retrocesso nesta matéria compromete objetivamente a competitividade da nossa economia.

Por fim, esta descontinuidade e falta de perspetivas inviabiliza a fixação de cientistas, justamente aqueles que, por serem altamente qualificados, são muito prováveis candidatos à emigração, alimentando os quadros de países ricos que, deste modo, não precisaram sequer de investir na sua formação. Se não fosse tão sério, daria vontade de rir.

Portugal apresenta hoje um investimento em I&D de cerca de 1,5% do PIB, cuja distribuição entre o setor público e o setor privado é aproximadamente equilibrada. Sabe-se que as despesas das empresas neste domínio estão normalmente associadas a duas dinâmicas: os programas financiados pelo Estado, que induzem a comparticipação privada; e a dinâmica imprimida por investigadores doutorados que entram nos quadros das empresas. Cortar na ciência e nos cientistas é, portanto, cortar duplamente. Tem de ser evitado a todo o custo, sob pena de recuarmos aos tempos em que não passávamos de um país de mão de obra barata.

4.3 Maximiano, S. (31 de Janeiro de 2014) 'O saber não ocupa lugar, mas custa', Jornal de Negócios, 2014

[http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/o_saber_nao_ocupa_lugar_mas_custa.html]
]

O que é benéfico para os lucros das empresas nem sempre é benéfico para a sociedade. Grande parte do conhecimento científico tem de ser gerado em total liberdade de investigação, sem a pressão do lucro, sem a encomenda de resultados numa ou noutra particular direcção.

O actual ataque à investigação científica e tecnológica é baseado em motivos economicistas que chocam pela sua superficialidade. O corte brutal nas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, muito para além da redução prevista no orçamento para a ciência e tecnologia, é alimentado pela ideia de que grande parte dos investigadores são meros parasitas que vivem à custa do dinheiro dos contribuintes sem qualquer ligação com o mundo empresarial e produtivo. E como o tempo das vacas gordas já era, nada mais há a fazer do que cortar o mal pela raiz.

O problema é que uma árvore sem raízes rapidamente morre. A ciência aplicada, que tem por objectivo a utilização de conhecimentos existentes tendo em vista o desenvolvimento tecnológico e a utilidade económica e social, não existe sem a ciência fundamental e básica que se destina à obtenção de conhecimentos essenciais independentemente da sua utilidade imediata. A diferença crucial entre o conhecimento científico puro e o conhecimento científico aplicado não se prende com a irrelevância de um versus a utilidade de outro, mas com o facto de o primeiro ser um bem público e o segundo susceptível de ser um bem privado. E é esta dicotomia que justifica que a produção e financiamento da investigação científica sejam feitas quer pelo sector privado, quer pelo estado.

As empresas baseiam a decisão de investir em produção de conhecimento numa análise custo-benefício. O problema é que o conhecimento científico mais básico gera benefícios que não se restringem apenas a quem contribuiu quer financeiramente, quer intelectualmente para a sua produção. Estas externalidades positivas são ignoradas pelas empresas. Mais, a partir do momento em que o conhecimento está disponível, o custo de disseminação é muito baixo, o que sendo positivo para a sociedade, é negativo para os dividendos empresariais. Por último, num mercado competitivo, a luta pela sobrevivência depende muitas vezes de resultados imediatos.

Mas apesar dos benefícios imensuráveis do conhecimento científico, estes tipicamente não se revelam no curto-prazo. Hoje ninguém dá por desperdiçados os cerca de 50 anos que passaram entre a descoberta teórica de Albert Einstein sobre emissão estimulada e a invenção do laser que revolucionou a medicina, a metalurgia, entre outros sectores. É apenas um exemplo de entre inúmeros exemplos na história da ciência. Na presença de externalidades positivas, os benefícios marginais da produção de conhecimento científico são menores dos que os benefícios sociais. Se a produção desse conhecimento estiver apenas dependente das empresas, o nível produzido, associado ao equilíbrio de mercado, será inferior ao nível socialmente desejado.

E não é apenas uma questão de quantidade mas também de qualidade. As empresas vivem na "ditadura dos mercados". E o que é benéfico para os lucros das empresas nem sempre é benéfico para a sociedade. Grande parte do conhecimento científico tem de ser gerado em total liberdade de investigação, sem a pressão do lucro, sem a encomenda de resultados numa ou noutra particular direcção. Veja-se por exemplo, o que acontece na indústria farmacêutica onde a investigação a determinados medicamentos nem sempre é feita de forma isenta, produzindo-se resultados que sobreestimam a eficácia de alguns medicamentos subestimando os efeitos colaterais. Mais, em muitos casos os laboratórios farmacêuticos privilegiam uma investigação dirigida a medicamentos que potenciam a cronicidade de algumas doenças

mortais em vez de uma investigação que poderá conduzir à descoberta da cura dessas doenças.

Dadas as falhas de mercado inerentes à produção de conhecimento científico puro e a sua inegável importância para o desenvolvimento e bem-estar social, o financiamento através de bolsas individuais e para projectos é essencial, sendo os cortes preocupantes e um retrocesso na produção científica com consequências futuras presentemente incalculáveis. O governo aponta, porém, uma mudança de modelo de financiamento com enfoque num 'conhecimento lucrativo'. Este conhecimento, em conjunto com o conhecimento puro, faz todo o sentido em ser fomentado. No entanto, não faz sentido algum culpar os investigadores pela fraca produção de conhecimento aplicado ao mundo empresarial. Não são os investigadores que "vivem no conforto de estar longe das empresas e da vida real" mas sim a maioria das empresas que não consegue viver no desconforto de investir em investigação e desenvolvimento. Apesar do investimento empresarial em I&D ter crescido na última década, das cerca de 400 mil empresas do universo nacional, apenas cerca de 3 mil investe em I&D.

É certo que os riscos associados a este investimento e fraca capacidade financeira de muitas empresas são obstáculos consideráveis. No entanto, vêm a ser diminuídos com programas de comparticipação financeira. O obstáculo mais difícil de ultrapassar parece ser este: falta de visão e capacidade de gestão para pensar a empresa de uma forma estratégica. Há que identificar as necessidades de I&D, criar unidades de investigação, recrutar investigadores, monitorizar e avaliar o desenvolvimento. Quanto à importante e tão ambicionada cooperação entre empresas e o meio académico, o grande obstáculo, é sem dúvida, o não alinhamento de incentivos dos empresários, os quais pretendem um conhecimento privado e lucrativo e de retorno no curto-prazo, com os incentivos dos académicos, os quais privilegiam um conhecimento público e de retorno menos imediato. A única forma de alinhar incentivos é, pois, criar incentivos para ambos. Por exemplo, projectos que não se foquem meramente na comercialização da tecnologia, mas que permitam, partilhar patentes e criar conhecimento mais fundamental que possa ser publicado em revistas científicas.

Neste "novo" modelo de produção científica, há que "agradar a gregos e a troianos". Há que valorizar o conhecimento científico em todas as suas vertentes. Em grande parte, esta crise na ciência deve-se também a uma grande incapacidade do governo em comunicar, e à sua insensatez. Não é classificando de úteis os investigadores cujo trabalho se dirige ao mundo empresarial e de inúteis todos os outros, que se alinham incentivos. Ataques e argumentos demagógicos não têm qualquer sentido. São burrice. Pior, são o primeiro passo para que a tão desejada interacção empresa-academia, falhe.

4.4 Silva, F.C.D. (4 de Fevereiro de 2014) 'Ciência e equívocos', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ciencia-e-equivocos-1622201>]

Nunca se falou tanto sobre ciência, cientistas e bolsas em Portugal como neste início de 2014. Ainda bem. Num país em que o acesso à universidade continua a ser uma miragem para a esmagadora maioria da população, é bom que se fale mais sobre ciência, quem a faz, como deve ser financiada e para que serve. Mas subsistem dois equívocos neste debate. Se não os clarificarmos, arriscamo-nos a continuar a incorrer nos mesmos erros que nos trouxeram a esta situação e a não ver a forma de sair dela.

O primeiro equívoco tem a ver com a forma como se olha o que se fez nos últimos 10-15 anos em Portugal em termos de política científica. Há como que uma miopia de direita e uma miopia de esquerda. À esquerda, há quem acredite que foi o melhor dos mundos. Financiamento recorde, crescimento exponencial dos principais indicadores, aproximação a galope dos países mais desenvolvidos. À direita, há quem fale de “obscurantismo” provocado por uma política estatal insustentável a longo prazo, apontando como solução a “universidade”. Não vêem o óbvio. Aos “iluminados” da nossa extrema-direita, fechados no seu Portugal dos pequenitos, falta-lhes mundo. Em país algum ficou jamais uma política científica digna desse nome a cargo da “universidade” – quem falaria e decidiria em seu nome? O conselho de reitores? Ou seriam assembleias de alunos, docentes e funcionários? O ridículo mata. Desde há décadas que qualquer país desenvolvido – Estados Unidos à cabeça – tem uma ou mais agências governamentais responsáveis pelas respectivas políticas de ciência. Não saber isto é não saber nada de nada. Já os defensores da primavera rosa parecem ter a vista obnubilada pelo brilho dos powerpoints. Parecem não querer ver que uma bolsa não é um emprego. E que para criar empregos é necessário ir contra interesses instalados, já para não falar nos modos de fazer e de pensar clientelares tão profundamente enraizados entre nós. Este foi, provavelmente, o erro mais grave dos últimos 10-15 anos. Em vez de se começar a abrir as universidades ao mérito e ao esforço, entrelaçando ensino e investigação, e de se criar incentivos às empresas para contratarem pessoal qualificado, optou-se por criar um sistema de laboratórios associados paralelo às universidades, um sistema tão moderno quanto efémero. Perdeu-se com isto uma oportunidade de ouro para se efectivamente modernizarem as universidades. Pior: criou-se uma situação em que ao primeiro abalo todo o sistema soçobraria, deitando a perder o investimento de centenas de milhões de euros entretanto realizado. É esta a situação em que agora nos encontramos. Uma reforma por fazer, investimento em risco de se perder e pouca clarividência sobre as razões das nossas dores.

O segundo equívoco tem a ver com a política científica do actual Governo. Quem corta nas bolsas fá-lo com o argumento de que teríamos entrado numa segunda fase do processo de desenvolvimento científico: à fase da expansão, seguir-se-ia agora a fase da consolidação. Esta tese da poda enferma de um pequeno problema. Ignora o país que (ainda) somos. Temos décadas de atraso, não um excesso de qualificações. Precisamos de mais alunos a completar o ensino secundário, não menos. Precisamos de mais alunos a frequentar o ensino superior, não menos. Precisamos de mais bolsas, não menos. Precisamos de mais emprego científico nas universidades e empresas, não menos. Precisamos de procedimentos de avaliação mais transparentes, não menos. E de tudo isto precisamos muito mais, não apenas de mais qualquer coisa. Desengane-se, pois, quem no Governo julga que tem o trabalho quase feito, e que só basta cortar nas bolsas para alcançar a excelência. A verdade é outra, bem diferente. Temos ainda décadas de trabalho pela frente, se quisermos vir a ser uma sociedade mais justa, mais desenvolvida, mais competitiva e mais democrática. Uma sociedade em que o acesso ao conhecimento é de todos e não de alguns, em que as universidades servem o país e não apenas a quem lá trabalha, em que as empresas apostam no conhecimento e na inovação e não nos salários baixos. Os portugueses, sobretudo pelo que estão a passar desde 2011, não merecem menos do que isto.

É bom que os telejornais abram com notícias sobre o que se faz nas universidades e nos centros de investigação. Mas não é bom que isto aconteça pelas piores razões. E, sobretudo, não é bom que se discuta – e decida – com base em equívocos.

Investigador, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

4.5 Fiolhais, C. (19 de Fevereiro de 2014) 'Ciência à deriva', Público, 2014

[<http://dererummundi.blogspot.pt/2014/02/ciencia-deriva.html>]

Já ninguém se lembra do programa do governo, mas ele está à distância de um clique. Na área da ciência começava por tecer rasgados elogios aos governos precedentes: “Graças às políticas de investimento de sucessivos governos anteriores, a ciência em Portugal representa uma das raras áreas de progresso sustentado no nosso país, tendo vindo a dar provas inequívocas de competitividade internacional.” Comprometia-se a manter a rota: “O programa deste Governo inclui, portanto, o compromisso de manter e reforçar o rumo de sucesso da ciência em Portugal.” No topo das prioridades estava a qualificação de jovens: “Investir preferencialmente no capital humano e na qualidade dos indivíduos, particularmente os mais jovens.” Pretendia, assim, “assegurar a permanência dos melhores investigadores actualmente em Portugal.”

Até o governo se esqueceu do seu próprio programa num dos raros sectores em que havia um amplo consenso. Não foi apenas o ministro da Economia mas também o primeiro ministro que recentemente criticou a política de ciência dos governos anteriores, incluindo os do seu próprio partido. E a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), com a complacência do ministro da Educação e Ciência, decidiu que o investimento no capital humano não era afinal uma boa ideia, tendo cortado de uma forma abrupta e radical as bolsas a jovens investigadores. Se, logo no seu início, o governo tinha manifestado satisfação com a saída de jovens qualificados (Miguel Relvas declarou-se mesmo orgulhoso da “nova emigração de jovens bem preparados”), actualmente a FCT vai mais longe ao deixar sem escolha muitos licenciados ou doutorados com altas classificações: só lhes resta comprar bilhetes de ida sem volta. O Financial Times de 16 de Fevereiro fala de “despedidas com lágrimas” no aeroporto de Lisboa, onde por dia “200 licenciados e outros emigrantes abandonam o país”.

De facto, o contraste entre o programa do governo para a ciência e a sua prática é brutal, surpreendendo quem acreditou nas intenções programáticas. Terá mesmo surpreendido o Presidente da República, que veio declarar publicamente que “há que evitar o enfraquecimento das políticas de investigação e desenvolvimento”. Com o crescimento do sistema nacional de ciência e tecnologia, pretendia-se aproximar Portugal dos países mais desenvolvidos da União Europeia. Desde que em 1995 surgiu o Ministério da Ciência e Tecnologia, esse esforço de convergência deu resultados muito bons, por exemplo, no número de pessoas formadas e no número de publicações científicas (se o primeiro ministro não os conhece, é favor informar-se melhor). Agora, porém, o governo passou a ver a ciência com outros olhos. Pedro Passos Coelho, insciente dos objectivos e processos da ciência, acha que a investigação nacional não se revelou produtiva e quer enviar os investigadores para as empresas rapidamente e em força. Os matemáticos deverão ir, de calculadora na mão, verificar as contas dos bancos e os químicos, de pipeta em riste, fazer análises nas fábricas. O ministro da Educação e Ciência não parece, contudo, acompanhá-lo: põe a ênfase não na ciência utilitária, dirigida ao comércio e à indústria, mas sim na ciência de “grande qualidade”, ciência de ponta que demora a chegar à economia. O governo bem poderia chegar a um acordo interno sobre a orientação a dar à ciência. Não é um governo, mas sim um albergue espanhol.

O executivo, honra lhe seja feita, emendou há dias o tenebroso discurso de Relvas quanto à emigração de jovens qualificados. Mas de nada vale ao secretário de Estado Pedro Lomba querer atrair jovens talentos com vistos especiais quando as bolsas que os permitem aproveitar foram cortadas pelo Presidente da FCT, Miguel Seabra. A FCT, com uma insensibilidade à ciência que arreia ainda mais do que as palavras de Relvas, está a promover o êxodo de investigadores extraordinariamente competentes: uma média de 19 no curso de Física no Técnico já não chega para obter uma bolsa! Quando se chumbam os melhores falar de qualidade não passa de pura retórica.

Voltando ao programa do governo, nele se pretendia “instituir mecanismos que dêem voz a toda a comunidade científica nacional.” Contrariando a promessa, hoje essa comunidade não é

tida nem achada. Houve até uma tentativa de amordaçamento do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, órgão consultivo que reúne alguns dos nossos melhores cientistas, quando este apontou o desnorte da ciência portuguesa. Que não há uma política clara foi reconhecido pelo dito Conselho ao solicitar que o governo “torne público o seu plano estratégico de fundo, comunicando, clara e atempadamente, as suas políticas à comunidade”. E que a FCT anda ao deus dará foi outra conclusão do mesmo órgão ao pedir uma “avaliação externa à FCT.” Vamos ver quando e como surgem quer o plano quer a avaliação.

4.6 Macedo, A. (26 de Junho de 2014) 'A economia do conhecimento', Dinheiro Vivo, 2014
[http://www.dinheirovivo.pt/opiniao_blogs/Editorial/interior.aspx?content_id=3997460]

Vamos lá ao liberalismo de pacotilha: tudo o que é Estado é horrível, tudo o que é privado é o nirvana. Há quanto tempo ouvimos isto? O Estado é desperdício, os privados são benefício. Os privados são ciência, o público é doença - acabei de inventar esta. Na verdade, juntar banalidades assim é algodão-doce. Atacar o sistema público é mais fácil do que criticar a empresa de um dono só. O Estado, mesmo quando serve bem, quando atinge os objetivos, quando ajuda, facilita, surpreende e até salva, raramente obtém em troca simpatia duradoura. Há mesmo quem confunda Estado e governo - daí a dupla desconfiança. É verdade, já foi pior. Em tempos, nem o Serviço Nacional de Saúde era creditado com a segurança que nos oferece diariamente sem sequer pensarmos nisso - a rede existe, está lá, e isso é política e socialmente extraordinário.

E, no entanto, o Estado, devendo realmente sair de grande parte da economia mercantil - embora reforçando o músculo regulatório -, não pode abandonar todos os sectores às forças do mercado, designadamente abster-se de ser a força motriz de uma certa parte da economia do conhecimento. É sobre este tema que escrevemos nesta edição. Fora de Portugal, há um debate intenso sobre o tema. Há académicos que têm recolhido factos, estabelecido relações de causa-efeito de modo a ajudar a definir políticas públicas capazes de viver nesta atmosfera rarefeita das limitações orçamentais.

Não faz sentido apoiar tudo o que ande por aí de bata branca. Não é razoável ter bolseiros vitalícios. Mas é vital aceitar como premissa-base que sem o empreendedorismo do Estado não teria havido internet, GPS, nanotecnologia, isto é, iPhone, uma série de medicamentos espantosos e outras maravilhas como o algoritmo do Google. Sem a investigação inicial (a mais arriscada), paga por dinheiro público, não teríamos nada disso. Portanto, é isto: queremos ter uma hipótese neste mundo ultracompetitivo ou acreditamos que o conhecimento nasce quase de geração espontânea numa garagem no meio do nada?

4.7 Soromenho-Marques, V. (3 de Julho de 2014) 'A fruta na árvore', Diário de Notícias, 2014
[http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=4005465]

Comentando a situação económica do País, um amigo empresário dizia-me: "Muitas das pequenas e médias empresas nacionais já estão falidas. Contudo, tal como a fruta que apodrece na árvore, é capaz de permanecer pendurada durante muito tempo, assim está a acontecer com uma parte do nosso tecido empresarial. Está apodrecido, mas ainda simulando existir." O apodrecimento, todavia, generaliza-se. O professor de Física da Universidade de Coimbra Carlos Fiolhais acusava, com inteira razão, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, tutelada por Nuno Crato, de ter "ensandecido". Depois de mais um controverso processo de avaliação de mais de três centenas de centros de investigação científica (onde o discutível recurso a avaliadores externos completamente incompetentes em língua e cultura portuguesas continuou a ser o método prevalecente), soube-se que 71 ficaram privados de qualquer financiamento para os próximos cinco anos, existindo, aliás, discrepâncias no sentido da baixa generalizada, entre pontuações de avaliadores e notas finais, numa exibição de opaca arbitrariedade por parte da FCT. Em qualquer domínio para onde nos voltemos, o País está cada vez mais parecido com um holograma. Os corpos das instituições, sejam escolas, hospitais, tribunais ou Forças Armadas, transformaram-se em frágeis películas revestindo massas de tecidos cada vez mais exangues e vazias. Mas o auge da decomposição foi protagonizado pelo discurso do Presidente da República, perante o homólogo alemão, ao afirmar que "Portugal aprendeu a lição". A letal combinação do dito e da sua circunstância deveria ser considerada como um perigo para a saúde pública.

4.8 Silva, A.S. (5 de Julho de 2014) 'Novo alerta pela ciência', Jornal de Notícias, 2014

[http://www.jn.pt/Opinioao/default.aspx?content_id=4009865&opinioao=Augusto%20Santos%20Silva]

O que se está a passar este ano com a Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT) é absolutamente inacreditável. Para órgãos importantes na definição das orientações setoriais foram nomeadas pessoas sem a qualificação necessária. Depois, as bolsas de investigação foram cortadas dramaticamente, embora a FCT garantisse que dispunha do mesmo nível de financiamento. Agora, da primeira fase de avaliação dos centros de investigação resultou o afastamento de um terço, com decisões escandalosas, quer na ignorância que revelam - caso, na minha própria área académica, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, CIES-ISCTE (a que não pertenço, mas conheço bem) - quer na súbita inversão de critérios anteriormente estabelecidos pela própria FCT - como Carlos Fiolhais já assinalou no domínio da Física, entre outros. Esta não é uma questão interna da comunidade científica. Em primeiro lugar, a ciência e a tecnologia constituem hoje forças motoras do desenvolvimento económico. Perder aí valor é sacrificar as condições para uma alternativa realista a esta triste sina do empobrecimento para que fomos empurrados. Depois, a investigação fundamental e aplicada constitui uma das áreas em que Portugal mais progrediu nos últimos anos, e mais conseguiu aproximar-se dos padrões europeus. Fazer agora marcha atrás é absurdo e irracional, porque significa desperdiçar o esforço recente e os recursos investidos. Além de que nenhum dos nossos concorrentes ficará parado à nossa espera. Finalmente, pelo menos no que respeita às Humanidades e Ciências Sociais, a sua sistemática desvalorização, por supostamente menos "úteis", a lógica das nomeações para conselhos de topo, a distribuição dos cortes nas bolsas e, agora, as decisões de desclassificação de centros e as respetivas fundamentações, todas têm por base a combinação entre uma enorme ignorância e um claro enviesamento ideológico. Havendo vários outros, o caso do CIES-ISCTE - que é um dos nossos melhores centros de investigação em sociologia - é paradigmático. Um dos argumentos para a miserável classificação que lhe é atribuída é que os estudos sobre migrações e sobre desigualdades sociais (nele, reconhecidamente, áreas fortes) "estão hoje esgotados", quer em termos "locais" quer em termos europeus. E uma pessoa só pode abrir a boca de espanto perante tal alarvidade. Esgotadas hoje, em Portugal ou na Europa, as questões colocadas pelas desigualdades? Pelas migrações? Onde vive esta gente? O problema não está, como alguns dizem, na "ideologia da avaliação". Eu sou do tempo em que a academia vivia fechada sobre si própria, dividida por mandarinatos e paróquias, com pavor de tudo o que fosse inovação, cosmopolitismo e exigência. Posso testemunhar quão sombrio era esse tempo. O problema é a opção política contra a ciência fundamental, contra a análise crítica dos problemas do país, contra o pluralismo teórico, contra a investigação independente. O problema é o propósito político de desviar os recursos da ciência para a subsídio encapotada de empresas. O problema é a pulsão de gente que é medíocre para destruir o que encontrou bem feito. Tudo isso se transmite depois em cadeia, até acabar nuns tristes avaliadores que falam do que não sabem e se pronunciam sobre o que não estudaram. Prometi que esta coluna obedeceria a um tom de pedagogia cívica. Pois é mesmo esse tom que quero aqui invocar. Desde a iniciativa, há 130 anos, de Oliveira Martins, quando fundou a Biblioteca das Ciências Sociais, que sabemos, ou deveríamos saber, que a produção e disseminação de conhecimento científico e técnico sobre a realidade é uma condição essencial da nossa qualificação como sociedade. Mas o conhecimento é o contrário da ignorância e do preconceito. Se a ignorância e o preconceito tomaram conta da Fundação de Ciência e Tecnologia, como tudo o que ela vem fazendo leva a crer, então é preciso corrê-los de lá. E já vai tarde.

4.9 Oliveira, D. (9 de Julho de 2014) 'A ciência da incompetência', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/a-ciencia-da-incompetencia=f880044#ixzz371O7KyPy>]

É praticamente impossível ouvir-se no meio científico alguém que não esteja em estado de choque com o aborto produzido pela primeira fase de avaliação dos centros de investigação. Mas estão enganados. Vivemos é num país de incompetentes onde apenas o ministro sabe o que anda fazer. É por ser uma raridade que aos olhos dos restantes mortais parece só fazer disparates.

Muito se escreveu sobre a redução drástica de bolsas. Agora, foi a primeira fase de avaliação dos centros de investigação. Um terço teve menos do que "bom" e deixará de ter financiamento. Mas provavelmente será metade a fechar as portas, porque muitos dos que tiveram "bom" receberão tão pouco que mais valia não terem recebido nada. E não terão grandes hipóteses de ter algum candidato aprovado em concursos de bolsas ou para contrados de investigador-FCT. Mas o problema não são apenas mais estes cortes, que deixarão várias áreas sem qualquer investigação e serão mais um contributo para o subdesenvolvimento cultural, técnico e económico do País. É também a grotesca incompetência da avaliação contratada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

4.10 Soromenho-Marques, V. (21 de Julho de 2014) 'Solução final', Diário de Notícias, 2014
[http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=4037636]

Numa altura em que o País luta pela sua sobrevivência como entidade política, e os cidadãos, aturdidos, procuram sobreviver a um quotidiano de incerteza e instabilidade, seria de esperar que o Governo, independentemente da sua coloração partidária, abrigasse no seu seio um resqúcio instintivo da defesa do interesse nacional. O que se sabe sobre o modo como a política de ciência está a ser conduzida mostra, contudo, que essa esperança é vã e infundada. O ministério tutelado por Nuno Crato, através da FCT, ultrapassou todos os limites do razoável na avaliação dos 322 centros de investigação nacionais. Em nome da "imparcialidade", confiou a avaliação, exclusivamente, a peritos estrangeiros. A presença de avaliadores internacionais é prática universal, correta e corrente, mas alguém pode imaginar que, por exemplo, um Centro de Literatura Alemã, da Universidade Livre de Berlim, aceitasse ser avaliado por três peritos estrangeiros que nem sequer soubessem dizer "bom dia" em alemão, que desconhecessem o contexto cultural e institucional do país, tratando a cultura alemã com desprezo paternalista? Pois, foi essa a regra provinciana praticada pela FCT. Sabemos, também, que a FCT colocou no contrato com os avaliadores a exigência de que, na primeira fase do processo, metade dos centros fosse excluída, o que equivale a uma condenação à morte ou à indigência. Trata-se de uma decisão política deste governo. Não se prende com a troika nem com a austeridade. Tem implicações catastróficas para uma das poucas políticas públicas conseguidas pela III República. É um elitismo que mascara a profunda e dolosa ignorância de quem neste momento utiliza a "solução final" como modelo para o futuro da ciência em Portugal. É um caminho sem reforma possível. Tem de ser travado.

4.11 Mota, M. (28 de Julho de 2014) 'A Saga das avaliações', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-saga-das-avaliacoes-1664469>]

Um governo que ignora que, sem investigação científica, um país está condenado a estagnar, é um governo que não serve.

Com este título, "A saga das avaliações", publiquei em 2005 um artigo em que descrevi o que se tinha passado com duas avaliações, com um intervalo de dez anos, feitas à mesma instituição de investigação científica. A questão das avaliações voltou agora, agravada e, como as outras, com intuítos que diríamos inconfessáveis.

Do artigo citado, transcrevo:

“Em 1986, com um governo PSD, foi mandado avaliar um desses laboratórios. O relatório foi arrasador e identificou uma série de males, praticamente todos da responsabilidade do mais alto nível, nomeadamente o governo. Nada foi corrigido e vários males agravados.

Dez anos depois, em 1996, com um governo PS, foi o mesmo laboratório avaliado e da comissão avaliadora faziam parte alguns elementos da anterior, um deles estrangeiro. O relatório foi novamente arrasador, encontrando agravados muitos dos males elementares já anteriormente denunciados, da responsabilidade do governo, assim colocando em muito má posição os governantes responsáveis. E com isto se gastou dinheiro, que não deve ter sido pouco e que bem podia ser usado para colmatar as deficiências que tanto entravam o trabalho.

Qualquer avaliação, para ser correcta, não pode ignorar os meios de trabalho (normalmente verbas...) postos à disposição dos investigadores. Já em tempos propus a criação de um “coeficiente” de forma que, ao avaliar uma instituição, um departamento ou um investigador, se entre em linha de conta com o dinheiro de que ele pôde dispor. É óbvio que, se ao longo de cinco, dez ou vinte anos pôde dispor de abundantes meios de trabalho, tem obrigação de ter produzido muito mais do que aqueles que viveram com imensas limitações. Claro que ter cientistas, que já deram provas de serem capazes de produzir boa ciência, a trabalhar em condições de penúria é um dos mais elementares erros de gestão de ciência. E esses casos abundam no nosso País.

São erros tão primários que é ridículo mandar “avaliar” e, particularmente, por estrangeiros. Provavelmente irão para os seus países dizer quão primitivos são os governantes que precisam de pedir a estrangeiros para lá irem avaliar esses casos, que eles não são capazes de detectar e corrigir. E digo os dirigentes porque, nos seus contactos com os cientistas portugueses, eles bem se aperceberam que, a par de uns quantos incapazes, por vezes em posições de mando, encontraram cientistas perfeitamente qualificados que só não produziam mais ciência pelas deficientes condições em que eram obrigados a trabalhar.”

No caso mais recente, os maus objectivos parecem ser descaradamente evidentes. Se, em 1986 e 1996 se procurou saber o que estava mal, agora tudo indica que apenas se desejou saber "se estava mal" para, esquecendo as suas obrigações e responsabilidades, apresentar isso como um excelente – na realidade, falso – motivo para lhe reduzir mais as já diminutas verbas, em muitos casos a causa da baixa produção de ciência.

Lembro que, quando algum organismo estatal não funciona bem, o ministro da pasta (agora é costume dizer "da tutela") é responsável e cabe-lhe a tarefa de o pôr a funcionar bem, pois essa é a sua função. Também é responsável o primeiro-ministro, como chefe de todo o governo.

O que qualquer cidadão pode concluir do que se passou é que o governo não manda fazer estas avaliações para corrigir o que está mal, mas apenas para ter um pretexto para cortar mais em serviços públicos – e certamente não nas reais "gorduras" do estado, como já neste jornal assinalei – não cumprindo as funções que são a razão da sua existência. Um governo que ignora que, sem investigação científica, um país está condenado a estagnar, é um governo que não serve.

Investigador Coordenador e Professor Catedrático, jubilado

4.12 Freira, A. (30 de Julho de 2014) 'A destruição do sistema científico e universitário nacional', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-destruicao-do-sistema-cientifico-e-universitario-nacional-1664731?page=-1>]

Tudo isto está pois a minar credibilidade do processo de avaliação e ameaça destruir uma boa parte do sistema científico e de ensino pós graduado.

Se há uma área de sucesso nas políticas públicas da era dos governos socialistas é a da ciência. E isto era reconhecido no programa de governo do PSD (PÚBLICO, 9/2/2014, p. 16).

A fraqueza dos investimentos é ainda visível na percentagem do PIB gasta com a ciência, em Portugal, apesar da recente evolução positiva: era de 0,77, em 2001, e evolui para um máximo de 1,64, em 2009, tendo depois baixado para 1,5 em 2012; nesta última data, a média europeia era de 2,06. A situação é ainda mais gritante em matéria de gastos médios per capita. Os resultados mostram pois elevadas eficiência e produtividade (PÚBLICO, 9/2/2014, p. 16): “o número de publicações científicas subiu em poucos anos, passando de 350 por milhão de habitantes em 2001 para 1081 em 2012, aproximando-se muito da média europeia, que é de 1170 (...). As ciências humanas e as ciências sociais foram as áreas que aumentaram mais o número de publicações entre 2005 e 2012, com um crescimento médio anual de 26% e 21% respetivamente”.

Naturalmente, aqueles resultados são fruto não apenas do aumento dos investimentos na ciência, mas também da adoção de uma cultura de avaliação generalizada a praticamente todas as instituições durante a última década e meia (desde 1996), e fruto das apostas de vários governos e de diferentes maiorias políticas. Com este pano de fundo, e partindo do axioma de que o investimento na ciência e no ensino superior são cruciais não apenas para assegurar a competitividade económica do país, mas também do ponto de vista da criação de condições para o bem-estar social e para a qualidade das instituições, são bastante preocupantes algumas das tendências na política científica do presente governo. Os motivos para tais preocupações são vários: o desinvestimento na ciência via forte redução do número de bolsas FCT, a mudança de regras para atribuição de bolsas de doutoramento e pós doutoramento, a redução do financiamento às unidades de investigação, a falta de lisura processual e de rigor substantivo nos processos de avaliação, a alteração de critérios para financiamento dos centros de investigação e, finalmente mas não menos importante, as mudanças radicais no processo de avaliação dos centros de investigação cujos resultados têm sido muitíssimo contestados. Vale a pena por isso refletir sobretudo acerca deste último ponto. Focarei sobretudo a área das ciências sociais e políticas, que domino melhor.

Num cenário de fraco investimento relativo na ciência, em termos comparativos, e de bom desempenho do sistema em termos evolutivos, seria de esperar que não houvesse grandes mudanças nas grandes orientações da política científica da maioria de direita face à do PS. Mas a realidade aponta na direção oposta, nomeadamente nas alterações substanciais nas regras de financiamento das unidades de investigação e nos processos da sua avaliação. Até agora, todos os centros de investigação classificados por painéis de peritos nacionais e internacionais como sendo de “boa”, de “muito boa” ou de “excelente” qualidade tinham direito a um financiamento público plurianual estável, indexado à sua dimensão. Ora a primeira rutura deste governo em matéria de política científica passou por criar a categoria adicional de “excecional” e por corromper o significado da palavra “bom”: as instituições apenas “boas” passam a ter direito a um financiamento residual. A ideia era extinguir uma boa parte das unidades de investigação (CLA, Conselho de Laboratórios Associados, 25/7/2014). Mais: o governo estipulou ainda que cerca de metade dos atuais centros deveria ser chumbado logo na primeira fase da avaliação em curso (PÚBLICO, 19/7/2014, pp. 6-11). Ou seja, e esta é a segunda rutura do processo de avaliação dos centros de pesquisa encetado por este governo, o governo e a FCT demitiram-se de pilotar o processo da avaliação das unidades de investigação como tinha acontecido no passado, subcontratando todo o processo a uma entidade em vias de extinção (a ESF: European Science Foundation), em graves dificuldades e

sem experiência neste tipo de processos (CLA, Março de 2014), exceto para impor quotas severas que limitassem o financiamento público. Naturalmente, um sistema reduzido às suas unidades “muito boas”, “excelentes” ou “excepcionais” será sempre um sistema frágil porque os sistemas científicos precisam de massa crítica e de competição interna, antes mesmo da internacional, para funcionarem bem. Ora isso está já em causa com as novas regras de avaliação. Mais, tal exclusão generalizada de “boas” unidades de investigação privará muitos cursos de mestrado e de doutoramento dos necessários alicerces na investigação exigidos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES): de uma penada liquidam-se não apenas centros de pesquisa mas também, pelo menos a prazo, cursos do ensino superior de nível pós graduado. E, a prosseguir-se o processo tal como até aqui, estão em processo de extinção vários centros pesquisa (e cursos associados) “bons”, em várias regiões do país, privando tais zonas de Portugal de uma investigação e de um ensino pós graduado de qualidade.

Mas a demissão do governo e da FCT do processo de avaliação, como lhe competia e nada justifica (em 2007 tinham sido avaliadas 378 unidades de investigação, em 2014 estão a ser avaliadas 324: CLA, Março de 2014), passou também por subcontratar a análise bibliométrica à editora Elsevier preterindo a Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência. Aqui temos um duplo problema. Primeiro, a vertigem do Estado mínimo mas, paradoxalmente, com custos elevados para o contribuinte: prescinde-se dos serviços de um organismo do Estado com competências firmadas na área e vão adquirir-se no estrangeiro tais serviços. Segundo, temos aquilo que parece ser uma ênfase exclusiva nos artigos em revistas indexadas na Scopus e/ou na ISI-WoS para efeitos de contabilização de publicações e de citações. Por um lado, percebe-se que se dê o devido relevo à internacionalização da ciência portuguesa, valorando as publicações internacionais em revistas indexadas, com arbitragem científica anónima e com elevado impacto. Porém, por outro lado, pelo menos nas ciências sociais e políticas, é um erro crasso deixar de lado na análise bibliométrica os livros e os capítulos de livros, internacionais mas também nacionais, até porque uma boa parte da justificação da existência da universidade e da investigação é a transferência de conhecimento para o meio social e político envolvente, a qual fica em causa com esta orientação. Mas aqui é preciso reconhecer que muitas universidades, nomeadamente nos seus regulamentos de avaliação de desempenho, têm emulado esta filosofia perversa.

Finalmente, mas não menos importante, temos a própria estruturação do processo de avaliação dos centros e o seu impacto na erosão da confiança da comunidade científica em todo o processo de avaliação. Em primeiro lugar, temos as deformações na constituição das equipas de peritos, nomeadamente via falta de cobertura de muitas áreas científicas nos painéis. Em segundo lugar, temos o facto de não só os parâmetros estabelecidos pela FCT para avaliação serem pouco precisos, criando assim injustiças relativas na avaliação, como aliás demonstram as enormes disparidades de classificações para um mesmo centro entre diversos avaliadores, como também diferentes painéis avaliarem diversos centros numa mesma área científica. Tudo isto está não só a minar a confiança da comunidade científica no sistema de avaliação (CLA, 25/7/2014; PÚBLICO, 19/7/2014) como se arrisca, a manter-se, a colocar em causa centros de pesquisa e cursos de muito boa ou até de excelente qualidade. O caso do CIES-IUL, a que pertença e que não passou à segunda fase da avaliação, exemplifica as profundas injustiças e irracionalidades que se estão a passar com o processo de avaliação subcontratado pela FCT. Com 72 investigadores (FTE) integrados, em 2012 (a avaliação refere-se a 2008-2012), e 35, em 2008, o CIES-IUL foi sempre classificado nas avaliações anteriores como “excelente”. E a análise bibliométrica da Elsevier coloca o centro numa posição equivalente face a muitos outros centros destas áreas, amiúde até melhor posicionado, nomeadamente face a muitos dos que passaram à segunda fase. Mais, esta análise peca por defeito porque no ratio artigos/pesquisadores toma-se como denominador o número total de investigadores no final do período e isso penaliza os centros que têm crescido muito como é o caso do CIES-IUL. E a excelente performance prossegue nos livros, capítulos de livros, número de projetos, no número de investigadores estrangeiros, etc. É verdade que o plano para o

futuro talvez devesse fazer mais jus às novas e mais dinâmicas áreas do centro (como a ciência política e as ciências da comunicação), e não centrar-se tanto na sociologia e nas políticas públicas, mas nada disto justifica a classificação atribuída (“bom”). Aliás, as classificações dos avaliadores caracterizam-se por inúmeros erros factuais (que o CIES-IUL não tem biblioteca, quando tem uma das melhores do país, a do ISCTE-IUL; que ministra cursos de licenciatura e mestrado quando só ministra doutoramentos) e por uma brutal incongruência entre o que é dito e a classificação atribuída. Por exemplo, um dos avaliadores diz o seguinte: “the various Research Groups address highly diversified topics in itself: Thus the quite successful group on migration also addresses environment and cultural values. The group on knowledge society is mainly oriented towards sociology of education and educational research; the publication record of the politics and citizenship group is particularly impressive, with 60 papers in international journals”. Porém, no final atribui ao CIES-IUL uma nota de 13 em 20, colocando em causa a viabilidade futura do centro, se se mantiver. Tudo isto está pois a minar credibilidade do processo de avaliação e ameaça destruir uma boa parte do sistema científico e de ensino pós graduado do país, corroendo a qualidade do conjunto.

Politólogo, ISCTE-IUL (andre.freire@meo.pt)

4.13 Veloso, F. (3 de Agosto de 2014) 'A avaliação da ciência e a destruição criativa', Jornal de Negócios, 2014

[http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/francisco_veloso/detalhe/a_avaliacao_d_a_ciencia_e_a_destruicao_criativa.html]

A avaliação das unidades de investigação que a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) está a promover tem recebido grande atenção.

Em muitas referências transparece a ideia de que o processo irá destruir metade das unidades de investigação em Portugal. No entanto, é importante compreender que uma forte redução da metade menos competitiva do sistema é muito diferente de destruir metade da investigação no País. Se os recursos poupados nas unidades mais fracas forem redirecionados para as melhores, estaremos a multiplicar o seu efeito e a beneficiar o sistema como um todo. Em ciência não é possível ter os usuais mecanismos de mercado que promovem eficiência e destruição criativa. Os resultados das unidades de investigação são o avanço do conhecimento e tecnologia, que tipicamente não têm valor imediato no mercado. Por isso, o Estado desempenha um papel crítico no financiamento da ciência. Mas, apesar de prevalecer uma lógica diferente do mercado, a ideia de eficiência e destruição criativa não devem ser abandonadas. Esse é o papel da avaliação das unidades em curso, que usa métodos estabelecidos para avaliar os grupos de investigação, recorrendo a painéis de especialistas que comparam com o que melhor se faz lá fora e atribuem classificações.

Sendo magros os recursos públicos para a ciência, parece natural que o financiamento seja concentrado em unidades com mais capacidade e eficiência, especialmente porque existem inúmeros grupos que, apesar de receberem financiamentos generosos, são pouco competitivos. Isso manifesta-se, por exemplo, na nossa fraca capacidade para mobilizar fundos europeus. No 7.º Programa-Quadro, Portugal viu apoiados projetos correspondendo apenas a cerca de 0,65€ por cada euro com que o País contribuiu para este mesmo programa. Sendo crítico para o Portugal que estes valores mudem no Horizonte 2020, isto só será possível reforçando as unidades que demonstram já capacidade de competir por talento, impacto e financiamento a nível internacional.

A perspetiva avançada é de que esta avaliação não serve para reduzir o investimento, mas antes para realocar recursos. Assim, mesmo que o resultado fosse o fecho de metade das unidades, é importante considerarmos que cada euro retirado às mais fracas é aplicado nas mais eficientes, gera um efeito multiplicador associado à diferença de produtividade entre as melhores e piores. Como resultado, a ciência nacional fica mais forte, e não mais fraca.

Naturalmente que, dada a diferença significativa nos níveis de apoio financeiro que a avaliação implicará, é crítico estabelecer oportunidades de reavaliação. Devem existir igualmente mecanismos de recuperação dos mais fracos, para que possam reequacionar o seu futuro. De igual modo, se a transição for demasiado abrupta, pode acarretar convulsões no sistema. Assim, é importante implementar mecanismos de transição, para que investigadores e recursos passem das unidades fracas para as mais fortes que se expandem, ou sejam absorvidos por outros mercados, o que pode levar tempo.

O presidente da FCT informou recentemente que 66% dos investigadores a concurso estão em unidades que passaram à segunda fase, e terão por isso um apoio substancial, e que apenas 12% fazem parte de unidades que não irão receber qualquer apoio. Assim sendo, não parece que este processo esteja a ser radical. Parece-me antes que está a ser dada demasiada voz a atores com pouca competitividade internacional, ou que são pouco eficientes no que fazem face aos apoios que recebem. Esperemos que o processo siga o seu caminho e os seus princípios. O futuro da ciência e do País dependem do seu sucesso.

Diretor da Católica-Lisbon School of Business & Economics

4.14 Fiolhais, C. (3 de Setembro de 2014) ‘Uma avaliação destruidora’, Público, 2014
[<http://dererummundi.blogspot.pt/2014/09/uma-avaliacao-destruidora.html>]

Quando em Junho passado foram anunciados os resultados da “avaliação” (entre aspas pois de avaliação só tem o nome) promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) a todas as unidades de investigação científica levantou-se uma enorme onda de protestos. Os resultados eram inacreditáveis porque o método era inacreditável. Descobriu-se que havia uma quota escondida no contrato entre a FCT (ordenante) e a European Science Foundation (executante): 50 por cento dos centros eram à partida para abater, de acordo com uma teoria que foi anunciada como sendo uma “poda” (está visto que nada sabem da poda, ninguém poda um pomar abatendo pela raiz metade das árvores ricas em frutos). Descobriu-se também, conhecidos os avaliadores e as classificações por eles atribuídas, que as regras da FCT tinham sido alteradas por ela própria a meio do processo, diminuindo drasticamente o número de avaliadores, o que fez com que haja em muitos casos notas dadas, de um modo necessariamente arbitrário, por não especialistas.

Os investigadores, habituados à competência e ao rigor, não aceitam esta bambochata, que vai causar uma razia sem precedentes num sistema que tão boas provas tem dado até agora, estando num caminho ascensional para a média europeia. O Conselho de Laboratórios Associados, que reúne mais de 2500 cientistas dos maiores e melhores laboratórios, pronunciou-se contra. As Sociedades Portuguesas de Física, Química, Matemática e Filosofia pronunciaram-se contra. A Comissão Nacional de Matemática, que integra todos os centros desta área, pronunciou-se contra. Os Reitores pronunciaram-se contra. O Reitor da Universidade de Lisboa, de longe a maior do país e também a melhor a avaliar pelo último ranking de Xangai, foi particularmente demolidor. Os sindicatos dos professores e investigadores pronunciaram-se contra. A associação nacional de bolseiros pronunciou-se contra. Até os próprios Conselhos Científicos da FCT se revelaram críticos.

Todos estarão contra esta “avaliação”? Não. O imunologista jubilado António Coutinho, pai assumido da “teoria da poda”, revelou-se num artigo do Expresso a favor, afirmando entre outros dislates que muitos professores universitários tinham era de ensinar, abandonando a investigação, que não estaria ao alcance deles mas sim e apenas de grandes mentes. Só há um pequeno problema: ele não é inteiramente isento, pois, além de mentor do abate, é o coordenador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, órgão presidido por Pedro Passos Coelho e, portanto, comprometido com a política do governo.

O processo continua a decorrer e a causar estragos na reputação do país: a revista Physics Today da Sociedade Americana de Física acaba de dedicar, facto inédito, duas páginas à maior crise da ciência portuguesa. E na comunidade científica: por exemplo, Paulo Veríssimo, um professor sénior de Informática da Universidade de Lisboa, de um centro chumbado, fartou-se e fez as malas para emigrar, tal como alguns bons jogadores de futebol no fim do período de transferências. Para montar o seu grupo a Universidade do Luxemburgo dá-lhe cinco milhões de euros, quase tanto como os seis milhões que a FCT quer atribuir como “bodo aos pobres”, uma esmola piedosa, para dividir pelos 154 centros condenados.

Além de Coutinho ninguém mais acredita em Miguel Seabra, Presidente da FCT, ou em Nuno Crato, que, como disse o jornalista Nicolau Santos do Expresso, pode ficar conhecido como “science killer”. Executar sumariamente metade dos centros de investigação é algo que nunca pensei que ele fosse capaz. A nossa ciência estava a crescer, mas “fogo amigo” está a dizimar metade das tropas. O pretexto de que nem todos são excelentes é ridículo: há algum país onde todos o possam ser? Essa é aliás a característica da excelência, só alguns o podem ser, mas para o serem precisam de outros. Chamar medíocres aos que não são excelentes, como faz Coutinho, denota uma visão distorcida do mundo.

Os países precisam de ciência e da tecnologia para se desenvolverem. Portugal precisa de aproveitar bem os recursos que tem nesta área. Como país pequeno precisa de aproveitar da forma mais eficiente os seus recursos humanos. Para isso é necessário proceder a uma distribuição inteligente do financiamento, vendo onde é que o investimento de um euro terá o

maior retorno. Ao concentrar praticamente todo o financiamento em apenas metade das unidades de investigação, o retorno pode revelar-se bem inferior ao que seria obtido investindo também nalgumas das outras unidades, cujo trabalho meritório está à vista. Um país não se torna mais desenvolvido deitando fora metade da sua ciência e tecnologia, desprezando anos de investimento feito com o dinheiro dos contribuintes, ainda por cima por um processo repleto de irregularidades. Não seria mais útil, para nos tornarmos mais desenvolvidos, deitar fora metade do governo?

4.15 Azevedo, V. (18 de Dezembro de 2014) 'Governo lançou políticas restritivas e enfrentou contestação generalizada dos cientistas', Expresso, 2014

[<http://expresso.sapo.pt/governo-lancou-politicas-restritivas-e-enfrentou-contestacao-generalizada-dos-cientistas=f903348>]

A investigação científica feita em Portugal, que se aproximava a passos largos do que de melhor se faz na Europa, enchendo de orgulho os portugueses e gerando um consenso nacional, foi varrida em todas as frentes em 2014 por uma nova política do Governo, com cortes orçamentais, alteração de regras e medidas restritivas. A contestação chegou às ruas em todo o país.

Foi um ano marcado desde janeiro por uma nova política restritiva do Governo em relação à ciência e pela contestação generalizada de cientistas, centros de investigação, associações, laboratórios associados e personalidades conhecidas do mundo académico, que foi mesmo noticiada nos media europeus. Tudo começou com a saída dos resultados do concurso da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para a atribuição de bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento (o Concurso Investigador FCT 2014), onde se verificou um corte global de 31% nas bolsas de doutoramento em relação ao concurso anterior.

4.16 Outros

Rodrigues, M. L. (23 de Janeiro de 2014) 'A política científica e a tesoura da poda', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-politica-cientifica-e-a-tesoura-de-podar-1620790>]

Fernandes, J.M. (24 de Janeiro de 2014) 'Aquilo que não tem sido dito no debate sobre a Ciência em crise', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/aquilo-que-nao-tem-sido-dito-no-debate-sobre-a-ciencia-em-crise-16207999>]

Pereira, A.C. (25 de Janeiro de 2015) 'Ciências Sociais lançadas ao inferno', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ciencias-sociais-lancadas-ao-inferno-1620994>]

Sousa, M.D. (28 de Janeiro de 2014) 'A ciência em Portugal é de todos: hoje um, amanhã 500000', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-ciencia-em-portugal-e-de-todos-hoje-um-amanha-500000-1621280>]

Martins, M.D.L. (3 de Fevereiro de 2014) 'A FCT e a política de extermínio das Ciências Sociais e Humanas', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-fct-e-a-politica-de-exterminio-das-ciencias-sociais-e-humanas-1622085>]

Lemos, J.S. (4 de Fevereiro de 2014) 'Algo está mal no reino da FCT quando os dois melhores alunos de física não recebem bolsa', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/algo-esta-mal-no-reino-da-fct-quando-dois-dos-melhores-alunos-de-fisica-do-pais-nao-recebem-bolsa-1622205>]

Malheiros, J.V. (4 de Fevereiro de 2014) 'A avaliação individual de desempenho como instrumento de repressão', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/economia/noticia/a-avaliacao-individual-de-desempenho-como-instrumento-de-repressao-1622227>]

Torgal, L.R. (4 de Fevereiro de 2014) 'Ciência... que ciência?', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ciencia-que-ciencia-1622202>]

Feteira, L.T.F., Jorge, M. (5 de Fevereiro de 2014) 'FCT ou as singularidades da política de ciência', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/fct-ou-as-singularidades-da-politica-de-ciencia-1622451>]

Ferreira, N. (9 de Fevereiro de 2015) 'Governo legitima mudança na política científica com dados descontextualizados', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/governo-legitima-mudanca-na-politica-cientifica-com-dados-descontextualizados-1622875#/0>]

Calado, G. (14 de Fevereiro de 2014) 'Concurso para três vagas de cientista do regime', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/concurso-para-tres-vagas-de-cientista-do-regime-1623709>]

Malheiros, J.V. (18 de Fevereiro de 2014) 'A chatice das pessoas que pensam pela sua cabeça', Público, 2014

[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-chatice-das-pessoas-que-pensam-pela-sua-cabeca-1624067>]

Morgado, R. (18 de Fevereiro de 2014) 'Universidade, ciência e sociedade', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/universidade-ciencia-e-sociedade-1624078>]

Ferreira, M.P. (19 de Fevereiro de 2014) 'Queimar sábios: manual de instruções', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/concurso-para-tres-vagas-de-cientista-do-regime-1623709>]

Malheiros, J.V. (25 de Fevereiro de 2014) 'Ainda as pressões de Leonor Parreira sobre o CNCT', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ainda-as-pressoes-de-leonor-parreira-sobre-o-cnct-1626009>]

Martins, M.D.L. (3 de Abril de 2014) 'A FCT e as Ciências Sociais e Humanas: o que é possível esperar ainda?', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-fct-e-as-ciencias-sociais-e-humanas-o-que-e-possivel-esperar-ainda-1630735>]

Rodrigues, M.D.L. (5 de Julho de 2014) 'Erros grosseiros, ignorância e preconceito', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/erros-grosseiros-ignorancia-e-preconceito-1661769>]

Malheiros, J.V. (8 de Julho de 2014) 'Da vergonha, da falta dela e da incapacidade ética', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/opinio/noticia/da-vergonha-da-falta-dela-e-da-incapacidade-etica-1661950?page=-1>]

Calado, G. (9 de Julho de 2014) 'Um cavalo de Tróia na ciência portuguesa', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/um-cavalo-de-troia-na-ciencia-portuguesa-1662202>]

Furtado, R. (14 de Julho de 2014) 'A Fundação para a Ciência e a Tecnologia e os Estudos Clássicos', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-fundacao-para-a-ciencia-e-a-tecnologia-e-os-estudos-classicos-1662697>]

Malheiros, J.V. (15 de Julho de 2014) 'O prédio está a cair, mas a FCT diz que está tudo bem', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/o-predio-esta-a-cair-mas-a-fct-diz-que-esta-tudo-bem-1662842>]

Pais, E. (15 de Julho de 2014) 'Ciências - crónica de uma morte anunciada', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ciencia--cronica-de-uma-morte-anunciada-1662819>]

Serrano, E. (15 de Julho de 2014) 'Perplexidades de uma avaliação', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/perplexidades-de-uma-avaliacao-1662820>]

Malheiros, J.V. (18 de Julho de 2014) 'FCT: a má avaliação dá mau nome à avaliação', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/fct-a-ma-avaliacao-da-mau-nome-a-avaliacao-1663308>]

Malheiros, J.V. (21 de Julho de 2014) 'A defesa do sistema de investigação é uma questão de soberania', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-defesa-do-sistema-de-investigacao-e-uma-questao-de-soberania-1663770>]

Firmino, T. (22 de Julho de 2014) 'O que significa "avaliação" no dicionário da FCT', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/o-que-significa-avaliacao-no-dicionario-da-fct-1663762>]

Carmo, R.M.D. (25 de Julho de 2014) 'A ciência é feita de gente', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-ciencia-e-feita-de-gente-1664066>]

Sousa, M.D. (27 de Julho de 2014) 'Ciência aberta: à vista talvez uma grande oportunidade perdida', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ciencia-aberta-a-vista-talvez-uma-grande-oportunidade-perdida-1664233>]

Cerca, N. (19 de Agosto de 2014) 'E quem avalia os avaliadores?', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/e-quem-avalia-os-avaliadores-1666807>]

Castilho, S. (28 de Agosto de 2014) 'Uma certa versão moderna de fascismo', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/portugal/noticia/uma-certa-versao-moderna-de-fascismo-1667652>]

Público (18 de Setembro de 2014) 'A destruição da instituição de I&D líder na área da Energia'
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/a-destruicao-da-instituicao-de-id-lider-na-area-da-energia-1669928>]

Malheiros, J.V. (29 de Outubro de 2014) 'Investigação continua entregue aos bichos', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/investigacao-continua-entregue-aos-bichos-1674394>]
Direcção Editorial do Público (23 de Dezembro de 2014) 'Certa gente se salvou, só a ciência é que não', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/certa-gente-se-salvou-so-a-ciencia-e-que-nao-1680276>]

Malheiros, J.V. (23 de Dezembro de 2014) 'O presente envenenado de Crato, Parreira e Seabra', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/o-presente-envenenado-de-crato-parreira-e-seabra-1680261>]

Fiolhais, C. (24 de Dezembro de 2014) 'O Pai Natal existe', Público, 2014
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/o-pai-natal-existe-1680361>]

Ferreira, N. (30 de Janeiro de 2015) 'O triunfo da incompetência: a avaliação dos Estudos Clássicos em Portugal', Público, 2015
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/o-triunfo-da-incompetencia-a-avaliacao-dos-estudos-classicos-em-portugal-1681697>]

Velho, G. (12 de Fevereiro de 2015) 'Ciência - contragolpe absoluto', Público, 2015
[<http://www.publico.pt/ciencia/noticia/ciencia--contragolpe-absoluto-1685787>]

